



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES II
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

**NA TERRA, NA LETRA E NA VOZ: a luta de agricultores e agricultoras por
terra e água, no Apodi (RN).**

Fortaleza, 2021

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

NA TERRA, NA LETRA E NA VOZ: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no Apodi (RN).

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de Doutor em História Social
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios

Fortaleza

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G557t Gois, Sarah.
NA TERRA, NA LETRA E NA VOZ: : a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no
Apodi (RN) / Sarah Gois. – 2021.
245 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em História, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.

1. Agricultura Familiar. 2. Agronegócio. 3. Água. 4. Terra. 5. Autonomia. I. Título.

CDD 900

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

NA TERRA, NA LETRA E NA VOZ: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no Apodi (RN).

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de Doutor em História Social
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios

Aprovada em: 16 de setembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

KENIA SOUSA RIOS
Orientadora

EURÍPEDES ANTÔNIO FUNES
Examinador Interno

FREDERICO DE CASTRO NEVES
Examinador Interno

LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE
Examinador Externo à Instituição

MARILDA APARECIDA DE MINEZES
Examinador Externo à Instituição

Ao meu filho, Benjamin Campelo Maia,
que chegou em meio a esse processo e
modificou minha forma de olhar para o
mundo.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é sempre um momento de muita alegria para mim. Tanto pela sensação de finalização do processo, quanto pelo fato de ir conseguindo rememorar essa trajetória da pesquisa a partir de todas as pessoas que foram me acompanhando durante essa caminhada.

A primeira pessoinha que eu queria agradecer é o meu filho, Benjamin. Seu nascimento, bem no meio dessa jornada, foi um chacoalhão necessário que me proporcionou novas lentes e fez toda a diferença para a construção desta tese. Geralmente, dizemos que o processo de escrita é solitário, mas, no meu caso, poucas foram as vezes em que quais eu estive realmente sozinha. Muitas passagens deste trabalho são especialmente marcantes para mim, por terem sido escritas com o Benjamin em meu colo. Lê-las me transportam para várias etapas do desenvolvimento dele, que foi crescendo e tomando corpo, assim como este trabalho.

Gostaria de agradecer também ao meu companheiro, Vicente Maia, pela participação ativa em todo este processo. Desde visitas à região, ao suporte nas entrevistas, sugestões de bibliografia, no auxílio da leitura e na escrita deste trabalho. Escrever uma tese, sendo mãe, em meio a uma pandemia, foi uma árdua tarefa e, sem ele, nada disto seria possível.

Agradeço demais à minha professora, orientadora e amiga Kênia Rios, pela confiança, por acreditar em mim e estar ao meu lado desde a graduação. De lá para cá, já se passaram quinze anos de trabalhos coletivos e escritas compartilhadas.

Preciso agradecer também a todos os agricultores e as agricultoras de Apodi, não apenas pelas entrevistas, mas também por todo carinho, receptividade, cafezinhos, frutas e arroz. Eles são os verdadeiros protagonistas de todo este trabalho. Participaram de toda a pesquisa com tanta generosidade que qualquer agradecimento que eu escreva será pouco perto de tudo que vivenciamos. Francisco Edilson Neto, Ivone Brilhante, Leomar Fernandes, Francisca Francina Mota de Melo, Raimundo Pinheiro de Melo, Maria Vilma de Moraes, Antônia Maria de Souza Oliveira, Francisca Neide de Oliveira Reinaldo, Antônio Rodrigo do Rosário, Sebastião de Souza Neto e tantos outros que colaboraram de forma direta ou indireta. Nesse mesmo sentido, agradeço também ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), em nome do

seu diretor Francisco Agnaldo de Oliveira, que, desde o princípio, se colocou à disposição desta pesquisa e me abriu os caminhos.

Não posso de modo algum me esquecer de agradecer aos amigos da geografia João Correia Júnior, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte; e Diego Gadelha, professor do Instituto Federal do Ceará. O diálogo com a geografia foi fundamental para que eu conseguisse compreender alguns debates do território, e foram estes dois que me socorreram com paciência e disponibilidade. João, a partir da geografia física, explicando sobre geomorfologia, sobre todos os termos e sobre toda a formação histórica do espaço. E Diego, a partir da geografia humana me auxiliando com a construção, leitura e interpretação de dados. Foi com o professor Diego, inclusive, que conseguimos construir todas as tabelas e os gráficos a partir dos dados fornecidos pelo IGARN. Esperamos que estes estudos também sejam utilizados por outros pesquisadores que se interessem pelo tema. Nessa mesma linha dos debates multidisciplinares, preciso agradecer ao meu amigo Kall Sales, professor de tradução na Universidade Federal de Alagoas. Ele foi fundamental ao me indicar e auxiliar nas leituras sobre linguagens, sentidos e significados que permeiam toda esta tese.

Outro agradecimento especial faço para o departamento de História, em especial para dois professores. O professor Frederico de Castro Neves, que se disponibilizou a contribuir com esse trabalho desde o início do doutorado, lendo e sugerindo bibliografias e reflexões. E para o professor Régis Lopes, que me proporcionou ampliar minhas chaves de leitura, sugerindo uma série de autores e de livros que eu ainda não conhecia.

Agradeço também aos pesquisadores João do Vale e Renata Catarina Maia, que me cederam uma série de fontes sobre o território, sem eles eu não teria conseguido desenvolver muitas das reflexões aqui presentes. Tabelas, imagens, fotografias, muitas fontes que utilizo aqui me foram enviadas por estes pesquisadores que, antes de mim, já estavam se aventurando neste território.

Gostaria de agradecer ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte, foi graças ao início do meu trabalho lá, como servidora, que tive a oportunidade de conhecer Apodi e me encantar por essa região. No IFRN, iniciei os primeiros projetos de extensão que foram a sementinha desse trabalho que aqui está a florescer. Agradeço, também, ao

Núcleo de estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), do qual eu faço parte e que me incentivou a construir este trabalho.

Por último, agradeço a todos os meus amigos que não foram aqui citados nominalmente. Nesses tempos de pandemia, o apoio dos amigos foi fundamental para que todos conseguíssemos nos manter sãos. Obrigado a todos que me acolheram nas minhas horas de desespero. Aos meus amigos e à minha família, um enorme abraço, cheio de saudades, e que logo ele possa ser presencial.

É como a água do rio: Você olha de um determinado ponto a água correndo; Quando voltar na manhã seguinte, não verá a mesma água, mas o Rio é o mesmo. Ele está ali. Você não distingue. E você só sabe que não é a mesma água porque vê que ela corre, mas é o mesmo rio.

(Ailton Krenak)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar o debate sobre os impactos da chegada do agronegócio na cidade de Apodi, Rio Grande do Norte, principalmente a partir dos eixos terra, água, dignidade e autonomia. Desde o início do século XXI, muitas empresas monocultoras começaram a se instalar no lado potiguar da Chapada do Apodi, como já haviam feito anos antes em sua porção cearense. Todas essas transformações repercutiram diretamente na vida dos pequenos agricultores. Nesse sentido, buscamos discutir a importância das narrativas construídas pelas comunidades camponesas diretamente impactadas pela chegada e instalação destas empresas agroexportadoras. Todas as narrativas estabelecidas pelos agentes sociais contêm intenções políticas e no caso dos camponeses possuem caráter também de afirmar uma forma de viver e resistir, persistir em suas experiências e saberes. Narrativas estas que se constroem na defesa de um modo de vida e produção tradicional em comparação ao modelo capitalista; que afirmam saberes e conhecimentos nem sempre reconhecidos pela norma técnica. Foi a partir dessas narrativas que adotamos as definições de Projetos de vida, para os modelos de produção familiar e camponesa; e Projetos da morte para o modelo monocultor e agroexportador.

Palavras chave: Agricultura Familiar; Agronegócio; Água; Terra; Autonomia.

ABSTRACT

This work aims to highlight the debate on the impacts of the arrival of agribusiness in the city of Apodi, Rio Grande do Norte, mainly from the axes of land, water, dignity and autonomy. Since the beginning of the 21st century, many monoculture companies have started to establish themselves on the Potiguar side of Chapada do Apodi, as they had done years before in their portion of Ceará. All these transformations had a direct impact on the lives of small farmers. In this sense, we seek to discuss the importance of the narratives constructed by peasant communities directly impacted by the arrival and installation of these agro-export companies. All narratives established by social agents contain political intentions and, in the case of peasants, they also have the character of affirming a way of living and resisting, persisting in their experiences and knowledge. These narratives are built in defense of a traditional way of life and production compared to the capitalist model; who claim crafts and knowledge not always recognized by the technical standard. It was from these narratives that we adopted the definitions of Life Projects, for family and peasant production models; and Projects of death for the monoculture and agro-export model.

Keywords: Family Agriculture; Agribusiness; Water; Land; Autonomy

RESUMÉ

Ce travail vise à mettre en lumière le débat sur les impacts de l'arrivée de l'agrobusiness dans la ville d'Apodi, Rio Grande do Norte, principalement à partir des axes de la terre, de l'eau, de la dignité et de l'autonomie. Depuis le début du 21^{ème} siècle, de nombreuses entreprises de monoculture ont commencé à s'établir du côté Potiguar de Chapada do Apodi, comme elles l'avaient fait des années auparavant dans leur partie du Ceará. Toutes ces transformations ont eu un impact direct sur la vie des petits agriculteurs. En ce sens, nous cherchons à discuter de l'importance des récits construits par les communautés paysannes directement impactées par l'arrivée et l'installation de ces entreprises agro-exportatrices. Tous les récits établis par les agents sociaux contiennent des intentions politiques et, dans le cas des paysans, ils ont aussi le caractère d'affirmer une manière de vivre et de résister, persistante dans leurs expériences et leurs connaissances. Ces récits sont construits pour défendre un mode de vie et de production traditionnel par rapport au modèle capitaliste ; qui revendiquent des connaissances et des connaissances pas toujours reconnues par la norme technique. C'est à partir de ces récits que nous avons retenu les définitions des Projets de Vie, pour les modèles de production familiale et paysanne ; et Projets de mort pour le modèle de monoculture et d'agro-export.

Mots-clés : Agriculture Familiale; Agroalimentaire ; Eau ; Terre ; Autonomie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise Temporal de Apodi	41
Figura 2: Análise Temporal da Região do Vale	44
Figura 3: Análise Temporal da Região da Chapada	49
Figura 4: Análise Temporal da Região das Pedras	57
Figura 5: Análise Temporal Região da Areia	60
Figura 6: Caderno de Economia do Novo Jornal de 2011	71
Figura 7: Sistema de condução de água para os lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi	74
Figura 8: Legendas do mapa da Região do Vale	98
Figura 9: Legendas do mapa da Região da Chapada	100
Figura 10: Recorte de Jornal - Mulheres invadem município nordestino	105
Figura 11: Centenas de mulheres em Apodi voltam a ameaçar	106
Figura 12: Práticas de letramento da oficina de escrita da carta	112
Figura 13: Versão final da carta manuscrita página 1	114
Figura 14: Versão final da carta manuscrita página 2	115
Figura 15: Ofício nº 671/2011-GP/GAB/GESTÃO/DG	118
Figura 16: Barramento do Rio Apodi devido às obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi	135
Figura 17: Colheita do Arroz Vermelho	161
Figura 18: O Empecilho do Arroz	167
Figura 19: Auto de Infração IGARN	180
Figura 20: Localização das Regiões do município de Apodi - RN	193
Figura 21: Mapa de localização proposta para o Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi.	202
Figura 22: Mapa da Região da Chapada elaborado pela metodologia da cartografia social	203
Figura 23: Poços perfurados e Poços outorgados	210
Figura 24: Densidade da vazão e tipos de utilização de poços no município de Apodi - RN	212
Figura 25: Poços, Formas de Captação e Unidades Geoambientais no Município de Apodi - RN	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características das regiões de Apodi	38
Tabela 2: Tipo de Imagem por data sensor e Instrumento	39
Tabela 3 - Famílias da região da Chapada.....	51
Tabela 4: Divisão dos lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi	72
Tabela 5: Distribuição da área por modelos de irrigação – Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi	77
Tabela 6: Área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação.....	82
Tabela 7: Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi	84
Tabela 8: Produção de arroz em Apodi	165
Tabela 9: Quantidade de outorgas concedidas por município em 2018	198
Tabela 10: Vazão outorgada por município em 2018.....	199
Tabela 11: Tipos de outorgas por quantidade em Apodi, 2018.....	218
Tabela 12: Tipos de Outorgas por vazão em Apodi, 2018	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tendência das classes analisadas Apodi	42
Gráfico 2: Tendência das classes analisadas Vale	45
Gráfico 3: Tendência das classes analisadas Chapada	50
Gráfico 4: Tendências das classes analisadas Pedras	58
Gráfico 5: Tendências das Classes analisadas Areia	61
Gráfico 6: Outorgas concedidas por ano/anos	197
Gráfico 7: Tipo de outorga por vazão outorgada em Apodi em 2018.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AGU	Advocacia-Geral da União
AIJA	Associação dos Ex-Irrigantes Expropriados do Jaguaribe-Apodi
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANA	Agência Nacional de Águas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAVA	Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BHRAM	Bacia Hidrográfica do Rio Apodi – Mossoró
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CECAPAS	Centro de Capacitação em Projetos Alternativos Comunitários
CEPAS	Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Norte
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOAFARN	Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte
COOPAPI	Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP CONLUTAS	Central Sindical e Popular
DHESCA BRASIL	Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GPS	Global Positioning System - Sistema de Posicionamento Global
GAF14	Global Agribusiness Forum 2014
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IGARN	Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte
INATERN	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LABOCART	Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará
M21	Movimento 21 de Abril
MAB	Movimento dos(as) Atingidos(as) por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI	Ministério da Integração Nacional
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra
NÚCLEO TRAMAS-UFC	Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLCA	Observatório Latinoamericano de Conflitos Ambientais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PBI	Projeto Básico de Irrigação
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PIBA	Perímetro Irrigado do Baixo-Açu
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
PISCA	Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi
PNI	Política Nacional de Irrigação
PNMI	Projeto Novo Modelo de Irrigação
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROFIR	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVÁRZEAS	Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RENAP	Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SAES	Sistema de aproveitamento da água da chuva proveniente do escoamento superficial
SEAPAC	Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SIGERH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos
STTRA	Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais de Apodi
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. “O sertão é uma espera enorme” – As regiões de Apodi	35
1.1. O Vale.....	43
1.2. A Chapada	47
1.3. Pedras	55
1.4. Areia	59
2. O AGRO entre a cultura e o Negócio: Projetos de vida e morte.....	63
2.1. Projeto da morte	63
2.2. Projetos de vida	85
2.3. “Saudações de uma terra de povo firme e mulheres de luta”	102
3. Voz e História: A construção das narrativas de terra, água e fogo na Chapada do Apodi	121
3.1. O poder do fogo.....	121
3.3. O saber da Terra	146
4. O Empecilho do Vermelho.....	161
4.1. O branco e o vermelho.....	161
4.2. O vermelho é um oceano!.....	175
5. “O Rio da Memória”.....	190
5.1. O Rio Apodi – Mossoró e os discursos sobre o espaço.....	191
5.2. O território de Apodi em Movimento.....	207
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
7. REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS	239
8. ANEXOS.....	241

INTRODUÇÃO

Minha avó costumava dizer sempre que as palavras tinham muita força. “Se você não quer que algo de ruim aconteça, nunca diga em voz alta”, isso porque, enquanto Deus sabia de todos os nossos pensamentos mais profundos, o diabo sabia apenas daquilo que falávamos. Se os pensamentos eram divinos, as palavras ganhavam o mundo. Tinham o poder de viajar pelos caminhos e, alcançando os lugares mais longínquos, poderiam chegar até os ouvidos do diabo. Nas palavras de Paul Zumthor, “o sopro da voz é criador” (1997, p. 12) e a “a noção de que a escrita é fixa e nada se compara à força nômade da voz” (ZUMTHOR apud FERREIRA, 1977, p. 302)¹. É pela influência que a tradição oral teve em suas vidas que os mais antigos geralmente destacam a potência das palavras e dão importância às narrativas e ao papel do narrador. Como destaca a professora Ecléa Bosi, em sua obra *Lembrança dos Velhos*, a arte da narrativa não está presa aos livros, “seu veio épico é oral” (2015, p.85).

Walter Benjamin, em seu texto *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, coloca os narradores figurando entre os mestres e os sábios. Sabem aconselhar, como os mestres, mas não apenas em situações específicas. Eles dominam várias circunstâncias e recorrem às múltiplas experiências passadas de geração em geração, como os sábios (BENJAMIN, 1987. p. 221). Para Benjamin, a narrativa:

(...) não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1987. P. 205)

Ou, como diz a professora Ecléa Bosi, “o narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (2015, p. 85). Por isso mesmo que a oralidade guarda intrínsecas relações com a memória. Como afirma a historiadora Kênia Rios: “para os que participam do terreno da oralidade, uma história jamais é contada exatamente do mesmo jeito, então guardar na memória é recriá-la ao

1 A 1ª edição francesa do livro de Paul Zumthor foi publicada em 1983, e a 1ª edição brasileira em 1997, traduzida por Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Nessa edição de 1997 há um Posfácio ao final do livro escrito por Jerusa Ferreira no qual ela analisa elementos da construção da obra. Zumthor foi professor de literatura medieval e comparada, historiador, ficcionista, poeta, teórico dos estudos medievais e das literaturas da voz e das poéticas da voz.

sabor das circunstâncias” (RIOS, 2017. p. 28). Cada história conserva relações com tudo o que já foi vivido.

Essa relação das histórias com tudo que já foi vivido ficou evidente nas narrativas coletadas na cidade de Apodi; ao serem entrevistados, os moradores das comunidades rurais do município narram uma história da qual já sabem o final. Eles selecionam o que deve ser dito, definem o ritmo e a forma de como irão contar. Fazem a leitura social do passado com as lentes do presente, com o juízo de saberem, grosso modo, o que já aconteceu. Ao falar do papel dos velhos na narrativa de suas memórias, Ecléa Bosi ressalta que o ancião “desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim” (BOSI, 2015, p. 82). Desse modo, são os mais velhos que dominam historicamente as peculiaridades da narrativa. Em uma lógica diferente da produtiva, na qual o velho é descarte.

Como destaca Benjamin (1987. p. 213), quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Foi nessa partilha de narrativas que iniciei esta pesquisa, colhendo relatos dos moradores das comunidades rurais de Apodi, município do Rio Grande do Norte, compartilhando, não apenas de suas memórias, bem como de cafezinhos, pôr do sol, debates com os vizinhos e todo o envolvimento que entrar na casa e na vida de alguém pode proporcionar. Narrativa e escuta são participadas. Acredito na ideia da pesquisa como um compromisso afetivo, “construído ombro a ombro com os diversos sujeitos” (BOSI, 2015, p. 38).

A minha presença evocava nos entrevistados a necessidade de trazer à tona alguns temas específicos. Uns, por acharem que seria o que eu queria ouvir, falavam muito sobre a importância dos estudos, sobre o fazer da política do sindicato e das associações; e outros, por estar ainda latente o sentimento de revolta, falavam contra as obras do perímetro irrigado e, conseqüentemente, contra os supostos progressos e a modernização do campo. Eles falavam em defesa de seus modos de vida e saberes.

Assim, o progresso e a modernização aparecem nas falas dos depoentes como elementos de destruição. E, mesmo que essas representações possam variar de acordo com o tipo de modernização (a chegada da luz elétrica, por exemplo), a priori, a ideia de progresso remete os moradores de Apodi às obras da Barragem Santa Cruz (concluídas em 2002) e do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi (cujas obras foram iniciadas em 2012) e possuem um sentido negativo.

Desde o início do século XXI, as obras destinadas à região de Apodi são colocadas como uma forma de retirar a cidade do atraso e inseri-la no modo de

produção empresarial capitalista. A racionalização do uso da terra com técnicas modernas (pivôs centrais, agrotóxicos), a lógica empresarial capitalista e a mecanização da agricultura por meio da introdução de máquinas colocariam o Rio Grande do Norte no mercado do agronegócio. O saber técnico agrícola seria responsável pela produção industrial em Apodi, em contraposição ao modo de produção camponês. Para isso, era necessário racionalizar a produção e colocá-la nas mãos das grandes empresas. Isso acontece de acordo com Jan Douwe Van der Ploeg, sociólogo holandês estudioso do campesinato e da produção agrícola, porque, “embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele” (PLOEG, 2016, p. 09).

De acordo com Milton Santos, a técnica mede a relação dos homens com o mundo. Por isso mesmo, ela pode ser também vista como uma categoria analítica da realidade, não apenas como um conjunto de práticas. Sobre a importância da técnica, ele destaca que:

A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismo e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (2004, p. 23).

A ideia de técnica é a dimensão na qual o humano e o não humano são inseparáveis. Milton Santos (2004, p. 29) destaca, ainda, que a influência da técnica sobre o espaço se dá pela ocupação dos solos pelas infraestruturas modernas, pelas transformações impostas pelo uso da máquina e pela modificação na forma de produção. As obras técnicas², ligadas aos melhoramentos materiais e ao “desenvolvimento”, denotam a necessidade de obras sob a crença no ideal do progresso em oposição às técnicas “arcaicas” utilizadas pelas comunidades da região.

É importante ressaltar que este conceito de técnica que estamos debatendo tem uma relação direta com as formas de produção baseadas na agricultura capitalista colonizadora. Como bem periodiza Marcel Bursztyn (2008), as políticas públicas de enfrentamento do chamado problema das secas estiveram baseadas na ideia do combate à intempérie até o final do século XX. Mais recentemente, alguns órgãos do Estado,

² Sobre o debate de técnica ver: ARAÚJO, H. R. (Org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 42-43; SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 34.

como, por exemplo, o DNOCS, já está adotando uma nova linguagem frente a esses processos.

A própria imagem do agronegócio moderno e tecnológico é uma tentativa de renovar a reputação atrasada e imóvel do latifúndio. O agronegócio, além de concentrar a terra, domina as tecnologias de produção e as políticas públicas. Desse modo, a técnica e a tecnologia agrícolas estão em conformidade com a construção desse ideal modernizador da grande agricultura de exportação. Em contrapartida a esse modelo, vem se constituindo uma concepção que utiliza o termo “tecnologias sociais”³ na perspectiva da produção e da movimentação de técnicas e tecnologias que também priorizem atender demandas sociais. Como o pesquisador em desenvolvimento sustentável Roberto Marinho Silva destacou em sua tese sobre as técnicas consideradas alternativas de desenvolvimento:

A aplicação de critérios sociais, culturais e ambientais suplementares aos critérios técnicos e aos interesses econômicos possibilitam que uma tecnologia possa atender aos interesses políticos e sociais, sendo apropriada por determinados grupos sociais e selecionada de acordo com a adaptação ao contexto natural e às capacidades culturais locais (SILVA, 2006, p. 187).

Em Apodi, existe a aplicação de uma série de tecnologias sociais, como as cisternas de placa, os quintais produtivos, os biodigestores e muitas outras. A zona rural de Apodi é dividida em quatro regiões: Chapada (região mais impactada pelo perímetro irrigado Santa Cruz-Apodi), Areia, Pedras (região que foi impactada pela construção do açude Santa Cruz) e Vale (região impactada pela cobrança das outorgas de água). Cada uma dessas regiões, hoje, enfrenta a chegada do agronegócio e da modernização agrícola de formas diferentes. A zona rural tem uma grande importância para o município, não apenas pela produção de alimentos, mas também pelo fato de quase 50% da população do município residir nessa região.

Dito isso, é importante ressaltar que a produção agroindustrial nunca será compatível com a forma de produção da agricultura familiar camponesa. Como resalta Ploeg:

A propriedade camponesa não é estruturada como um empreendimento capitalista; não está fundamentada em uma reação capital-trabalho. O trabalho, dentro dela, não é assalariado. E o capital não é capital no sentido marxista. Na unidade camponesa, o capital são as ferramentas disponíveis, as instalações, os animais e os estoques (2016, p. 21).

3 Termo muito encontrado nas cartilhas produzidas pela Associação Nacional do Semiárido (ASA)

Desse modo, a produção camponesa não é mobilizada pelo mercado de trabalho e, geralmente, se baseia na mão de obra familiar. Alf Schwarz, sociólogo e antropólogo, estudioso dos embates entre a lógica do desenvolvimento e a lógica camponesa, afirma que as ações de modernização agrícola representam um grande fracasso justamente por não levarem em conta o funcionamento básico de uma unidade agrícola tradicional (1990). Seus princípios são muito divergentes dos princípios que regem os empreendimentos capitalistas. Há, no modo de produção camponês, espaço para a autonomia e para o controle do tempo⁴.

Sobre a técnica e o tempo, Milton Santos também afirma que:

Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor do comportamento adaptado ao novo ritmo (2004, p. 148).

É por isso que as obras e os empreendimentos agrícolas têm tanto impacto nos modos de vida dos moradores da região. Elas criam um ritmo temporal e legitimam o tempo progressivo, conceito descrito por Koselleck (2006, p. 177), como o do tempo responsável pela fissura entre passado, presente e futuro. Dessa forma, podemos analisar os marcos temporais presentes nas falas dos moradores locais versus as falas oficiais produzidas pelos agentes do Estado. Sobre os marcos temporais, historicamente presentes nas falas oficiais, podemos ainda analisar esta fala segundo os critérios de Koselleck, quando este explica que:

Conceitualmente, da combinação desses três critérios podem-se depreender as noções de progresso, decadência, aceleração ou retardamento, as noções adverbiais como “**ainda não**” e “**não mais**”, o “**mais cedo que**” ou “**depois de**”, o “**cedo demais**” ou “**tarde demais**”, a situação e a duração, a cujas determinações distintivas devemos recorrer de modo a tornar visíveis movimentos históricos concretos (2006, p. 121).

A oposição entre tradição e modernidade por si só já é uma experiência moderna, já que ela inaugura a ideia de ruptura com o passado. De acordo com

4 É importante destacar o importante debate que E. P. Thompson realiza sobre o tempo, principalmente em seu livro, *Costumes em Comum*. Segundo o historiador inglês: “Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.” (THOMPSON, 1998, p.272). A propagação do relógio em conjunto com a crescente industrialização da economia provocou uma “irregularidade” nos padrões de trabalho e um choque entre os ritmos de vida da população de origem camponesa.

Koselleck (2006), na apresentação do livro *Futuro Passado*, o tempo é uma construção cultural que, em cada época, determina a relação entre o que é conhecido e experimentado como passado e as possibilidades de futuro. Dessa forma, o ideal do progresso, que é utilizado pelas obras do Perímetro Irrigado, se choca diretamente com as relações que são estabelecidas com a tradição dos modos de vida das comunidades impactadas. A oposição ao Perímetro se configura como uma contestação desse ideal de modernidade e progresso capitalista. Isso ocorre também porque, como destaca Hobsbawm no livro *Sobre História*, o modelo de cientificismo e manipulação técnica adotada pelo planejamento moderno negligencia, sistemática e deliberadamente, o humano “e, acima de tudo, a experiência histórica” (2013, p. 48).

Na obra *alarme de incêndio*, Walter Benjamin⁵ já evocava a quebra com a ideia de que a revolução seria resultado natural do progresso econômico e técnico, mas, ao contrário, ela deveria se realizar com a interrupção da evolução histórica que conduz à catástrofe: “É preciso cortar o pavio que queima antes que a faísca atinja a dinamite”. Dessa forma, em suas teses sobre a filosofia da história, ele levanta a possibilidade de um materialismo histórico que rompa com a linearidade do progresso.

Benjamin se aproxima de Nietzsche na crítica ao historicismo alemão que admira o sucesso, que idolatra o progresso. Mas a crítica nietzschiana se faz em nome do indivíduo histórico, do elitismo aristocrático, enquanto a de Benjamin se faz em nome dos vencidos. Para ele, a “tempestade”, que é o progresso (que nos empurra incessantemente para o futuro) constrói uma concepção homogênea e vazia do tempo histórico. Precisamos ter, no presente, a nossa origem e nossa meta. O materialismo histórico, como método, precisa ter a coragem para romper com o *continuum* da história.

Para Michel Lowy, Walter Benjamin discorda da ideia de que o fascismo seria um acidente histórico; para ele, o fascismo foi a combinação de progresso técnico e regressão social. Compactuando também com essa premissa, podemos citar Armando

5A partir da junção entre o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo, Walter Benjamin, filósofo alemão, propõe uma interpretação dialética e não evolucionista da história. Podemos perceber uma crítica muito bem construída à filosofia do progresso. Seja ela ligada ao historicismo alemão ou às organizações de esquerda que combatiam o fascismo. Com um sentimento nostálgico e pessimista, visto que o otimismo está diretamente relacionado à concepção linear e progressiva, Benjamin está buscando uma concepção de história que rompa com a crença no progresso, com a organização tradicional e com o Estado. Nesse sentido ele se afasta veementemente das formulações dominantes do materialismo histórico do século XX.

Vergés Bartra, um dos principais teóricos do campesinato na América Latina, ao falar sobre o binômio civilização e barbárie, nos processos de modernização:

A barbárie não é o horizonte da civilização: um território de fronteira povoado de selvagens que resiste ao progresso. A barbárie é, na verdade, o pesadelo da civilização; seu rosto oculto, sua obra secreta e vergonhosa (VERGÉS, 2011, p. 91).

Se não há rupturas com o tempo linear e progressivo, estamos todos sujeitos à barbárie. Dessa forma, mais do que tudo, a história deve ter um sentido de emancipação. Ela deve ter empatia pelos vencidos e não ter medo das rupturas do tempo. É necessário compreender a coexistência de outros tempos que, na maioria das vezes, são massacrados pela ideia do tempo progressivo e evolucionista, mas que também são motores da construção dos processos de resistências. Não se trata de negar o futuro, mas de buscar outro horizonte, “con La esperanza a delante, con los recuerdos detrás”⁶.

Como afirma François Hartog:

Esse futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa (HARTOG, 2013, p. 245).

Assim, o tempo deve ser compreendido não como aperfeiçoamento do progresso, como constante ruptura entre passado e futuro, mas a partir dos seus regimes de historicidade, como são vivenciados pelas comunidades, como elas são capazes de articular presente, passado e futuro a partir de suas demandas reais.

Cabe ressaltar a preocupação de Michel de Certeau, no debate da história entre ciência e ficção, com a interferência do historiador na construção dos discursos. Na historiografia moderna, passado e presente representam uma enorme fissura na qual o presente representa o sujeito do saber e o passado, um objeto a ser representado a partir desse discurso. O historiador francês tece uma crítica à visão capitalista da conquista do tempo, do tempo progressivo, que não deve ser “desperdiçado”. Essa visão, que tenta classificar tudo, transforma a cronologia em *álibi do tempo*. Conhecer o passado, nessa perspectiva, não tem relação com o conhecimento em si, mas com a diferenciação e a busca pela superioridade do presente na hierarquia do tempo. Por isso, a necessidade de restaurar a ambiguidade entre sujeito e objeto, presente e passado, para assumir a

6 Trecho da música: *Los Hermanos* de Atahualpa Yupanqui, imortalizada na voz da cantora Mercedes Sosa.

ambivalência do tempo. A escrita da história também é uma disputa ideológica, pois busca construir sentidos, criar ordens que antes não estavam ali. A montagem dos arquivos é um exemplo disso, pois captura e ordena os sujeitos que, por algum motivo extraordinário (prisões, censuras, judicializações, escrita política, entrevistas), tiveram um elemento de suas vidas transformado em documentos (fontes).

No trato com as fontes da história oral, nossos sujeitos são também objetos da pesquisa e por isso a relação com o tempo é ainda mais complexa. Ao fazer as entrevistas, não estamos nos atendo apenas a um discurso finalizado, “mas com o discurso em processo” (PORTELLI, 2016. p. 19). Dessa forma, assim como o entrevistado está contando uma história, o “historiador tem a responsabilidade de abrir o espaço narrativo” (Ibid., p. 20).

Para a realização deste trabalho, utilizamos uma série de entrevistas colhidas a partir de 2016. Elas foram realizadas, inicialmente, por meio de dois projetos de extensão sobre a agricultura familiar e a história das comunidades rurais da região da Chapada, desenvolvidos junto ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Posteriormente, outras entrevistas foram realizadas a partir da mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, cujos membros ocupam papéis de grande destaque na construção desta pesquisa. Também convidei pessoas que faziam falas nos espaços do Fórum da Agricultura familiar e em algumas reuniões de associações das comunidades visitadas.

Nesse percurso, pude conhecer Francisco Ademar Neto, terceirizado do IFRN, que trabalhava bem próximo a mim; Leomar Fernandes, agricultor, agrônomo e vendedor de cestas agroecológicas; Antonieta, agricultora e militante, que não esconde sua insatisfação com os trabalhos domésticos; Ivone Brilhante, cuja filha eu vi ainda bem pequeninha dentro do sindicato; Agnaldo Fernandes e Edilson, duas gerações de participações políticas sindicais; Dona Francina, poetisa e professora; Seu Raimundo, Seu Pedro, Dona Nova, Dona Vilma, Macaé, Golinha. Pessoas que me ajudaram a problematizar as questões sobre o tempo histórico e o tempo vivido dentro do ato de fazer o historiador (MONTENEGRO, 1994).

É importante ressaltar, como destaca o historiador Antônio Torres Montenegro (1994, p. 24), que “as mudanças na memória tornam o campo da história oral extremamente fugidio”. E a forma da narrativa também se constitui como um dos elementos a ser analisado durante a construção da fonte documental oral.

Sobre o processo de transformação das fontes orais (entrevistas) em textos escritos, lanço mão das ideias defendidas no trabalho do historiador Alessandro Portelli, pois este destaca que

A passagem da palavra do narrador para a fita magnética, para a transcrição como instrumento de trabalho provisório e, finalmente, para a transformação em texto publicado é comparável a uma série de representações, nas quais cada etapa constitui uma representação da anterior através de outro meio – do oral ao escrito, do pessoal ao público, do arquivo ao livro. É preciso ter em conta que cada uma dessas passagens implica escolhas e que a cada etapa alguma coisa fica de fora. Não se trata apenas da dimensão sonora da oralidade e da fita magnética (câmera filmadora), mas também da necessidade de fazer entrar aquilo que nos parece o essencial desses relatos no espaço de um livro que não afugente o leitor pelas dimensões. (2004, p. 13).

O professor Frederico de Castro Neves também corrobora com a incorporação da transcrição à pesquisa histórica. Para ele,

A própria entrevista é construída teatralmente (ou performaticamente) pelo narrador, conforme suas expectativas diante do entrevistador e em face de suas próprias idiossincrasias, revelando, muitas vezes, somente o que gostaria de ser lembrado e ressaltado, principalmente se estiver em jogo uma razoável perspectiva do espaço político e da posteridade. A história oral não deve ser idealizada como método de produção de documentos “verdadeiros”, por serem resultados de testemunhos diretos de seus narradores. Por outro lado, como todo registro do passado, a entrevista transcrita expressa apenas uma parte da experiência histórica de seu narrador, um fragmento da cultura que ele partilha com seus contemporâneos, indicando ao historiador uma possibilidade de diálogo profícuo que o possa levar a um entendimento razoável da realidade histórica experimentada, que, enfim, é o que se procura compreender (2002, p. 56).

E para arrematar estas duas reflexões sobre o processo de transcrição e transformação das entrevistas em fontes, lanço mão do conceito de performance de Paul Zmthor, que será mais calmamente desenvolvido ao longo deste trabalho, mas que aqui se relaciona diretamente com esse momento de “captura” das entrevistas realizadas. Para ele,

A obra transmitida na performance, desenrolada no espaço, escapa, de certa maneira, ao tempo. Enquanto oral, não é jamais reiterável; a função de nossa mídia é de suprir essa incapacidade. Uma *reprise* é sempre possível; de fato, é excepcional que uma obra não seja objeto de várias performances: ela não é, forçosamente, nunca mesma. Da primeira à segunda, ou à terceira escrita de um disco, as alterações são mínimas: algumas (disposições psíquicas do ouvinte, circunstâncias) afetariam do mesmo modo as leituras sucessivas de um livro; outras são específicas, como as condições acústicas (1997, p. 257).

Nesse sentido, a construção dessa narrativa, por meio das entrevistas, está sempre escapando, e todas as falas, a cada nova transformação, se distanciam daquele momento que foi por mim vivenciado.

A professora Ecléa Bosi também traz contribuições fundamentais ao debate sobre a utilização das fontes orais. Como ela mesma afirma, as entrevistas nos levam a “registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento” (2015, p. 37). Ao falar sobre a coleta de lembranças, Ecléa Bosi compara o fazer das entrevistas ao trabalho de um arqueólogo, que, a partir de fragmentos pequenos, queira construir um vaso antigo. Para isso é preciso:

Mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral... (2015, p. 414)

Nesse aspecto, é impossível conseguir reproduzir todos os elementos evocados nas entrevistas realizadas. Desde expressões, entonações, posturas, que a cada novo suporte vão se perdendo até a construção do texto escrito. Muitas são as temáticas que se repetem, de forma incrivelmente semelhante, nos relatos: a lida da terra, a infância difícil, o acesso à água, a importância da família, a extensiva comparação entre passado e presente. Para os membros do sindicato, sempre estará presente na narrativa a importância da luta política e da organização. Para os guardiões de sementes, o mote será a preservação das sementes crioulas. Estes, que também, de certo modo, se “irmanam com a natureza”, “colocam-nos diante de uma complexa articulação entre natureza e cultura, técnica e meio ambiente” (RIOS, 2012, p. 31).

Nesse sentido, há uma forte relação entre os sentidos de pertencimento e as memórias evocadas. Segundo Catroga, a memória

não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é uma retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. CATROGA (2001, p. 20).

Dessa forma, muitas são as experiências rememoradas de formas coletivas entre as pessoas das comunidades, na construção de “uma memória histórica que transmitida ajuda a reforçar a identidade e assegurar permanência.” (SAMUEL, 1980, p. 127).

Assim, os entrevistados transformam suas representações do passado e suas percepções do tempo. Ainda sobre o tempo da memória, Montenegro ressalta que:

A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja vista que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual associada a toda uma dimensão inconsciente (1994, p. 20).

Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo e estudioso da antropologia rural, comparou a leitura de um romance, possível de se interromper a qualquer momento, à escuta de uma boa narrativa, que deveria ser ouvida de uma vez só (BRANDÃO, 1998, p. 38). Nesse caso, a professora Kênia Rios completou, ainda, afirmando que quem decide o tempo da parada é o narrador e não o ouvinte (2012, p. 19). Assim, em uma boa conversa e/ou entrevista, quem dita o ritmo e o assunto é o narrador, mesmo que o mote seja dado pelo entrevistador.

Nesse sentido, da mesma forma que temas se repetem com frequência, confirmando o grupo como suporte da memória (BOSI, 2015, p. 413), surgem temas extremamente específicos e peculiares. Como na entrevista da Dona Antonia Maria (Antonietta), que, ao falar da infância, contou que seu pai, dono de um carrossel, trazia alguns animais do Ceará e, certa vez, trouxe um jacaré. Sem acreditar, eu perguntei meio descrente: “Mas o que é um jacaré?” Antonietta, prontamente, respondeu:

Um jacaré mesmo que sim, um bicho, aquele que vive na água. Ai ele trouxe um pequeno, não era um grande não sabe. [...] Eu me lembro, ele era assim na faixa de uns quase 3 metros. Mas pra ver, porque ele tinha o carrossel, ai era pra levar aqueles animais pra chamar mais atenção né, pra ver, tinha o porco do mato, ele só chegou a trazer o porco do mato e o jacaré. O porco do mato ele ainda criou um bocado, os espinhos assim tudo, eu dizia assim “Eu tenho medo!” (Antonia Maria, Outubro de 2017).

Ela ainda me contou sobre como autorizou, mesmo criança, o casamento de sua mãe, viúva, com um sacristão. E sobre como, “mesmo sendo mulher”, não gosta da “luta de casa”, prefere a “luta do campo”.

Alguns dos entrevistados são cordelistas, alfabetizados ou não, como o agricultor Antônio do Rosário (Golinha), que está trabalhando em um projeto de livro, mesmo sem saber escrever, ou a professora Francina Melo, que já tem vários cordéis publicados e narrou todas as histórias na forma de cordel. Desse modo, “até os grupos e

as pessoas que mantêm ligações com o mundo escrito confirmam a força da memória na aventura da oralidade” (RIOS, p. 75).

Em todos os relatos, a necessidade de legitimar e defender seus saberes e fazeres diante da ameaça que estava, naquele momento, colocada. As obras de modernização agrícola do final do século XX e início do século XXI aparecem nas falas sempre como prenúncio do mal, como um fogo capaz de destruir aquilo que os que vieram antes deles já estavam dedicados a proteger.

Uma das primeiras pesquisas na área da História, sobre os impactos de grandes obras de irrigação na vida de pequenos agricultores, foi sobre o trabalho da historiadora Ana Maria Braga, *Tradição camponesa e modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova (2003)*, que analisa a obra do primeiro perímetro do Ceará. Este foi fundamental para a compreensão histórica das obras. A partir dessa leitura, é possível contextualizar a chegada do debate sobre a irrigação no Ceará e suas formas de efetivação material durante o século XX.

Nos últimos anos, a Chapada do Apodi vem recebendo uma particular atenção de estudos acadêmicos, em virtude dos impactos socioambientais, de saúde e trabalho que suas comunidades sofrem a partir da implantação de empreendimentos do agronegócio em seu território. Essa atenção é resultado da preocupação dos pesquisadores com os impactos do modelo de produção do agronegócio. Através da industrialização do campo, da modernização agrícola (com incorporação de tecnologias mecanizadas de plantio e irrigação), da adoção de *commodities* para a exportação, da utilização desenfreada de agrotóxicos e das desapropriações dos pequenos produtores, toda essa lógica produtivista impacta diretamente as formas de vida e produção camponesas.

Muitos trabalhos foram elaborados nos últimos anos sobre a região de Apodi, tanto na porção cearense da Chapada, quanto na do lado potiguar. Pesquisas feitas, sobretudo nas áreas da geografia, saúde, agroecologia e justiça ambiental. As pesquisadoras Andrezza Pontes (2012) e Magda Pereira (2013) produziram dois trabalhos de fôlego sobre saúde pública, o do modo de vida camponês e o da chegada das obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi. Elas realizaram uma série de entrevistas a partir de grupos de discussões com profissionais da saúde, agricultores

epesquisadores. As advogadas Renata Catarina Maia⁷ (2016) e Maiana Teixeira (2016) também desenvolveram relevantes trabalhos sobre violação de direitos e justiça ambiental. Outro trabalho que foi bastante importante para a construção desta tese foi da bióloga e pesquisadora Emanuelle Rocha dos Santos sobre agricultura camponesa e agroecologia. Nesse aspecto, é importante destacar as várias parcerias entre a Universidade e o Sindicato. Em vários anos, pude acompanhar espaços convocados para a socialização das pesquisas na construção de alianças entre a academia e os movimentos sociais.⁸

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender o choque entre essas duas lógicas diferentes de entendimento da produção e das relações com o tempo e com a natureza. De um lado, os modos de produção dos pequenos agricultores das comunidades rurais e, de outro, o modo de produção do recém-chegado agronegócio à região. Como destaca Thompson ao analisar o “descaso pelo tempo do relógio”, no debate entre tempo, disciplina de trabalho e capitalismo, “a notação do tempo que surge

7 Renata Maia foi inclusive a advogada responsável pela defesa dos agricultores nos processos envolvendo a questão das outorgas de água que serão abordados no capítulo X deste trabalho.

8BRAGA, Lara de Queiroz Viana. **Agronegócio cercando Agroecologia: modo de vida e conflito sócio-ambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará**. 181f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010;FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010; MARINHO, Alice Maria Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe - Ce: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. 217f. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; MARINHO, Alice Maria Pequeno; CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 166-214; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Qualidade de vida e perspectivas dos irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi-Ceará**. 139 p. Dissertação (Mestrado do Curso de Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998. RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos: documento síntese dos resultados parciais da pesquisa**. Edital MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/ CT-Saúde - Nº. 24/2006. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010; RIGOTTO, Raquel Maria (Organizadora). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, 2011; RIGOTTO, Raquel Maria; ELLERY, Ana Ecilda Lima. Caminhos na produção do conhecimento: cuidados, incertezas e criação. *In*: Rigotto, Raquel Maria (Organizadora). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 71-110; ROCHA, Mayara Melo. **Das águas que calam às águas que falam: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi**. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013; SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas, e continua a ser importante para as atividades domésticas e para os vilarejos” (1998, p. 271). O autor ainda destaca que existem diferentes marcas de tempo geradas por distintas situações de trabalho e de relações estabelecidas com os “ritmos naturais”. Nesse sentido, propomos alguns debates sobre formas de produção, saberes, cultivos, projetos de vida e resistências.

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, há uma breve contextualização sobre as quatro regiões de Apodi, trazendo informações sobre a formação fundiária e as principais atividades. Para esse debate, produzimos uma série de mapas que representam as transformações da paisagem ao longo das últimas décadas, priorizando as categorias: disponibilidade hídrica, práticas agrícolas e vegetação densa e superficial.

No segundo capítulo, proponho um debate sobre as diferenças nas formas de produção presentes na agricultura familiar e no agronegócio (projetos de vida e de morte). Para tanto, são de grande importância conceitos utilizados pelo pesquisador Boaventura de Sousa Santos no debate da sociologia das ausências. Nesse capítulo, também abordamos uma ação de resistência organizada pelas mulheres das comunidades rurais, a feitura de um conjunto de cartas enviadas à presidenta Dilma Roussef, solicitando o cancelamento do projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi.

No terceiro capítulo, trazemos à tona uma problematização sobre memória e território, a partir das ideias de tradição e resistências. A História Oral e as narrativas dos agricultores são centrais ao longo de toda a tese, e, nesse capítulo, detalhamos os processos das entrevistas além de um debate sobre os usos das narrativas orais. No penúltimo capítulo, convidamos o leitor para um debate entre o cultivo do arroz vermelho, tradicional no município, e a possível chegada de uma empresa agroexportadora de arroz branco. Para isso, nos debruçamos sobre a construção das cores também de formas simbólicas. Aqui também é iniciada uma discussão sobre os usos da água, que será mais bem desenvolvida no último capítulo.

Para o quinto e último capítulo, sugerimos uma discussão mais espacial sobre o território. Com a chegada de muitas empresas agroexportadoras, a cidade de Apodi vivencia um conflito socioambiental e produtivo, cujo núcleo está na disputa pelo modelo de desenvolvimento agrícola. Essa disputa pode ser percebida na construção das narrativas, bem como no embate pelos espaços e na confecção dos mapas. Aqui

tambémanalisamos os usos e as disputas por terra e água no território, aprofundadas pela vinda das empresas.

Como destaca o professor Nicolau Sevcenko, pode-se afirmar que, desde 1975 até o início do século XXI, a humanidade passou por cerca de 10 revoluções tecnológicas, “uma escala de mudanças jamais vista na história da humanidade” (2001, p. 38). E esse “surto vertiginoso das transformações tecnológicas não apenas abole a percepção do tempo: ele também obscurece as referências do espaço” (2001, p. 20). Todas essas transformações sucessivas representam também pontos de disputas e resistências, e, ao longo desta pesquisa, tentamos examinar alguns deles.

1. “O sertão é uma espera enorme” – As regiões de Apodi

Em 2014, eu havia chegado há pouco mais de um ano a Apodi, como professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Participei da organização da Exposição Cultural, Científica e Tecnológica (EXPOTEC), evento que acontece anualmente em todos os *campi* do IFRN. A mesa de abertura do evento tinha como tema os “Desafios e Perspectivas da Implantação do Projeto de Irrigação na Chapada do Apodi”. Nela, estavam o então diretor-geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), Emerson Fernandes Daniel Junior,⁹ e a professora Bernadete Maria Coêlho Freitas, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE), pesquisadora dos impactos da construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Ceará. Enquanto o diretor do DNOCS apresentou o que, segundo ele, seriam os benefícios que a obra traria para a região do oeste potiguar, a professora e geógrafa Bernadete apresentava os cruéis dados que evidenciavam como a obra causou muitas desapropriações e o uso desenfreado de agrotóxicos na Chapada do Apodi, no lado cearense.

Os técnicos do DNOCS já estavam visitando as comunidades da região da Chapada do Apodi/RN para cadastrar as famílias que deveriam ser desapropriadas. A obra do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi começou a ser colocada em prática entre o final de 2012 e o início de 2013. Por esse motivo, muitos agricultores estavam presentes a essa mesa para contestar as informações dadas pelo diretor do DNOCS. Este breve preâmbulo servirá para a compreensão de como se deu minha apresentação sobre o tema que agora compõe minha pesquisa. Foi nesse debate, de forma ainda muito incipiente, que pude começar a perceber a diversidade de comunidades rurais que existe na cidade. Mesmo que eu já conhecesse comunidades nas zonas rurais de algumas cidades do Ceará, como Limoeiro, Potiretama, Quixeré, aquelas várias organizações fundiárias pareceram muito diferentes.

De Fortaleza para Apodi, existem dois caminhos principais, mas ambos entram na cidade pela Chapada de Apodi, que divide o estado do Ceará do estado do Rio

⁹ Emerson Fernandes Daniel Junior, que é potiguar, foi nomeado para o cargo de diretor do DNOCS indicado pelo parlamentar do PMDB/RN Henrique Eduardo Alves (atualmente preso). Ele assumiu o lugar de Elias Fernandes Neto, que pediu exoneração do cargo em fevereiro de 2012, após ter sido acusado de favorecer seu estado (Rio Grande do Norte) em convênios do órgão.

Grande do Norte. De acordo com Câmara Cascudo, o nome da cidade se deu justamente por causa da formação geomorfológica, Apodi viria de Poty e seria o mesmo que “cousa firme, altura unida, fechada, uma chapada, um planalto” (1968, p. 67-68). Durante um ano, percorri esse caminho sem conhecer as várias organizações sociais, espaciais e políticas que estavam ali presentes. Foi a partir de 2014, que comecei a visitar as comunidades (principalmente na região da Chapada) e a entrevistar os agricultores para tentar compreender um pouco daquela miscelânea, que era a formação desse território.

Mas a Chapada é apenas uma das regiões presentes no território do município. Além dela, também há as regiões da Areia, Vale e Pedras. Desde o início das minhas entrevistas, eu ouvia dos moradores essa divisão sem compreender plenamente de que forma ela havia sido feita: “eu moro ali na região das pedras”, “eu era do Vale, mas vim morar na Chapada”, “minha família toda mora na região da areia”. Muitos trabalhos também traziam essa classificação de forma naturalizada. Em uma conversa informal com Agnaldo Fernandes, diretor do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Apodi, ele me disse que essa distribuição era cultural e muito antiga. Tinha uma relação com a oralidade, com a “memória nossa de lembrar as particularidades de cada região”. Essa definição usada por Agnaldo me remeteu ao conceito de *costume*, desenvolvido pelo historiador E. P. Thompson, que o situava “na interface da lei com a prática agrária”. “O costume é a interface” e “sua fonte é a práxis” (2017, p. 86). Uma distribuição cultural e muito antiga, como se legalmente estabelecida e muito relacionada com as tradições orais.

Muito da sabedoria dos mais antigos vem da observação da natureza. Como destaca a professora e historiadora Kênia Rios:

Os profetas da chuva e todos os outros agricultores que, de certo modo se irmanam com a natureza, sugerem reflexões para além da tradição de previsões do tempo. Colocam-nos em face de uma complexa articulação entre natureza e cultura, técnica e meio ambiente. (2017, p. 31).

Não foi surpreendente perceber que essa caracterização popular da região coincidia diretamente com os aspectos geológicos e geomorfológicos naturais do território. De acordo com o relatório elaborado, por município, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), em 2008, a área de Apodi:

Abrange terrenos da Bacia Potiguar e Embasamento Cristalino, sendo que a sede se situa na faixa de predominância da Formação Açú [**Região da Areia**], com Idade Cretácea Inferior, 120 milhões de anos, caracterizada por rochas do tipo arenitos, conglomerados, com intercalações de siltitos,

argilitos e folhelhos, formando solos bastante arenosos inconsolidados, de excelente permeabilidade. Por se tratar de zonas de recarga de Arenito Açú, esta faixa pode apresentar problemas de abastecimento de água, entretanto, localmente mostra-se bastante promissora quanto à potencialidade de captação de água subterrânea. Nos vales dos leitos dos Rios Apodi e Umari [**Região do Vale**] encontram-se depósitos aluvionares compostos de areias e cascalhos, com intercalações pelíticas, associados aos sistemas fluviais atuais, formando uma planície fluvial, área plana resultante da acumulação fluvial sujeita a inundações periódicas. A porção mais ao Norte do município [**Região da Chapada**] é caracterizada por rochas do tipo calcário sedimentar, folhelhos e argilitos da Formação Jandaíra, de Idade do Cretáceo Superior, 80 milhões de anos, formando solos menos espessos e mais argilosos. A porção mais ao Sul do município [**Região das Pedras**] caracteriza-se pela predominância de rochas do tipo gnaisses, granitos, migmatitos, xistos, lentes de calcário metamórfico (mármore) e anfíbolitos, pertencentes ao embasamento cristalino, com Idade Pré-Cambriano, em torno de 1.000 milhões de anos. Nesta área encontram-se elementos característicos da Formação Pendência, subsuperfície, aflorante ao sul da Bacia Potiguar, composto por arenitos finos, argilosos, intercalados silticos e folhelhos ricos em matéria orgânica, depositados em ambiente lacustre associado com deltas progradantes e planícies aluviais. Também ocorrem conglomerados e arenitos grossos, demarcando antigas escarpas de falhas, bem como turbiditos lacustres, mais restritamente¹⁰. (IDEMA, 2008)

Desse modo, cada uma dessas quatro regiões apresenta diversas particularidades e características específicas no que diz respeito ao acesso à terra e à água, à formação das comunidades, à produção agrícola e assim por diante. Não foi por acaso que, para nomear este pequeno capítulo, escolhi uma frase de Guimarães Rosa. Nesses quase 65anos da publicação do livro *Grande Sertão Veredas*, as imagens sobre o sertão, que foram tão brilhantemente construídas por essa obra, ainda dominam nosso imaginário. Um lugar de estranhamento e encantamento, uma travessia infinita. Um “sem lugar” que “está por toda parte” inclusive “dentro da gente”. Ao definir o verbete *Sertão*, no Dicionário da Terra, Luitgarde Barros destaca que o termo é de “difícil precisão, presente em documentos científicos e históricos, na linguagem literária e do senso comum” (2005, p. 425).

A bióloga e pesquisadora Emanuelle Rocha dos Santos, em sua dissertação de mestrado sobre agricultura camponesa e agroecologia em Apodi, elaborou um quadro no qual distingue cada região a partir da geologia, da fonte de água, do acesso à água, do tipo de produção e do acesso a terra.

10 Texto retirado do relatório por município elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), disponível no site <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=CATALG&TARG=61&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Socioecon%F4mico> acessado em Janeiro de 2020. Os destaques em negrito foram inseridos para a melhor identificação das regiões. SANTANA JUNIOR (2012) produziu um trabalho de zoneamento agroecológico que também delineou essas quatro regiões com base em suas características geoambientais e ressaltou a correspondência entre as formações geomorfológicas e as divisões feitas pela tradição oral .

Tabela 1: Características das regiões de Apodi

Região	Geologia	Fonte de água	Acesso à água	Produção Principal	Terra
Chapada	Formações Jandaíra e Açú	Aquífero Jandaíra	Poços profundos e cisternas	Caprinos, mel, manejo da caatinga, sequeiro, frutas	Assentamentos (INCRA e PNCF) e comunidades
Pedra	Cristalino	Barragem Santa Cruz e pequenos açudes	Cisternas (chuva), carros-pipa	Caprino, ovino e bovino, sequeiro e vazante	Comunidades, pequenas e médias propriedades (reforma agrária natural)
Vale	Aluviões	Rio Apodi	Poços amazonas (cacimbão)	Arroz, frutas, hortas, caprinos e ovinos, carnaúba	Comunidades, pequenas propriedades (reforma agrária natural)
Areia	Afloramento do Açú e aluviões	Lagoa Apodi, córregos e baixas (aquífero Açú)	Poços e Cacimbas	Bovino, cajueiros, carnaúba	Comunidades, pequenas propriedades (reforma agrária natural)

Fonte: (SANTOS, 2016, p.56)

Os processos de ocupação desses territórios e as formas de acesso à água também se revelam diretamente no tamanho das propriedades. As regiões da Areia e do Vale, com solos de boa permeabilidade e com maior facilidade de se conseguir água, são formadas por pequenas propriedades familiares (o que a pesquisadora denominou de Reforma Agrária natural), tendo pequenos lotes distribuídos, muitas vezes, entre pessoas das mesmas famílias. Enquanto isso, a região das pedras, onde as

possibilidades de se obter água são mais escassas, a concentração de terras já se torna mais perceptível. Na região da Chapada, abastecida pelo aquífero Jandaíra, o povoamento e as propriedades são muito mais heterogêneos.

Durante o ano de 2019, inspirados pela proposta de cartografia social, feita pelo Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social - LABOCART, da Universidade Federal do Ceará (UFC)¹¹, realizamos também a confecção de uma série de mapas a partir de imagens de satélites comparativas com amostragens dos anos 1984, 1994, 1999, 2009 e 2019. A obtenção das imagens de satélite foi feita por meio dos bancos de dados da United States Geological Survey-USGS (Earth Explorer) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais INPE (Catálogo de Imagens). A tabela 2 abaixo demonstra o tipo de imagem, o sensor e a data de registro¹²:

Tabela 2: Tipo de Imagem por data sensor e Instrumento

Data de registro	Sensor	Satélite
26/07/1984	Instrumento TM	LANDSAT 5
24/09/1994	Instrumento TM	LANDSAT 5
05/08/1999	Instrumento TM	LANDSAT 5
01/09/2009	Instrumento TM	LANDSAT 5
12/08/2019	Instrumento OLI-TIRS	LANDSAT 8

11 Durante o capítulo 2 todo esse processo será explicado mais detalhadamente. Sobre todo esse processo de elaboração ver: MAIA, RENATA CATARINA COSTA. **“COMO SE FOSSE O NOSSO SANGUE CORRENDO NAS VEIAS”**: A DIMENSÃO CAMPONESA DO DIREITO À ÁGUA A PARTIR DO CONFLITO AMBIENTAL ENTRE AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA EM APODI (RN). Orientador: Raquel Maria Rigotto. 2016. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

12 Segundo a metodologia de interpretação das imagens de satélite apresentadas por Poursanidis et al. , (2015), prováveis erros ocorrem no momento do tratamento das informações, a saber: I- Diferenças espectrométricas dos sensores de imagens de satélite, diferenças do instrumento TM para instrumento OLI TIRS; II- Variações espaciais de erros de georreferenciamento das imagens, e o consequente abaixamento em dados espaciais para cada unidade temporal; III- Agrupamento inadequado de classes por resolução temporal de cada imagem de sensoriamento remoto; IV Presença de nuvens e a dificuldade de distingui-las dos corpos d'água. No entanto, as correções minimizaram os erros de tal forma que não comprometeu a análise espacial do município de Apodi. Etapa 2) Distribuição e correções de histograma e Composição RGB no ERMapper 7.0. Etapa 3) Processamento dos rasters de composição no ArcMap 10.5. Os passos para realização da etapa 3 foram: ajustes das imagens por meio das ferramentas Georeferencing, Clip (ImageAnalyzer), Principal Components e Iso Cluster Unsupervised Classification com geração de pelo menos 6 classes. No entanto, com as diferenças espectrais de cada imagem, houve uma variação de 6 a 13 níveis de elementos espectrais distinguíveis que foram agrupados em 4 classes úteis conforme o objetivo do trabalho.

O refinamento e agrupamento manual de Classes foram executados segundo os passos: separação em 04 classes distintas dos elementos da paisagem (corpos d'água; vegetação nativa ou reflorestada densa; vegetação rasteira e agricultura; solo exposto e espaços urbanos), cálculo de área e análise temporal por meio da construção de gráficos e verificação de perdas e ganhos da extensão dos elementos da paisagem indicados nas classes:

I- Vegetação densa: Áreas com alta concentração de vegetação, principalmente nativa (ciliar, caatinga, tabuleiro e por vezes de revegetação);

II- Vegetação rasteira: Áreas com baixa densidade de vegetação, incluem agricultura, plantações diversas, pastos e nativa arbustivas;

III- Solo exposto e espaços urbanos: Áreas antropizadas e urbanizadas, ou de agricultura em início de cultivo, ou ainda de afloramento de solos, sedimentos e rochas;

IV- Corpos d'água: Áreas superficiais de espelho d'água em rios, lagos, lagoas, açudes e reservatórios.

Figura 1: Análise Temporal de Apodi

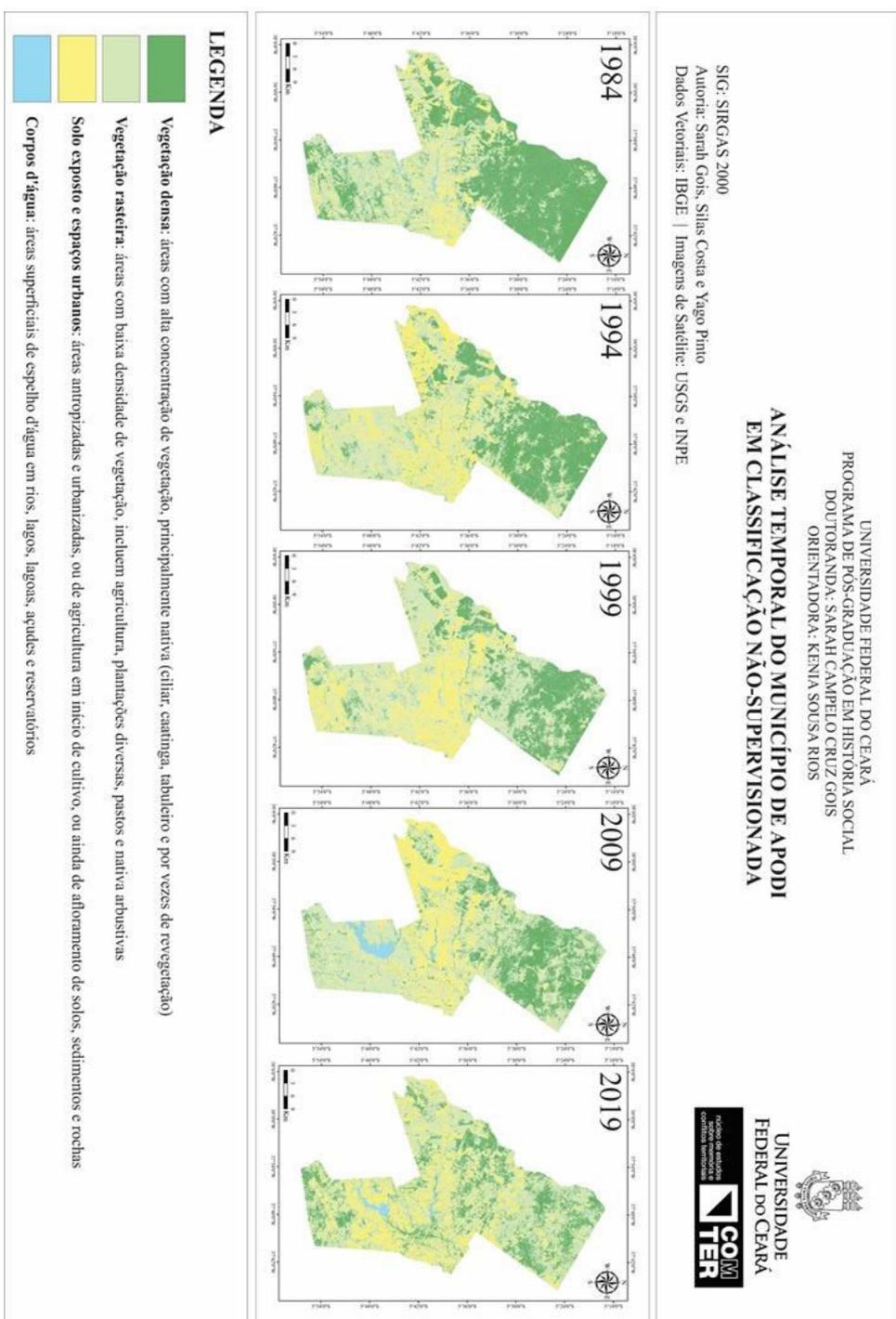
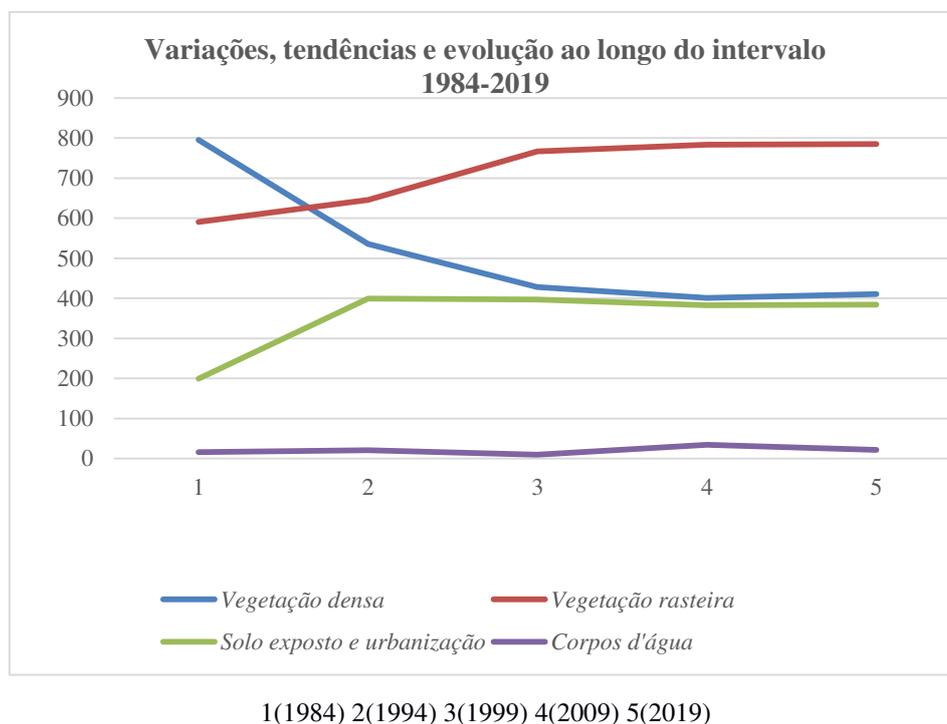


Gráfico 1: Tendência das classes analisadas Apodi

O panorama de Apodi revela que os corpos d'água mantiveram um comportamento constante no período analisado. Há antagonismo na evolução da vegetação densa em relação ao solo exposto e à urbanização, com decaimento e estabilização, desde 1999, daquele, enquanto este demonstrou aumento até 1994 e situação praticamente inalterada até 2019.

A vegetação rasteira, de forma análoga ao solo exposto, cresceu até o ano de 1999 e manteve os índices sem mudanças significativas até 2019. Para cada uma das regiões de Apodi, foram produzidos 5 mapas comparativos, levando em consideração cada uma dessas classes apresentadas que serão melhor debatidos nos próximos tópicos deste capítulo.

Desse modo, vale a pena fazer um pequeno percurso por cada uma das regiões. Se fôssemos seguir um caminho geográfico linear a partir de Fortaleza, entraríamos pela Chapada, em seguida Areia, depois Vale e mais ao sul Pedras. Entretanto, para o melhor entendimento desse trajeto, seguiremos outro caminho. Começaremos apresentando a região do Vale, berço da primeira associação de moradores; seguiremos pela região da Chapada, espaço de intensas lutas pela terra. Depois, abordaremos a região das Pedras,

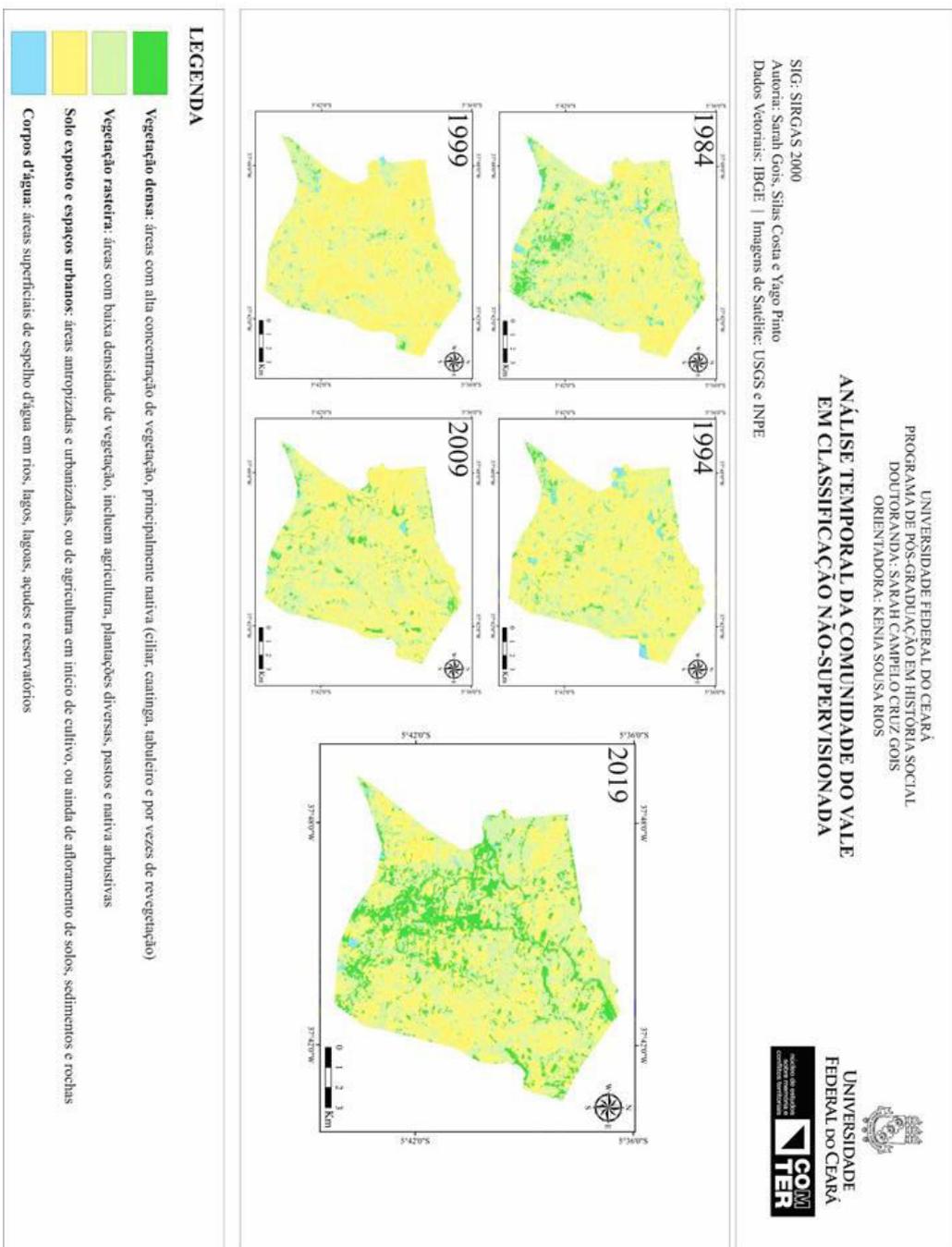
palco de muitas disputas pela água; e, por fim, falaremos da região da Areia, que abriga a sede da cidade e de diversas cooperativas.

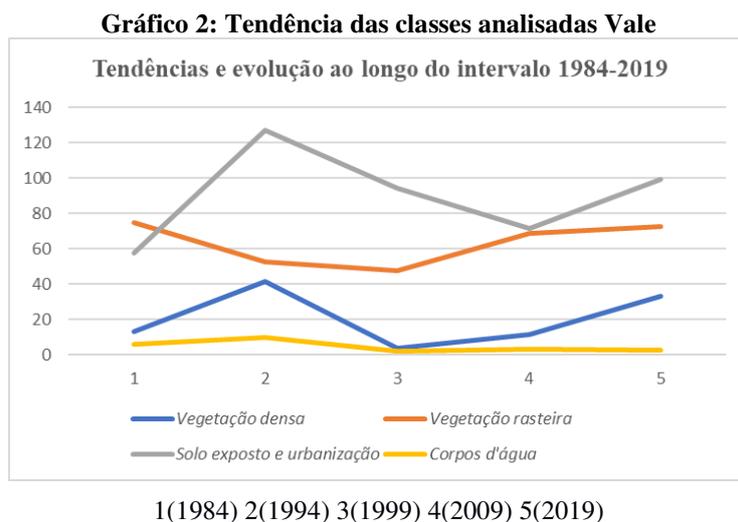
1.1.O Vale

A primeira vez que visitei a Região do Vale foi uma grande surpresa. Mesmo conhecendo as diversidades da caatinga, cheguei a Apodi, carregando, de forma inconsciente, uma memória imagética daquele sertão seco e pobre do Semiárido. Uma região por onde percorrem os rios Umari e Apodi, com bastante mata ciliar e solos aluviais. Lá, o acesso à água pode ser feito diretamente pelos rios ou através de poços amazonas, ou seja, poços mais rasos, onde a água brota de forma mais superficial.

Analisando imagens produzidas a partir das que foram feitas por satélite, entre os anos 1984 e 2019, é possível perceber a presença de muitos corpos de água, bem como o aumento da vegetação densa.

Figura 2: Análise Temporal da Região do Vale





Na região do Vale, a figura 2 e o gráfico 2 demonstram relativa estabilidade quanto ao comportamento dos corpos hídricos sem mudança significativa no período analisado. As demais classes apresentam mudanças que incluem aumento e decréscimo entre 1984 e 2009, mas uma tendência comum é o aumento percentual da expressão espacial de todas as classes. Mesmo a vegetação densa, que normalmente é reduzida quando há aumento da área de pastagem e urbanização, apresentou crescimento espacial, provavelmente influenciada pelos índices pluviométricos mais altos desde o final de 2018, pois, a vegetação densa está situada, geralmente, próxima aos cursos de água. Portanto, havendo aumento do volume hídrico, a cobertura vegetal tende a crescer para manutenção do ciclo de vida.

Justamente por esse acesso à água, as comunidades desenvolvem a cultura irrigada do arroz vermelho, além de hortaliças, frutas, mel, entre outras. São moradores dessa região duas pessoas muito importantes para o andamento desta pesquisa: Francisco Edilson Neto, um dos fundadores da primeira associação comunitária de Apodi e antigo presidente do STTRA, e Agnaldo Fernandes, atual presidente do sindicato, jovem agricultor e geógrafo.

Edilson e Agnaldo representam duas gerações bem distintas. O primeiro deles não conseguiu terminar os estudos e acompanhou de perto todas as políticas das frentes de emergência e combate às secas¹³. O segundo, que tem exatamente a minha idade,

13 Para Bursztyn(2008), as ações do Estado com relação ao combate à seca no Nordeste podem ser divididas em três grandes etapas gerais: antes de 1959, com ações assistenciais e setoriais como respostas aos problemas imediatos; entre 1960 e 1970, com ações assistenciais e ações programadas controladas pela SUDENE; e após 1970, com todas as características dos períodos anteriores somada a uma

terminou o ensino superior na Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA e já acompanhou o desenvolvimento da chamada Nova Política de Irrigação¹⁴. Edilson é morador da Comunidade Santa Rosa, e Agnaldo do Sítio Bamburrall, duas comunidades muito antigas de Apodi.

Edilson foi um dos sócios-fundadores da Associação dos Mini Produtores dos Sítios Reunidos, a primeira de Apodi. Ela congregava agricultores de 05 comunidades próximas da região do Vale, e sua sede foi construída através de um mutirão na comunidade de Água Fria, em 1984. Essa informação é importante, porque foi a partir da associação que se formou a oposição organizada que se dispôs a disputar a eleição para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi¹⁵.

Eu cheguei aqui no sindicato, aqui é uma comédia danada né. Eu perdi 3 eleição aqui na oposição sindical. Nós também começamos a criar a Associação e começamos já que o sindicato a gente [não tinha] na época, se eu não me engano em 79. Aí na seca de 83 a gente procurou o sindicato pra defender os trabalhadores. Como o presidente do sindicato na época preferiu ficar do lado do exército e não da gente, a gente viu que o sindicato era interessante e que os trabalhadores tivessem um sindicato a serviço deles e não a serviço do governo. Aí a gente fez, começou a fazer essa luta né, eu perdi 3 eleição, perdi 2 ou 3, ganhei, fizemos uma composição devido eu tá na chapa a FETAC ainda anulou 3 eleição porque eu tava na chapa, tava na composição, a federação do estado. É porque aí a gente viu que a gente sozinho não chegava, aí fez a composição, mas mesmo tendo feito a composição a FETAC, a federação não aceitou que a gente ganhava, aí anulava juntamente com os políticos, anulava as eleição. Aí quando a gente, os trabalhadores acharam que era interessante a gente continuar lutando né, porque o sindicato era o único que deveria estar ao lado do povo. Aí a gente fez uma composição, o primeiro presidente foi Chico, a gente viu que

modernização conservadora na qual o Estado assume o papel mais forte de “maestro” das transformações na paisagem.

14 A partir de 1995, tem-se início o Projeto Novo Modelo da Irrigação (PNMI) “com a contribuição de mais de 1.500 especialistas nacionais e internacionais em agronegócio da irrigação” (MI, 2008, p.12). O objetivo geral desse Projeto era desenvolver, validar e estabelecer “bases estruturais, conceituais, regulatórias, operacionais e financeiras com enfoque na região Nordeste” (MI, 2008, p. 12). Os objetivos específicos, por sua vez, consistiam em apresentar políticas e estratégias que viabilizassem: estimular o investimento privado em todas as fases do agronegócio da irrigação, orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade, priorizando os papéis de indução, orientação, regulação e promoção. [Pretendiam, ainda,] gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais, garantir eficiência no uso e na gestão da água para irrigação, identificar novas fontes e modelagens de financiamento e propor mecanismos para geração de informações e controle dos impactos ambientais e sociais. (MI, 2008, p.8). Além da “ênfase no agronegócio” (com a respectiva “mudança de mentalidade e de critérios de seleção de irrigantes” para os projetos); o do “apelo ambiental no marketing” (por meio de “mercados verdes” e “socialmente corretos”) e o da “busca sistemática pela competitividade no mercado globalizado” (MI, 2008, p.12-13). Assim, buscava-se transformar a “irrigação como negócio empresarial” e “política de desenvolvimento”; “a atração do investidor para a cadeia produtiva”; a existência de “projetos como estruturadores de polos” e o “avanço de sistemas de classificação e padronização de produtos” (MI, 2008, p. 12).

15 Na época a sigla ainda continha apenas um T (STRA) de trabalhadores. Recentemente tendo em vista uma mais efetiva participação das mulheres nas atividades do Sindicato, o nome foi modificado. Foi adicionado outro T (STTRA) em referência a Trabalhadoras e Trabalhadores.

enquanto fosse eu dificilmente os políticos iam deixar e o povo não tinha essa consciência que tem hoje. E depois a composição com o Moacir, eu saí vice, aí com 7 meses depois o companheiro faleceu, se acidentou, um acidente de moto, aí eu assumi, foi triste, muito triste isso. Ai começamos assumindo essa luta, foi já nos anos de 2007, aí eu terminei, tirei dois mandatos de um, 2 anos e 3 meses desse mandato que. Aí comecei a continuar que já havia feito, que a gente sonhava. Aí começamos a se organizar né com os trabalhadores, aí depois me elegi novamente, aí depois tive mais 2 mandatos. Aí a gente não tem dúvida que a gente com o povo construiu muita coisa importante né se você pegar hoje. E conseguimos também respeito, não só aqui em Apodi, mas externamos esse problema pra o Brasil inteiro. Confesso que foi muito difícil né, mas muito gostoso, porque as coisas difíceis Sarah são melhores do que as coisas fáceis. (Francisco Edilson, Outubro de 2017).

Em uma longa conversa, na sede do Sindicato, Edilson me explicou que, durante os anos 1970 e 1980, as soluções dadas para o problema das secas vinham através das frentes de emergência e do exército. Certa vez, um dos militares mandou que ele se ajoelhasse e pedisse água e, como ele recusou, ficou marcado na cidade. Com a construção da Associação dos Mini Produtores do Vale, muitos agricultores se animaram para a disputa sindical. Entretanto, a eleição só foi validada quando Edilson deixou de ser o presidente da chapa. A partir dos anos 1990 e 2000, o sindicato investiu, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, nas ocupações de terras e na formação dos assentamentos na Região da Chapada.

1.2. A Chapada

A região da Chapada é, sem dúvidas, a mais diversificada do ponto de vista do povoamento e do estabelecimento das propriedades. Foi a primeira que conheci, visto que o IFRN está localizado lá. Hoje é a região que apresenta o processo de conflito mais aparente. A construção do perímetro Irrigado Santa Cruz– Apodi estava prevista para essa região. Renata Maia, em sua dissertação, em 2016, indentificou algumas empresas já instaladas no território: a) a EW Empreendimentos Agrícolas Limitada - empresa de pequeno porte em atividade desde 2003 (ECONODATA, 2016a, *on-line*); b) a Angel Agrícola Limitada, empresa de pequeno porte em atividade desde 2006 (ECONODATA, 2016b, *on-line*); c) a Agrícola Famosa Limitada (em atividade desde 2015); e d) a Bessa Produção e Distribuição de Frutas Limitada (MAIA, 2016, p. 200).

A região da Chapada esteve, durante muitos anos, dominada pelos latifúndios. Assim que entramos na cidade, pela BR-405, podemos ver aqueles conjuntos de cercas, nas quais não sabemos decifrar onde está começado uma, nem terminando outra. Se ficarmos olhando atentamente para elas, é capaz de nos gerar aqueles enjoos provocados pelas movimentações rítmicas durante as viagens. Entretanto, se engana quem acha que

a Chapada se resume às grandes propriedades. Basta pegar alguma ruela de barro e fugir da BR para perceber que há vários tipos de propriedades na região.

Olhando as imagens produzidas para esta pesquisa, é notória a redução da vegetação densa. Durante os anos de 1980, havia um monopólio de latifúndios, muitos abandonados desde o decréscimo na produção do algodão. Vejamos a próxima figura:

Figura 3: Análise Temporal da Região da Chapada

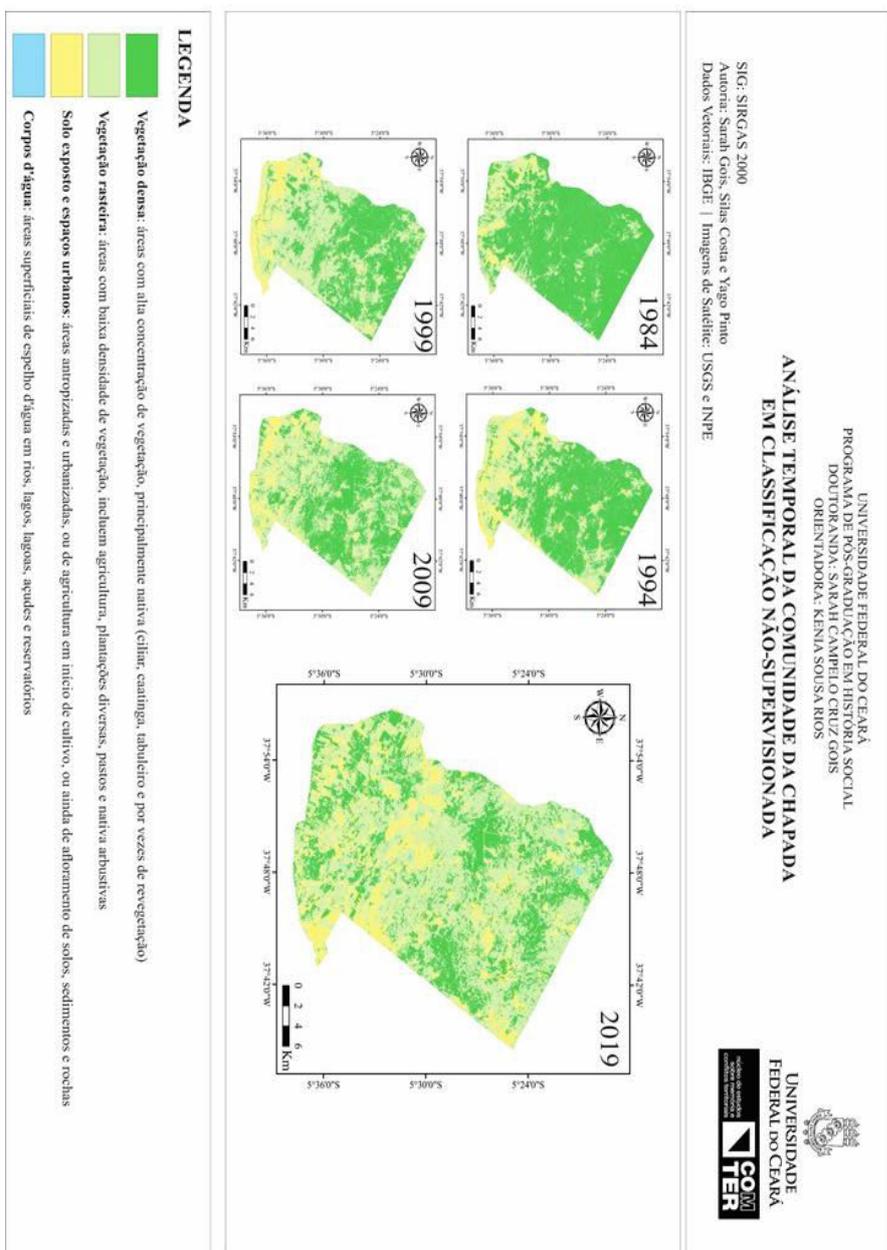
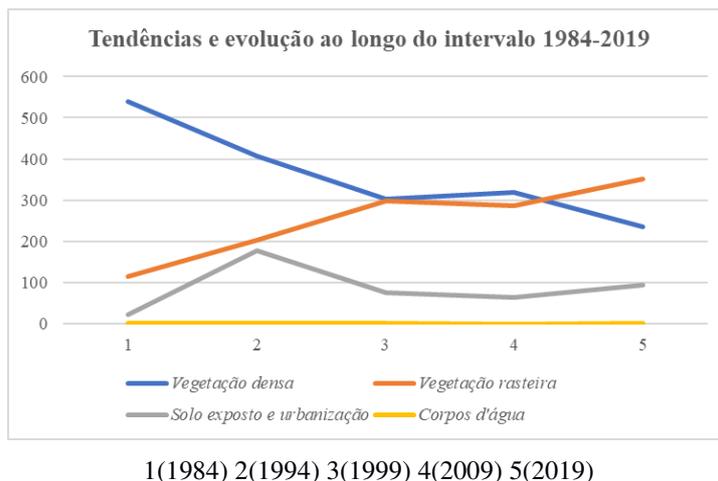


Gráfico 3: Tendência das classes analisadas Chapada

A região da Chapada apresentou, de maneira inversamente proporcional, um aumento do percentual de vegetação rasteira, em detrimento da vegetação densa. Um sinal da instalação efetiva da produção agrícola da região, principalmente a partir de 1990. Em 1994, houve um aumento das áreas com solo exposto e urbanização, com decréscimo de 1999 a 2009, mas com aptidão a um crescimento gradativo em 2019.

Praticamente, não houve alteração na expressão dos corpos d'água. Cabe destacar que essa região é marcada fortemente por terrenos sedimentares, e foram instalados muitos poços que exploram a água subterrânea, provavelmente, contribuindo para a manutenção da cobertura vegetal rasteira que agrega cultivos com espécies em crescimento, mesmo em períodos de escassez hídrica superficial.

Em maio de 2012, a pesquisadora e enfermeira Andrezza Graziella Pontes organizou um quadro com comunidades rurais da Chapada, as quantidades de famílias que nelas habitavam e a forma de acesso a terra. Em 2019, fiz algumas atualizações no quadro original. Nele, podemos perceber o quão diversa é a região.

Tabela 3 - Famílias da região da Chapada

Comunidades rurais	Quantidade de Famílias	Projeto de Assentamento INCRA	Quantidade de Famílias	Projeto de Assentamento de crédito Fundiário	Quantidade de Famílias
Algodão	07	Aurora da Serra	70	Agrovila Palmares	30
Aroeira Verde	03	Caiçara	60	Baixa Verde I, II, IV	51
Baixa do Tubarão	10	Frei Damião	50	Casulo	12
Campinas	03	Lage do Meio	28	Cruzeiro	02
Canto de Vara	15	Milagre	32	Imóvel Algodão	12
Carrasco	10	Moacir Lucena	25	Letícia	15
Chiqueiro dos Bodes	04	Nova Descoberta	42		
Coaçu	01	Paraíso	36		
Fazenda Nova Soledade	01	Paulo Canapum	60		
Fazenda São Luiz	01	São Bento	45		
Ipoeira	10	São Manuel	26		
João Pedro	07	Sítio do Gois	60		
Lage do Meio	18	Tabuleiro Grande	60		
Lagoa do Clementino	100	Vila Nova	10		
Lajedo da Ovelha	05				
Manoplo	06				
Morada Nova	10				
Mulugu	20				
Ostra	02				
Pau dos Ferros	40				
Pereiro da Raiz	01				
Poço Tilon	15				
Primazia	02				
Quadra	03				
Quixabeirinha	20				
Reis Magos	01				
São Francisco	65				
Serraria	01				
Sítio Baixinha	05				
Sítio Cruzeiro	02				

Sítio Lagoa Vermelha	04				
Sítio Planalto	06				
Sítio São José	05				
Soledade	450				
TOTAL	853	TOTAL	604	TOTAL	122

FONTE: PONTES

Salta aos olhos a quantidade de comunidades presentes no território, além do número de assentamentos advindos de desapropriações que foram feitas em grandes propriedades via INCRA ou Crédito Fundiário. A maioria delas, durante os anos 1990, a partir de ocupações de terras que foram efetivadas com a contribuição de organizações e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Apodi – STTRA. Sobre esse período, Edilson, em uma oficina realizada no Rio de Janeiro, relata que:

Essa Chapada era de 15 donos, de 15 proprietários. Por outro lado, os companheiros camponeses trabalhavam de meia pra esses patrão, e aí a gente diante dessa luta toda, começamos... Conseguimos o sindicato, que a gente depois fez toda uma luta pra que o sindicato ficasse com nós, porque a gente sempre tinha muito claro que o sindicato não era inimigo, era inimigo quem tava lá na direção, aí conseguimos tomar, fazer com que a direção ficasse na mão dos trabalhadores e o sindicato fosse aliado. Aí lá pelos anos 90, a gente começou a ocupar terra, a fazer reunião, a gente conseguiu com que desapropriassem 15 fazendas, e essas 15 fazendas hoje tem mais ou menos 600 famílias assentadas, e assentada vivendo, mantendo até o dia de hoje. [Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15] (TEIXEIRA, 2016, p. 224).

Foram essas desapropriações que deram origem aos assentamentos, uns via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a partir da negociação entre Estado e proprietário, outros via Crédito Fundiário, a partir da compra da propriedade através de associação de moradores. Até a década de 1970, as terras da Chapada eram dominadas pela produção de algodão para a exportação. Entretanto, com as crises de exportação, a queda nos preços do algodão, a migração dos latifundiários para outros setores de negócios e as sucessivas ocupações de terras, muitos grandes proprietários optaram por acordos com o Estado para a desapropriação de suas terras.

Uma das primeiras políticas de apoio à produção camponesa no território foi o Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Produtores Rurais CONTACAP, em 1995, financiado pelo PAPP – Programa de Apoio à Pequena Produção, uma parceria firmada entre o Governo Federal e o Banco Mundial. Era uma

conta de capacitação que, de acordo com a tese da socióloga Helciane de Fátima Abreu Araújo, propunha uma execução de serviços de assessoria técnico-administrativa, feitos por entidades não estatais, com atuação em assentamentos do nordeste, resultado de uma parceria entre INCRA, Ministério da Agricultura e Reforma Agrária – MARA e o Banco do Nordeste – BNB (ARAÚJO, 2010, p. 218). Ainda na lógica da modernização agrícola, mediante pacotes tecnológicos, essas foram as primeiras experiências de introdução da monocultura do melão irrigado nos assentamentos, até hoje considerada um grande insucesso, devido ao endividamento em que deixou os agricultores.

O CONTACAP serviu de referência para a criação do Projeto Lumiar (1997-2000), já com caráter nacional. Ele também tinha o objetivo de construir os Planos de Assentamento durante o processo de reforma agrária, bem como prestar assessoria técnica à execução desses planos. Segundo o plano de reforma agrária, lançado em 1997, o “Projeto Lumiar prevê a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos” (MEPF/INCRA, 1997, n.p.). Esses programas, em geral, associados às políticas de reforma agrária, marcaram o início da atuação de muitas das entidades, hoje em atividade na região.

As comunidades rurais da região se formaram através da chegada de grupos familiares que lá se fixaram. Como é o caso da comunidade de Quixabeirinha. De acordo com a fala dos moradores, por volta dos anos de 1950, uma família de onze pessoas apossou-se de uma área de terra na Chapada do Apodi, desbravaram matas e construíram casas. O patriarca dessa família, João Eduardo Freire (conhecido na comunidade como “papai João”), e sua esposa Maria Pureza do Nascimento (a “mãe Maria”) são considerados os fundadores da comunidade (PEREIRA, 2013, p. 74)¹⁶.

Como já dissemos, os assentamentos foram formados a partir de alguns processos de ocupações e desapropriações de terras. A fazenda de Antônio Filastres, desapropriada no final dos anos de 1980, ganha o nome de Assentamento Nova Descoberta. E, no final dos anos de 1990, os moradores do Assentamento Moacir Lucena resolvem homenagear o antigo dirigente sindical, morto em um acidente. Nesse

16 Trecho retirado da dissertação em saúde pública da enfermeira e pesquisadora Magda Pereira. Magda realizou uma grande pesquisa em 2013 e optou, como um procedimento exigido pelo comitê de ética, por não divulgar os nomes de seus entrevistados em seu trabalho. Sobre a história da comunidade de Quixabeirinha, ela identifica o entrevistado apenas como agricultor 7. No caso desta pesquisa, o entrevistado é também sujeito do discurso aqui construído e, por isso, é apresentado ao longo de todo o texto. Para isso, foi necessária a autorização escrita de cada um dos entrevistados para a utilização dos conteúdos das entrevistas.

mesmo período, também há a formação dos assentamentos de Tabuleiro Grande, Frei Damião e outros. A maioria dos nomes foi decidida coletivamente e eles faziam referência ou às características do terreno, ou às experiências vivenciadas nos processos de ocupação.

Talvez a história mais peculiar seja a da Agrovila Palmares, uma comunidade iniciada em 1998 e realmente inaugurada nos anos de 2000. O projeto foi encabeçado pelo então diretor da Força Sindical, Paulo Pereira, o Paulinho da Força que, com o sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comprou o latifúndio dos herdeiros de Aristides Pinto para implantar um projeto modelo em três etapas. Eles selecionaram 90 famílias e as dividiram em três grupos. Construíram 30 casas, caixas d'água, poço tubular, deram animais para a criação, 30 bicicletas, 4 km de estradas, rede elétrica, cisternas, televisores e capacitação dos agricultores. Como Neto conta no Cordel AGROVILA PALMARES: Nossa História de 1998 a 2014: “98 foi o ano em que tudo começou; Com a força sindical que essa causa abraçou; chegando em nossa cidade; pensando em prosperidade; uma propriedade comprou”.

De acordo com o plano, quando as primeiras trinta famílias conseguissem se manter sem o apoio da Força Sindical, seriam chamadas mais trinta para a segunda etapa e mais trinta para a terceira. Entretanto, a saída de Paulinho da Força da diretoria inviabilizou a continuidade do plano. Como Neto destaca na entrevista:

(...) Na época, quando houve mudança da diretoria da Força Sindical, que não foi mais o Paulinho, a diretoria achava que isso não era papel deles, era papel de Governo. Então começou a divergência e ficou nas 30 famílias. E aí eles deram uma certa condição, até dois anos, uma ajuda de custo. E daí, *passado* os dois anos, essa nova diretoria não queria mais apoiar esse projeto (Neto, agosto de 2015)

A partir daí, teve início a luta pela posse legal da terra. Como o número de famílias e de hectares totais (340 ha) foi considerado insuficiente pelo INCRA, não foi possível a compra direta da terra para a transformação em assentamento. Ao final, foi decidido pela doação com escritura em nome da APROMARE (Associação dos Produtores Rurais da Vila Palmares).

Então passou a luta da gente exigir a terra. Eles tentaram vender, repassar *pra* gente através de INCRA, de Crédito Fundiário, Banco da Terra, só que não foi possível. Uma vez teve uma visita do INCRA, repassar o assentamento *pra* o INCRA; o INCRA disse que a terra era pouca, não dava *pra* reconhecer como assentamento 30 famílias em 340 hectares. Aí o que eles acharam melhor? Doar o terreno *pra* gente. Então a opção que houve foi a doação. (Neto, Agosto de 2015)

A escolha do nome Palmares veio a partir de uma atividade audiovisual; após assistirem ao filme Quilombo dos Palmares, os moradores resolveram homenagear a história de Zumbi dos Palmares. “Escolhemos esse nome até como uma forma de representar ele” (Neto). Hoje a região da Agrovila abriga o “gargalo” do Perímetro Irrigado, bem próximo à primeira compota e ao sistema elevatório da adutora.

Foi uma das primeiras comunidades a ser visitada pelo DNOCS na tentativa de uma “adesão consciente ao projeto de agricultura irrigada” (DNOCS, 2013, slide 13). Isso porque, em um espaço de tempo entre 10 e 20 anos, o Estado já havia desapropriado grande parte dessa mesma região nas proximidades à obra do Perímetro para a formação dos assentamentos. Seria um enorme contrassenso assentar as famílias para, em seguida, desapropriá-las. Assim, a área do Perímetro Irrigado está situada ao redor de diversas comunidades rurais da Chapada (como Aurora da Serra, Soledade, incluindo o Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade¹⁷, e Vila Nova), além de margear outras (Milagre, Moacir Lucena, Lage do Meio, São Manoel, Frei Damião).

1.3.Pedras

A região das Pedras, conheci em um dia de lazer. Visitar a barragem e comer um peixe nas barracas ao lado dela é um dos grandes programas para o final de semana de quem mora em Apodi, principalmente se estiver sangrando água pelo escoadouro. A região é formada por rochas do embasamento cristalino, constituindo solos rasos e pedregosos característicos da depressão sertaneja, é a região que mais se aproxima das características típicas do semiárido.

A Barragem Santa Cruz é o segundo maior reservatório de águas superficiais do Estado do Rio Grande do Norte e com a maior concentração de água superficial do município. Através das adutoras, as águas da Barragem auxiliam o abastecimento de outros municípios, como Mossoró. Em contrapartida, a região é a que mais sofre com a falta d’água, e a maioria das comunidades é ainda abastecida por carros-pipa. É

17Lajedo de Soledade é um importante sítio paleontológico e arqueológico onde são encontrados vestígios de cerâmicas, material lítico da fase da pedra polida e registros rupestres variados, além de diversos fósseis da antiga fauna local, constituindo importante patrimônio geoturístico para a região. A exploração do gás natural na Chapada teve início em 1989 com a descoberta de reservatórios de óleo e gás na Formação Pendência, logo abaixo das formações Açu e Jandaíra entre 2000 e 3000 metros de profundidade. A extração é realizada no Campo Riacho da Forquilha. Como contrapartida apoiaram a realização de pesquisas sobre o Lajedo e a delimitação de áreas prioritárias de preservação, assim como o investimento em educação e turismo a partir da criação do Museu do Lajedo de Soledade em 1993 com apoio de organização da sociedade civil (Fundação dos Amigos do Lajedo de Soledade, 1990). <http://www.lajedodesoledade.org.br/>

umaregião com a presença de muitos pequenos açudes particulares, resultados das políticas baseadas na solução hidráulica¹⁸ de combate à seca. As margens destes pequenos açudes servem como áreas de plantio para produção irrigada, mas apenas em períodos curtos de estiagem.

Observando as imagens produzidas, é possível notar o impacto direto da construção da Barragem para a acumulação de águas superficiais na Região. Como podemos observar na figura 4:

18 A solução Hidráulica foi uma política de combate às secas, associada à construção de infraestruturas de armazenamento de água, realizada pelo programa de açudagem idealizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Para os pesquisadores Martins, Reis Junior, Burte (ET AL, 2012, p. 114): “No desencadear desta política, denominada de solução hidráulica”, gradualmente deu-se a inclusão de ações/programas estaduais e hoje está construída uma ampla rede de reservatórios sazonais e plurianuais. Para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, esta rede de reservatórios tem uma capacidade de estocar 28.714 hm³, e uma capacidade de regularizar 110,21 m³/s (Fonte: Brasil, 2011). Convém ressaltar que os investimentos necessários à implantação da infraestrutura decorrente da “solução hidráulica” foram disponibilizados de forma esparsa e, frequentemente, como resposta política a um episódio de seca.

Figura 4: Análise Temporal da Região das Pedras

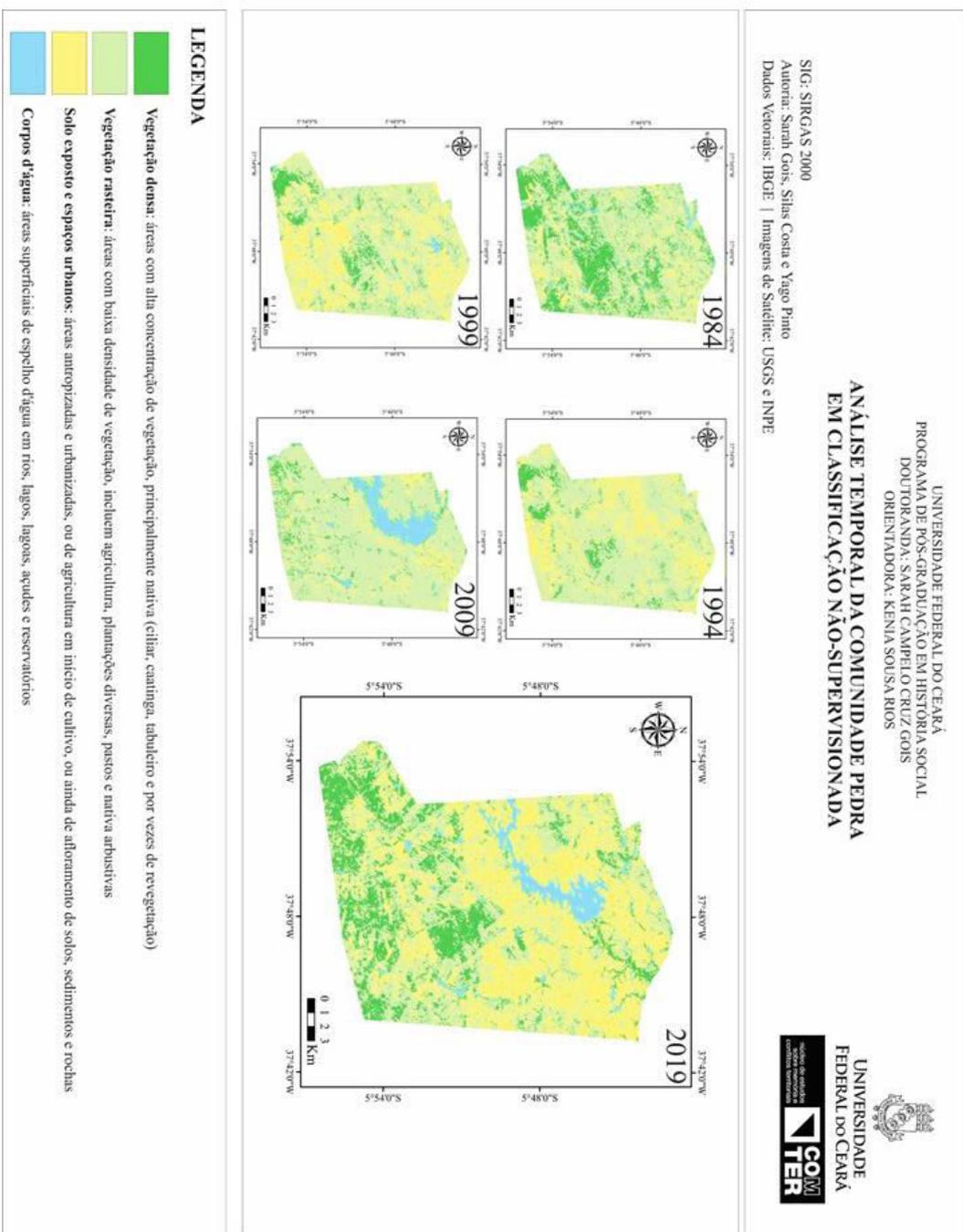
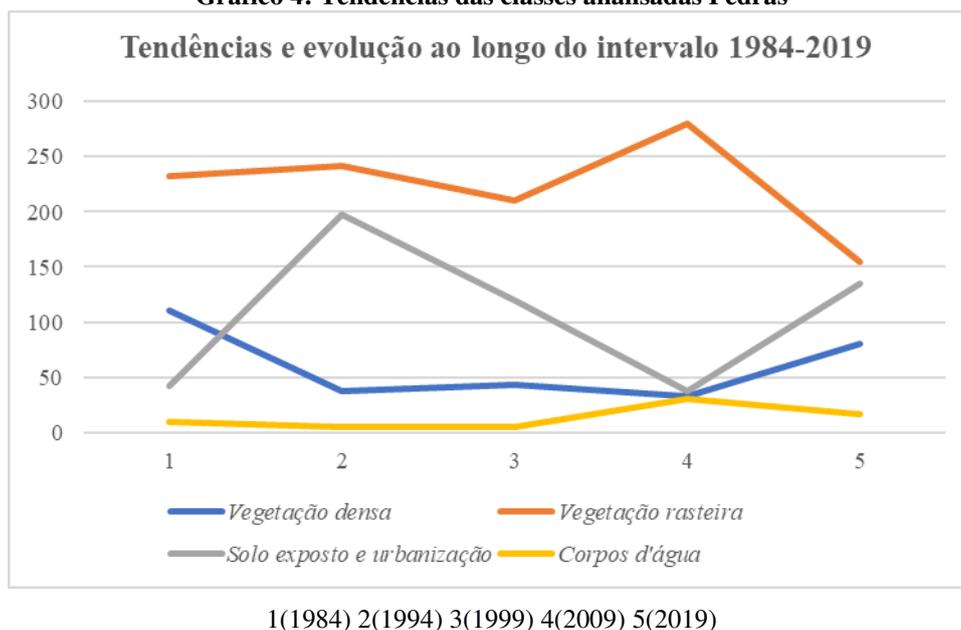


Gráfico 4: Tendências das classes analisadas Pedras



Analisando os dados da imagem e dos gráficos, é possível afirmar que a região das Pedras apresentou comportamento de decréscimo da vegetação rasteira entre os anos de 1984 a 1999. Houve aumento da expressão territorial dessa classe em 2009 e, em 2019, uma queda vertiginosa.

A classe referente a solo exposto e urbanização apresentou salto significativo em 1994, com queda, também representativa, de 1999 a 2009 e crescimento em 2019. Os corpos de água mantiveram comportamento praticamente constante, mas com tendência à diminuição da expressão espacial. Finalmente, a classe vegetação densa demonstrou comportamento decrescente de 1984 a 2009, com propensão a crescimento em 2019.

A região das Pedras é a que apresenta as características mais marcantes do semiárido. Pelas dificuldades de acesso à água, há uma maior concentração de terras, e a grande maioria das propriedades possui tecnologias de estoque de água, como cisternas. Historicamente, a concentração de água esteve associada à concentração de terras, à impossibilidade de um trabalho livre e autônomo e à existência de relações clientelistas. A produção principal é composta de roçados de sequeiro e, nas vazantes dos açudes, também se planta feijão, batata-doce, macaxeira, jerimum, melancia.

Muitas famílias, inclusive, que conseguiram ser assentadas na região da Chapada, vieram de comunidades da região das Pedras. Como Antonieta, que foi da comunidade de Melancias para o assentamento Milagres. Foi também na região das

Pedras, na comunidade Santa Rosa, que conheci o casal Seu Raimundo e Dona Francina, que ainda aparecerão várias vezes no decorrer deste trabalho.

A região das Pedras também foi bastante impactada pela questão da cobrança das outorgas de água, assunto que veremos detalhadamente mais adiante.

1.4.Areia

Deixei por último a região da Areia, por ser aquela em que estive mais presente, mas a que menos conheci. É na região da Areia que está situada a sede do Município, a lagoa de Apodi, e onde estava a minha casa. É um terreno com acesso à água de boa qualidade em poucos metros de profundidade, caracterizando uma região com maior facilidade de produção agropecuária, devido à maior disponibilidade hídrica. Da mesma forma que na região do Vale, a formação fundiária da região da Areia esteve pautada em minifúndios de ocupação familiar.

Foi na comunidade do Sítio Córrego que tiveram início as primeiras cooperativas da região e, devido à proximidade e ao fácil acesso à sede municipal, muitos agricultores participam da Feira da Agricultura Familiar, no centro da cidade. Na região da Areia, os plantios de sequeiro predominam, assim como a cajucultura não irrigada, porém o acesso à água é mais fácil por cacimbas rasas, enquanto o plantio de capim e a criação de bovinos são realizados no baixio do córrego que atravessa toda a região, alimentando a Lagoa do Apodi.

Figura 5: Análise Temporal Região da Areia

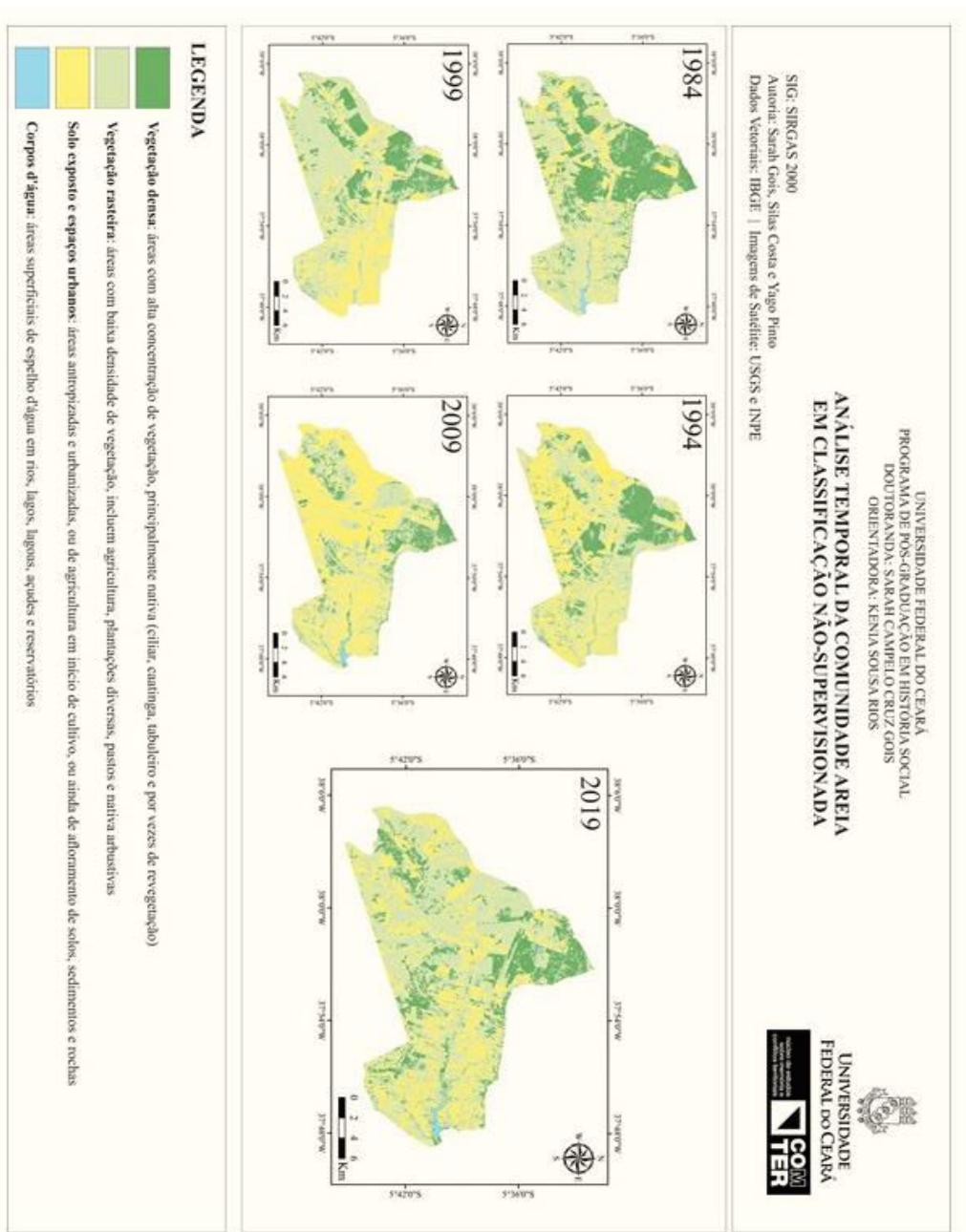
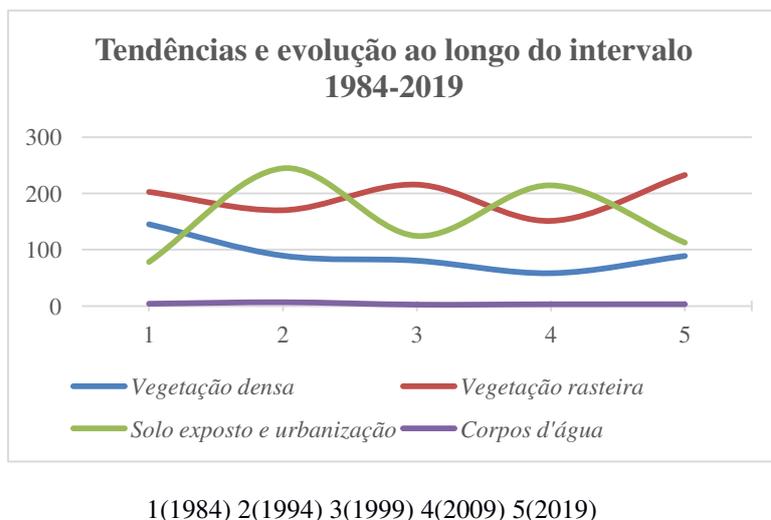


Gráfico 5: Tendências das Classes analisadas Areia

Na região de Areia, as classes de solo exposto e a vegetação rasteira apresentam várias oscilações, inclusive inversamente proporcionais. Olhando para o Gráfico 5, é possível notar as linhas verde e vermelha passando uma pela outra em vaivém. Quando a espacialidade de solo exposto aumenta, a vegetação rasteira diminui, até que, em 2019, a tendência da linha para essa classe é a de diminuir. No caso de vegetação rasteira, há indícios de crescimento em 2019. A classe corpos d'água mantém comportamento constante durante todo o período analisado, e a vegetação densa diminuiu entre os anos de 1984 a 2009, apontando suave crescimento em 2019.

O território do sertão do Apodi¹⁹, que engloba ainda os municípios vizinhos de Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema, dispõe de sindicatos dos trabalhadores rurais com comissão de jovens e mulheres em todos as suas sedes com cerca de 15.542 sócios ativos. Existem 13 fóruns constituídos de associações, compostos por 410 iniciativas comunitárias e assentamento de reforma agrária. Somam-se a estes, 06 cooperativas de agricultores familiares, sendo 04 em Apodi. De acordo com o PTDRS, existem no território 23 ONGs que atuam na área da assistência

19 O município de Apodi junto a outros 16 municípios do Estado constitui atualmente o território Sertão do Apodi, um dos 10 territórios rurais do Rio Grande do Norte. Essa classificação é utilizada para designar toda a região no entorno da cidade de Apodi e foi definida com base em elementos geomorfológicos e também sociais. O Território Sertão do Apodi abrange a área de 8.280,20 km², é composto por 17 municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema (NUNES et al, 2011).

técnica executando projetos do Governo Federal em parcerias com diversas instituições que atuam no território (NUNES et al, 2011, p.11).

Nesses caminhos pelas comunidades de Apodi, coletando entrevistas e experiências, conhecendo novas paisagens, é que foi se forjando essa história, organizada através de uma narrativa verossímil, que substitui ou tenta falar em nome do pretérito irremediavelmente ausente. Essa caminhada foi uma espera enorme...

2. O AGRO entre a cultura e o Negócio: Projetos de vida e morte

2.1. Projeto da morte

Desde que cheguei a Apodi, ouvi a expressão “Projeto da Morte”. Foi assim que Neto, a primeira pessoa que entrevistei, se referiu ao Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi, em 2014, durante sua fala em uma mesa realizada no IFRN²⁰. Na grande maioria das falas que ouvi no Sindicato, ou nas atividades nas Associações de moradores, era dessa forma que muitos agricultores se referiam à construção das obras e à chegada das empresas.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental do PISCA (RIMA), desde o ano 1972 que a SUDENE e o Banco Mundial realizavam estudos abrangendo municípios da região da Chapada do Apodi. De acordo com o RIMA (2009, p. 12) estudos de reconhecimento de alta intensidade incluíram a classificação de terras para uso em irrigação”. Em 1985 o DNOCS aprofundou esses estudos e em 1994 foi desenvolvido pela Secretaria de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, o PLANGESF – Plano de Gestão de Recursos Hídricos para Derivação das Águas do Rio São Francisco. Dentre os Aproveitamentos Hidroagrícolas incluídos no PLANGESF se destacou o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, abrangendo uma área total de 26.372 ha.

Esse projeto da PLANGESF foi nomeado de anteprojeto e, a partir de um novo estudo hídrico, após a construção da barragem Santa Cruz Apodi, a área irrigada agricultável sofreu uma vertiginosa redução. O projeto final previa uma área agricultável bruta de 8.197 hectares, dos quais apenas 5.200 são considerados superfície agricultável útil.

Fizemos uma pequena apresentação do histórico do projeto para tentar compreender a construção da narrativa sobre ele feita pelos agricultores. Durante as entrevistas dos moradores da região da Chapada, eu esperava que o termo “Projeto da Morte” surgisse para só depois perguntar sobre ele. Agronegócio, empresas, veneno, Projeto da Morte ou apenas Projeto, assim que normalmente eram marcadas, nas

20Em um debate sobre a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi, realizado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, campus Apodi, em 2014, Neto foi chamado de mentiroso, por um dos técnicos do DNOCS presente no espaço. Quando Neto destacou toda a produção que tinha em sua propriedade e afirmou que ela não havia sido levada em consideração pelos técnicos que haviam estado lá, um dos representantes da comitiva do DNOCS se exaltou e disse que Seu Neto estava mentindo. Para mais informações sobre o evento e seus desdobramentos ver: GOIS, Sarah C. C. Narrativas de Água e Fogo: Atraso e Progresso na Chapada do Apodi. IN: RIOS, Kênia Sousa. (Org.) História Oral e Natureza: Resistência e Cultura. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

narrativas dos entrevistados, a oposição entre seus modos de vida e produção e o que vinha de fora (o PISCA e as empresas de fruticultura irrigada). Sempre (nas entrevistas que realizei) associados à imagem de morte:

Porque é veneno, é uma coisa que mata que acaba que destrói. E o agronegócio é isso. A palavra certa para o agronegócio é o veneno, porque ele mata, ele acaba ele destrói com tudo. Ele não destrói só o solo, mas como as famílias, tudo que existe no nosso planeta o veneno acaba, o agronegócio acaba, tudo que você construiu (Ivone Brilhante, Outubro de 2017).

O Perímetro, porque ali foi uma surpresa. Nós estávamos tudo achando que o [projeto] da morte, o da morte maior ia ser esse. E deixa que por trás, os grandes, as grandes empresas, esses grandes políticos que acabam sendo. [...] Por isso que a gente especificava dizer da morte né, das empresas. Aqui, o primeiro [projeto] passava aqui, o canal passava de frente aqui o meio dessa vila, no primeiro (Antonietta, Outubro de 2017).

Aí não esses projetos quando eles vêm, “não vamos irrigar a Chapada que é para o desenvolvimento”, para o desenvolvimento de quem? Das empresas, nosso não, porque nós não temos condições de trabalhar para eles, nós temos condição de trabalhar pra eles ser escravo deles, mas de trabalhar pra ter a produção para vender, nós não tem condição de jeito nenhum (Pedro Batista Setembro de 2015).

Talvez numa tentativa de busca pelo ídolo das origens²¹, fiquei por muito tempo tentando descobrir se alguém havia caracterizado o projeto daquela forma ou se, de forma espontânea, os próprios moradores da região da Chapada haviam escolhido aquele termo para se referirem ao projeto. Na grande maioria das entrevistas que realizei entre 2015 e 2016, para o projeto de extensão desenvolvido junto ao IFRN, o termo aparecia de forma quase naturalizada. Até que, em outubro de 2017, finalmente consegui fazer a entrevista com Edilson, ex-diretor do STTRA, e, quando perguntei sobre as transformações na região da Chapada, ele me disse:

Ai de repente chega o projeto, que eu denominei o “Projeto da Morte”, que é o projeto da morte mesmo, porque na verdade, só em ele se instalar já foi os impactos que causou. Imagina se ele tivesse tido sucesso? Ai esse projeto a gente não tem dúvida que foi pra atrair as empresas do agronegócio pra cá. É tanto que todas as empresas que acabaram com a terra do Maranhão estão aqui, que acabaram com a terra de Limoeiro estão aqui, que acabaram com o coisa [sic]. É isso Sarah o Ceará abriu já o olho da gente, principalmente Lagoa dos Cavalos, lá em Russas, ai que eu tive a felicidade de conhecer Lagoa dos Cavalos com Casa de Sementes, com uma diversidade muito grande, e fiquei muito triste no ultimo dia que eu fui lá, não tinha mais nada disso. E assim a gente começou a fazer esse debate, e começou vendo que era necessário a gente se contrapor a isso. Mas na verdade, o agronegócio quando chega é a morte mesmo dos agricultores, porque eles conseguiram logo nos dividir (Edilson, outubro de 2017).

Nesse trecho, Edilson afirma que foi ele mesmo quem denominou o projeto dessa forma depois de visitar algumas regiões impactadas pela construção de outros Perímetros Irrigados. Ele está se referindo a uma série de vivências que foram realizadas entre os agricultores de comunidades do Rio Grande do Norte e do Ceará. A partir de

21 BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

2011, são realizados vários intercâmbios entre agricultores e agricultoras da porção potiguar com os da porção cearense da Chapada do Apodi. Em outubro de 2013, inclusive, tive a oportunidade de participar de um desses intercâmbios, em Limoeiro, na Caravana Agroecológica e Cultural da Articulação Nacional de Agroecologia.

Edilson também fala sobre a comunidade de Lagoa dos Cavalos, na região do Vale do Jaguaribe. Ela foi diretamente afetada pela segunda etapa da construção do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas. Teve uma parte de seu território desapropriado e sua paisagem completamente modificada. De acordo com a cartilha “História, memória e conflitos territoriais no Ceará: Comunidades do Tabuleiro de Russas”, produzida pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER):

Hoje, Lagoa dos Cavalos encontra-se cercada. Do lado direito de quem entra na comunidade temos o Serrote da Tapera e o afloramento do embasamento cristalino, com solos impróprios para o desenvolvimento da agricultura; e do lado esquerdo, limitando com os pequenos quintais das famílias, a estrada e o canal do território do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas (ALMEIDA et al, p. 85).

Na região da Chapada, a comunidade Agrovila Palmares é, por vezes, comparada à comunidade de Lagoa dos Cavalos; ambas seriam uma espécie de gargalo dos projetos, pois estão situadas logo na região inicial das obras. Como já foi dito anteriormente, seria uma incoerência desapropriar novamente as mesmas terras dos assentamentos de Reforma Agrária do INCRA e, por isso, muitos deles são apenas tangenciados pelo polígono do Projeto PISCA. Entretanto, a comunidade Agrovila Palmares se tornou um alvo direto para a desapropriação visto que as terras estão em nome da Associação dos Moradores e poderiam ser vendidas e/ou transferidas. Por todos esses motivos, a comunidade, desde o anúncio do projeto, foi constantemente pressionada pelo DNOCS.

A entrevista com Edilson não foi fácil de ser realizada. Ele mora na região do Vale e para ir até a sede precisa de alguém que olhe sua criação. Dessa forma, nos encontrávamos nas atividades, entretanto nunca conseguíamos conversar com calma depois delas, pois ele estava sempre apressado em retornar para casa, para a lida com os animais. Por anos ele foi diretor do Sindicato, uma figura muito importante na articulação das lutas dos anos 1990 e 2000, mas, desde 2014, estava um pouco mais afastado da diretoria.

Nossa conversa foi dividida em dois momentos. Primeiro, numa sala do Sindicato depois de um Fórum da Agricultura Familiar (de forma mais apressada); e, depois, na propriedade em que ele produz, durante a colheita do arroz, de forma bem mais tranquila. Foi lá que ele me falou sobre as dificuldades que a militância sindical trouxe para sua vida familiar:

Eu até hoje tenho um trauma, meu filho casou com 18 anos, no dia que fez 18 anos, aí eu fui reclamar a ele, ele noivou, pediu a menina. Aí quando eu disse a ele: “Meu pai o senhor falou comigo quantas vezes?” Aí eu assim, dói muito pra mim, porque isso eu num tive oportunidade de ter uma vida pra os meus filhos, na verdade, uma vida coletiva, mas pra todo mundo. Isso foi umas coisas assim, mas eu também sinto hoje que eu não deveria ter se afastado da família tanto né, porque a família queira ou num queira, é ela que tá próximo de você, é ela que você tem pelo resto da vida. (Edilson, outubro de 2017).

E mesmo que a militância tenha provocado essas suas ausências, Edilson também destaca a sua realização por ter conseguido criar os filhos sem que nenhum deles precisasse trabalhar nas empresas de fruticultura irrigada:

E pra mim hoje eu me sinto realizado, porque eu criei 4 filhos, nenhum trabalhou em nenhuma empresa. A gente sempre produziu e meus filhos era quem vendia nas feiras. E a gente vive muito bem, muito melhor do que tá trabalhando nessas empresas do capital. E vivi sossegado né, vamos dizer hoje eu já tenho 4 netos, mas os netos, a vida deles tá mais diferente da nossa (Edilson, outubro de 2017).

Edilson é o mais velho dos 9 irmãos e, ainda criança, começou a trabalhar com o pai na agricultura. Sua participação política começou junto às Comunidades Eclesiais de Base²² e posteriormente à Comissão Pastoral da Terra. Adiante em sua entrevista, ele vai dizer que não imaginava ter tanto protagonismo na região pelo fato de não ter estudo. Porém, ele ouvia que, com o trabalho de base da Igreja, a população afirmava: “a gente entendeu que mesmo você não sendo doutor, mesmo você num sabendo ler, você era capaz de fazer alguma coisa para o seu irmão” (Edilson, outubro de 2017).

A fala apresentada por Edilson entra em concordância com a reflexão do historiador Montenegro sobre os processos de lutas das populações mais pobres. Ele destaca que “a fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do ‘não ter’” (1994, p. 38). Nesse sentido, mesmo na ausência do estudo formal, existem outras formas de saber que podem ser apreendidas através da experiência. E a fala está muito associada aos processos de resistências e denúncias. Para ele,

22 Sobretudo para o caso do Nordeste ver BEZERRA, Viviane Prado. Porque se *nois* não agir o *puê* não sabe se *nois* existe nu mundo: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 - 1980). Sobral, CE: ECOA, 2014.

Aprender, apreender, apropriar-se de um saber que estabelece direitos: a capacidade de articular o ato de pensar a fala, desenvolvendo argumentos em torno de um saber que muitas vezes é cerceado às camadas populares, exige um longo processo de socialização. [...] Aprender a discutir, a defender uma idéia, a ouvir outras idéias, a inventar argumentos na defesa do seu ponto de vista, dar sua opinião é um caminho a ser trilhado (1994, p. 38).

Foi assim, falando e articulando argumentos, bem como escutando de forma intencional e consciente, que Edilson construiu, juntamente com o Sindicato, com outros agricultores e entidades e com a participação da Universidade, o mote: Projeto da Morte²³. Em contraposição à vida que eles almejavam ter, aquilo que viria para roubar as suas vidas, logo, seria de morte. Seguindo esse mesmo raciocínio, vale à pena trazer a tona o debate feito por Paul Zumthor, no livro *Introdução à poesia Oral*, sobre os contrastes entre oralidade e escritura. “Oralidade não significa analfabetismo, o qual, despojado dos valores próprios da voz e de qualquer função social positiva, é percebido como lacuna” (1977, p. 27). Aqui Zumthor critica inclusive muitos autores que, ao se debruçarem sobre os estudos de “formas orais da poesia” veiculam essas formas de linguagem a “estereótipos primitivos” (1977, p. 27).

Não à toa no Posfácio deste livro a Professora Jerusa Pires Ferreira explica que a construção dessa obra foi feita após a visita de Zumthor à região de Feira de Santana na Bahia e a intensificação de seus estudos sobre a cultura oral sertaneja. *Introdução à poesia oral* “é um livro que provém dessa experiência no Brasil, conforme declarou, em muitas das entrevistas que deu”(Ferreira, 1977, p. 302). Para tanto, ele dedicou-se aos estudos das literaturas orais, somando à bagagem medievalista a experiência com a cultura brasileira fortemente oralizada em textos de poetas populares.

O protagonismo de Edilson estava justamente associado a potência de suas palavras e aliado à intensa identificação que ele despertava entre os outros agricultores. Sobre esse poder da enunciação, Zumthor ressaltou que:

A enunciação da palavra ganha em si mesma o valor de ato simbólico: graças à voz ela é exibição e dom, agressão, conquista e esperança de consumação do outro; interioridade manifesta, livre da necessidade de invadir fisicamente

23 Em 2012, após a assinatura da ordem de serviço para o início das obras do PISCA, é construído o dossiê denúncia: “Projeto da Morte”. O documento é uma coletânea das principais irregularidades encontradas no projeto direcionado ao Ministério Público Federal. Assinam esse dossiê A Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará – RENAP/RN-CE, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi/RN, Via Campesina, O Grupo de Estudos em 4 Direito Crítico, Marxismo e América Latina – GEDIC, Projeto Ser-tão, Coopervida, FETARN, Centro Feminista 08 de março, Centro Terra Viva, Rede Pardal, ASA – Potiguar, Fórum da Agricultura Familiar de Apodi, Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Palmares, Escritório Popular, Centro de Referência em Direitos Humanos – UFRN, Pastoral Operária/RN, Mire, Grito dos excluídos/as.

o objeto de seu desejo: o som vocalizado vai de interior a interior e liga, sem outra mediação, duas existências (1997, p. 15).

Várias existências ligadas pelas palavras que pautavam a luta e a resistência. Além das vivências nas comunidades a partir do ano de 2011, muitas atividades foram propostas pela Universidade Federal do Ceará, principalmente pelo núcleo TRAMAS – Trabalho, Saúde e Meio Ambiente. Observando as linhas de tempo que foram construídas pelas pesquisadoras PONTES (2012), PEREIRA (2013), TEIXEIRA (2016), SANTOS (2016) e MAIA (2016) é possível perceber a importância do Seminário “Impacto do Agronegócio/Agrotóxicos à Saúde, ao Trabalho e ao Meio Ambiente”, realizado em 2011, no STTRA, com a presença da professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto.

Em seu trabalho, Magda Pereira (2013, p. 63-69)²⁴, enfermeira e mestre em Saúde Pública pelo Departamento de Saúde Comunitária/Faculdade de Medicina/Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa na área de Produção, Ambiente e Saúde, apresentou várias falas de agricultores sobre a importância dessas ações e do Seminário para a construção de sua opinião sobre o Projeto do PISCA:

(...) eu acho que foi bem interessante esse intercâmbio que a gente foi lá, por que antes desse intercâmbio houve um seminário aqui com a professora Raquel e agricultores que diziam: não, não existe, isso não é assim, porque eu conheço pessoas que já trabalhou lá e isso não é assim! E nesse dia do intercâmbio essas pessoas foram. Teve um agricultor, ele foi e ele dizendo que não, não era daquele jeito; e quando ele chegou lá que ele viu a realidade (Agricultora 1).

Ipanguaçu eu conheci através da pesquisa com a companheira Andrezza, a gente fez uma visita lá no dia vinte e três de agosto de 2011. Foi muito interessante e o que me doeu mais é que tava 17 famílias em três salas de aulas! Fazia seis meses que não tinha aula *prasc*rianças, porque essas famílias que tinham sido drenadas *pra* lá, muitas famílias que já vinham de Natal, de outras regiões. E elas foram obrigadas a ficar naquele colégio, que eles num tinha casa (Agricultora 3).

(...) quando a gente chegou lá [em Ipanguaçu], *tinha* pessoas em condições totalmente desumanas, morando em um colégio lá! A água é tirada de dentro do rio *pra* abastecer a comunidade e a gente viu que aqueles drenos correndo *pra* as casas, a gente via os vidros de veneno. Quem sabe que aquela água não esteja contaminada?! (Agricultor 2)

(...) Eu vi no Ceará. A gente viu lá um canal, tinha uma casa que tinha um canal de placa feita pelo governo; no local que era a cisterna, o canal passou. Arrancaram a cisterna, a ponta da calçada da casa. O cara ficou sem a cisterna e eles não aceitam usar aquela água. Imaginou um negócio desse?! Quer dizer, é uma situação *pra* matar, *né*, veio *pra* matar! (Agricultor 9)

24 Magda Fabiana do Amaral Pereira atualmente é professora do Departamento de Enfermagem (DEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Coordenadora Adjunta do Laboratório de Semiologia e Semiotécnica da Faculdade de Enfermagem (FAEN/UERN). Coordenadora Adjunta e Professora do Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas (CRR UERN). Membro titular do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UERN). Tutora e orientadora da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade (RMABSFC/PMM/UERN). Supervisora Local do Projeto Redes (Fiocruz/Senad/MJ).

(...) Quando a gente fez as visitas lá, quando nós chegamos *na* casa do cidadão que desapropriaram o terreno dele, ele dizendo que eles chegaram lá – o DNOCS – e disse “olhe a gente desapropriou o terreno de vocês, mas oito hectares; vocês ficam com três *pra* trabalhar e a produção de vocês, vocês vão fazer tudo com a gente” (Agricultor 10).

Eu lembro quando Raquel teve aqui, teve um companheiro - não vou citar o nome, questão de ética – que disse que não era verdade, que não tinha câncer. E hoje essa pessoa tá com CA e foi descoberto que foi *mó* do veneno. Aí ele disse: agora que eu pude ver que aquela palestra era verdade. Porque ele trabalhava também numa empresa e era com abacaxi, melão, essas coisas e hoje ele tá com um problema, entendeu?! (Agricultor 5).

Esse debate sobre saúde, associado às visitas que os agricultores realizaram a regiões nas quais havia a instalação de Perímetros Irrigados, teve um grande impacto nos debates dos agricultores. Essas atividades foram fundamentais para a construção das narrativas desses agricultores que delas participavam. A partir daí, podemos perceber a edificação de uma fala mais coletiva que relacionava as obras do Perímetro com situações de doenças e perda de autonomia. Os intercâmbios foram fundamentais nesse processo, quando os agricultores dialogavam com outros de outras regiões: “ele chegou lá que ele viu a realidade”; “é uma situação *pra* matar, *né*, veio *pra* matar!”

Em seu cordel, Antônio do Rosário, ou Golinha²⁵, como é conhecido, fala sobre doenças provocadas pela utilização excessiva de agrotóxicos²⁶.

E esses projetos irrigados só traz preocupação/ Muitos tipos de doença, contaminando a nação/ Esses são o resultado de perímetro de irrigação/ Só trabalham com veneno, só vivem preocupados/ Uns doentes, outros malucos e outros desenganados/ E quem trabalha com o veneno são esses os resultados/ Quem trabalha com veneno tem que ser examinado/ Os médicos fazem os exames, mas num dão o resultado/ O sujeito quase morto e o exame engavetado/ O veneno tem causado muitos danos por aí/ Ali no Cabeça Preta, Baraúna e Aracati/ E ainda querem trazer essa praga pra o Apodi.”[Golinha, durante primeiro encontro de pesquisadores e pesquisadoras populares na sede do STTR de Apodi, em 09/05/14] (TEIXEIRA, p. 144)

Nesse pequeno trecho, Golinha, inclusive, se refere a questões relacionadas à saúde mental: algumas pesquisas feitas nas comunidades impactadas pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi já conseguem dar conta de muitos casos de depressão em agricultores que perderam suas terras e/ou que trabalham para as grandes empresas de

25 No capítulo 3, no tópico sobre os saberes da terra, há uma melhor caracterização de Golinha.

26 O estudo de Rigotto et al. (2013) examinou 545 trabalhadoras e trabalhadores, da região do perímetro, desses 30,7% apresentaram intoxicações agudas. A investigação de Ferreira Filho (2013) estudou amostras de sangue de 43 trabalhadores rurais (apenas homens). A amostra constatou alterações cromossômicas de medula óssea (compatíveis com anemias graves, infecções graves e hemorragias) em 25% das amostras. Já no estudo de Barbosa (2016), que investigou a incidência de câncer infantojuvenil no estado do Ceará, verificou aumento na média anual de mortes por intoxicação em menores de 19 anos nesse período. O estudo constata ainda que na [...] correlação espacial dos casos de câncer com os polos de irrigação, percebeu-se que as maiores concentrações de casos estão nas microrregiões que apresentam polos de irrigação. Por fim, foi verificado nos relatos de casos de crianças e adolescentes do Baixo Jaguaribe que o fator de risco para câncer mais presente foi o de exposição a agrotóxicos (BARBOSA, 2016, p. 101).

fruticultura irrigada. Em 2011, a Enfermeira Andrezza Pontes, durante a realização de sua pesquisa²⁷, formou vários grupos com pessoas das Universidades, dos movimentos Sociais e do SUS, para a construção de uma pesquisa participante. Nesses grupos ela realizava entrevistas e aplicava questionários. Nos quadros construídos a partir dos questionários, os itens “Evitar o Projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi” e “Retirar as empresas do agronegócio” apareceram em várias respostas como necessidades de saúde. Ou seja, muitos agricultores relacionavam diretamente a chegada do projeto a possíveis adoecimentos.

Ainda sobre o trecho do cordel, Golinha também se refere aos casos de laudosmédicos que não foram expedidos a agricultores também impactados pelo PIJA²⁸. Segundo o relato de muitos agricultores das regiões impactadas pelo PIJA, na cidade de Limoeiro, muitos médicos evitavam emitir laudos por escrito aos agricultores, para que não tivessem seus nomes associados a possíveis processos contra as empresas.

Na realidade, a associação entre agrotóxicos e veneno não é nova. Golinha, quando falava sobre as sementes crioulas que herdou para o seu banco de sementes, ressaltou que seu pai já alertava para que não usasse veneno. Seu Raimundo, agricultor e morador da comunidade Santa Rosa, na região das Pedras, ressaltou que, na época de sua infância, os mais velhos já chamavam agrotóxico de veneno:

Eu fui filho de um agricultor lá nunca usou veneno. Num sei se é porque não tinha. Mas de que todo tempo teve praga, né. [...]O dono da terra lá comprou um veneno. E vixe, naquela época, pra nós que não conhecia, todo veneno, teve o nome de veneno, era veneno mesmo. Mas um BHC (risos) Naquele tempo era BHC, Gesarol, Gesarol 33 ou era 36 (Seu Raimundo, Janeiro de 2018).

Entretanto, é importante destacar que esses eventos que foram ocorrendo envolvendo o STTRA, a UFC, o grupo TRAMAS, a CPT e outros movimentos sociais consolidaram uma argumentação mais efetiva na oposição a todo o novo modo de produção que estava associado à chegada do PISCA. Ainda em 2011, há a rearticulação do Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO), como proposta de unificação dos movimentos sociais que atuam no campo no estado do Rio Grande do Norte, em torno da defesa do território da agricultura familiar e agroecológica do Apodi.

27 Saúde do trabalhador e Saúde Ambiental: Articulando Universidade, SUS e Movimentos Sociais em território Rural

28 Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi.

Em 2011, agricultoras de Apodi elaboraram e enviaram cartas à então Presidenta da República, Dilma Rousseff²⁹, pedindo a revogação das desapropriações e a não instalação do perímetro irrigado. Membros do STTR de Apodi e de movimentos sociais parceiros participaram de três audiências com o Governo Federal em Brasília, incluindo uma reunião com o Ministro da Integração e outra com a Secretaria Geral da Presidência da República.

Essas pautas são tão importantes que, no acervo do STTRA, há uma série de recortes de jornais que abordaram as temáticas do PISCA, agrotóxicos, ou as lutas e manifestações dos agricultores. Foi nesse acervo que encontrei o recorte do Novo Jornal, caderno de Economia, de 9 de agosto de 2011.

Figura 6: Caderno de Economia do Novo Jornal de 2011

Economia

Editor: Carlos Prado
E-mail: economia@novojornal.jr.br
Fones: 84 3201.2443 / 3221.3438

8 / NOVO JORNAL / NATAL, TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2011

INDICADORES

	DÓLAR	EURO	IBOVESPA	TAXA SELIC	IPCA (IBGE)
COMERCIAL	1,610				
TURISMO	1,960				
PARALELO	1,700	2,306	-8,08%	12,50%	0,16%
			48.668,29		

MEDO DE SER FELIZ

/ ATRASO / FETARN E GRUPO DE ENTIDADES LIGADAS AO CAMPO IGNORAM BENEFÍCIOS DA IRRIGAÇÃO PARA A AGRICULTURA DO SEMI-ÁRIDO E QUEREM IMPEDIR IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI

CARLOS PRADO
EDITOR DE ECONOMIA

NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, em Natal, uma nova reunião entre diretores e técnicos do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e lideranças rurais ligadas aos agricultores familiares dos municípios de Apodi e Felipe Guerra vai tentar fazer fluir o projeto de criação de um distrito de irrigação baseado na utilização das águas da barragem de Santa Cruz.

O projeto, incluído no PAC do governo federal, já teve as obras li-

barata em uma promessa de emprego que na verdade serão jornadas desumanas com uso de veneno?

Nem trecho em destaque do panfleto, os dirigentes das organizações falam em nome dos pequenos agricultores afirmando: "não precisamos de perímetro irrigado. Precisamos de apoio do governo para agricultura familiar irrigada". O manifesto diz que o projeto é executado pelo Dnocs, mas em nenhum trecho liga o órgão ao governo federal, nem cita a presidente Dilma Rousseff ou o PT.

Projeto vai aproveitar águas da barragem de Santa Cruz

Elias Fernandes, diretor-geral do Dnocs

Fonte: Recorte do acervo do STTRA – Imagem retirada da internet e editada³⁰.

A manchete chama bastante atenção, “Medo de ser feliz”, com a palavra “medo” destacada em azul, a cor do nome do caderno. Na mesma cor, a palavra “atraso”, bem

29 Sobre esse evento haverá ainda um tópico específico.

30 No acervo do STTRA tive acesso ao recorte do jornal e com suas informações (data, nome do jornal, nome da matéria) consegui acesso ao jornal completo na internet. Nessa época o Novo Jornal ainda possuía versões impressas. O Novo Jornal que circulava em 2011 foi encerrado por volta de 2018. Hoje um novo grupo mantém apenas a marca, sem manutenção dos arquivos de matérias da época. Infelizmente, o acervo digital anterior ao final de 2017 não existe mais e pela internet consguei acesso a apenas alguns exemplares avulsos.

abaixo da outra, fazendo uma referência: medo-atraso. A chamada da matéria continua com a afirmação: “FETARN (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do RN) e grupo de entidades ligadas ao campo ignoram benefícios da Irrigação para a agricultura do semiárido e querem impedir a implantação do perímetro irrigado na chapada do Apodi”. Na manchete, os benefícios da Irrigação são para a agricultura e não para os agricultores, há a subjetivação da prática e o apagamento dos sujeitos.

A reportagem de uma página inteira tenta, diferentemente da manchete, trazer elementos de neutralidade. Inicia descrevendo a reunião que ocorreu em Natal, entre o DNOCS e algumas entidades representantes dos agricultores e segue trazendo os questionamentos de Ambrósio Lins, presidente da FETARN. Ao terminar esse primeiro momento, a reportagem dá voz ao diretor do DNOCS, Elias Fernandes, que deslegitima a oposição às obras e a associa à ignorância: “o desconhecimento do projeto é que tem alimentado a resistência dos pequenos produtores e dado combustível aos discursos políticos das lideranças ligadas ao campo”.

Fernandes explica que, dos 455 lotes de terrenos previstos no projeto, 305 serão destinados a pequenos produtores e, da área total de 5.200 hectares, 2.440 serão ocupados pelos agricultores familiares. Com esses números, Fernandes tenta desarticular a argumentação de que as obras são voltadas para o latifúndio. Em várias entrevistas e apresentações do DNOCS, essa informação de que o PISCA era o projeto que mais priorizava os pequenos produtores foi bastante proferida, mas, se olharmos com atenção os números, veremos que isso nunca foi uma realidade. Primeiramente, porque, com essa divisão inicial, o lote para os pequenos tem uma extensão de 8 ha enquanto, para as empresas, esse lote pode chegar a cerca de 50 há. Em segundo lugar, porque esses números ainda variaram bastante. A pesquisadora Magda Pereira (2013) produziu um quadro comparando esses números no primeiro projeto do DNOCS, apresentado em 2008 (sobre o qual se refere Elias Fernandes na reportagem de 2011), e no projeto reformulado em 2013.

Tabela 4: Divisão dos lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi

Pequeno Produtor	Diminuição de 305 para 207	Diminuição de 2.440 para 1.660
Técnico Agrícola	Diminuição de 120 para 51	Diminuição de 1.920 para 867
Eng. Agrônomo	Diminuição de 25 para 18	Diminuição de 600 para 467
Empresas	Aumento de 5 para 29	Aumento de 240 para 1.869

Fonte: PEREIRA (2013, p. 124) - Alterações ocorridas de 2008 a 2013 na distribuição de irrigantes e suas áreas do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.

O que observamos foi a redução com relação ao número de lotes e quantidade de hectares de quase todos os sujeitos envolvidos no projeto na medida em que há a vertiginosa abertura para a instalação das empresas na região. Enquanto a quantidade de hectares por lote para o pequeno produtor continua a mesma (8 ha), para as empresas ela foi de 49 para quase 65 ha.

Outra incongruência da reportagem diz respeito às desapropriações. Segundo Fernandes, “os pequenos proprietários, hoje instalados na área do projeto, serão indenizados, mas não terão que deixar a região, pois serão selecionados e reassentados em seguida. Cada um deles receberá um lote de 8 hectares, sem custos”.

Os pequenos produtores aos quais se destinariam os 305 (como na época da reportagem) ou 207 (modificação feita em 2013) lotes não seriam necessariamente os agricultores familiares da Chapada do Apodi, já que, pela Política Nacional de Irrigação, disposta na Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013, os agricultores irrigantes³¹, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte, serão selecionados conforme edital de licitação, aberto a todo Brasil, para a contratação da concessão ou permissão do serviço público. Isso está disposto no decorrer do Artigo 35 da referida Lei e nos parágrafos que a compõem. Mesmo que a afirmação de Elias Fernandes tenha sido feita antes da promulgação dos critérios da Lei 12.787, a garantia de concessão de lotes destinados aos pequenos produtores e às famílias de agricultores da Chapada não pode ser dada pelo DNOCS, pois, além da lei, são mais 600 famílias a serem desapropriadas e apenas 207 lotes destinados aos pequenos produtores.

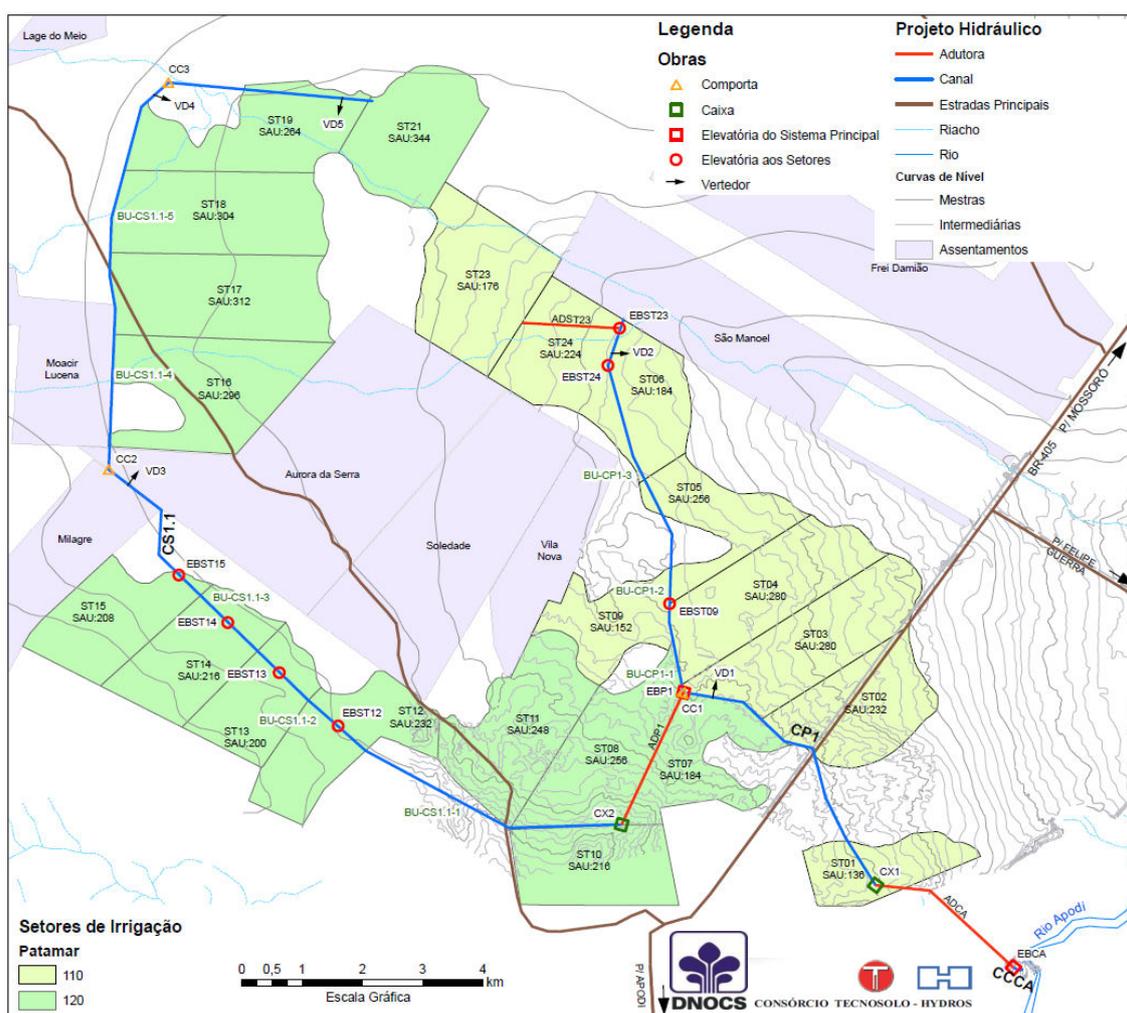
Sobre o acesso à água, Fernandes promete que “todos os assentamentos receberão um ponto de abastecimento d’água para permitir que os assentados se beneficiem com a agricultura irrigada”. Entretanto, não há, em nenhum documento ou mapa produzido pelo DNOCS, garantias da existência desses pontos de água.

Observando o mapa do Sistema de condução de água para os lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi, fornecido pelo DNOCS, é possível perceber que uma adutora capta a água do Rio Apodi e a leva da região das Pedras até a região da

31 I - agricultor irrigante: pessoa física ou jurídica que exerce agricultura irrigada, podendo ser classificado em familiar, pequeno, médio e grande, conforme definido em regulamento (BRASIL, 2013, p. 1).

Chapada, através de uma elevação, até a primeira caixa d'água no lote ST 01. Essa caixa está ligada a um primeiro canal localizado entre os setores ST 02, 03, 07 e 08. A partir daí, há a bifurcação de um canal (que levará a água para os setores em direção ao Assentamento São Manoel, ou seja, até o ST 23) e uma nova adutora, que através de uma segunda caixa levará a água para os setores após Moacir Lucena, até o ST 21, circundando todos os lotes.

Figura 7: Sistema de condução de água para os lotes do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi



Fonte: DNOCS, 2008 (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi)

Todos esses círculos vermelhos representam elevações de setores e provavelmente grandes consumos de energia. Nesse mapa, não há nenhuma menção aos pontos de água prometidos pelo diretor do DNOCS. Mesmo que os canais passem bem perto dos assentamentos, eles cruzam apenas os territórios de Milagres, Aurora da Serra e Moacir Lucena, ou seja, como esses pontos de acesso irão chegar aos outros

assentamentos? A que distância dos lotes estarão esse ponto d'água? Quais os custos de energia para ter acesso?

A reportagem ainda aborda o panfleto de convocação do ato público chamado pelo sindicato e outras entidades ligadas aos trabalhadores do campo³² para celebrar o dia do trabalhador rural, 25 de julho de 2011.

Um panfleto de convocação do encontro, com desenhos de caveiras, traça um perfil demoníaco para o projeto. Segundo o manifesto, famílias de camponeses que vivem há centenas de anos na região “serão desalojadas para dá (sic) lugar a um loteamento irrigado com empresas do ramo de cadeias produtivas, como o cacau e a uva, as quais dominam desde as sementes, as terras a tecnologia e o comércio de produtos agrícolas”. Apesar de citar mais de uma cultura de frutas, os manifestantes antevêm a implantação de “monoculturas e cultivos estranhos a região, com alto uso de venenos agrícolas, contaminando o solo, o ar, os rios e a água no lençol freático” (Figura 6).

A presença de caveiras no panfleto é relacionada à demonização do projeto. Entretanto, a imagem das caveiras se associa às imagens presentes em frascos de venenos e até de alguns agrotóxicos para alertar sobre os riscos de contaminação. A caveira com dois ossos cruzados é facilmente reconhecida por todos como um símbolo de perigo. Sua presença em embalagens chama a atenção para o cuidado no manuseio daquilo que elas guardam. No caso dos agrotóxicos, a imagem da caveira pode ser encontrada geralmente na parte traseira da embalagem. O agricultor que as usa deve sempre lavar as embalagens utilizadas, armazenar temporariamente na propriedade rural, guardar a nota fiscal de venda e o comprovante por um ano e posteriormente devolver no local indicado de recolhimento. Nesse caso, faz todo sentido que as caveiras estejam presentes no panfleto, pois a chegada das empresas e as formas de produção da fruticultura irrigada utilizam altos níveis de agrotóxicos³³. Segundo Alf

32 Assinam o manifesto: “Fora DNOCS e pela vida em Apodi” as entidades: ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO – ASA POTIGUAR | ASSEMBLÉIA POPULAR (RN) | COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT | FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FETARN | FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF | MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST | MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA – MLST | REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES – RENAP | SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI.

33 O documentário: O mundo Segundo a Monsanto, baseado no livro de mesmo nome a pesquisadora francesa Marie-Monique Robin analisa os perigos do crescimento exponencial das plantações de transgênicos e a utilização desenfreada de Agrotóxicos. Para a realização desse trabalho Robin percorreu uma série de países numa pesquisa de cerca de 3 anos. Nele a jornalista conversa como professor David Carpenter da Universidade de Albany sobre a contaminação provocada pelos PCBs. Os bifenilopoliclorados (PCBs) são dos produtos químicos mais perigosos e foram responsáveis por contaminações criminosas feitas pela empresa Monsanto em várias comunidades americanas. Segundo o professor: “todos temos PCBs em nossos organismos. Os ursos polares e os Pinguins têm PCBs e o que aconteceu é que antigamente havia apenas alguns locais em que os PCBs eram despejados. Mas com o

Schwarz, a utilização de produtos químicos na agricultura, entre 1981 e 1984, cresceu 200% (1990, p. 99).

O texto do jornal também cita uma suposta contradição no folheto de convocação, já que nele há menção a “mais de uma cultura de frutas” e, ao mesmo tempo, a crítica à monocultura. No entanto, a definição de monocultura não está ligada unicamente ao fato de se produzir apenas uma cultura. A professora e historiadora Verônica Secreto, no Dicionário da Terra, ao discutir a definição de Monocultura, dialogando com a ideia de Caio Prado Júnior, afirma que “o conceito de monocultura foi definido com traços muito claros dentro de um complexo maior” (2005, p. 315). Ainda segundo ele, “a monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical; os dois fatos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial”.

Desse modo, podemos concluir que a monocultura a que se refere o panfleto está relacionada a outros elementos da penetração do capitalismo moderno no campo, com uma produção de gêneros agrícolas sem muita rotatividade (muitas vezes de produtos alheios às produções locais), voltada para o mercado externo, utilizando altas quantidades de agrotóxicos e mão de obra precarizada. Os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), que a historiadora Márcia Motta, também no Dicionário da Terra, define como:

Padrão ‘moderno’ de desempenho e produtividade, respondendo por um lado, pela implantação do capitalismo no campo e, por outro, pela cristalização de dois padrões de produção rural vistos como polares, quando não excludentes: capitalista e o da produção familiar (2005, p. 309).

O diretor-geral do DNOCS admite que o órgão iria despender mais tempo e energia na tarefa de informar os agricultores sobre os benefícios da agricultura irrigada,

tempo foram para o ar, para a água e o resultado é que atualmente o mundo inteiro está contaminado com PCBs. A questão é que muitas doenças são provocadas por PCBs. A que todo mundo conhece é o câncer”. Para termos uma idéia dos perigos desses químicos, como são estáveis o suficiente para resistir a rupturas, os PCBs permanecem no ambiente. Por exemplo, cerca de 10% de todos os PCBs produzidos desde a sua introdução, na década de 1920, permanecem no ambiente ainda hoje. Por esse motivo esses químicos foram banidos nos anos 1980. Todos nós podemos ter PCBs em nosso organismo na proporção de 2 partes por bilhão. Em Aniston no Alabama, onde a Monsanto iniciou suas pesquisas no início do século XX, existem cidadãos com mais de 4 mil partes por bilhão de PCBs no sangue. Por esse motivo em 2001 a Monsanto foi obrigada a fazer um acordo com as vítimas, mas nenhum executivo da empresa foi nominalmente processado. O herbicida 2,4,5-T também era um poderoso químico da Monsanto e foi utilizado na produção do Agente Laranja durante a Guerra do Vietnã. 3 milhões de pessoas foram contaminadas incluindo milhares de soldados americanos. Por tudo isso é difícil não associar os Agrotóxicos à venenos. O documentário está disponível no Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=y6leaqoN6Ys>

“apesar dos vários encontros mantidos com produtores da região para tratar do projeto”. Ao mesmo tempo, ele assume que “a missão de convencimento, entretanto, não é fácil” e alega que o tom alarmante do manifesto não traduz a posição da grande maioria dos produtores da região que, segundo ele, “desejam o projeto”. Se, de fato, a maioria dos agricultores desejasse o projeto, não haveria uma missão de convencimento tão dispendiosa e difícil.

O temor presente na nota de convocação, na realidade, se justifica, pois, todo esse processo de racionalização dos usos da terra dos complexos agroindustriais se choca diretamente com os modos de produção dos pequenos agricultores. É importante pensar que os camponeses produzem em seus quintais e sítios que agora deveriam chamar de lotes de irrigação. Para eles, o DNOCS também divulgou um conjunto de modelos de produção a serem cultivados nos 8 hectares destinados aos pequenos produtores.

Tabela 5: Distribuição da área por modelos de irrigação – Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi

MODELO I		MODELO II	
ÁREAS CULTIVADAS/ ANO CULTURAS	ÁREA FÍSICA (ha)	ÁREAS CULTIVADAS/ ANO CULTURAS	ÁREA FÍSICA (ha)
GOIABA	2	CACAU	2
UVA	2	BANANA	2
NEEM	0,77	NEEM	0,77
FORRAGEIRAS	1	FORRAGEIRAS	1
SORGO, FEIJÃO, MELÃO e LEGUMINOSA	2	SORGO, FEIJÃO, MELÃO e LEGUMINOSA	2
INSTALAÇÕES	0,23	INSTALAÇÕES	0,23
Total	8	Total	8
MODELO III		MODELO IV	
ÁREAS CULTIVADAS/ ANO CULTURAS	ÁREA FÍSICA (ha)	ÁREAS CULTIVADAS/ ANO CULTURAS	ÁREA FÍSICA (ha)
UVA	2	UVA	2
BANANA	2	MAMÃO	3
GOIABA	1	NEEM	0,77
NEEM	0,77	FORRAGEIRAS	1
FORRAGEIRAS	1	SORGO, FEIJÃO e LEGUMINOSA	1
SORGO, FEIJÃO, MELÃO e	1	INSTALAÇÕES	0,23

LEGUMINOSA			
INSTALAÇÕES	0,23	Total	8
Total	8		

FONTE: Apresentação em slides do DNOCS, 2008 – Acervo do STTRA

Os tipos de cultivos propostos pelo DNOCS envolvem oito culturas: melão, banana, mamão, goiaba, laranja, uva, cacau, feijão e neem, divididas metodicamente pelo lote de 8 hectares. Esses modelos desconsideram completamente a diversidade produtiva da Chapada, além de inserirem tipos de cultivos completamente desconhecidos pelos moradores das comunidades, como é o caso da uva. Em uma rápida pesquisa pelas entrevistas que fiz com moradores das comunidades da região da Chapada, é possível perceber as discrepâncias desses modelos propostos.

A potencialidade lá do Assentamento é a questão do caprino e do mel. Lá agora não, porque assim, como eu disse a potencialidade lá é o caprino, lá teve uma época que todos os dias saiam quase 600 litros de leite de cabra de lá (Ivone Brilhante, outubro de 2017)

Mas assim, sou, sou agricultora, apicultora. De tudo eu faço um pouco (Antônia Oliveira, outubro de 2017)

Mas como eu já tava envolvido, to lá até hoje tentando levar da melhor maneira né diante dos fatos né que eu conhecia hortaliças, com criação de caprinos, criação de aves, questão de hortaliças (Francisco Ademar Neto, Agosto de 2015)

A propriedade de criação de pequeno porte até várias, vários tipos de plantas você tem o milho, tem o feijão, tem os outros, tem a melancia (Pedro Batista, Setembro de 2015)

Eu planto milho, planto feijão, planto gergelim. Planto jerimum, melancia, melão. Aquelas plantas que digamos assim que papai plantava, eu continuo dando continuidade, né [...]Tem criação, pouquinho, mas tem.[...]Tenho, eu tenho 28 colméias(Antônio Rosário, janeiro de 2018).

A caprinocultura, a avicultura, a apicultura e as culturas agrícolas rotativas são comuns nas formas de produção de manejo da caatinga. Elas em nada combinam com a racionalização numérica impositiva dos modelos do DNOCS. Ao estudar as formas possíveis de convivências com o Semiárido o pesquisador Roberto Marinho Alves da Silva destacou que “uma produção apropriada no Semi-Árido requer a combinação de diferentes atividades, em sistemas múltiplos, que viabilizem a diversificação das fontes de obtenção de renda” (SILVA, 2006, p. 238). Como bem destacou um agricultor da região da Chapada entrevistado por Magda Pereira:

[...] aí tem que plantar isso, somente isso, nada de criar galinha, nada de criar abelha, nada de caprino, de nada, é isso aqui que está sendo colocado! Só aqui a gente já vê, por exemplo, quem aqui já viu pé de uva na Chapada do Apodi? Mas vai ter que plantar uva. Já deu, mas a questão aqui, por exemplo, a gente tem um pé de uva no nosso quintal, não era 2 hectares de uva; a gente nem chegou a vender uva, a gente não sabe nem quanto é que custa um quilo de uma uva para produzir e de repente vem isso. Goiaba, a gente tem um pé de goiaba no quintal, mas não tem 2 hectares de goiaba, que é muito chão, muita goiabeira (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.127).

Vale a pena aqui trazer a experiência de Leomar Fernandes³⁴, agricultor e agrônomo, da região do Vale, que em 1 hectare produz mais de vinte e cinco variedades de cultivo aplicando diversas técnicas de irrigação e manejo de solos. Nas pequenas propriedades, as misturas e irregularidades são importantes meios de favorecer a produção. Isso sem levar em consideração as outras relações construídas entre os agricultores e seus locais de produção, seus sítios e quintais. A professora Ecléa Bosi, ao falar sobre as dinâmicas de transformação que arrasam as casas, mudam o curso das ruas, das plantas e das pedras, afirma que “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza” (BOSI, 1994, p. 451).

Ainda sobre o debate da ideia de monocultura é crucial a discussão proposta pelo estudioso Boaventura de Sousa Santos. No livro *A gramática do tempo*, SANTOS (2006) propõe um modelo de racionalidade que faça frente ao modelo ocidental dominante. A sociologia das ausências seria uma forma de compreender tudo aquilo que é ocultado e negado pelos modelos hegemônicos de produção de conhecimento. Dessa forma, ele enumera cinco lógicas de produção (monoculturas) de não-existência (ocultamento). Nesse sentido, ele se aproxima da discussão feita pela ativista e pesquisadora Vandana SHIVA (2003) sobre as monoculturas da mente; para ela o “saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais” (2003, p. 25). Para SANTOS, “o que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional” (2006, p. 102).

A primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber, a não existência aqui assume o caráter de incultura. Ou seja, quem não possui esse saber validado é considerado ignorante. É importante destacar, como ressalta o autor, que isso não quer dizer atribuir igual validade a todo e qualquer tipo de saber. Mas começar a discutir critérios alternativos de validação, sem desqualificar “tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna” (SANTOS, 2006, p. 108). A segunda lógica provém da monocultura do tempo linear. “Essa lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado” (SANTOS, 2006, p. 103). Nessa lógica se assentam os conceitos ocidentais e capitalistas de progresso e modernização. Nesse ponto,

34 No capítulo 3 detalharemos melhor essa experiência.

Boaventura Santos dialoga com KOSELLECK (1985) na ideia de que existem diferentes concepções de tempo, e todas aquelas experiências que de alguma maneira não se encaixem na concepção de temporalidade linear dominante são reduzidas à condição de resíduo (p. 109).

A terceira é a lógica da classificação social, que naturaliza as hierarquias³⁵. A quarta é a lógica da escala dominante que universaliza as realidades e ignora as particularidades. A última é a lógica produtivista que se deriva da monocultura da produtividade capitalista. Sobre ela, Boaventura explica que:

Nos termos dessa lógica o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. Esse critério aplica-se tanto a natureza como ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo essa lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo, aplicada a natureza é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (2006, p. 104).

No texto da matéria do Novo Jornal é possível perceber cada uma dessas lógicas. Desde a manchete que relaciona a felicidade com a chegada da modernização e que caracteriza de atraso a oposição às obras. Nas ideias presentes sobre a produtividade e a hierarquização entre grandes e pequenos produtores. Até no encerramento do texto com uma fala de Elias Fernandes, sobre a repetição no Rio Grande do Norte de um processo que houve no Ceará e a inevitabilidade de seu desfecho: “No Ceará foi a mesma coisa. Houve protestos de organizações que atuam politicamente no campo, mas hoje todos veem que os perímetros irrigados trouxeram benefícios não só para quem está incluído neles, mas também para todo o entorno”.

A racionalidade evocada em todo o texto reage com estranhamento às experiências alternativas ao modo de produção capitalista. O texto do DNOCS se apresenta como neutro e se exime de elementos políticos, ao mesmo tempo em que acusa o panfleto de resistência dos agricultores de desconhecer o projeto e ser combustível de lideranças políticas da região. Como destacou o professor e estudioso do campesinato e da agroecologia Peter Rosset, na revista *Tensões Mundiais*, sobre o modo de produção capitalista:

Nesse sistema, a produção e o consumo não estão vinculados nem ao tempo, nem ao espaço, vez que as corporações atuam em uma escala global - com alianças estratégicas entre os fornecedores de insumos, os processadores, os

35 Sob essa lógica também repousam questões relacionadas às diferenças de raça e gênero que seriam mais perceptíveis manifestações das distinções sociais.

comerciantes, as redes de supermercados e os bancos financeiros – para formar complexos agroalimentares. (ROSSET, 2018, p. 194).

O nome “projeto da morte” e as caveiras presentes no panfleto de convocação da manifestação são formas discursivas e visuais de alertar sobre o futuro que está sendo proposto pelo modelo de racionalidade moderna presente nessas obras de irrigação. Como na alegoria presente na Parábola do *Angelus Novus*, de Walter Benjamin, o anjo da história observa impotente as ruínas aos seus pés, enquanto um vendaval arrasta-o irreversivelmente para o futuro³⁶.

As obras do Perímetro não foram concluídas; entretanto, isso não impediu que muitas empresas se instalassem em Apodi. O “Projeto da Morte”, que, inicialmente, estava associado mais à construção do PISCA, hoje se relaciona diretamente às alterações provocadas pela chegada de grandes empresas. A partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o pesquisador Leandro Cavalcante fez um levantamento da produção agrícola do município entre os anos de 2010 e 2018, conforme a tabela 6:

36 Dependendo da tradução podemos encontrar variações no texto. Nessa tradução da editora Autêntica há o nome vendaval, mas também pode-se encontrar em seu lugar a palavra tempestade. O trecho completo: “Há um quadro de Klee intitulado *Angelus novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da História deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos seus olhos é para ele uma catástrofe se fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que e enrodilha nas suas asas, e que é to forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos progresso é este vendaval (BENJAMIN, 2013, p. 14)

Tabela 6: Área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação

Área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação* em Apodi (RN), de 2010 a 2018									
Área plantada (hectares)									
Fruta/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Melão	110	0	30	40	48	150	1.000	1.090	700
Melancia	120	40	60	60	66	80	850	865	865
Mamão	0	0	0	0	0	0	300	300	320
TOTAL	230	40	90	100	114	230	2.150	2.255	1.885
Quantidade produzida (toneladas)									
Fruta/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Melão	3.300	0	850	1.133	1.350	4.665	40.000	40.671	32.800
Melancia	3.600	1.200	1.100	1.560	1.716	2.062	34.500	35.108	31.500
Mamão	0	0	0	0	0	0	30.000	30.000	19.500
TOTAL	6.900	1.200	1.950	2.693	3.066	6.727	104.500	105.779	83.800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Levantamento realizado por Leandro Cavalcante dia 01/04/2020 *Nota: Foram consideradas as somas dos cultivos apenas de melão, melancia e mamão

É possível perceber que o ano de 2016 marca a chegada mais intensa das empresas da fruticultura irrigada (melão, melancia e mamão) ao município. A área plantada tem um aumento de quase dez vezes e a quantidade produzida é quinze vezes maior do que no ano anterior. Como já dissemos anteriormente, a chegada desse tipo de produção se choca diretamente com os modos de vida e produção dos pequenos agricultores. O verdadeiro “Projeto da Morte” não era apenas a obra, mas toda uma lógica de produção que envenena os solos retira a terra, dificulta o acesso à água e invisibiliza o pequeno produtor. Como ressaltou Antonieta:

O Perímetro, porque ali foi uma surpresa. Nós estávamos tudo achando que o [projeto] da morte, o da morte maior ia ser esse. E deixa que por trás, os grandes, as grandes empresas, esses grandes políticos que acabam sendo. [...] Por isso que a gente especificava dizer da morte né, das empresas. (Antonieta, Outubro de 2017).

O denominado “Projeto da Morte” é aquele que está aliado ao ideal de progresso capitalista, que prega um tipo de desenvolvimento descolado da natureza e que busca a maximização da produtividade para geração de riqueza, com a promessa de melhoria de vida para todos. Aqui ele está ligado às obras do Perímetro Irrigado, mas não é definido apenas por elas. Ele está presente em toda a lógica de desenvolvimento agrícola que levou uma série de empresas a se instalarem na região. Esse desenvolvimento se afirma como inexorável e tem como álibi a valorização de uma técnica que se prega como

neutra. Como destaca Walter Benjamin, em um dos trechos finais de seu livro *Rua de Mão Única*, havia um prenúncio da catástrofe que viria com a ascensão do nazismo:

[...] a técnica traiu a humanidade e transformou o leito de núpcias em um mar de sangue. Dominação da Natureza, assim ensinam os imperialistas, é o sentido de toda técnica. Quem, porém, confiaria em um mestre-escola que declarasse a dominação das crianças pelos adultos como sentido da educação? Não é a educação, antes de tudo, a indispensável ordenação da relação entre as gerações e, portanto, se se quer falar de dominação, a dominação das relações entre gerações, e não das crianças? E assim também a técnica não é dominação da Natureza: é dominação da relação entre Natureza e humanidade. Os homens como espécie estão, decerto, há milênios, no fim de sua evolução; mas a humanidade como espécie está no começo. Para ela organiza-se na técnica uma *physis* na qual seu contato com o cosmo se forma de modo novo e diferente do que em povos e famílias (2012 p. 70-71).

A *physistécnica* e capitalista aqui é justamente o entendimento da natureza enquanto fonte de progresso e evolução. Uma construção histórica linear que busca silenciar todas as outras experiências de desenvolvimentos e saberes. Já em contrapartida, a *physis* humana poderia ser seguindo a linha de pensamento de Walter Benjamin, uma relação de coexistência e equilíbrio entre os bens naturais e a produção humana; que não levasse em primeiro plano a sombra da dominação e o espectro da dependência econômica.

Em Apodí, temos um paradoxo relacionado à traição da técnica. Uma das grandes promessas feitas pelo discurso oficial, relacionadas à chegada das empresas, é a geração de emprego e de renda. Entretanto, para os camponeses, essa promessa está associada à destruição de seus saberes e modos de vida. O avanço da produção capitalista pelo território, segundo a ideologia da *physiscapitalista*, está associado à expropriação de terras dos pequenos produtores. A proletarização do agricultor pode significar o empobrecimento³⁷. Se analisarmos o levantamento feito pelo pesquisador Leandro Cavalcante a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, é possível também perceber o salto no número de trabalhadores de carteira assinada no setor da agropecuária, conforme a tabela 7:

37 No capítulo 3 citamos a fala do agricultor Seu Raimundo sobre a questão do trabalho nas empresas, na qual ele afirma: “Eu nunca assinei minha carteira. Eu toda vida fui da agricultura. Graças a Deus!”

Tabela 7: Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi

Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi (RN), de 2010 a 2018									
Setores/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Indústria	238	285	262	239	284	284	272	266	286
Construção Civil	22	34	38	43	31	30	14	33	18
Comércio	473	532	572	618	646	591	577	568	579
Serviços	1.260	1.406	1.228	1.367	1.373	1.370	1.234	1.380	1.608
Agropecuária	104	122	180	171	236	829	1.176	1.440	1.563
TOTAL	2.097	2.379	2.280	2.438	2.570	3.104	3.273	3.687	4.054

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia. Levantamento realizado por Leandro Cavalcante dia 03/04/2020³⁸.

Em 2010, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária representava menos de 5% do total de trabalhadores de carteira assinada no município. Já em 2016, esse valor passa a cerca de 35%. Em uma análise puramente objetiva, poderíamos concluir que a promessa de geração de emprego foi cumprida. Entretanto, esse trabalho formal, muitas vezes, não representava uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, a grande maioria deles se candidatava a estas vagas justamente por terem sido expulsos de suas terras, ou por terem perdido condições mínimas para sua produção. Sobre o trabalho nas empresas, Agnaldo Fernandes, 34 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), pontua que:

É incrível, incrível mesmo, não tem, modifica a paisagem, coloca a desunião entre a comunidade né, agora o agronegócio chegou aqui. E as pessoas não têm mais tempo pra discutir os problemas da comunidade, porque passa a semana todinha trabalhando na empresa, a reunião da Associação coloca num domingo que você ta descansando, ta com a família (FERNANDES, 2017).

Ele ainda relata que recebe várias denúncias das esposas dos trabalhadores sobre o trabalho excessivo e em horários desgastantes. Ele relata que algumas esposas denunciam: “Agnaldo, meu esposo ta saindo [de casa] de 4 horas da manhã e saindo [da empresa] a meia noite. Ele trabalha no PEC” (setembro de 2017). Ele também explica que a lógica de trabalho e produção são diferentes, “o PEC usa a justificativa que ta numa escala de produção, pra nós é muito difícil, é doloroso isso” (setembro de 2017). A empresa chega à região trazendo a desestruturação do modo de produção dos pequenos,

³⁸ Refere-se aos vínculos ativos dos trabalhadores formais (com carteira assinada). Em "Serviços" também estão inseridos os trabalhadores da Administração Pública

e cria uma dependência entre os trabalhadores de tal forma que a sua chegada representa empobrecimento e a sua saída representa ainda mais miséria.

Nesse sentido, o Projeto da morte seria uma contraposição aos projetos da vida, que envolvem o trabalho e as formas de produção e uso da terra dos agricultores de Apodi. Ao analisar o impacto dessas formas de produção (denominadas aqui de projetos da morte) na crise hídrica, a física de formação, ativista ambiental e pesquisadora Vandana Shiva afirma:

A agricultura industrial levou a produção de alimentos a utilizar métodos pelos quais é reduzida a retenção de água do solo e aumentada a demanda por água. Ao não reconhecer a água como fator limitante na produção de alimentos, a agricultura industrial promoveu o desperdício. A mudança de fertilizantes orgânicos para fertilizantes químicos e a substituição de safras que utilizam pouca água para outras sedentas de água têm sido receitas para a falta geral de água, a desertificação, as inundações e a salinização (2006, p. 130).

O município, historicamente, tem articulado sua economia na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas e sustentáveis, bem como na pecuária de ovinos e caprinos. Outro elemento que se destaca na economia rural de Apodi é a produção de mel, sem utilização de agrotóxicos. Além disso, grande parte da organização das vendas da produção é feita por cooperativas.

Nas regiões do Vale e da Chapada está concentrada uma das mais fortes e organizadas cadeias produtivas do território potiguar,³⁹ destacando-se a produção de arroz, frutas, hortaliças, mel de abelha, castanha de caju, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, criação de galinhas e várias outras atividades. Há uma incompatibilidade de modelos de produção, onde se sobressaem a agroindústria e o agronegócio sobre a agricultura familiar e os modos de vida e produção tradicionais das comunidades.

2.2. Projetos de vida

O projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi (PISCA) não se concretizou. Mais de 13 mil hectares foram desapropriados; entretanto, sua construção nunca foi

³⁹ Apodi lidera a produção estadual de feijão, milho, mel e ovinos e figura ainda como o segundo maior na criação de caprinos e o único do estado a produzir quantidades relevantes de produtos extrativistas como a cera de carnaúba e sementes de oiticica.

concluída. Não seria um exagero afirmar que pelo menos em um futuro próximo, dada a mudança da conjuntura de 2016 para cá, ele não será. E se esse projeto foi denominado “projeto da morte”, nesse tópico analisaremos outros projetos que podem ser encontrados em Apodi, os projetos de vida.

Para esta pesquisa, realizei uma série de entrevistas, a maioria delas feitas nas propriedades em que os agricultores produziam, mesmo que nem todos fossem proprietários das terras. Algumas em suas casas, outras em seus quintais, alpendres e sempre era surpreendente observar suas produções. Dona Maria Vilma⁴⁰ me recebeu em seu quintal cercado por árvores frutíferas. A laranjeira foi a que me chamou mais atenção. Enquanto conversávamos, seu esposo cuidava da produção separada do quintal por uma mureta. Com Dona Francisca Neide de Oliveira Reinaldo (Dona Nova)⁴¹, a entrevista foi na sala de sua casa, conversamos por algumas horas e só depois fui visitar seu quintal que ela dividia com a família da irmã. Uma horta enorme toda irrigada por gotejamento, com a água vinda de um poço, garantia hortaliças para as famílias e bem no centro do quintal um enorme juazeiro bem verde. A entrevista com Antônia Maria de Souza Oliveira, Antonieta⁴², aconteceu em um grande alpendre; enquanto conversávamos, ela me trazia mamões, pitangas, acerolas. Saímos de lá com o portamalas do carro cheio de frutas. Foi lá que tive a oportunidade de conhecer um apiário. Experiências que contrastam com essa imagem de miséria construída sobre o semiárido.

Para todas elas, a ideia desse tipo de desenvolvimento moderno e capitalista é apresentada como a promessa do futuro. As formas de produção camponesa e familiar são apontadas como representação do atraso e da falta de desenvolvimento. É na grande lavoura monocultora que se estabelece o mito do progresso que levaria automaticamente à riqueza. Como destaca o pesquisador Roberto Marinho da Silva⁴³ ao analisar o progresso como vetor do desenvolvimento:

O mito do crescimento da riqueza, centrado na ideia de que, maximizando a produtividade da mão de obra e do capital, chegar-se-ia à generalização do progresso e da riqueza, que seria distribuída automaticamente pela mão invisível do mercado (2006, p. 113)

40 Maria Vilma de Moraes, moradora da comunidade de Queimadas, na região do Vale.

41 Francisca Neide de Oliveira Reinaldo, Dona Nova, 51 anos, moradora da região do Vale, comunidade de Baixa Fechada I

42 Antônia Maria de Souza Oliveira, moradora do assentamento Milagres, na região da Chapada.

43 Roberto Marinho da Silva estuda as propostas de desenvolvimento destinadas à região do semiárido, principalmente, a partir do século XX. Nesse sentido, ele aborda as diferenças paradigmáticas entre as políticas de combate à seca e a convivência como semiárido. Além de se debruçar sobre a construção do pensamento (conhecimento, análises, políticas e proposições) sobre o desenvolvimento no semiárido brasileiro.

Entretanto, ao longo desses últimos dois séculos de políticas públicas voltadas para a região Nordeste, o padrão de desenvolvimento capitalista só foi capaz de gerar mais desigualdades e concentração de renda. O mito do progresso, da técnica e do crescimento econômico se realizou apenas para alguns e provocou mais miséria. Como ressaltou Francisco de Oliveira, as políticas de combate as secas são historicamente capturadas pelas elites locais (1981, p. 55).

Se até hoje a ideologia progresso técnico promete que a produção no sentido industrial levará ao bem estar social da população, há mais de 70 anos, Josué de Castro já escancarava a dubiedade dessa promessa no subtítulo de sua obra *Geografia da Fome* (1946). Para ele, dentro dos moldes de desenvolvimento constituídos, havia um dilema entre “o pão e o aço”. Ou seja, o desenvolvimento capitalista industrial em voga trazia consigo o aprofundamento da fome.

Nesse sentido, por muitos anos, tanto os discursos como as políticas de desenvolvimento para a região do semiárido foram erigidos e implementados a partir do paradigma do “combate à seca”. Esse paradigma define a seca como uma calamidade natural a ser combatida a partir da dominação técnica da natureza. O mundo natural é interpretado de forma matemática, como observa Boaventura de Sousa Santos:

A natureza é tão só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível; mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade e dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon, a ciência fará da pessoa humana ' o senhor e o possuidor da natureza. (SANTOS, 1993, p. 13)

Esse modelo de desenvolvimento é fabricado no distanciamento e no estranhamento entre o homem e a natureza. Tanto nas políticas do DNOCS⁴⁴ quanto nas da Sudene⁴⁵ (mesmo havendo disputas internas constantes dentro da superintendência), o

44 Segundo os professores Mário Martins Viana Júnior e Diego Gadelha de Almeida, houve uma reformulação no discurso oficial do DNOCS a partir de 2003 com a publicação do primeiro número da “Revista ConViver – Nordeste Semiárido”, marco de outra maneira de pensar a atuação do DNOCS no semi-árido nordestino. “A revista, que deveria ter publicação trimestral, representava o esforço do órgão em se aproximar da sociedade” (2016, p. 96). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35390/18589>

45 A criação da SUDENE gerou muitas expectativas com relação a novas políticas direcionadas ao Nordeste. As críticas feitas por Celso Furtado à atuação do Dnocs bem como os relatórios produzidos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) indicavam que Superintendência iria adotar uma política governamental diferente do que havia sido feito até então. Mesmo que o foco do GTDN estivesse na industrialização do Nordeste, entre suas constatações estava a necessidade de ampliação de renda dos trabalhadores rurais. De acordo com Roberto Marinho da Silva, a Sudene adotou em seus primeiros anos de funcionamento (1959-1964) “embates centrados na ideia de que a solução da questão regional requeria mudanças estruturais profundas na economia e nas relações políticas e sociais

natural e o humano são tomados de forma completamente apartadas. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento e modernização está em crise.

Para o professor e pesquisador em Desenvolvimento Rural, Jalcione Almeida, o debate sobre o desenvolvimento se intensificou nas últimas décadas devido a uma série de crises, dentre elas, a da ideia de que o “desenvolvimento é igual a progresso material que, por sua vez, traz o bem-estar social; ou que o desenvolvimento técnico-científico implica sempre o desenvolvimento socioeconômico, o progresso e o crescimento” (1999, p. 5). Para ele, a concepção de desenvolvimento foi reduzida à de modernização. Isso implicou na aplicação de um padrão único de modernização e, portanto, na tendência a ver como “em atraso” todos os modelos que não se encaixassem nesse padrão. Por esse motivo são importantes:

As novas proposições e ações coletivas por uma agricultura diferente se apoiam fortemente nas críticas das noções de modernidade e de modernização, esboçando os contornos de uma outra modernização, que repousa nas noções e significações de “coletivo” e de “comunidade/local” (ALMEIDA, 1999, p. 33).

Em contrapartida a esse modelo, podemos destacar outros tipos de desenvolvimento que se ancoram não mais no combate, mas na convivência. A convivência é uma estratégia mais eficiente se pensarmos que ao longo dos 36 anos do período de 1969/2010, 21 deles (55,6%), 1969, 1970, 1972, 1976, 1979, 1980, 1981, 1982, 1987, 1990, 1991, 1992, 1993, 1997, 1998, 2001, 2002, 2005, 2007, 2010, foram de seca, total ou parcial (CARVALHO, 2012, p. 83). Nesse sentido, para agricultores e pequenos produtores a convivência sempre foi a melhor saída para sobreviver. São justamente os conhecimentos passados de geração em geração que garantem a produção camponesa. Profetas da chuva, sábios das comunidades, pessoas que através da leitura dos sinais da natureza tentam prover formas de manter suas produções. Como destacou a professora Kênia Rios, pessoas que buscam enxergar a natureza a olhos nus e não apenas a partir da exterioridade dos equipamentos (2017, p. 30). Para ela:

Binóculos, barômetros, birutas, lunetas e microscópios começaram a estabelecer a exterioridade do homem em relação ao natural. Não é mais o corpo humano que mira o céu, mas um corpo alargado pela técnica. Tentáculos metálicos que começaram a crescer e devorar o que via em nome do progresso (2017, p. 30).

Tomando como partida práticas que os próprios agricultores já utilizavam, a partir dos anos 1980, algumas organizações não-governamentais (ONGs) e instituições públicas de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa

(2006, p. 162). Entretanto, com o Golpe em 1964, todas essas propostas foram atropeladas pela modernização conservadora.

Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), começaram a pesquisar e propor tecnologias hídras e produtivas, alternativas e apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do semiárido. Em 1982, EMBRAPA e EMBRATER lançam a publicação intitulada: *Convivência do Homem com a Seca*, como uma “Proposta de Implantação de Sistemas de Exploração de Propriedades Agrícolas para Assegurar a Convivência do Homem com a Seca”. Logo na introdução do documento, temos:

Neste sentido, a Proposta da EMBRATER e EMBRAPA através do Ministério da Agricultura traduz, em termos estritamente operativos, a concepção de que é necessário idealizar e executar um conjunto de ações **permanentes**, cujos resultados ofereçam aos agricultores nordestinos capacidade para a **convivência com os efeitos da seca, de forma duradoura**. Ao lado desse princípio, a linha básica de ação visa a criação de infraestrutura de captação e armazenamento da água para sua utilização segundo recomendações apropriadas a cada situação particular. A **novidade** fica por conta de serem tais "obras de engenharia" de **pequenas dimensões**, a nível das propriedades dos **pequenos agricultores** ou, no máximo, dimensionadas para o **uso em comum** por grupos reduzidos de agricultores (1982, p. 3-4, grifos feitos por mim).

Desde a introdução do documento é possível perceber a ideia de ações contínuas e de longo prazo e não apenas ações pontuais em épocas de secas. O texto aborda ações permanentes para a convivência com a seca e prioriza obras de pequenas dimensões destinadas aos pequenos produtores e ao uso comum. Com um teor bem diferente das grandes obras ostentadas como soluções hidráulicas no combate aos efeitos da seca. Na apresentação do documento, as instituições relatam que estão oferecendo uma “alternativa aos procedimentos emergenciais, sem a pretensão de apresentar a solução completa para os problemas enfrentados pelos agricultores nordestinos” (1982, p. 1). E entre os objetivos da proposta estão:

Concorrer para a estabilização e/ou aumento da produtividade, da produção e renda do agricultor beneficiário, de ordem a **melhorar suas condições de vida e da sua família, sem agressão ao meio ambiente**.

- Formar e consolidar a infraestrutura integrada de exploração agropecuária voltada para permitir **a convivência do agricultor e de sua família com os efeitos da seca**.

- Estabilizar e/ou aumentar a produção de alimentos e matérias primas em pequenas explorações, com a utilização intensiva da força de **trabalho familiar**.

- Difundir, em larga escala, os sistemas de exploração agropecuária para a **convivência com a seca, já definidos**.

- Identificar e definir **novos sistemas** de exploração agropecuária para a convivência com a seca.

- Acompanhar e avaliar-nos seus aspectos técnico, econômico e financeiro - os sistemas de exploração agropecuária, junto a agricultores previamente selecionados.

- Estimular o **desenvolvimento de formas concretas de organização dos agricultores a partir dos seus problemas e interesses** (p. ex., roças e hortas comunitárias, uso comum de equipamento, crédito grupal, fontes comuns de captação e armazenamento de água) (1982 p. 6-7, grifos meus).

Como observado nos trechos destacados, nos objetivos da proposta há sempre referências às pequenas propriedades familiares. Vemos também uma menção a não agressão ao meio ambiente. Como pontuou o pesquisador Roberto Marinho da Silva, “a convivência com o meio ambiente é um imperativo fundamental para o manejo e uso sustentável dos recursos naturais em um ecossistema” (2006, p. 227). Na lógica do “viver com”, “do homem com a seca”, ao utilizar a preposição “com”, “na companhia de”, “ao lado de”, é possível pensar mais na preservação dos ecossistemas do que na destruição, na aniquilação, presentes na ideia do “combate”. Ainda de acordo com os objetivos, é possível identificar, mesmo que de forma tímida, uma valorização dos “saberes locais”, com o intuito de difundir sistemas de exploração agropecuária para a convivência com a seca que já estejam sendo utilizados pelos agricultores.

É importante perceber que essa proposta estava no seio de uma instituição governamental e fazia frente às propostas hegemônicas de combate às secas orquestradas até então. Ao longo do texto, de 1982, também encontramos destaque para a democratização das decisões e maior participação coletiva das associações de agricultores.

Está implícita na ação governamental maior democratização das decisões, seja pela participação dos beneficiários e de suas associações no encaminhamento dos assuntos de seu interesse, seja no acesso mais amplo aos mecanismos de estímulos proporcionados. Para tanto, todos os órgãos partícipes se verão envolvidos em grandes esforços de inovações nas suas respectivas áreas de responsabilidade (1982, p. 9).

O plano é direcionado para agricultores com propriedades inferiores a 100 hectares. Eles são divididos entre os que têm acesso a água na própria propriedade, os que têm acesso escasso à água e os que não têm acesso à água. E garante que os resultados poderiam ser atingidos em cinco anos de aplicação com a participação de técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural. São 239 páginas com um detalhado projeto contando com tecnologias hídras alternativas de captação e armazenamento de água para abastecimento e produção (poços amazonas, cisternas, cisternas calçadão, barreiros, tanques de pedras), informações sobre as produções de sequeiro (milho, feijão, sorgo, mandioca), manejo da caatinga, quintais produtivos. Quase todas essas tecnologias podem ser observadas nas regiões de Apodi.

É válido destacar que esse documento se faz bastante interessante por ter sido produzido e publicado ainda durante a Ditadura Militar, um período marcado por um processo econômico definido como modernização conservadora, no qual o Estado, através da modernização da grande propriedade agrícola, busca novas formas de

acumulação de capital preservando as estruturas socioeconômicas regionais. Como destacou Otamar de Carvalho:

A modernização conservadora corresponde à introdução do progresso técnico sem qualquer relação para com os aspectos sociais do desenvolvimento. Trata-se, neste sentido, de processo de penetração do capital no campo desvinculado das questões subjacentes às exigências impostas pelas mudanças das condições de subemprego, sub-remuneração e marginalização, a que é submetida a população que vive da agricultura (no Nordeste semi-árido ou fora dele). A modernização conservadora apresenta a particularidade de constituir um processo violento de introdução do progresso técnico no campo, porque engendra relações de produção (novas ou 'recriadas', como a parceria), sempre desfavoráveis aos pequenos produtores rurais, proprietários ou não da terra" (CARVALHO, 1988, p. 336-337).

Mesmo no início desse século, essa ainda é a mentalidade presente na grande maioria dos projetos destinados às regiões do semiárido. Entretanto, como vimos, há um esforço tanto teórico quanto prático de sistematizar uma série de conhecimentos e tecnologias que possam orientar um novo tipo de desenvolvimento, que preze mais pela convivência. Muitas organizações não governamentais, como é o caso da Articulação do Semiárido (ASA), têm se dedicado a reinterpretar a técnica e estimular as tecnologias contextualizadas que levem em conta elementos sociais e locais. Para Roberto Marinho da Silva:

É possível identificar as diferenças qualitativas entre a chamada "modernidade técnica", que orienta os conhecimentos e tecnologias a serviço da exploração sócio ambiental, com a finalidade de geração de riquezas; e as "tecnologias alternativas", orientadas para uma produção apropriada a meio ambiente e à cultura local, tendo por finalidade explícita a melhoria da qualidade de vida da população sertaneja (2006, p. 181).

Mais recentemente, essas tecnologias alternativas, ou contextualizadas, vêm sendo chamadas de "tecnologias sociais", por considerarem, fundamentalmente, as demandas sociais das comunidades. Algumas dessas técnicas já eram utilizadas tradicionalmente pelos agricultores e outras são o resultado de parcerias entre eles e instituições de produção de conhecimento, como universidades e institutos. Como reforça Vandana Shiva: "culturas nativas e comunidades locais têm se sobressaído nas tecnologias de conservação de água. Hoje em dia, antigas tecnologias de água estão mais uma vez ganhando popularidade" (2006, p.141).

Em Apodi, podemos observar uma gama dessas tecnologias sociais que legitimam outro tipo de desenvolvimento. Para o pequeno produtor, a preservação de sua terra é a garantia da sucessão de suas experiências. Desse modo, a convivência é uma forma mais efetiva de planejar seu futuro. Terra e água são elementos fundamentais para a garantia da produção e reprodução da vida camponesa. Para as empresas, abandonar um território devastado ou improdutivo é um mecanismo comum, basta

observamos todas aquelas que saíram do Vale do Jaguaribe no Ceará e foram se instalar em Apodi. Mas para o agricultor manter as suas terras é um processo de resistência. Por esse motivo, essa racionalidade que enxerga na prática agrícola apenas a potencialização dos lucros é antagônica ao sistema de produção camponês familiar.

Alf Schwarz ao comparar a lógica de desenvolvimento do Estado e a lógica camponesa, analisa os motivos para os sucessivos fracassos dessas grandes obras mobilizadas pelo Estado, que acumula as funções de regulador e árbitro. Para ele, a reprodução está no cerne das questões principais que tornam essas duas lógicas incompatíveis. O funcionamento básico de uma unidade agrícola tradicional é formado pela combinação de três grandes fatores de produção: a terra, os meios de produção e a mão de obra (1990, p. 82). Desse modo, o produto agrícola final é a soma da produção necessária e do excedente.

A produção necessária é tudo aquilo que será reinserido no processo produtivo para garantir a reprodução simples. Desde recursos destinados ao auto-consumo ou compra de bens para a unidade produtora ou para a família que participa do processo de produção, substituição de ferramentas, compra de sementes, entre outras. E o que sobra é o valor excedente. Esse excedente ainda pode ser dividido em dois grupos, o Excedente que será Arrecado pelo Estado, através de impostos, taxas, juros, circuitos financeiros e o Excedente Mobilizável, que caracteriza a grande diferença entre a reprodução simples e a reprodução ampliada. Para facilitar esse entendimento Schwarz define a seguinte equação: Produto Agrícola (PA) = Produção Necessária (PN) + Excedente Mobilizável (EM) + Excedente Arrecadado (EA) (1990, p. 83).

Entretanto, quando em uma unidade agrícola tradicional o pequeno produtor consegue ter ao final do processo um Excedente Mobilizável maior que zero (o que não é a maioria dos casos), não necessariamente esse valor (ou bem) será automaticamente transformado em investimento ou ampliação da base produtiva. Isso porque:

A lógica do sistema de reprodução da sociedade agrícola tradicional não pressiona necessariamente o agricultor a maximizar a produção e sua renda. Ele vai, de preferência, procurar otimizar a utilização e sua força de trabalho, de maneira que o funcionamento do seu sistema de reprodução física, técnica, econômica, social e cultural seja garantido com a maior segurança possível. Isso poderá significar que a natureza e o volume da produção não serão determinados pelo desejo de obter um valor monetário máximo, mas pela utilização que o agricultor poderá fazer **essa** produção, seja diretamente (auto consumo, sementes, etc.), seja indiretamente a partir da renda monetária obtida (1990, p. 90).

Nesse sentido, a “lógica de reprodução do sistema agrícola tradicional é compatível com ausência do excedente mobilizável” (p. 88) e por esse motivo (entre tantos outros) incompatível com a lógica que enxerga a agricultura apenas como um negócio. Um exemplo disso é a conciliação entre a pequena produção e a criação de animais. Muitas vezes o pequeno agricultor investe sua renda da agricultura também na criação de animais. Essa escolha, do ponto de vista da ampliação de lucros é equivocada, pois rompe com a lógica de investimentos e prioridade da produção agrícola. Entretanto, do ponto de vista da segurança alimentar e da convivência com o semiárido é muitas vezes adotada. Funciona como uma resposta camponesa aos problemas da fome e da baixa produtividade.

Entre 2014 e 2016, o Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social (LABOCART), da Universidade Federal do Ceará (UFC), produziu uma série de mapas das regiões de Apodi, a partir da metodologia da Cartografia Social⁴⁶. Essa metodologia se baseia em uma maior participação das comunidades na produção não somente dos mapas que dizem respeito aos seus territórios, mas também das legendas consideradas relevantes para a sua leitura. É uma forma de construção de mapeamento participativo. Foram construídos cinco mapas, quatro referentes às regiões Areia, Chapada, Vale e Pedras, e um mapa geral contendo toda a zona rural do município. Neste último, os participantes do processo elencaram uma série de propostas para a melhoria de suas comunidades. Nelas, podemos perceber a possibilidade de projetos de desenvolvimento e produção que sejam condizentes com o modo de vida das comunidades e pensados com a participação dos agricultores.

46 A Cartografia Social integra-se ao processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa na medida em que estabelece a ligação entre os grupos sociais como o seu território (ACSELRAD; COLI, 2008). A partir de uma série de oficinas ou grupos focais com comunidades que habitam a região, os estudantes membros do LABOCART, utilizando a técnica do overlay - sobreposição de folhas de papel vegetal em imagens de satélite onde as informações sobre o território foram inseridas; Na apresentação do livro **Cartografias Sociais e Território** o antropólogo Aurélio Vianna, destaca que na produção dos mapeamentos: São problematizados não somente os usos dos resultados dos mapeamentos por diferentes sujeitos políticos em complexas relações de poder onde a apropriação territorial mostra-se relevante, como também a postura ética dos pesquisadores frente ao conhecimento tradicional espacial das comunidades em questão, que são partilhados com pesquisadores que os tornam público (2008, p.5). Sobre todo esse processo de elaboração ver: MAIA, RENATA CATARINA COSTA. “**COMO SE FOSSE O NOSSO SANGUE CORRENDO NAS VEIAS**”: A DIMENSÃO CAMPONESA DO DIREITO À ÁGUA A PARTIR DO CONFLITO AMBIENTAL ENTRE AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA EM APODI (RN). Orientador: Raquel Maria Rigotto. 2016. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

Proposta nas áreas de saúde, com a construção de unidades básicas e postos, na área de educação, seja com a demanda de escolas ou até mesmo na sugestão de cursos técnicos, além de propostas relacionadas a estrutura, como quadras e praças para a juventude, aparecem em todas as regiões. A perfuração de novos poços e a assistência técnica e extensão rural também são demandas de todas as regiões, além do apoio à produção dos pequenos agricultores e disponibilidade do crédito rural.

Em cada uma delas, projetos específicos relacionados à reprodução da vida e à busca por um futuro que dê lugar às suas comunidades. Na região da Areia,⁴⁷ há muitos projetos relacionados ao cultivo do caju, que, como já foi visto no primeiro capítulo, é uma cultura muito importante para a região. Há também o desejo pelos projetos de Bioágua, um sistema relativamente simples de reuso da água. É uma tecnologia que torna a água da lavagem de roupa, de louça e do banho pronta para uso na irrigação de fruteiras e hortaliças, muito utilizada nos quintais produtivos; e do Biodigestor, que também é uma forma de reaproveitamento. Ele é um equipamento fechado, utilizado para acelerar o processo de decomposição de matéria orgânica. O resultado da decomposição desses resíduos é o biogás (utilizado para a geração de energia) e o biofertilizante (um adubo natural, rico em nutrientes).

O questionamento das medidas da vigilância sanitária ocorre não só na lista das comunidades da Região da Areia. Isso ocorre porque muitas exigências da Vigilância, principalmente nos quesitos estrutura e materiais, tornam inviáveis algumas produções de pequenos estabelecimentos familiares. Muitas vezes, as vendas de polpas de frutas artesanais não conseguem ser legalizadas por não contar com equipamentos industriais de produção.

Na região das Pedras,⁴⁸ as proposições estão mais relacionadas ao acesso à água. Como carro chefe, há a proposta da construção de uma adutora que, utilizando a água da

47 Todas as propostas da Região da Areia, de acordo como mapa são: Produção de ração animal a base de caju; Trabalhar a cultura da palma forrageira; Reaproveitamento das frutas de época (bife de caju); Quadra de esportes; Praça da juventude; Bioágua; Biodigestor; Coleta seletiva; Apoio do estado e do município para o controle de pragas; Políticas voltadas para a agricultura familiar relacionadas a acidentes de trabalho; Apoio da igreja aos grupos de jovens rurais e comunitários apoio da secretaria com assistência técnica; Volta do CAJUSOL; Readequação das normas de vigilância sanitária; Projeção da mata nativa evitando plantas invasoras; Apresentação do estudo diagnóstico da Lagoa; Apoio ao agricultor para a irrigação do quintal produtivo; Mais cursos voltados para o campo; Ensino médio; Banco de semestre; Pro sertão (apoio indústria têxtil); Turismo rural.

48 Todas as propostas da Região das Pedras, de acordo como mapa são: Abastecimento de água para consumo e para produção através de autora vinda da Barragem Santa Cruz; Mais carros pipa (medida emergencial); Perfuração de poços nas comunidades; Continuação da construção da unidade básica de saúde; Reforma e construção de novas casas; Regularização do selo SIM; Política e de acesso ao crédito

Barragem Santa Cruz Apodi, poderia abastecer as comunidades da região. Em 2008, seis associações – representativas de oito comunidades dessa região – confeccionaram uma proposta com o intuito de viabilizar a obra. Essa proposta foi entregue formalmente ao DNOCS, em um documento com justificativa e ilustrações. De acordo com a Associação, a adutora beneficiaria mais de 565 habitantes que compunham cerca de 170 famílias camponesas (ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO DA PEDRA DO MUNICÍPIO DE APODI, 2008). Como veremos no próximo capítulo, a região das Pedras fica no entorno da Barragem; porém, os agricultores têm muita dificuldade no acesso à água, sendo a maioria das propriedades abastecida por carros pipa. O pedido de mais carros pipas também aparece nas reivindicações como uma medida emergencial por causa da dificuldade de acesso à água. Há também a regularização do selo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que garante aos agricultores a autonomia de comercializarem sua produção no município.

A lista da região da Chapada⁴⁹ é a maior e há nela uma especificação de algumas comunidades e assentamentos que são mais citados. Entre os desejos dos agricultores, aparecem dois projetos pertencentes ao Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da Articulação do Semiárido (ASA):1)

(PAA, PNAE, compra de milho via CONAB); Posto policial em melancias; Pissarramento nas estradas de acesso as comunidades; Abatedouro de animais; Liberação e excursão do projeto RN sustentável; Acompanhamento e capacitação técnica aos produtores da agricultura familiar; Reconhecimento da agricultura familiar, da auto-organização das mulheres e da resistência ao agronegócio.

49 Todas as propostas da Região da Chapada, de acordo como mapa são: Acesso a empréstimos bancários para a produção e geração de renda em Cruzeiro e caiçara ; Escola de ensino médio em Soledade e Sítio do Goes; Levar adutora Municipal para Cruzeiro; Reativação dos poços de cruzeiro e Soledade; Instalação de placas solares para os poços para a produção da agricultura familiar em Soledade e Sítio do Goes; Construção de mais um poço em Moacir Lucena e Caiçara; Construção de uma usina de leite para a Chapada; Contrição de poços de produção em Aurora, Milagres, Paulo Canapum, Caiçara; Acesso de água aos loteamentos para a produção e consumo animal; Escola de ensino fundamental e médio com estrutura no sítio do Goes; Estrada de boa qualidade e calçamento nas comunidades; Estúdio adequado para a rádio comunitária no sítio do Goes; Divulgação dos dados da agricultura familiar em todos os assentamentos; Fortalecer o manejo da caatinga em todos os assentamentos; Apoio para a realização do torneiro leiteiro no sítio do Goes; Ações sociais para crianças, jovens e idosos em todos os assentamentos;

Coleta seletiva de lixo; Incentivo técnico e financeiro ao resgate do grupo de teatro Artéria; Normas específicas de vigilância sanitária para a agricultura familiar em todos os assentamentos; Normas específicas de autorização de água para a agricultura familiar; Colocar cisternas P1MC em todas as casas Colocar cisternas P1 + 2 em todas as casas; Furar poços profundos dentro de todos os lotes para todos os assentamentos; Terminar a construção da adutora e a construção da caixa elevada para todos os assentamentos; Biblioteca com funcionário do município disponível para biblioteca e telecentro; Unidade básica de saúde; Quadra de esportes e melhoria da estrutura das escolas para todos os assentamentos.

Construção de uma unidade de beneficiamento de frutas/polpas de frutas em Moacir Lucena e Portal da Chapada; Instalação de torre de internet gratuita; Reforma do poço de agrovila; Galpão para o armazenamento de lixo em todos os assentamentos; Construção do santuário nossa senhora do perpétuo Socorro; Construção do posto de saúde

“Programa um Milhão de Cisternas” (P1MC), proposto em 2003, busca universalizar o acesso à água potável, beneficiando cinco milhões de pessoas em todo o semiárido brasileiro⁵⁰; as cisternas de placa, com capacidade para 16 mil litros de água, são uma forma de captação e armazenamento de água das chuvas a partir do escoamento de água pelos telhados das casas; de acordo com a ASA, elas são construídas a partir de uma interação entre o programa e os próprios moradores dos municípios beneficiados; 2) “Programa Uma Terra e Duas Águas”(P1+2); o nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzir – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais⁵¹. De acordo com a ASA, os objetivos do P1+2 são promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para elas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do semiárido brasileiro.

Outros planos elencados pelos moradores da região da Chapada estão relacionados à caprinocultura, como a construção de uma usina de leite e o apoio ao torneiro leiteiro no assentamento Sítio do Goes. Na perspectiva da produção apropriada ao semiárido, a criação de pequenos animais é mais indicada, quando comparada com a pecuária bovina. Segundo Roberto Marinho da Silva, a rusticidade destes animais facilita a adaptação às condições do meio natural. Além disso, o adubo produzido por estes animais melhorar a absorção de água da chuva no solo, aumentando a fertilidade para a produção agrícola (2006, p. 236).

Na região do Vale,⁵² o destaque fica para a Perenização do Rio Umari. Essa proposta é historicamente defendida pelas comunidades da Região do Vale e por

50 Acessado em Junho de 2020: <http://dssbr.org/site/experiencias/programa-um-milhao-de-cisternas-leva-agua-e-melhora-qualidade-de-vida-da-populacao-do-semiarido-brasileiro/#:~:text=Proposto%20em%202003%20pela%20ASA.em%20todo%20o%20semi%20C3%A1rido%20brasileiro.>

51 Acessado em junho de 2020: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>

52 Todas as propostas da Região do Vale, de acordo como mapa são: Perenização do Rio Umari; Unidade de beneficiamento de frutas em baixa fechada I e II; Ponte metálica em baixa fechada I e II; Acesso ao DAP para a juventude; Assistência técnica e extensão rural em todas as comunidades; Reformar o centro social de água fria e reativá-lo; Políticas para o artesanato; Educação contextualizada ao campo; Adaptação dos cursos do IF para a realidade das comunidades rurais; Projeto de construção e reforma de moradias (destaque para a construção de banheiros); Construção de mais poços em baixa fechada I e II; Segurança nas comunidades rurais; Coleta seletiva de lixo; Iluminação pública; Construção de escola em Baixa fechada I, queimadas e Carpina; Políticas públicas para a juventude do campo; Projeto de comercialização dos produtos da agricultura familiar em todas as comunidades; Trazer escola técnica agrícola Jundiá para água fria; Reativar o projeto dom Helder Câmara; Execução do P1MC em Caraporã; Desburocratização do acesso à outorga da água para agricultura familiar; Melhoria da

agricultores dos municípios de Caraúbas e Felipe Guerra devido aos problemas de abastecimento de água para a produção camponesa que eles enfrentam durante os meses mais secos do ano. De acordo com trabalho da advogada e pesquisadora Renata Catarina Maia, a perenização poderia ser concretizada com a construção de um canal entre os Rios Apodi-Mossoró e Umari, por meio do braço de abastecimento da Lagoa do Apanha Peixe (2016, p. 231). Em 2004, o Comitê Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Apodi iniciou um debate sobre a construção do projeto com a participação de representantes estaduais, municipais e membros das comunidades camponesas interessadas (MDA, 2011). Em 2013, uma audiência pública foi realizada a pedido da Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Reunidos de Trapiá I e II, Bamburral e Carafosca (que aglutina comunidades da região do Vale do Apodi) para reabrir as discussões sobre o projeto. Entretanto, a proposta não avançou.

O zoneamento do arroz vermelho e a desburocratização das outorgas de água são também temas importantes que estão presentes nas reivindicações escolhidas pelas comunidades da região. Como foi abordado no tópico anterior, muitos agricultores das regiões do Vale e das Pedras foram autuados pelo IGARN. O Instituto exigiu que esses agricultores dessem entrada nos processos para a concessão de outorgas de água.

É importante destacar que os aqui chamados de projetos de vida são aqueles elaborados para a construção de um futuro possível para os agricultores. O avanço do capitalismo no campo se baseia cada vez mais na subordinação da vida dos camponeses, tornando insustentáveis as diversidades de produção. O ideal de progresso capitalista prega um tipo de desenvolvimento descolado da natureza e busca a maximização da produtividade para geração de riqueza com a promessa de melhoria de vida para todos. E nos projetos de convivência com o semiárido os elementos da riqueza social também são levados em conta.

Se analisarmos os mapas produzidos e as legendas escolhidas pelos agricultores no processo de cartografia social é possível perceber a diversidade de culturas e de tecnologias sociais. Como já foi dito anteriormente, foram produzidos cinco mapas, um de cada uma das regiões e um mapa geral de Apodi. Como eles são muito grandes e permeados por diversos detalhes, apresentá-los em uma folha simples de A4 não daria conta de toda a concepção do trabalho. Por esse motivo, eles estarão ao final da tese, em

anexo em um tamanho que possibilite uma melhor visualização. Aqui selecionamos apenas as legendas das regiões do Vale e da Chapada⁵³ para a discussão.

Figura 8: Legendas do mapa da Região do Vale



FONTE: Fragmento do mapa produzido pelo LABOCART juntamente com o STTRA e os agricultores através da metodologia da cartografia social.

A legenda está dividida em: Convenções cartográficas, com os limites espaciais, estradas, além dos corpos de água superficiais; Fontes e Atividades de Produção, com os vários tipos de culturas agrícolas, plantações e criação de animais; Fontes e Formas de abastecimento de água, com muitas das tecnologias sociais para captação e reuso de água; além das descrições de Infraestrutura, Organização comunitária e Parceiros. Em

⁵³ A escolha por apenas duas das quatro regiões se deu pelo fato de as legendas serem muito semelhantes e acabarem se repetindo na maioria das regiões de Apodi.

todas as regiões também encontramos diversos bancos de sementes e estruturas coletivas que assistem toda a comunidade, como casas de farinha.

Para os pequenos produtores é muito mais seguro investir na diversidade produtiva, visto que as intempéries, secas prolongadas ou intensas quadras chuvosas, podem colocar a perder toda a produção. Vale a pena investir em quintais produtivos e na criação de pequenos animais. Dona Maria Vilma de Moraes, da comunidade de Queimadas, na Região do Vale, explicou bem essa variedade de atividades, quando eu perguntei sobre suas plantações e criações:

Já, já criamos gado, já criamos ovelha, já tivemos uma criação de galinha, umas 60 aves, mas hoje mesmo a gente só tá com um pouco da criação das galinhas, porque as dificuldades era grande a gente teve que vender que a gente sobrevive de um salário mínimo ai tem que ser. Não tenho condições de sustentar e sustentar a casa, né? Mas meu pai ainda cria uns bichinhos de gado, sabe... Muito pouco, mas ele ainda cria, porque ele é dessas pessoas que gosta, né? Ele se aposentou ai os meninos dizem: “Papai não precisa mais tá trabalhando não”, mas ele não fica em casa, mas é melhor deixar ele trabalhar porque ele está com saúde, e assim a gente vai levando, até eu tava pensando em aumentar de novo a criação de galinha e tudo, mas eu não sei, porque assim a plantação que a gente planta é feijão e milho, as vezes sorgo pra fazer encilhagem, ano passado aqui não deu praticamente nada, mas esse ano a gente encheu nossas vasilhas de feijão, deu pra dá pros vizinhos, pras irmãs dele. A gente não vende, a gente abastece nossas vasilhas, o que sobra a gente dá pras famílias

[Sobre as plantas do quintal] Tem que olhar, né? Tem mangueira bastante como vocês estão vendo, ai. Tem laranja, um pé de carambola, um pé de goiaba, um pé de caju. Chega Zé vai dizendo ai o que mais... Graviola tem araticum [sic], tem uns pézinhos de ata, que a gente chama de pinha, mas a gente arrancou, foi preciso arrancar, fiquei com pena dos pézinhos, tem mandioca, macaxeira ai plantada, tem hortaliça, tem cebola, tem pimentão, tem abobora, tem malvariço, tem um monte de coisa, tem babosa, ele gosta de plantar essas plantinhas medicinais, limão, o pé de limão daqui não tem espinho e nem essa laranjeira, pra vê aquela outra laranjeira que é filha dessa é cheio de espinho, eu não sei. (Maria Vilma, Julho de 2018)

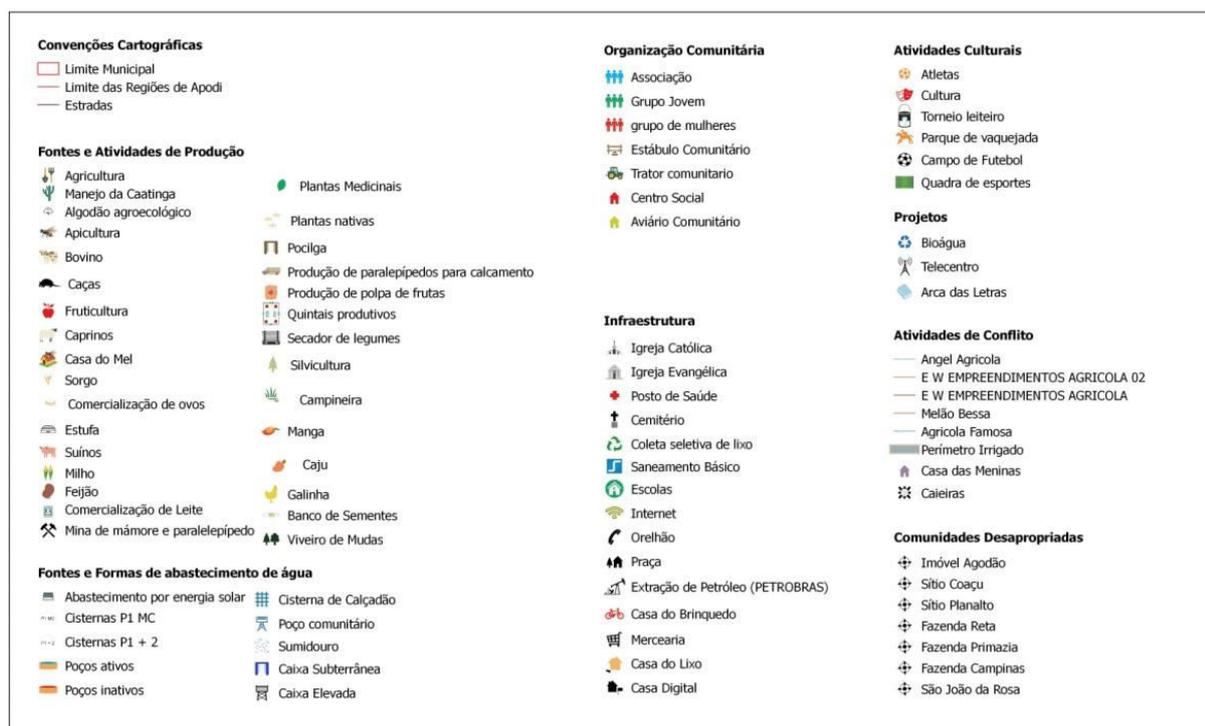
Pelo quintal de Dona Vilma é possível se ter uma noção das estratégias traçadas pelos pequenos produtores para garantir sua reprodução e driblar a pobreza e a baixa produtividade. Também vale a pena ressaltar que a agricultura muitas vezes é uma atividade familiar que envolve mesmo aqueles membros que possuem outras ocupações. Quando perguntei a Dona Francisca Neide de Oliveira (Dona Nova), moradora da comunidade de Baixa Fechada I, também no Vale, se algum de seus irmãos trabalhava na agricultura ela me respondeu:

Não, assim o meu irmão é casado com a Alvaneide, aquela que [sic], ele não trabalha na agricultura, mas trabalha, porque ele é agente de saúde, mas esse ano ele plantou de inverno sabe... Não é e é agricultor, porque ele planta milho, feijão, tem o roçado dele, não é toda hora porque ele é agente de saúde, mas ele e um cunhado plantam, sabe? Ela [esposa dele] já é na horta dela, não deixa de ser também agricultora (Dona Nova, Julho de 2018).

Ela própria entende a lida com a terra tão associada a sua vida que quando eu perguntei sobre o seu trabalho ela me respondeu: “E eu sou agricultora, eu não tenho emprego, não tenho e tenho. Mamãe dizia: Você não trabalha”.

Outras legendas importantes de serem analisadas são as presentes no mapa da Região da Chapada.

Figura 9: Legendas do mapa da Região da Chapada



FONTE: Fragmento do mapa produzido pelo LABOCART juntamente com o STTRA e os agricultores através da metodologia da cartografia social.

Além dos quesitos presentes nas legendas do mapa da região do Vale (como também nas regiões das Pedras e Areia), há também os tópicos: Atividades Culturais e Projetos (que nos outros mapas aparecem, geralmente, em Infraestruturas) e Atividades de Conflito e Comunidades desapropriadas. Isso porque a Chapada era a região onde estava prevista a construção do Perímetro Irrigado (como já foi debatido no tópico anterior), mais de treze mil hectares foram desapropriados para a obra e muitas

empresas se instalaram na região. Por esse motivo estão discriminadas no mapa várias comunidades que perderam seus territórios⁵⁴.

Além das empresas, muitas moradoras destacaram a instalação de uma casa de prostituição. Identificada no mapa como casa de Meninas. Segundo a pesquisadora Renata Maia, que participou das oficinas para a construção da cartografia social nas comunidades a Casa de Prostituição foi um ponto de conflito entre os homens e as mulheres no processo. Ela afirmou que:

Entre tais empreendimentos, o que ganhou maior destaque nas falas das mulheres camponesas foi a casa de prostituição e venda de bebidas alcoólicas instalada após a chegada da empresa Agrícola Famosa à região potiguar da Chapada. Essa casa está localizada na área vizinha ao Assentamento Milagres e, ao longo das oficinas, constituiu-se como um elemento de tensão, pois, enquanto os homens não queriam retratá-la nos mapas - afirmando que ela não fazia parte do território -, as mulheres assinalavam a importância de expressá-la, visto que a casa representava um dos impactos negativos trazidos pelo agronegócio (MAIA, 2016, p. 70).

Um pouco dessa tensão pode ser percebida nas palavras escolhidas para estarem na legenda do mapa. Atividades de Conflito, como uma forma de contemplar além das empresas, as caieiras (fornos para a extração de cal) e a prostituição e venda de bebidas alcoólicas. Casa de Meninas ao invés de prostíbulo ou Cabaré, na tentativa de conciliar a opinião de homens e mulheres, o estabelecimento é colocado, mas com um nome menos explícito. De todas as formas ter um contingente de homens, vindos de outras regiões e que por causa das escalas de trabalho podem sair da empresa na madrugada, gerou uma perturbação na ordem e na moral estabelecidas nas comunidades próximas a empresa. Sem esquecer-se da exploração do trabalho dessas mulheres, que por muito motivos, precisam se prostituir.

Outro elemento importante de destacar é a comparação entre essas legendas e a sugestão de culturas proposta para a região do PISCA destacada na Tabela 5, do tópico anterior. Lá as culturas propostas eram com melão, banana, mamão, goiaba, laranja, uva, cacau, feijão, neem e sorgo. Nenhuma dessas frutas aparece de maneira geral dos cultivos efetivos das comunidades, apenas o feijão e o sorgo são mencionados pelos produtores.

Nesse horizonte, há apenas a promessa de um futuro, mas sem nenhuma preocupação com os bens naturais. Os planos e desejos para a melhoria da vida dos

⁵⁴Como as obras do Perímetro foram paralisadas, nem todas as famílias despropiadas de fato deixaram a região. Por causa da Pandemia não conseguimos retornar a Apodi antes da finalização desse trabalho. Nas últimas conversas que tive com alguns moradores e pesquisadores soube que muitas famílias que estavam no acampamento Edivan Pinto, bem ao lado da BR, migraram para essa região desapropriada. Não temos informações se as famílias que continuaram no território também compõem o acampamento.

moradores das regiões de Apodi são pautados não apenas no lucro desenfreado, mas na busca pela dignidade e na convivência com o semiárido. Por isso mesmo, nem sempre são as cores da paisagem que definem os modos de vida de sua população. Como destaca Guimarães Duque, um engenheiro agrônomo mineiro, que criticava a solução de combate às secas adotada pelo governo, “fazer aqui, com o nosso trabalho, a nossa dedicação e os recursos científicos, uma civilização com as cores da região” (DUQUE apud SILVA, 2006, p. 117).

Os elementos da tradição não são abandonados, mas readaptados a partir do desenvolvimento das tecnologias sociais. Assim, os agricultores destinam às suas narrativas também o poder de suas permanências. Contando suas histórias e ressaltando o poder de seus projetos de vida. Foi na defesa desses projetos que, em 2011, várias mulheres de Apodi escreveram e enviaram duas mil cartas à presidenta Dilma Rousseff, pedindo a revogação do decreto Nº 0-001, de 10 de junho de 2011, que desapropriou mais de 13 mil hectares de terras das comunidades rurais para a construção do PISCA.

2.3. “Saudações de uma terra de povo firme e mulheres de luta”

Entre julho e novembro de 2011, duas mil cartas foram escritas e enviadas para a então presidenta Dilma Rousseff. O projeto foi pensado a partir de uma plenária da Marcha Mundial de Mulheres (MMM⁵⁵), ocorrida em Mossoró e encaminhado numa colaboração entre o movimento Coletivo Feminista 8 de Março (CF8⁵⁶) e a Comissão de Mulheres do STTRA. A criação dessa comissão dentro do sindicato foi um dos resultados do 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais de Apodi, em 1997. A comissão possui dez sócias, das quais uma assume a coordenação do grupo.

Em alguns trabalhos e entrevistas, eu já havia me deparado com a narrativa desse processo de envios de cartas à Dilma, mas muitas dúvidas permaneciam. A principal delas era sobre o processo de escrita e o conteúdo dessas cartas. Por

55 A MMM é um movimento feminista internacional que teve origem em 1995, na província de Québec, no Canadá, questionando o neoliberalismo e as bases da violência contra as mulheres. Atualmente, o movimento está presente em mais de 60 países (DAS GRAÇAS, 2019).

56 O Centro Feminista 8 de Março (CF8) é uma Organização Não-Governamental que surgiu em março de 1993 a partir de ações voltadas à reivindicação da instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN. Essa intersecção visava sensibilizar a sociedade ante a problemática da violência contra a mulher, principalmente, no sentido de garantir às mulheres a incorporação, no seu cotidiano, de elementos de identificação, denúncia e combate à violência sexista. Definição retirada do site do coletivo, disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/> acessado em março de 2021.

representarem uma expressiva quantidade (2 mil), já imaginava que haveria um modelo coletivo do conteúdo. Todo esse processo foi narrado detalhadamente pela pesquisadora Maria Adriana Vieira das Graças, que participou da experiência como membro do CF8 e produziu uma dissertação sobre letramentos e resistência.

Confesso que defrontar-me com esse tipo de fonte epistolar foi uma grata surpresa no decorrer dessa pesquisa. As cartas, principalmente as escritas por mulheres, foram o ponto central sobre o qual se desdobrou a condução de minha pesquisa de mestrado. Pensar na luta das mulheres de Apodi, que em forma de reivindicação, escrevem para a presidenta Dilma Rouseff, fez com que eu me recordasse das mulheres que escreveram para Vargas, durante o Estado Novo, cobrando notícias de seus maridos, soldados da Borracha⁵⁷.

A escrita de cartas para a Presidência da República não é uma estratégia recente. Foi bastante utilizada durante a chamada Era Vargas, como analisa o historiador Jorge Ferreira (1997). Segundo seus dados o número de latas referentes ao Fundo Gabinete Civil da Presidência da República como um todo, reunidas de 1921 a 1929 que eram de 15 passam para 246, de 1930 a 1937 e 554 de 1938 até 1945. Cada uma dessas latas é organizada em pastas com processos numerados contendo, em média, entre cinquenta e duzentos documentos. Quanto às correspondências propriamente ditas elas estão agrupadas no fundo da Secretaria da Presidência da República (SPR), abrangendo diversas séries e subséries. O pesquisador José Roberto Franco Reis, em sua tese de doutorado, fez uma análise detalhada desses números, para ele:

No caso da série *Pessoa Civil*, por exemplo, cuja organização por ano permitir uma melhor quantificação do material, contabilizou-se o número de latas e telegramas selecionando uma lata de cada ano (1938 até 1943) totalizando seis latas e 959 correspondências. Desse total, 531 (53,4%) compõe-se de cartas ou telegramas enviados por pessoas que não tinham relação de proximidade com Vargas seja de amizade política ou de subordinação administrativa [...]. As restantes 428 correspondências dessa série (44,6%) foram enviadas por pessoas que se valiam de sua posição de amizade ou de proximidade política e administrativa com Vargas para fazerem solicitações para seus protegidos atuando no papel de dores e ou

57 Essa dúvida sobre a autoria, a escrita e o conteúdo das cartas se deram justamente ao relacionar essas duas pesquisas. Na pesquisa sobre as mulheres dos soldados da borracha que ficaram no núcleo de famílias do Porangabussu, a escrita das cartas foi uma questão que permeou todo o trabalho. Com as altas taxas de analfabetismo nas regiões rurais do Nordeste era difícil inferir que as mulheres nucleadas soubessem ler e escrever. Entretanto, todas as cartas tinham grafias diferentes. Desse modo supomos que seria “possível que tivessem sido escritas por algumas nucleadas que sabiam escrever ou por algumas funcionárias auxiliares do Porangabussu. Alguém que dividisse experiências semelhantes” (GOIS, 2013, p. 130).

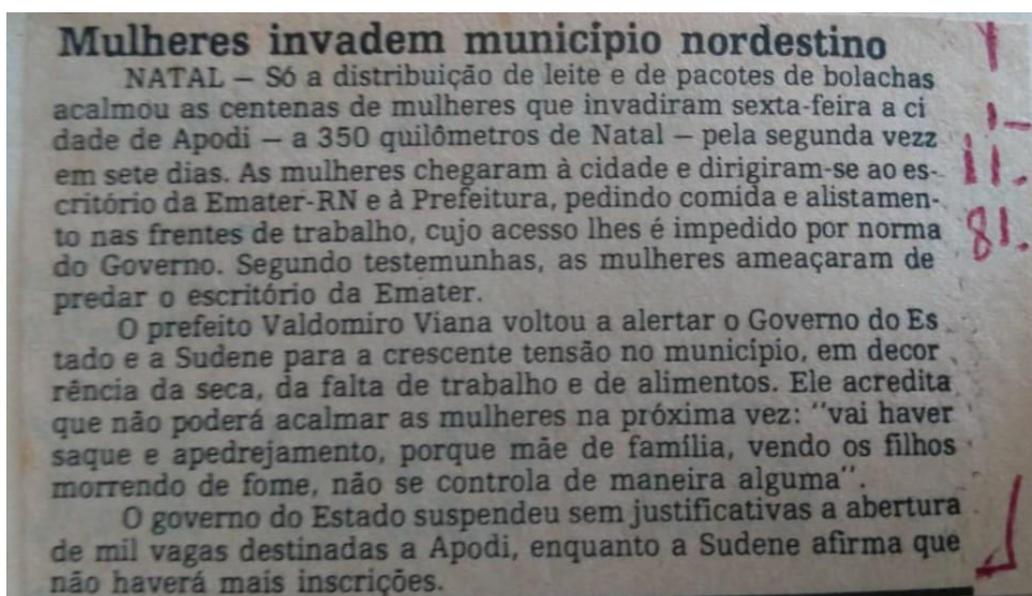
intermediários e nesse caso não sendo motivo de nossa atenção (REIS, 2002, p.17).

Durante o Governo Lula, o envio de cartas também foi uma ferramenta de pedidos, agradecimentos e reivindicações muito utilizada. A professora e pesquisadora Amelia Cohn, em seu livro: Cartas para o presidente Lula: Bolsa família e direitos sociais, seleciona um conjunto de cartas enviadas ao então presidente nos três primeiros anos do estabelecimento do programa Bolsa Família. As cartas são uma expressão das experiências e expectativas, desejos e frustrações dos trabalhadores mais pobres assistidos pelo programa. Com o crescimento do uso da internet e das plataformas de comunicação a interlocução entre a população e os políticos pode ser vista de forma bem explícita através das redes sociais. De todas as formas seja com o envio de cartas ou falando diretamente nas redes sociais, esses meios de diálogo funcionam como formas de proximidades entre remetentes e destinatários. Nas cartas que foram enviadas de Apodi para a presidenta Dilma fica explícita uma afetividade na forma como as mulheres se dirigem a ela.

Mas antes vale a pena investigar um pouco sobre as lutas de mulheres em Apodi. Se em 1997 foi criada a primeira coordenação de mulheres do sindicato, em 2008 a instituição, através de uma Assembléia, foi rebatizada e ganhou o segundo “T”, de trabalhadoras, que integra a sigla hoje, STTRA. Antes dessa mudança o nome do Sindicato era Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi. Entretanto, a luta das mulheres de Apodi, já havia ganhado destaque no âmbito Estadual nos anos 1980.

Em 2020, recebi de um amigo um recorte de jornal que me chamou atenção sobre uma ação de mulheres. A manchete era: Mulheres invadem município nordestino e, para minha surpresa, a reportagem era sobre o município de Apodi.

Figura 10: Recorte de Jornal - Mulheres invadem município nordestino



O recorte de jornal estava colado em um pequeno pedaço de papel e possuía algumas anotações feitas em vermelho. A matéria descreve um período de tensão provocado pela reivindicação de “centenas de mulheres” que ameaçaram “depredar o escritório da Emater” em Apodi.

Pelo fato de ser um recorte, não foi possível determinar de qual jornal era a matéria. Podemos concluir que se trata de um periódico de Natal, pois o nome da capital do Estado aparece bem no início do texto, e que o evento teve uma certa repercussão estadual. Sobre a data, a inscrição feita de caneta vermelha ao lado direito da imagem pode ser uma pista. Podemos supor que, para preservar a data correta na hora de recortar o jornal, alguém escreveu 1/11/1981. Entretanto, não temos a garantia de que essa inscrição tenha sido mesmo feita pela pessoa que produziu o recorte e com essa intenção.

O referido Valdemiro Pedro Viana foi prefeito de Apodi em três períodos distintos:

- 1° - De 18 de fevereiro de 1963 a 31 de março de 1963 (interino).
- 2° - De 31 de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973.
- 3° - De 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983.

Entre estas datas temos um período de estiagens de 1979 a 1983, – “que afetou até o presente o maior número de pessoas no Semiárido Nordeste” (CARVALHO, 2012, p. 47). Esse foi o recorte temporal que defini para fazer uma pesquisa detalhada

nos jornais. Durante esse período encontramos dois jornais do Estado do Rio Grande do Norte disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Digital: O diário do Rio Grande do Norte e o Poti, ambos de Natal. Durante o ano de 1979 o município de Apodi não é tão citado nos jornais. A partir de abril há muitas referências a seca e também ao estabelecimento de frente de emergência, mas também notícias de chuvas irregulares. Em 1980, encontramos dois grandes cenários envolvendo todo o Estado e também Apodi, o do primeiro semestre, principalmente até abril, no qual há uma série de chuvas e enchentes, inclusive com uma grande cheia do Rio Apodi. E o segundo semestre com notícias que já dão conta da escassez de chuvas e de grande estiagem. Algumas reportagens trazem o estabelecimento de frentes de emergência, principalmente a partir de setembro de 1980.

O ano de 1981 já traz desde o início dos meses pedidos de vagas para as frentes de emergência, vindo de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte. Corroborando com a teoria de que as anotações ao lado da reportagem de fato representem sua data. No dia 31 de outubro de 1981, no jornal diário do Rio Grande do Norte, uma reportagem, diferente da do recorte, mas que narra o mesmo acontecimento: Centenas de mulheres em Apodi voltam a ameaçar.

Figura 11: Centenas de mulheres em Apodi voltam a ameaçar



FONTE: Jornal Diário de Natal, 31 de outubro de 1981, Disponível no site da Hemeroteca Digital

Se na primeira reportagem (figura 10) não há uma referência específica a quantidade de mulheres, nessa há a especificação de 500 mulheres (figura 11) e no texto da reportagem ainda fica claro que a outra “invasão”, ocorrida no dia 27 de outubro, havia sido muito maior. Foram duas grandes manifestações em menos de uma semana.

Sobre esse evento o Engenheiro Agrônomo e funcionário aposentado da Emater, Francisco Ari Sisenando, contou:

Eu lembro muito bem deste movimento das mulheres, porque quando houve o alistamento, por que quando eu cheguei aqui o alistamento já tinha sido feito, mas eu já sabia já do alistamento que não podia alistar mulher daquela época porque eu trabalho é um trabalho pesado, né era construção de estradas construção de açude, então era um serviço pesado que não admitir a presença da mulher por ser mais frágil e tudo. Então houve essa revolta. As Mães solteiras, aquelas mulheres que tem um filho pequeno aí ficaram totalmente ‘desagarrado’ foi quando se reuniram e tentaram invadir o Apodi eu lembro demais era muita mulher fecharam o comércio, foram (acho que foram) na prefeitura e o prefeito não estava, foram na casa do prefeito, eu lembro do prefeito veio com elas, fez uma reunião. Eu não lembro o que foi que ele deu, mas foi dado lá na hora. Não sei se foi bolacha com refrigerante alguma coisa para ver se acalmava elas para ele encontrar uma solução para situação delas. Era uma situação difícil naquela época. Você sabe não tinha programa social e o pessoal vivia da agricultura, aí uma seca dessa, você já viu como era. Aí chegava a calamidade que era desastrosa mesmo. Houve essa invasão, eu acho que foi mais de uma vez, elas vieram mais de uma vez. E foi acalentada por que o prefeito ligou pra Sudene, eu lembro aqui na época que foi um movimento danado. Para conseguir essas vagas para elas, eu sei que teve isso aí, foi isso aí foi um movimento pesado mesmo, pesado. Ainda tiveram na Emater, mas lá a gente não podia fazer nada. A gente só fazia inscrição com a autorização da Sudene. Aí foi quando eles procuraram o poder público e a prefeitura e o prefeito, lembro na época que ele tem uma solução de imediato, não sei se foi uma feirinha. Eu não lembro bem para elas voltarem depois para ele conseguir as vagas para elas trabalharem (Francisco Sisenando, março de 2021, conversa via aplicativo de mensagens⁵⁸).

A solução imediata foi a distribuição de alimentos, leite e bolachas. O prefeito também solicitou uma audiência com o Governador Lavoisier Maia Sobrinho, pois foram suspensas as mil vagas na Emergência prometidas para Apodi. Pelas reportagens e pela fala de Seu Francisco podemos perceber o clima de tensão vivenciado na época. Nos jornais (O Diário de Natal e O Poti) há uma série de matérias sobre as solicitações de prefeitos de vários municípios do Estado para o aumento das vagas nos alistamentos das emergências, durante todo o ano de 1981.

De acordo com o professor e historiador Frederico Neves, em seu livro *A Multidão e a História: Saques e ações de massas no Ceará*⁵⁹, “o controle das listas” de

58 Por conta da Pandemia algumas conversas foram realizadas via chamada de vídeo realizada por aplicativos de mensagens. Desde o início desta pesquisa um cronograma de entrevistas havia sido montando para o início de 2020. Tínhamos uma ida a campo agendada para março de 2020, a qual nunca aconteceu. Seu Francisco Sisenando estava na lista para ser entrevistado. Além da filha do prefeito Valdomiro Viana, Vilma Viana, que também trabalhou na Emater. Com ela, infelizmente, não conseguimos contato. Como na zona rural a instabilidade da internet é bem maior, não consegui usar essa mesma metodologia para realizar as entrevistas com os agricultores e por isso, a pesquisa precisou ser readequada.

59 Nesse trabalho são estudados acontecimentos desde 1877 até a década de 1950, quando, de acordo com autor, consolida-se uma tradição de protestos em tempos de secas. O autor analisa uma série de ações dos “retirantes” em tempos de secas, com foco especial nos saques.

alistamentos e a direção local dos encarregados das obras” eram elementos de disputas políticas (2000, p.186). No caso dessa manifestação as mulheres queriam não apenas a abertura de mais vagas, mas também poderem se alistar. A prefeitura, a Emater e o escritório de alistamento eram estabelecimentos vizinhos, todos localizados no centro da cidade e essa foi a rota feita pelas mulheres. Entraram no comércio, foram para o escritório das Emergências, Emater e prefeitura.

Nas três fontes aqui utilizadas também vemos a utilização do termo “invasão” para qualificar a movimentação das mulheres em Apodi. Na realidade a própria estratégia das obras de emergência funcionava como uma das respostas das autoridades políticas à pressão que os retirantes faziam nas ruas. Cada vez mais o Estado vai assumindo a responsabilidade na assistência aos trabalhadores rurais, nos períodos de seca, para tentar evitar a repetição das experiências vivenciadas no período da seca de 1877, como descreve Frederico de Castro Neves:

As ruas ocupadas por uma multidão de pedintes andrajosos, a perambular pelas casas e praças, em busca de ajuda, de esmolas e alimentos, davam a sensação de uma cidade ocupada. [...] como sempre, a caridade individual ou particular procurou dar conta dessa população de famintos, [...] as obras públicas a serem implementadas teriam uma função não só de equipar o Estado de um sistema de armazenamento d’água capaz de fazer frente à irregularidade de chuvas, mas principalmente de manter o homem do campo no campo. (NEVES, 2000, p. 72-73)

Desse modo, a proteção paternalista dos donos de terras foi pouco a pouco assumida pelo Estado, em tempos de secas, e os retirantes cobravam das autoridades soluções por meio das aglomerações (2000, p. 42). Em outro trabalho seu: *Seca, Pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres?*⁶⁰, o professor destaca que as imagens de “invasão” ou “sedição”, são temas recorrentes nos períodos de seca (2009, p. 187). Sobre isso, ele continua:

A reunião, a ameaça, a invasão e o saque já haviam se tronado elementos positivos da cultura política dos camponeses do semiárido e, para além disso, opções de luta disponíveis no interior de um arsenal político bastante reduzido pelo contexto da seca (2009, p. 188).

Para Neves, a “concentração maciça” foi um importante meio de pressão na realização dos saques e outras ações em tempos de secas (2000, p. 14). Nas duas reportagens é possível perceber o medo de que novas “invasões” ocorressem. O prefeito solicita uma audiência com o governador por que “acredita que não poderá acalmar as mulheres na próxima vez” (figura 11). Uma das coisas que chama atenção na leitura das reportagens é a forma como as mulheres são abordadas no texto. Mesmo com o uso

60 Nesse artigo o professor Frederico de Castro Neves as relações traçadas em torno da problemática da seca, durante a década de 1950, na cidade de Itapagé, no Ceará.

das palavras “invasão” e “ameaça” e com o sentimento de tensão gerado pelos acontecimentos, não há a construção de uma narrativa de vilanização das mulheres. Pelo contrário, vemos certa condolência, explícita na fala do prefeito: “vai haver saque e apedrejamento, porque mãe de família, vendo os filhos morrendo de fome não se controla de maneira alguma” (Figura 10).

Nessas três narrativas, os dois jornais e a fala de Seu Francisco, o saque aparece apenas como uma ameaça. Examinando os jornais até o final do ano de 1981 também não há mais nenhuma reportagem sobre novas ações de massas de mulheres em Apodi. Sobre saques há uma conhecida história na região da Chapada, envolvendo os moradores do assentamento de Moacir Lucena. Infelizmente, como já foi explicado em outros momentos deste trabalho, por conta da pandemia, não consegui fazer nenhuma entrevista com os moradores deste assentamento⁶¹. Mas a advogada e pesquisadora Maiana Teixeira trouxe em sua dissertação, através da fala de Seu José Holanda, uma narrativa detalhada desse evento.

Em 98 a gente entrou no assentamento, não foi Seu Zózimo? Aí 99 foi um ano de seca, não foi? E aí não se tinha essas cadeias de produção que tem hoje, né?! Não tinha polpa de fruta, não tinha apicultura, não tinha, não tinha nada, tinha somente as casinhas e isso nem tava nem pronto ainda. Não, já tava feito as casas, nera?! Tinha só as casas e aí uma seca braba, **nãotinha nenhuma perspectiva de nada**, né?! Aí a gente chegou no sindicato, nesse tempo já era Edilson, né?! Já era Edilson Neto e também tava Zé Carlos e Júnior e a gente diz: “- Gente, e aí? Vamos fazer o que com essa família aí, tá aí óia em torno de 300 ou era 400 famílias, isso em tratores né? Tudo cheio de gente e vamos fazer o que? Esse pessoal veio porque não tem nada em casa e vai ter que levar alguma coisa pra casa”.

“- Vamos, vamos fazer alguma coisa que repercute na mídia, vamos, vamos ocupar a estrada, né?!” Aí fomos ocupar a estrada. Foi ali mesmo naquele trevo que vai pra Caraúba, onde você passa também lá... a gente ficou lá, todo mundo tomando a estrada e parando os carros e tal, numa dessas paradas parou um caminhão de carne e queijo né?! (risos) Nessa época, quando parou o caminhão da carne e queijo, a gente, eu lembro que foi o nosso saudoso Ronaldo Valença né, que faleceu também, eu lembro que ele foi pra uma porta do carro do caminhão. Mas quando eu observei que ele tava apregado no trinco da porta do caminhão, aí me lembrei: “- Gente, pelo amor de Deus, o outro cara lá pode fazer uma arte nele”. Aí eu fui e corri pra outra porta, né?! Aí fiquei, eu numa porta, ele noutra, e o cara tentou manobrar o caminhão pra voltar né?! O pessoal fecharam o caminhão e aí num teve jeito. A gente mandou ele abrir a porta pra conversar com o povo, né? tentar convencer o pessoal de que deixasse quieto, mas a intenção não era essa, né? (risos) Quando ele abriu que desceu, a gente perguntou o que era aquela carga, né?! Aí ele disse que era ração pra gato, pra gato e cachorro, aí nós pedimos “- Não, então você abra pra gente ver né?” aí “- Não, num sei o que,

61 Como na região da Chapada são mais de 100 comunidades rurais, não foi possível visitar todas elas antes de 2020. Até 2018 consegui realizar uma série de entrevistas em várias regiões do território. Em 2019, por conta da licença maternidade e de outras questões pessoais não consegui ir até Apodi. Entretanto para março de 2020, já tínhamos (eu e outros pesquisadores) um calendário de atividades a serem desenvolvidos, priorizando justamente a região da chapada.

não abro não". Num abre, num abre, abre, num abre, aí ele tentou se alterar, né? Aí nessa hora o ajudante tentou correr pro cofre do carro, a gente pegou ele, fechou a porta, fechou as duas portas e mandou eles subir pra cima do baú né? Aí também eles subiram numa boa, a gente perguntou se tinha seguro a carga, ele disse que tinha né?! Aí foi: "- Pois então suba pra cima que nós vamo olhar essa ração de gato". Aí quebremos os cadeados, quando abrimos era carne, queijo (risos) E aí foi a festa, foi uma festa, todo mundo que tava lá... [Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena] (TEIXEIRA, 2016, p. 194-195)

O assentamento Moacir Lucena foi construído entre os anos de 1996 e 1998, desde os processos de ocupação das terras até a desapropriação via INCRA e o estabelecimento dos moradores. Todo o desencadeamento dessas ações que levam ao saque do caminhão ocorreu já com o assentamento estabelecido. Há uma divergência de datas, no corpo de texto Maiana Teixeira se refere ao saque como sendo entre 1997 e 1998, pelo trecho da fala de Seu Zé Holanda parece ter sido entre 1998 e 1999. Uma hipótese de data provável realmente é o ano de 1998, pois 1997/98 representam um biênio de intensa seca.

Zé Holanda descreve que a manifestação começou como uma ocupação de estada para gerar repercussão junto às autoridades. Como moradores já assentados e donos de suas terras, o interesse aqui não era para o alistamento em uma emergência, mas sim de subsídios e políticas públicas de produção para seu assentamento. Foi a chagada de um caminhão de alimentos que iniciou o saque. Pela transcrição da fala de Seu Zé Holanda, cheia de brincadeiras e sorrisos, podemos perceber que ele está bem à vontade narrando essa história, mas em vários detalhes de sua fala vemos recursos para amenizar qualquer ideia de prática desonesta ou amoral. Como por exemplo, o fato de eles, antes de abrirem o caminhão perguntarem ao motorista se a carga era segurada. E só começaram a distribuição dos alimentos após a resposta positiva do mesmo.

Vale à pena destacar também que Seu Zé Holanda assume sua participação no evento, o que nem sempre é comum nesse tipo de narrativa. Porém, ele alega que quem iniciou a investida ao caminhão foi um companheiro já falecido, ele foi para a outra porta dar apoio já que havia dois homens dentro da cabine. E a partir daí se iniciou a ação. Mesmo assim, ele deixa claro, ao sugerir que o motorista do caminhão desça para “pra conversar com o povo [...] tentar convencer o pessoal de que deixasse quieto”, que a intenção já era a de saque.

Nesse sentido, cabe também trazer à tona o debate proposto pelo professor Frederico de Castro Neves, ao analisar a categoria *economia moral*, desenvolvida pelo historiador inglês Edward P. Thompson. Em suas palavras, a economia moral seria uma

“expressão de uma resistência geral e plebeia aos avanços dos princípios da ‘economia de mercado’ principalmente nos tempos de crise (1998, p. 57). Existe, entre os pobres, uma moral econômica que se diferencia da economia de mercado na medida em que se baseia em uma “concepção a respeito das finalidades da riqueza social” (2012, p. 41). Isso por que a economia de mercado não se reconhece como produtora “de uma moralidade, isto é, proclama-se uma expressão direta da própria realidade econômica, independentemente de qualquer concepção moral” (1998, p. 48). Os pobres, assim, ao defenderem suas terras, suas formas de produção e reprodução, seus modos de vida, emperram “necessariamente o ‘progresso’ em direção as transformações históricas que muitos apresentam como inevitáveis” (1998, p.51). Ainda segundo o professor Frederico:

Thompson não procura a “economia moral” como uma simples atitude de rebelião ou insubordinação, nem como um amplo sistema de equilíbrio entre diferentes setores da sociedade inglesa do século XVIII, mas muito mais como uma “cultura política” que inclui expectativas, tradições e superstições da população pobre em seu relacionamento ou envolvimento com ou no mercado, especialmente o de alimentos (1998, p. 42).

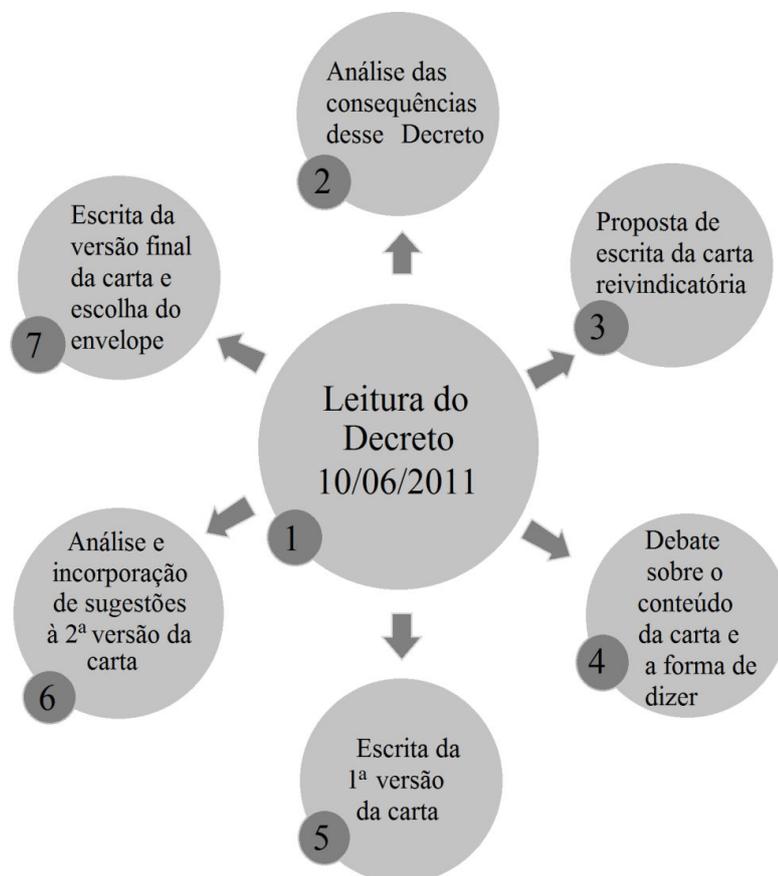
A partir dessa definição o professor analisa uma série de ações envolvendo uma multidão de trabalhadores rurais e períodos de grande escassez e secas. Ataques a trens, caminhões, saques, invasões de cidades, várias são as formas mais incisivas de os pobres recorrerem à proteção das autoridades públicas. Os camponeses se revoltam e têm certeza de que sua causa é justa, “todo um universo de convicções compartilhado por eles informa e conforma a multidão em ação” (1998, p. 56).

Os saques, as invasões, as ocupações de estradas são parte da economia moral dos sertanejos no semiárido, pois são admitidas, em situações de fome e incapacidade do paternalismo e do Estado, como práticas justas e justificáveis. Vinte anos depois do movimento de mulheres que tomou a cidade, as mulheres camponesas de Apodi se propõem a debater sobre o que é justo para os agricultores da região a partir da escrita de cartas. Esta foi uma forma de reivindicação escolhida pelas agricultoras para se contrapor às desapropriações do PISCA, e para exaltar seus projetos de vida em contraposição ao projeto da morte.

Escrever para a Dilma, uma mulher que lutou contra a ditadura militar, foi presa e passou por uma série de dores ao longo de sua vida política, era uma forma de buscar uma conexão entre diferentes mulheres. O gênero carta, para Bakhtin (2003), pressupõe um diálogo, uma troca de informações entre quem lê e quem escreve. E a construção destas cartas se deu através de um longo e intenso processo.

Maria Adriana das Graças, que acompanhou e narrou esses eventos em sua pesquisa, construiu um organograma para explicitar as etapas de escrita e envio das cartas:

Figura 12: Práticas de letramento da oficina de escrita da carta



FONTE: Acervo da pesquisa de (DAS GRAÇAS, 2019. p. 53)

Também foi debatida a forma prática de como a carta seria escrita e o suporte utilizado, Adriana das Graças ressaltou que “uma carta escrita de próprio punho, com tinta azul, em folha pautada, causa mais impacto do que uma impressa, no usual papel branco, com tinta preta” (2019, p. 61). O fato de serem manuscritas também proporcionou ao conteúdo das cartas um ar de mais intimidade e amenizando a formalidade presente em ofícios com estruturas textuais mais técnicas. Depois dos encaminhamentos e do modelo definido no Sindicato a comissão de mulheres se organizou para ir às comunidades e mobilizar 2 mil mulheres para escreverem as cartas. Dona Ivone Brilhante, que fazia parte da comissão de mulheres a época contou que:

A comissão toda se sentou junto com (sic), dividiu, né?! A comissão dividiu por que a comissão são 10 mulheres. Aí as mulheres se dividia e participava das oficinas nos grupos de mulheres, né? Nas comunidades. Aí a gente fazia, construía as cartas pra mandar pra Dilma (Ivone Brilhante, outubro de 2017)

A confecção das cartas era feita opôs as oficinas nas comunidades na forma de mutirão, Adriana das graças conta que como havia algumas mulheres que não sabiam escrever a carta era ditada letra por letra. Quatro anos após nossa primeira entrevista, eu e Ivone conversamos, via chamada de vídeo por aplicativo de mensagens e eu perguntei novamente sobre a construção das cartas. E ela explicou:

Eu participei também da construção de todas as atividades e as oficinas. Na época que foi pra construir essas cartas a gente passou uma semana, a gente pegava o carro do sindicato era de manhã numa comunidade, de tarde noutra. Era fazendo a oficina junto com as mulheres, junto com os grupos de mulheres que existem nas comunidades e a gente construiu aquela carta. Você agora falou nisso e veio um vídeo daquele tempo. Ah! como era bom, a gente era feliz e não sabia, tão bom a gente participava das atividades, reuniões, passava o dia junto com as companheiras nas comunidades, era tão bom. Hoje a gente sente tanta falta disso e você agora falou ai caiu a ficha, ta passando tudo aqui na minha mente, na minha cabeça. A gente chega fica triste de lembrar como era e hoje como está (Ivone Brilhante, março de 2021)

Dessa vez a resposta veio repleta de saudades, por causa do isolamento social da pandemia, faz mais de 1 ano que o Sindicato não consegue desenvolver atividades coletivas nas comunidades.

A seguir, a versão final da carta manuscrita:

Figura 13: Versão final da carta manuscrita página 1

/ /

Apodi/PN, 18 de novembro de 2011.

Saudações de uma terra de povo firme e mulheres de luta!

Presidente Dilma é com enorme prazer e confiança que nós representantes da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi e militantes do partido mundial das mulheres, moradores de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encarecidamente que você RETIRE de nossa terra - que com feijão, arroz, pão e esperanças alimenta o nosso povo - o decreto de N° 0-001, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

A região de Apodi é a mesma que LULA veio em 2005 e nos encheu de esperança, assinou o primeiro PRONAF MULHER do país. Nela há muitas experiências de organização de mulheres. É também uma região com muitas experiências de convivência com o semiárido pois aqui criamos ovelhas, ovelhos, caprinos e plantamos de forma agroecológica. Apodi é um dos poucos municípios que a população rural é maior que a urbana.

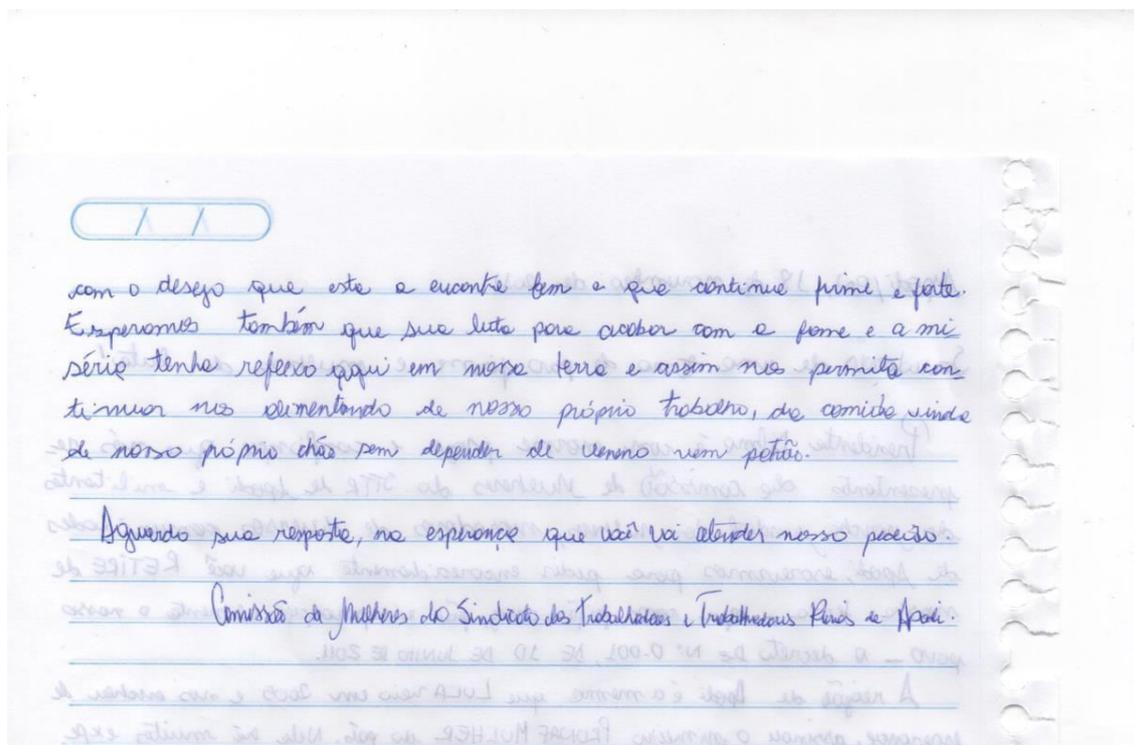
Nas nossas comunidades somos mais de 800 famílias, que há anos cuidamos dessa terra e do água com muito respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas, verduras e criamos pequenos animais para a nossa alimentação diária. A chegada desse decreto nos expulsará de nossas terras, nos distanciará de nossos locais de amizade e, inclusive, de nossas famílias. Com esse decreto nós deixaremos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigados a vender nosso trabalho para pagar nossos água e nosso chão e colocar comida envenenada em nossos meses ao invés do arroz e do feijão agroecológicos que nós mesmas produzimos. Esse decreto ameaça nossa soberania alimentar, nossa saúde e até mesmo nossas vidas.

ESTE DECRETO N° 0-001 DE 10 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ AGRICULTURA EMPRESARIAL-IRRIGADA, SUBSTITUÍDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA, ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS VIDAS, NOSSAS FAMÍLIAS, NEM PARA O NOSSO FUTURO.

Chegada a hora de terminar esta carta, enviamos nosso abraço

FONTE: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 94)

Figura 14: Versão final da carta manuscrita página 2



FONTE: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 95)

A carta inicia com uma saudação destacando a força e a luta dos moradores de Apodi, principalmente as “mulheres de luta” e logo no primeiro parágrafo é possível perceber a construção de um respeito e afetividade pela presidenta Dilma

Presidenta Dilma é com enorme prazer e confiança que nós representantes da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi e militantes da Marcha Mundial das Mulheres, moradoras de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encarecidamente que você RETIRE de nossa terra – que com feijão, arroz, pão e esperança alimenta o nosso povo – o decreto DE 0-001, DE 10 DE JUNHO DE 2011(Figura 13).

Começa destacando o “prazer e a confiança” que as mulheres têm em escrever a carta para Dilma. E mesmo que o verbo “RETIRE” apareça no imperativo e escrito com letra maiúscula, a escolha das palavras é feita na tentativa de denotar proximidade. Ao invés de escolherem um verbo com o sentido de impor dever ou obrigação elas escolhem um com sentido de solicitação “pedir” acompanhando por um advérbio que agrega um sentido de humildade “encarecidamente”.

A carta continua resgatando a visita que o ex-presidente Lula havia feito às comunidades para inaugurar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF) mulher⁶² em 2005. A ideia deste parágrafo é ressaltar a contradição entre a iniciativa de fortalecer a agricultura familiar, financiar mulheres agricultoras e desapropriar uma série de comunidades rurais em nome de um projeto voltado para grandes empresas do agronegócio ambos na mesma região.

O terceiro e o quarto parágrafo são a síntese do pedido e da reivindicação da carta:

Nas nossas comunidades somos mais de 800 famílias, que há anos cuidamos dessa terra e da água com maior respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas verduras e criamos pequenos animais para nossa alimentação diária. A chegada desse decreto nos expulsará de nossas terras, nos distanciará de nossos laços de amizade e, inclusive, de nossas famílias. Com esse decreto nós deixaremos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigados a vender nosso trabalho para poluir nossas águas em nosso chão e colocar comida envenenada em nossas mesas ao invés do arroz e do feijão agroecológicos que nós mesmas produzimos. Esse decreto ameaça a nossa soberania alimentar nossa saúde e até mesmo nossas vidas.

ESSE DECRETO Nº 0-001 DE 10 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA SUBSTITUINDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS FAMILIAS E NEM PARA O NOSSO FUTURO. (Figura 13).

No terceiro há a descrição de várias experiências de produção, além do medo sobre o que acontecerá às famílias após a chegada do decreto e no quarto, escrito todo em letra maiúscula a linguagem ganha um caráter mais panfletário com a identificação das palavras de ordem que mobilizaram várias atividades realizadas ao longo de todo o ano de 2011. Esse parágrafo deixa claro, mesmo com toda a linguagem mais cordial que foi usada até agora, que a carta se trata também de um instrumento de mobilização. É importante pontuar, como já foi dito no primeiro tópico deste capítulo, que existiram várias ações coordenadas entre o Sindicato, os movimentos sociais e as Universidades na construção da argumentação sobre o “Projeto da Morte”, por esse motivo no texto da carta há, por mais de uma vez, referência ao uso de agrotóxicos e a poluição da terra e da água.

62 O Programa possui uma série de subcategorias, entre elas, o PRONAF mulher. Uma linha de crédito dedicada à mulher agricultora independente do seu estado civil. De acordo com o site do BNDES o Pronaf Mulher é um “financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil”. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher#:~:targetText=Mulheres%20agricultoras%20integrantes%20de%20unidades,atrav%C3%A9s%20do%20site%20da%20SAF>. Acessado em Setembro de 2019.

Esse benefício foi inaugurado justamente no assentamento Milagres, na região da Chapada, no dia 8 de março de 2005. No capítulo 3 explicaremos melhor sobre essa inauguração.

No último parágrafo, o de despedida, há um retorno à linguagem afetuosa, com o envio de um “abraço com o desejo de que esta a encontre bem e que você continue firme e forte” (Figura 14). Aqui as mulheres reconhecem na Dilma certa intimidade, utilizam o pronome de tratamento “você” e escolhem o mesmo adjetivo “firme” empregado no início da carta para designar o povo de Apodi e ao final a presidenta. A carta é terminada destacando novamente a incongruência entre a erradicação da miséria, colocada como uma das principais pautas do Governo Dilma e a não priorização das práticas da agricultura familiar:

Esperamos também e sua luta para acabar com a fome e a miséria tenha reflexo aqui em nossa terra e assim nos permita continuar nos alimentando do nosso próprio trabalho, da comida vinda do nosso próprio chão sem depender de veneno nem patrão. Aguardo sua resposta na esperança que você vai atender nosso pedido (Figura 14).

As cartas foram enviadas em pequenas quantidades para que por vários dias o gabinete da presidência da República as recebesse paulatinamente. Para compor a simbologia do movimento foram escolhidos envelopes roxos, que por 5 meses chegavam quase todos os dias à Brasília. A estratégia das mulheres surtiu efeito, já que a partir de dezembro de 2011, várias delas receberam em suas casas uma resposta oficial da presidência da República, o Ofício nº 671/2011-GP/GAB/GESTÃO/DG conforme a figura 15:

Figura 15: Ofício nº 671/2011-GP/GAB/GESTÃO/DG



FONTE: Acervo do STTRA disponível em: (DAS GRAÇAS, 2019, p. 73)

O ofício sinaliza para a possibilidade de abertura de diálogo e utiliza uma parte de um trecho da carta enviada: “ameaça à vida no campo, envenena a terra e traz agricultura empresarial irrigada substituindo agricultura familiar e camponesa” (Figura 15). O documento ainda dá a entender que será encaminhado e anexado ao Gabinete-

Adjunto de Informações para apoiar a decisão da presidenta Dilma. Segundo a linguista Adriana das Graças essa resposta “elevou a autoestima e reconhecimento político⁶³ das trabalhadoras rurais e do movimento em defesa da Chapada do Apodi” (2019, p. 74). Além, é claro, de semear o sentimento de esperança de que o decreto poderia ser realmente revogado.

Foi justamente pelo tamanho a repercussão de toda essa ação das mulheres de Apodi que o sentimento de decepção foi coletivo quando as obras se iniciaram normalmente e o decreto não foi revogado. Dona Antônia Maria de Souza Oliveira, Antonieta, como ela prefere ser chamada, relatou esse sentimento:

Assim, a gente sentiu-se um pouco assim, sem muito esse empoderamento né, porque Dilma enquanto mulher era pra ter ouvido essas mulheres né, porque a gente fez com tanto carinho, acreditando tanto, a gente enquanto do Partido né. Que eu mesma eu sou filiada (Antonia Oliveira, outubro de 2017).

Antonieta é moradora há 21 anos do assentamento Milagres, na região da Chapada. Ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores, desde 1988 e se orgulha da fotografia ao lado do ex-presidente Lula, na época em ele esteve em seu assentamento. Sua entrevista, mesmo tendo inúmeras semelhanças com as outras, traz algumas particularidades. Desde o início, na sua apresentação⁶⁴, Antonieta pontuou sua relação com as tarefas domésticas:

Eu sou Antonia Maria de Souza Oliveira, mais conhecida por Antonieta. Moro aqui no Assentamento Milagre, há 21 anos, né, porque [é] desde o início da luta. Mas assim, sou agricultora, apicultora. De tudo eu faço um pouco, mas só de ser dona de casa já é, já é (risos). Vêi, porque é luta pesada viu, a luta da mulher não é só, é quase 20 horas de luta mesmo (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

E durante toda a nossa conversa ela ia destacando as transformações no papel dela, como mulher, na luta pela terra, no trabalho de casa e na agricultura.

[...] não a mulher era mesmo só na cozinha mesmo né, mas ai veio, veio a [luta] de 2004 é que se descobriu, foi se descobrindo que a mulher era tudo e muito mais né. Porque na questão de não ser só dona de casa, usava mais a palavra assim dizer “ajuda” né e não é ajuda, é o trabalho mesmo né. Então a gente fica. Vixe como eu to discursando (risos);

É tanto que quando foi no período que nós fizemos o PRONAF Mulher, em 2005, ave Maria a gente pegava, a gente pega as coisas. O pessoal diz: “Isso

63 A história das cartas enviadas para Dilma ganhou caráter nacional e internacional nos fóruns e espaços de debates feministas. A temática da Marcha Mundial de Mulheres, 8 de março de 2012 foi a luta das mulheres da Chapada de Apodi. E muitas notas internacionais foram recebidas pelo STTRA.

64 Como já expliquei na entrevista da Dona Francina, sempre peço para que a pessoa se apresente dizendo tudo aquilo que achar relevante sobre si. Nesse início de entrevista, muitas vezes, é possível perceber a forma como os entrevistados querem ser percebidos por mim. Dona Francina leu um poema, Seu Raimundo disse que não era a pessoa mais indicada para dar entrevistas, Golinha se apresenta como agricultor experimentalador.

num é trabalho de mulher!” Conversa, quase que num se acostuma, hoje é que de 2004 pra cá é que avançou mesmo os trabalhos das mulher. Mas o pessoal num reconhecia não, num valorizava não. (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

Antonieta conta que por muitas vezes foi pioneira em alguns espaços. Ela faz questão de destacar em sua fala: “eu fui a primeira mulher a ficar nos barracos” durante o processo de ocupação do território que viria a ser o assentamento; e sobre a sua participação política ela também lembra que: “Eu fui a primeira mulher aqui na associação do assentamento Milagre, né?”. Enquanto conversávamos no alpendre da casa, seu marido permaneceu dentro de casa durante quase toda a entrevista. Também muito simpático, ele às vezes aparecia na janela para complementar alguma informação ou fazer algum comentário, mas em nenhum momento quis participar de fato da entrevista. Durante toda a nossa conversa Antonieta ressaltou não apenas sua atuação política, bem como seu trabalho na agricultura. Em vários momentos ela deixou claro que desde a infância prefere a lida com a terra:

“Ai minha, minha infância, olha toda vida eu gostei de campo, acredita? Com 7 anos de idade eu já, eu já trabalhava como meu pai [...]” “Ai eu, vocês sabem que criança né sempre gosta de ta ajudando, ai quando é meio dia em ponto ele dizia “Você não vai!” e eu dizia “Eu vou!” Ai por tanto até hoje eu faço luta de casa, mas eu num gosto muito de luta de casa não, eu sou sincera a dizer, eu só gosto mais de luta de campo” (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

E se em 1980 o argumento para o não alistamento de mulheres nas Emergências era o trabalho pesado, cada vez mais mulheres vêm conquistando espaços na lida com a terra. O PRONAF foi uma ferramenta importante nesse processo, pois garantiu às mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas acesso ao crédito rural. Antonieta é categórica em reconhecer que “de 2004 pra cá é que avançou mesmo os trabalhos das mulher”, o trabalho e a luta.

3. Voz e História: A construção das narrativas de terra, água e fogo na Chapada do Apodi

No es que queremos vivirasí, es que queremos viviraquí.

Amparo García, líder comunitária. Puerto Rico, 2012.

Cada entrevista é única e possui seu próprio ritmo. Algumas são fluídas e livres, outras mais truncadas, umas mais ardentes e militantes e outras tranquilas como um café da tarde. Em todas elas surgem elementos capazes de traçar caminhos inicialmente não esperados. Nesse capítulo, o fogo é a representação da violência que pode ser percebida tanto nas ofensivas do Estado como na resistência dos camponeses. A água⁶⁵ representa a fluidez do discurso, o discurso-rio que pode correr livre ou ser barrado. A terra é o elo que liga os moradores das comunidades aos seus saberes locais passados de geração em geração.

Assim, as entrevistas a seguir compõem narrativas de terra, água e fogo. Falam sobre o avanço da técnica e da tecnologia sobre os manejos e saberes tradicionais camponeses; falam sobre as interconexões comunitárias e a percepção de problemas e lutas em comum; falam também sobre as raízes profundas do desejo de permanecer na terra, não por uma questão apenas jurídica, da posse, mas porque ela representa um meio e um modo de vida que se quer com sucessão.

Longe de serem narrativas isoladas, terra, água e fogo representam a simbiose da luta por direitos com o discurso e os saberes camponeses.

3.1. O poder do fogo

O progresso é como um fogo⁶⁶ que se alastra para remover a mata, que é o sinônimo do atraso⁶⁷. Por isso, desde o processo de colonização, o fogo é visto como

65 De acordo com Daniel Roche, como o fogo, a água é inseparável das representações que estão enraizadas há milênios na força simbólica dos elementos (2000b, p. 187). Ao citar a fábula escrita por Rousseau sobre a origem da formação das línguas meridionais, Roche destaca a imagem construída pelo filósofo francês sobre a “associação do brotar da primeira língua comum e a adução da água” (2000b, p. 197). Nesse aspecto a água é tida aqui como elemento de sociabilidade.

66 A ideia de fogo está presente também no mito grego, na figura de Prometeu que rouba o fogo e dá aos homens a possibilidade do progresso. Anterior a este fato, os homens eram animalizados e incapazes de “progredir” somente com o fogo que os seres humanos conseguiram avançar.

algo que trará a modernidade, a urbanidade. Nos discursos oficiais, o rural é tido como atrasado, com baixa produtividade e por isso não deve resistir à força inexorável do desenvolvimento. De acordo com Luiz Pereira Barreto: o fogo enriquece os pais e deixa na miséria os filhos (BARRETO apud DEAN, 1996, p. 254).

Marshall Berman destaca que a maioria das pessoas experimentou a modernidade como uma “ameaça radical a toda sua história e tradições” (2007, p. 24). A “tragédia do desenvolvimento” se alastra freneticamente sobre aqueles que estiverem no caminho do progresso.

Muitas comunidades rurais da cidade de Apodi, principalmente das regiões da Chapada, vivenciam a chegada do progresso e os processos de modernização do campo, que com sua lógica produtiva interfere nas formas de vida e de trabalho, de forma negativa. Historicamente, os camponeses são como Filemon e Baucis⁶⁸, pessoas que estão no caminho do desenvolvimento e que serão inevitavelmente consumidos por ele. E como destaca Berman (2007, p. 94), é a partir do século XX que o modelo fáustico⁶⁹ assume sua forma plena, emergindo de modo mais intenso no mundo capitalista.

Para a historiadora Márcia Motta, existem três dimensões principais do protagonismo camponês⁷⁰ nas lutas e resistências ao avanço do capitalismo no campo. Primeiramente, a relação capital/trabalho, que gera um embate real de classe, entre o

67 Sobre esse tema há também o do professor Nicolau Sevcenko intitulado, O front brasileiro na guerra verde: vegetais colonialismo e cultura, no qual ele relaciona a expansão colonial à guerra contra a natureza. Nesse processo ele destaca duas cores fundamentais: o vermelho do fogo e o verde da mata. É nesse sentido que se constrói a ocupação predatória da terra. Nas palavras dele: Da mata verde surgem as feras, da mata verde surgem os insetos, da mata verde surgem os índios, e todo o perigo. E se eles estão ali para conquistar alguma coisa, só podem ver o que há para conquistar se a mata sair da frente. Portanto a melhor paisagem do ponto de vista de quem está na posição do colonizador [...] – é a paisagem ausente, é a eliminação completa daquele verde (SEVCENKO, 1996, p. 111).

68 Personagens do livro “O fausto” de Goethe, um casal de idosos que ficam no caminho do moderno projeto colonizador de Fausto. São personagens baseados na mitologia grega, eles recebem e acolhem Zeus e Hermes, disfarçados de viajantes, em sua casa.

69 Modelo Fáustico aqui é uma referência a Fausto, personagem do célebre drama de Goethe que é analisado por Marshall Berman na construção de sua crítica sobre a modernidade. Berman, no livro Tudo que é sólido se desmancha no ar defende a tese de um impulso dialético interno à própria modernidade é capaz de renová-la reconstruindo-a continuamente até esgotar todas as suas possibilidades. Expulsando do caminho todas aquelas que se opõem a sua continuidade.

70 O termo camponês é ainda muito debatido nas ciências sociais. Entre os entrevistados ele é utilizado apenas pelos membros do sindicato e da Comissão Pastoral da Terra - CPT. O termo mais recorrente para definir o trabalhador do campo é agricultor, presente em quase todas as entrevistas. Para Jan Douwe van der Ploeg, o termo camponês designa o conjunto de políticas e a cultura diferente de agricultor que se refere apenas à atividade (PLOEG, 2016). Para ajudar-me nessa questão baseio a relação de significado entre camponês e agricultor com a de trabalhador rural. Como destaca Márcia Motta: “Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão [produção camponesa], tanto à direita (que defende a grande propriedade como única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como consequência a negação do camponês como agricultor.” (MOTTA, 2009, p. 14).

agricultor que produz e o proprietário da terra. Em seguida, uma dimensão menos perceptiva de luta, gerada pela tentativa de acesso aos recursos produtivos e pelas estratégias praticadas pelos camponeses para garantir a reprodução de seus modos de vida. Por último, a própria forma de produção do camponês que se choca diretamente com a lógica produtivista capitalista (MOTTA, 2009, p. 13-14). O simples fato de querer manter seu modo de cultivo da terra já colide com as formas consideradas modernas de produção trazidas pela lógica empresarial. E as transformações exigidas pela inserção da região no mercado de exportação de alimentos também provocaram grandes mudanças na paisagem.

Agnaldo Fernandes, um geógrafo de 33 anos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, levou-me em uma visita até um dos pontos do canteiro de obras do Perímetro irrigado. Ao se referir à transformação da paisagem provocada pelas obras, ele destaca:

Antes desse barramento aqui era totalmente diferente, tinha a mata ciliar, tinha as carnaubeiras. Eu sei que vocês estão vendo lá o que foi extraído, apanhado agora e quando a gente entrou lá tinha um monte de tronco de árvore, são carnaubeiras que foram tiradas daqui. Teve fogo aqui e então, e barraram o rio aqui com essa obra de concreto que não existia (Agnaldo Fernandes, setembro de 2017).

A primeira grande obra do século XXI na região foi a construção da Barragem de Santa Cruz, iniciada em 1999 e concluída em 2002. Essa obra já provocou um impacto no acesso à água para as famílias que moravam no território por trás da Barragem. Com as obras do Perímetro Irrigado⁷¹, o curso do Rio Apodi-Mossoró foi novamente desviado, para canalizar uma quantidade de água que deveria ser levada para a região mais alta da Chapada através de bombas hidráulicas, com um alto consumo de energia.

As obras do Perímetro não foram concluídas e hoje todo o canteiro está abandonado. Porém, o desvio no curso do Rio prejudicou todo o abastecimento de água das comunidades que já haviam sido impactadas pela obra da Barragem. Segundo Agnaldo Fernandes:

Eles apropriaram três mil hectares de terra então. E as comunidades que estão a um quilômetro da barragem de Santa Cruz não têm abastecimento de água.

71 Sobre os impactos dos Perímetros Irrigados nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte ver o Dossiê Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido, construído pelo grupo de pesquisa Ecologia de saberes para promoção da equidade ambiental e em saúde no trabalho no contexto da expansão do agrohídronegócio nos territórios do Vale do Jaguaribe-CE. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/apresentacao/>.

E aí vai levar água lá para cima da Chapada (nesse) dizendo que tem essas bombas para jogar água lá em cima (Agnaldo Fernandes, setembro de 2017).

De acordo com o documento intitulado Relatório Síntese⁷², de maio de 2014, sobre a primeira etapa das obras do Perímetro Irrigado, 30% da área total da primeira etapa do perímetro estaria destinado a 26 empresas de fruticultura irrigada, enquanto 44% seriam delegadas para 286 pequenos produtores. Esse dado deixa explícito para quem estariam destinados os avanços do progresso trazido pela construção do perímetro irrigado. Desse modo, a experiência vivenciada pela exclusão dos pequenos produtores no projeto das obras faz com que o horizonte de expectativa proposto seja negativado por muitos agricultores entrevistados.

O progresso, como destaca Koselleck (2006, p. 55), “foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar certa determinação do tempo, transcendente a natureza e imanente a história”. Assim, esse tempo que se depõe do tempo natural e passa a ser contado mecanicamente no sentido de progresso tecnológico, que, mesmo se intitulando neutro, privilegia a grande propriedade exportadora. Como destaca Bruno Latour, na obra *Jamais fomos Modernos*, a maior esquisitice dos modernos é aceitar a “ideia de um tempo que passaria irreversivelmente e que anularia, atrás de si, todo o passado” (LATOUR, 2013, p. 51). Podemos pensar na imagem de uma flecha em chamas, que não apenas avança irreversivelmente para frente, bem como consome tudo aquilo que ficar para trás, negando aos que não a acompanham alternativas temporais.

Raymond Williams, no livro *O campo e a cidade*, o contraste entre cidade e campo remonta à Antiguidade Clássica. Entretanto, é na modernidade que se aprofunda essa fissura. A cidade representa uma forma distinta de civilização, enquanto o campo, por vezes, é associado ao “atraso, ignorância e limitação”. No imaginário literário, campo/cidade podem ser vistos como continuidade ou oposição e o campo, deforma seletiva, ou é o lugar do arcaico ou do bucólico (paraíso perdido em um tempo anterior, não vivido), dependendo do que se quer retratar. Em Apodi, essa imagem de urbanização não é tão contrastante, visto que sua área rural abriga metade dos moradores e a cidade guarda ainda intrínsecas relações com o campo. Dessa forma, não é toda a região do sertão de Apodi, incluindo sua sede, classificada como espaço do arcaico. Segundo Raymond Williams, ainda:

72 Elaboração do projeto executivo e supervisão das obras, da aquisição e da montagem de equipamentos para a implantação do perímetro de irrigação Santa Cruz do Apodi, primeira etapa com 5.200 HÁ, no Estado do Rio Grande do Norte, Maio de 2014, DNOCS.

A propriedade deixou de ser considerada uma herança que gerava uma determinada renda, passando a ser vista como uma oportunidade de investimento, que traria um lucro muito maior. Assim, uma ideologia do melhoramento - da transformação e organização da terra - tornou-se importante e dominante. As relações sociais que constituíram obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa (WILLIAMS, 2011, p.105).

Para uma visão produtiva capitalista, o rural é tido como lugar da ignorância, a produção familiar e camponesa representa o retrocesso com o qual se deve romper. Era necessário se apropriar do saber da cidade (ou dos habitantes das grandes cidades) para que o campo pudesse progredir. Francisco Ademar Neto⁷³, servidor terceirizado do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, agricultor, um dos fundadores da Agrovila Palmares, destacou em entrevista que os técnicos do DNOCS, ao visitarem sua propriedade, na comunidade, defendiam que esse tipo de agricultura praticada pelos pequenos não explorava a produção agrícola em todas as suas possibilidades. Por isso, a chegada das empresas seria o melhor para a toda a população. Melhor para quem? Como destaca a estudiosa indiana Vandana Shiva, “melhoria” e “valor” não são termos neutros, “são contextuais e determinados por um quadro de referências” (2003, p. 92). É a ideia de que há um saber verdadeiro, universal e neutro, de base europeia, ligado à expansão do capital. Sobre a relação da neutralidade da técnica como forma eficaz de exploração da natureza, Williams destaca “a celebração irrefletida do domínio – poder, eficiência, produção, o domínio do homem sobre a natureza –, como se a exploração dos recursos naturais pudesse ser separada da concomitante exploração dos homens” (2011, p.68).

Dessa forma, cada vez mais, o saber oficial da ciência moderna se cristaliza através das suas relações íntimas com o mercado (SHIVA, 2003, p. 42). Como afirmou Josué de Castro, na “Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano”, realizada em Estocolmo, em junho de 1972:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da

73 Em um debate sobre a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi, realizado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, campus Apodi, em 2014, Neto foi chamado de mentiroso, por um dos técnicos do DNOCS presente no espaço. Quando Neto destacou toda a produção que tinha em sua propriedade e afirmou que ela não havia sido levada em consideração pelos técnicos que haviam estado lá, um dos representantes da comitiva do DNOCS se exaltou e disse que Seu Neto estava mentindo. Para mais informações sobre o evento e seus desdobramentos ver: GOIS, Sarah C. C. Narrativas de Água e Fogo: Atraso e Progresso na Chapada do Apodi. IN: RIOS, Kênia Sousa. (Org.) História Oral e Natureza: Resistência e Cultura. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do Planeta. (CASTRO, 1972).

Para Vandana Shiva, do mesmo modo que as monoculturas agrícolas são incompatíveis com a biodiversidade natural, esse conhecimento técnico dominante subjuga os vários saberes locais. Para ela:

Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante a das monoculturas de variedades de plantas importadas, o que leva a substituição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (2003. p. 25)

Entretanto, se há esse fogo do progresso fáustico que consome o que vê pela frente em nome da “modernização”, há também o “fogo de monturo”. Era assim que o líder das ligas camponesas, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, se referia à luta dos camponeses:

Eu sei que o nego vai morrer./Essa luta vai continuar, mas vai ser abafada./ Vai ficar como um fogo de monturo por baixo./E quando ele levantar mais tarde, Aí não tem água que apague esse fogo.(João Pedro Teixeira, retirado do site da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Acessado em 30/06/2017. IN: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/content/article?id=1036:celebracao-em-memoria-dos-50-anos-do-assassinato-de-joao-pedro-teixeira>)

É o *fogo de monturo* que, mesmo escondido, não se apaga. Ele resiste nas pequenas ações, nas organizações dos camponeses. A zona rural de Apodi é formada por mais de cem comunidades. Lá há, essencialmente, dois tipos de povoados, as comunidades e os assentamentos, que foram originados de várias formas. As associações de moradores têm bastante peso dentro das comunidades e existem reuniões contínuas. Esse *fogo de monturo* pode ser associado ao discurso oculto descrito por James Scott ao analisar as formas de resistência que não “produzem manchetes de jornais.” Sobre esse debate da resistência oculta dos camponeses, a professora Paula Godinho assinala que:

Ao longo da história, os grupos sociais subalternos aprenderam a articular essa resistência, tornando-a ativa, visível, exposta e reivindicativa em momentos escassos, embora de memória densa e persistente, ou disfarçada, camaleônica, encenada, quando os tempos exigem máscaras espessas e performances dissimuladas (2017. p. 21).

Em entrevista para o projeto História e Memória de Apodi,⁷⁴ sobre a participação dos moradores da Agrovila Palmares nos espaços sindicais, Francisco

74 Projeto de extensão vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte, desenvolvido entre os anos de 2015 e 2016.

Ademar Neto destacou: “rapaz, acho que todo mundo é filiado ao Sindicato, não participa ativo todo mundo, mas pelo menos na associação cada mês que tem uma reunião, assembleia do sindicato tem a participação da comunidade” (Francisco Ademar Neto, agosto de 2015).

Dessa forma, a filiação ao sindicato, as tentativas de coesão nos discursos, a classificação do Perímetro Irrigado como “projeto da morte”⁷⁵, a legitimação do seu ritmo de vida e produção e a manutenção de sua autonomia são exemplos de formas de resistência cotidianas baseadas no passado presente de suas experiências. Como destaca James Scott, sobre as formas possíveis de resistências, “classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência” (2002, p. 29).

A entrevista de Leomar Fernandes, um jovem agricultor, que após fazer o trajeto campo-cidade resolveu retornar ao campo para viver com sua família, foi feita bem no meio de sua produção. Ele fazia questão de ir mostrando tudo o que cultivava enquanto respondia as minhas perguntas. Leomar monta cestas de produtos orgânicos para vender. No início da semana, ele avisa quais produtos estão disponíveis e seus clientes fazem as encomendas. Ao se referir a estas mesmas obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi, Leomar enfatizou que:

Enfim, a ideia é olhar que está abandonada essa obra do perímetro, a agressão ao meio ambiente, a violência que foi lá e também olhar um pouco daquele modelo do agronegócio que é **recente** aqui para nós, lá na Chapada também é uma ameaça as áreas de assentamento, o monocultivo que é totalmente diferente disso aqui. Então, estamos apostando que eles estão dando o mel para depois dar o fel (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

A fala de Leomar pode ser entendida na contra mão do progresso: ele não atribui ao futuro o status de algo melhor que o passado. O medo de Leomar sobre a chegada do agronegócio é o medo de ter seu tempo roubado, engolido pela determinação do tempo do progresso que se porta como transcendente à natureza e imanente à história (KOSELLECK, 2006, p.55). Dessa forma, cada vez mais, o saber oficial da ciência moderna se cristaliza através das suas relações íntimas com o mercado (SHIVA, 2003, p. 42).

75 A grande maioria dos camponeses se refere ao projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi como Projeto da Morte. Talvez essa denominação tenha ganhado peso após as visitas realizadas pelos agricultores de Apodi a algumas comunidades da Região de Limoeiro e do Baixo Jaguaribe impactadas pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Essas visitas foram estruturadas pelo sindicato para que os agricultores conhecessem regiões que já receberam esse tipo de obra.

O camponês/agricultor tradicional, na grande maioria das vezes, não possui o acesso formal à terra. Muitos são os agricultores sem-terra que estabelecem diversas relações para conseguir manter a produção e a reprodução de seus modos de vida. O terreno onde Leomar Fernandes produz, na região do Vale de Apodi, mais parece um oásis com mais de vinte e cinco variedades de cultivo e com a aplicação de diversas técnicas de irrigação e manejo de solos. Destoa das outras propriedades monocultoras que cansam os olhos na monotonia de cores. Esse terreno tem menos de um hectare e apenas as regiões da casa e do aviário pertencem de fato a Leomar. O restante da propriedade é alugado a um amigo, como ele mesmo explica:

E assim eu moro aqui nesse pequeno espaço, só pra avisar para vocês que esse espaço dessa terra minha é só esse pedaço aqui tá cercado com as estacas azuis né. E aí eu comecei um pequeno trabalho, mas a minha produção maior é do outro lado aí que é nesse terreno aí, é no terreno que é do colega meu, que ele deu para eu produzir ali. Eu cerquei uma área ali em torno de 0,7 hectares e eu tô produzindo de todo produto (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

Mesmo produzindo em menos de um hectare de terra, Leomar consegue garantir uma grande variedade de plantas, hortaliças e tipos de produção. Ele aplica aquilo que hoje se denomina de “tecnologias sociais”. Como alertava Josué de Castro (2003), é uma forma de pensar em desenvolvimento a partir de uma perspectiva ética e ecológica. Longe de estancar o aprimoramento das técnicas, trata-se de procurar modelos que priorizem demandas sociais e de trabalho. Afinal, “só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem” (CASTRO, 2003. p.105).

Isso também vale para o acesso à terra, que, embora informal, transitório e instável, não tira de Leomar a sua identificação como agricultor, o mesmo com o seu pai, já falecido:

[...] eu assim, eu filho de agricultor, sem teto, sem terra, graças ao governo aí que colocaram para fora né o partido dos trabalhadores, eu consegui me formar em Agronomia, no governo Lula, com muita dificuldade. Sabe que um filho de agricultor conseguir se formar no curso de Agronomia é difícil né e assim e aí antes de eu ser agrônomo, eu fui o agricultor-agrônomo e hoje eu sou agrônomo-agricultor (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

Ao explicar o conceito chayanoviano de “rendimento”, Ploeg ressalta o fato de as propriedades camponesas serem mais produtivas do que os empreendimentos monocultores capitalistas. Ele atribui a isso quatro motivos principais. Primeiro, a agricultura camponesa chega aonde os empreendimentos capitalistas não entram,

desbravando terras marginais e transformando-as em pastos ou terras aráveis. Para os empreendimentos capitalistas, aprimorar terras marginais, em geral, é algo não lucrativo (isso, claro, depende da taxa média de lucro na economia capitalista como um todo). Para os camponeses, trata-se muitas vezes de um

mecanismo que permite o acesso à terra, terra esta que é formada pelas mãos do camponês (2016, 111).

Segundo, as unidades camponesas “apresentam um nível muito mais elevado de formação de capital por unidade de terra” (PLOEG, 2016, p. 111). Os camponeses investem em melhores sementes, adubos, e se dedicam muito mais a sua pequena propriedade.

Terceiro, a lógica de produção é completamente diferente; enquanto os grandes proprietários investem em maximizar os lucros, para os pequenos produtores o objetivo é maximizar o produto líquido ou a renda, excluindo a exploração da mão de obra⁷⁶. Nesse sentido, a agricultura camponesa pode ser vista como a interação contínua e a transformação mútua entre pessoas e natureza (2016, p.59).

Por último, a agricultura camponesa não apenas chega aonde outros tipos de produção não chegam, mas permanece quando outras formas de agricultura se retiram (PLEG, p. 146).

Hoje, Leomar possui a legitimidade do saber técnico, por ser agrônomo, mas destaca que foi o saber da experiência e da lida com a terra que o fez conseguir manter sua produção. Ao conservar a lógica da produção camponesa, ele preza pela autonomia: “não tem coisa melhor do que você trabalhar pra você mesmo” (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

Desse modo, vários camponeses constroem suas práticas possíveis⁷⁷ de resistência e de permanência na terra, que não podem ser entendidas a partir da lógica da produção capitalista.

Do ponto de vista das resistências construídas pelos agricultores, é importante ressaltar que a formação das comunidades tem, para os moradores, uma memória coletiva de lutas e conquistas. Dessa forma, os debates sobre a chegada das obras na

76 Como também explica Armando Bartra, ao estudar a dinâmica do campesinato mexicano durante o final do século XX e início de XXI: O camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sobre esta condição aceita o intercâmbio (VERGÉS, 2011, p.19). Ou ainda: Isso ocorre por que os meios de produção não representam para o campesinato uma forma de produzir lucros, mas um meio de garantir a subsistência e, eventualmente, alguma melhora na condição social (VERGÉS, 2011, p.37).

77 GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**. Experiência expectativa e práticas possíveis. Livraria Letra Livra: Lisboa, 2017. Para falar sobre as práticas possíveis de resistências dos camponeses a professora Paula Godinho se baseia no debate feito pelo historiador James Scott, para ele: Então, é perfeitamente legítimo – até importante – distinguir entre vários níveis e formas de resistência (formal/informal; individual/coletiva; pública/anônima; que desafiam o sistema de dominação/que objetivam ganhos marginais). Mas deve, simultaneamente, ficar claro que o elemento a ser realmente medido é o nível de repressão que estrutura as opções que estão disponíveis (SCOTT, 2002, p. 29).

Chapada do lado potiguar estão, em certa medida, organizados e há a formação de um grande processo de resistência. Em nome da memória da luta anterior, mulheres e homens camponeses se articularam. De acordo com Paul Ricoeur (1968, p. 95): “o progresso é o que há de racional na história e a ambiguidade representa o que nela existe de irracional”, um se acha em nível “técnico” e o outro mais “ético”. Progresso, ambiguidade e esperança assinalam três níveis de leitura da história. O primeiro pode ser reconhecido no tempo das obras, nos vestígios da produção material que se acumulam. A ambiguidade é existencial, humana, diacrônica. E a esperança é um nível de mistério que procura o sentido da história.

Não apenas Leomar, mas muitos outros agricultores entrevistados de Apodi não foram convencidos dos benefícios da chegada do progresso (linear e técnico), visto que este abalava e modificava suas estruturas de produção (nível ético), além de retirarem as comunidades dos lugares nos quais eles haviam criados os laços de afetividade. Como destaca Leomar:

E eu voltei, tava na faculdade, voltei para morar aqui porque aqui é o local onde tem um valor, um valor sentimental muito importante para mim, porque aqui é onde o meu pai conseguiu deixar a gente debaixo de uma casinha com ajuda dos amigos que doou esse pequeno pedacinho de terra aqui e a gente morava nessa casinha aqui, era uma casinha de taipa [...]. E assim meu pai faleceu aqui, mas deixou quando a gente ia se mudar 15 dias que eu tinha conseguido agasalhar todo mundo nessa casinha, aí ele faleceu do lado da minha mãe, então essa casa tem um valor muito importante para mim (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

A terra, para Leomar, também é um lugar de sentimento e afetividade. Foi nela que seu pai construiu a sua primeira casa e foi nela que viveu seus últimos momentos. Por isso, também ele quis manter a casa original de taipa construída pelo pai, transformada em um aviário. Cada um desses lugares guarda laços de convivência e memória. Experiências fragmentadas e espalhadas pela terra. A lembrança aqui pode ser entendida como a “sobrevivência do passado”, que se conserva no “espírito de cada ser humano” (2015, p. 53). Como afirma Ecléa Bosi, “as lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros [...], guardam vínculos difíceis de separar” (2015, p. 423). No caso da família de Leomar, a lembrança está associada à materialidade da casa, local de socialização e também de trabalho. Ainda segundo a professora Ecléa Bosi:

Na Roma antiga a terra pertencia para sempre à família que a cultivava, que nela enterrava seus mortos e erigia o altar dos deuses lares. Terra, família e religião comungavam no mesmo espírito. Na terra se cultivava o alimento e a memória dos vivos e mortos (2015, p. 424).

É através do lugar onde trabalha e vive que Leomar tem suas lembranças da família renovadas. Aqui, a casa antiga⁷⁸, hoje um aviário, e a casa nova, construída por ele para a família que formou, petrificam, na lembrança, lugares repletos de memórias. Como o passado e o presente da família de Leomar, edificados nas duas casas construídas.

A agricultura familiar está presente no modo de vida das pessoas, pois há maior controle sobre o consumo e a produção, o que proporciona à família camponesa um maior controle do plantio e horários flexíveis de trabalho que obedecem mais aos aspectos culturais do que a lógica de mercado.

No capítulo seis do livro *Costumes em Comum, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Thompson analisa as transformações operadas a partir da mudança na percepção e no controle do tempo. Para ele, a notação do tempo em um contexto mais rural da Grã-Bretanha pode ser descrita até hoje como uma orientação pelas tarefas diárias. Ele prossegue o debate sobre as diferentes compreensões de tempo propondo três questões sobre a orientação do trabalho a partir das tarefas ao invés do tempo marcado pelo relógio:

Primeiro há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do horário do trabalho marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ao se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o “passar o dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.” (1998, p. 271-72)

Nesse sentido, destaco a realização de algumas entrevistas, que além da conversa descontraída, foram marcadas pela realização de algumas atividades “necessidades” por parte dos entrevistados. Como no caso da entrevista com Edilson, que foi realizada no meio do processo de colheita do arroz ou da entrevista com Dona Nova, que precisou ser interrompida para que ela fosse aguardar a horta. Além das entrevistas com Antonieta, acompanhada pela colheita de uma série de frutas para nossa degustação, e Dona Vilma cujo marido passou toda a nossa conversa preparando a terra para o plantio. A vida, as relações sociais e o trabalho estão completamente misturados na experiência do viver

78 Como destaca Daniel Roche ao falar da casa como centro da vida humana: A casa era em primeiro lugar um “tempo petrificado”. Ela agrupava, condensava o passado e o futuro no espaço habitado construído outrora e modificado pelas gerações sucessivas, que unificariam os modos de arrumação. (2000b, p. 116) Sobre as casas rurais, Daniel Roche ainda afirma que elas são produto do tempo e produtoras de temporalidades diversas (ROCHE, 2000b, p. 119).

dessas pessoas. Thompson ainda destacou que toda essa lógica de orientação pelas tarefas pode ainda ser bastante complexa e ter em seu interior, dependendo dos papéis assumidos na divisão de trabalho familiar ou na contratação de algum empregado, uma relação de regulação de tempo. Quando alguém é contratado para a realização de um trabalho, há uma diferenciação entre o tempo do “empregador” e o “seu próprio tempo”. Aqui o que “predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (1998, p. 272). Por esse motivo, na sociedade capitalista, “todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado” (1998, p. 298). Essa idéia está associada à produtividade, qualquer tempo não aproveitado, está sendo desperdiçando.

A técnica para esses grupos é outra, baseada no tempo de produção familiar, e não no tempo “moeda” da lógica empresarial. Dessa forma, os agricultores de Apodi se apropriam do costume, da tradição e da memória recente de fundação de suas comunidades para resistirem à essa lógica do progresso ou ao que ele representa. Como no conceito formulado também formulado por Thompson e debatido no início daquele mesmo livro, “os mais pobres têm na tradição a sua rebeldia” (1998 p.13-25).

O espaço da comunidade funciona como um patrimônio e, a construção dessa memória, marca a resistência. A história da fundação da comunidade carrega a marca da oralidade da memória que foi transmitida de pai para filho. Esses espaços são permeados de identidade e sociabilidades. A casa não é apenas o lugar de residência, mas também das vivências e afetividades. É interessante notar que muitas vezes a divisão das categorias que são clássicas do mundo do trabalho, como Trabalho e Lazer, se confundem na ordenação das vidas das pessoas no campo⁷⁹.

E, é assim, é, aqui não, quando eu tô aqui nessa horta aqui, nessa minha produção aqui. Aqui não tem espaço para depressão não, viu (risos). Além de ser um produto pra gente, também faz a pessoa viver melhor, só em ter o alimento mais saudável né, e aí ocupa a mente da pessoa com... Quando a pessoa tá em meio à natureza, eu me sinto parte dela né. E trato ela como ela merece (Leomar Fernandes, setembro de 2017).

Leomar representa a junção entre o saber técnico universitário e o saber tradicional local passado de geração em geração, para a construção de sentido em sua fala. Ele destaca a importância dos saberes tradicionais não institucionais. Essa defesa se

79 Isso exclusivamente em relações nas quais há autonomia na produção camponesa. Claro que a relação capital/trabalho é preponderante no latifúndio e não pode ser relativizada. Mas em espaços de maior autonomia da produção, nos quais o agricultor não é “trabalhador rural” e possui o controle de seu cultivo, somente aí, essas categorias podem não ter divisões tão bruscas.

dá justamente na tentativa de criar uma oposição ao que seria um saber técnico institucional opressor a serviço do progresso e um saber tradicional local a serviço das comunidades. Entretanto, não há como separar o Leomar agricultor do Leomar agrônomo, visto que sua construção de conhecimento transita entre o ambiente formal e informal.

Atualmente, as obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz-Apodi estão paradas; desde o golpe de 2016, muitas obras vinculadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – como era o caso desta – foram interrompidas⁸⁰. Porém, o congelamento da obra não significou uma pausa no avanço do agronegócio na região. Muitas empresas, como a Agrícola Famosa, estão chegando constantemente e se instalando na região por causa da abundância de água dos Aquíferos Açú e Jandaíra⁸¹.

Em muitos espaços, é possível ter contato com esse *fogo de monturo* da luta camponesa. Recentemente, em um curso na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi sobre “campeinato, identidade e sucessão camponesa”, oferecido pela CPT regional, muitos representantes foram convidados a levar elementos que identificassem sua comunidade. O espaço foi eminentemente formado por mulheres, que levaram santos, sementes, enxadas. Todos, sem exceção, falaram sobre as lutas, resistências, sobre a tradição e o desejo de continuarem sendo camponeses. Como Seu Neto destacou em uma entrevista, “a questão da agricultura hoje é muito mal reconhecida, mas eu vejo que é a única saída digna que ainda existe”.

A dignidade é o que se quer retirar do camponês quando se retira dele a fonte de seu sustento, a terra e a água. Sempre que vai falar sobre a sua comunidade, Agnaldo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, se refere ao Bamburral, comunidade da região do Vale, como “**o melhor lugar do mundo**”. É importante ressaltar que essa afirmação não é feita de forma abstrata e idílica. Esse lugar existe justamente porque é nele onde os agricultores podem encontrar a sua cultura camponesa

80 Sobre a atual situação das obras do PAC, a matéria do Jornal O Povo intitulada: O que será das obras do PAC? De 14 de julho de 2019, relata: Contingenciado, descentralizado por decreto de março do ministro da Economia, Paulo Guedes, e por fim, encerrado por reforma administrativa do Governo Bolsonaro. Este é o atual cenário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2019/07/13/o-que-sera-das-obras-do-pac.html> acessado em Outubro de 2019. No próprio site do PAC a última atualização sobre as obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi é de Junho de 2018, com o status, em obras.

81O aquífero Jandaíra e o aquífero Açú compõe a bacia Potiguar de águas subterrâneas. O aquífero Jandaíra ocorre numa superfície total de 17.756 km² e sua preservação é hoje uma das grandes bandeiras de luta das comunidades rurais de Apodi.

e a dignidade dos homens e mulheres do campo. Como Neto disse em entrevista: “Se eu saio com a minha família daqui ou é pra roubar ou pra passar fome”.

Não há que se romantizar o trabalho no campo; segundo Ploeg, “a dinâmica da unidade camponesa é caracterizada e governada por uma busca por equilíbrios internos que seguem outra lógica” (2016, p. 30). Uma lógica baseada na Utilidade (benefícios proporcionados pelo aumento da produção) e na Penosidade do trabalho. Para Ploeg:

O trabalho agrícola pode muito bem ser vivenciado como uma atividade alegre e recompensadora. No entanto, ele também envolve esforço físico e quando o trabalho a ser realizado aumenta, sua natureza extenuante será sentida com mais intensidade. É isso que a noção analítica de penosidade tenta captar. Utilidade é o oposto de penosidade – os benefícios extras (sejam eles de qualquer natureza) proporcionados pelos aumentos da produção. (Ibid., p. 47).

O mito do progresso, ainda hoje, agrupa as “experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal” (KOSELLECK, 2006, p. 317), sob a ótica do avanço dessa ideologia da aceleração se coloca como neutra, quando na realidade está a serviço do latifúndio e do desmonte do modo de vida camponês. E, enquanto o fogo individualizou as vivências (ROCHE, 2000b, p.197), o incêndio agrupa. Se nas promessas do progresso temos o fogo faústico, na aurora das resistências temos o incêndio do fogo de monturo, que mesmo em pequenas proporções mantém a chama do modo de vida camponês acesa. Está mais do que claro que as pesquisas também podem/devem contribuir de alguma forma com as resistências dessas comunidades à luz do pensamento de Williams, de que “é necessário investigar, nesses casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica” (2011, p. 25). O fogo que ilumina e esquenta também confunde, encadeia e queima. E todo fogo deixa marcas.

3.2. O cheiro da Água

Figura 16: Barramento do Rio Apodi devido às obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi



FONTE: MAIA (2016, p. 210) Foto: Otávio Landim

A construção que inaugura o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi é a Barragem Santa Cruz. De acordo com as informações do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte – IGARN⁸², ela é o segundo maior reservatório de água do estado, com capacidade de armazenamento de 599.712.000 m³. Havia inclusive, por parte do governador do Estado à época, Garibaldi Filho, a expectativa de que a Barragem fosse receptora para as águas da transposição do Rio São Francisco. A obra foi inaugurada em 2002, com a presença do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Esse primeiro barramento/corte do Rio Apodi-Mossoró já havia trazido grandes impactos para as comunidades da região das Pedras. Como ressalta Vandana Shiva, no livro *Guerras por Água*: “Diz-se que os projetos de grande escala de desvio de água aumentam a quantidade de água disponível. Na realidade, eles transferem a água de uma comunidade para outra e de um ecossistema para outro” (2006, p. 72). A promessa de que a Barragem iria garantir água o ano inteiro trouxe muita esperança para os agricultores, principalmente das comunidades de Santa Cruz I e Santa Cruz II, comunidades separadas pelo rio. Essa esperança, contudo, foi sendo minada desde o evento de inauguração da Barragem, no qual nenhum dos moradores das comunidades próximas pôde entrar. Quem contou essa história, em forma de versos, foi Dona Francina, professora, agricultora e moradora antiga da comunidade de Santa Cruz I.

⁸² De acordo com: <http://www.igarn.rn.gov.br/>, acessado em 20 de janeiro de 2019.

A primeira vez que a vi foi no Fórum da Agricultura Familiar, que ocorre uma vez ao mês no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi. Ela estava falando sobre a outorga d'água que ela e o marido, Seu Raimundo, receberam. A outorga é uma multa dada sobre a utilização de águas dos poços. As águas subterrâneas são da União, teoricamente, e deveria haver uma autorização do Estado para que elas sejam utilizadas, embora na prática esse tipo de cobrança não seja comum. A vazão dos poços de pequenas propriedades é muito reduzida e o controle e mapeamento de poços são muito difíceis de serem feitos. Dessa forma, a cobrança real da outorga é uma forma de dificultar ainda mais o acesso do pequeno produtor à água. Para que não seja multado, o agricultor deve ter um projeto, assinado por um especialista⁸³, de utilização de água.

Desde o século XIX, os especialistas que são tomados como os mais aptos para *trazer o desenvolvimento* foram justamente os engenheiros, aqueles que saberiam ler e domar o mundo natural a partir da técnica. Os especialistas, ao terem seu saber transformado em poder, não hesitam sequer diante da escravização da natureza e da própria criatura humana (DUAPAS, p. 104). Esse tipo de saber nega os tipos de produções guiadas por habilidades social e historicamente construídas. Sobre a coletividade dos saberes construídos pelos pequenos produtores ao longo das gerações, Jan Douwe van der Ploeg destaca que:

É importante observar que a busca por melhorias e os ciclos de observação, interpretação, reorganização e avaliação nada têm de empreendimentos individuais. Quase sempre vão além da propriedade individual. Podem envolver redes ampliadas de comunicação e compartilhamento de conhecimento. Podem abranger períodos consideráveis de tempo e também podem muitas vezes pressupor uma determinada divisão de trabalho (2016, p. 119)

Nesse sentido, o fazer da produção agrícola não é apenas a transformação unilateral da natureza a partir de tecnologias mecânicas, mas sim o ato de cuidar da terra, dos animais e das plantações através da influência mútua entre pessoas e natureza. A relação das pessoas com o acesso e a utilização da água se opera de um modo muito

83 Como já discutido anteriormente o saber formal legitima a figura do especialista sobrepondo-o aos saberes locais. Numa hierarquização do saber ela ignora as “formas de saber” / conhecimento e as “formas de fazer” /Tecnologias (SHIVA, 2003. p. 161). Para uma grande empresa que se instala na região, com poços muito mais profundos, esse projeto é algo simples de ser feito. Mas para um pequeno agricultor é caro e inviável. Para Gilberto Dupas, o especialista: [...] não é um sábio, nem um ignorante. Não é um sábio por que ignora formalmente tudo quanto não faz parte de sua especialidade; tampouco é um ignorante, por que é um “homem de ciência” e conhece muito bem o seu pedaço de universo. Isso é particularmente grave, por que essa pessoa pode tender a se comportar nas questões que ignora com toda a arrogância de quem, em seu campo especial, é um sábio (2012, p. 202).

diferente de uma empresa que faz um projeto de recursos hídricos subterrâneos. Com a “modernização” da região e a chegada das empresas, que possuem poços com vazões enormes, os poços menos profundos secaram rapidamente. Entre as empresas e os pequenos produtores há o dilema, como destaca Vandana Shiva, “de superproduzir para superconsumir em vez de produzir para viver” (SHIVA, 2003. p. 10).

No poema *Rios sem Discurso*, João Cabral de Melo Neto também compara discurso e água a partir de ideias opostas, de forma espelhada, como reflexos vistos no espelho.

Quando um rio corta, corta-se de vez /o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,/ em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale / a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma, / e porque assim estanque, estancada: e
mais: porque assim estancada, muda,/ e muda porque com nenhuma comunica,/
porque cortou-se a sintaxe desse rio,/ o fio de água por que ele discorria
(MELO NETO,1997. p. 21).

O Rio é como um discurso que flui. Quando cortados, rio e discurso viram poças e palavras, que sem comunicação ficam estanques e mudas. O discurso-rio só pode correr partindo das poças interligadas em fios. O isolamento da água em poços é como o das palavras em dicionários. Uma poça de água é logo consumida, pela terra, pelo sol. Como as palavras nos dicionários estão mudas, mortas para a comunicação. Na figura 16 temos mais um ponto de barramento do Rio Apod-Mossoró, de um lado o leito do rio com a mata ciliar ainda preservada e do outro salta aos olhos os impactos do barramento.

A família de Dona Francina foi a primeira a ser multada pelo IGARN. Na reunião do Fórum, ao relatar esse acontecimento, ela disse: “Em Santa Cruz nós sentimos o cheiro da água, mas não podemos pegar nela”. Com o corte do rio, a água ficou “isolada, estanque no poço dela mesma”. Foi nesse momento em que eu pude compreender de forma única a relação feita por Paul Zumthor entre o seu conceito de performance e a função da linguagem “fática” de Malinowski. Segundo Zumthor:

A performance é ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida. Locutor, destinatário, e circunstâncias (quer o texto, por outra via, como ajuda de meios lingüísticos, as represente ou não) se encontram concretamente confrontados, indiscutíveis. Na performance se definem os dois eixos da comunicação social: o que junta o locutor ao autor; e aquele que se une a situação e a tradição. Nesse nível, a função da linguagem que Malinowski chamou de “fática” realiza plenamente o seu jogo: o jogo de aproximação, de abordagem e apelo, de provocação do Outro, de perdido, em si mesmo indiferente à produção de um sentido (1997, p. 33).

Em pé, no meio de uma plenária, cercada por vários agricultores, Dona Francina acessou, através de seu gesto, seu olhar, seu timbre, sua “estruturação vocal” e da escolha poética de suas palavras, justamente a transmissão e a recepção de sua mensagem. Todos estes elementos garantiram o recurso de se manter a comunicação. Imaginar o cheiro da água que, mesmo que esteja armazenada em abundância na Barragem, não pode ser acessada pelos moradores da região enraizou aquele momento em minha memória.

Cheguei à casa de Dona Francina em uma tarde bem quente. Infelizmente, ela não estava em casa. Antes de ir havíamos tentado ligar, mas não tivemos sucesso na comunicação. Quem nos recebeu foi seu Raimundo, seu Mundinho, esposo de Dona Francina. Acomodamo-nos no alpendre e, enquanto eu montava meu equipamento, câmera, microfone, computador, percebi que a apreensão ia crescendo. Seu Mundinho me olhou e disse: “É quase a globo, né? Não sou tão importante assim”.

Começamos a conversa com ele numa cadeira de balanço, com um tom sempre muito engraçado, como quem conta um caso a cada instante. Ele o tempo todo fazendo questão de afirmar que era Dona Francina a mulher das histórias, ela era quem dominava o saber letrado e que eu deveria esperar por ela. Entretanto, sempre tinha muita coisa a dizer sobre todos os assuntos que conversávamos. Sobre esses momentos que antecedem e/ou precedem a entrevista, Ecléa Bosi afirma que:

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente as mais vivas recordações a floravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim ou na despedida do portão (2015, p. 39)

As fontes orais têm inúmeras peculiaridades e, além de serem surpreendentes, nunca se limitam estritamente ao objeto da pesquisa, sempre começam antes e terminam depois (PORTELLI, 2004. p. 12). Enquanto, na entrevista de Seu Mundinho, todas as imagens iam brotando na liberdade das palavras, na entrevista com a Dona Francina, ela fez questão de pegar um compilado de todos os seus versos e ler para mim. Em toda a região, ela é conhecida por ser poetiza, escritora, e, por isso, sempre que eu perguntava sobre algum tema ela pegava seus escritos e o narrava em forma de poema.

Desde que decidi entrevistar Dona Francina, indicaram que eu perguntasse sobre a inauguração da Barragem, já que havia uma boa história e ela até tinha escrito um cordel sobre isso. Quando cheguei e ela não estava, perguntei ao Seu Mundinho se poderia entrevistá-lo também. Na minha cabeça pensei em realizar essa entrevista para

não “dar viagem perdida”. Entretanto, a conversa foi muito mais interessante e envolvente do que eu imaginava.

Quando lhe perguntei sobre a inauguração da barragem, ele resistiu em me contar a história, justamente por que Francina tinha tudo por escrito: “É aí, rapaz, você quer porque tá escrito, né.[...] É, tem. Aí, pra eu contar, faltar alguma coisa ou aumentar, ai...” Depois de muita insistência, Seu Raimundo decidiu contar a história. Deixando bem claro que a história escrita pela esposa seria mais confiável, contou que:

É, mas se ela estivesse aqui. Aqui no dia da inauguração foi um movimento, mesmo na véspera logo, eles foi grande o movimento. Mas para o povo de fora, da comunidade não. Desceu muito carro aí, mas eu num sei se isso tá escrito não (risos). Diz que desceu uns 300 e tantos a 400 carros aí, essa rampa. E o povo daqui era, tinha polícia federal ali, lá do outro lado do rio. Por todo canto aqui tava cercado. Eu num sei se só o Presidente veio. O Presidente, o helicóptero aterrissou lá naquele alto branco que a gente tá avistando daqui, lá do outro lado do rio, naquelas casas acolá. Aterrissou lá. Ficando bem pertinho da ponta da parede da barragem. E aí, de lá veio transporte pra cá, pra barragem. O pai desse moço aí tinha, ele mora lá encostado da vila, lá no outro lado do rio, tinha um roçado ali encostado na barreira do rio, tava trabalhando, foi almoçar os almoços dele num tinha hora, era bem 11 horas ou 12, já a polícia tava lá nas oiticicas que tem cortado na rodagem. Ai ele foi e disse a eles, perguntou pra onde ia, ele disse que ia almoçar, que tava trabalhando ali. Aí eles foram e disse: “Mas num volte mais não! Num venha não!” Num deixaram ele vir pra o roçado. Tá vendo a sujeição como era? Num podia nem trabalhar. (Seu Raimundo, janeiro de 2018)

De forma muito evidente, fica claro que a obra nunca foi pensada para as comunidades da região das Pedras⁸⁴. Além de não serem beneficiados pelas águas da barragem, ainda tinham a utilização das águas do rio prejudicadas pelo seu barramento e a cobrança da outorga da água. Por isso que Dona Francina falou que eles sentiam o cheiro da água, mas não tinham acesso a ela. Tanto a Barragem como o Rio Apodi estavam ali pertinho deles, mas a falta de água continuava sendo um problema grave para todos. No dia da inauguração foi feito um isolamento policial para garantir que ninguém da comunidade chegasse ao local. Ao me contar essa história, toda a postura de Seu Raimundo deixava clara sua indignação com o ocorrido e, através dos gestos,⁸⁵ ele ia refazendo a experiência daquele dia.

84 No próximo capítulo, a partir da análise de alguns mapas, vamos abordar as principais transformações nas paisagens observadas após a chegada das obras. Vale adiantar que há um crescimento na produção agrícola após a inauguração da barragem. O rio Apodi que antes era intermitente e enchia apenas em períodos chuvosos passou a ser perene, da barragem até desaguar no mar.

85 Sobre a oralidade e a memória, a professora Kênia Rios destaca: A oralidade reserva uma intimidade com a memória, que não é como um gravador ou um receptáculo de informação, por isso não existe a preocupação em memorizar tudo do jeitinho que foi visto ou escutado. As histórias contadas ganham força na medida em que são reinventadas pela intensidade do vivido. Jamais serão precisamente do mesmo jeito (RIOS, p. 28)

Mesmo que ele negasse sempre o domínio sobre o saber formal, em nenhum momento se intimidou ou se diminuiu. Pelo contrário, muitas foram as vezes nas quais ele riu de meu desconhecimento sobre termos e modos de produção. Ele achou muito engraçado o fato de eu não saber quanto era 1 légua. Ao me explicar onde ficava a escola com ensino fundamental II, mais próxima, ele disse: “Dá uma légua”. Imagino que a minha fisionomia tenha deixado evidente a minha ignorância real sobre quanto representava essa distância. Pois, ao me olhar, Seu Mundinho, rindo, completou:

Esses cabras mais novonum sabe o que é légua não. Ah, só é quilometro. É, mas olha ai como eu sou antigo. Ainda uso a coisa velha. Meia légua: 3 km (risos). Ai eles num sabem que uma légua são 6 km, ai eu sei que meia légua é 3, né?! (Seu Raimundo Melo).

Essa constituição e manutenção de um vocabulário que já não é mais tão presente na cultura escrita, garante às camadas populares reconhecimento e legitimidade, como nesse caso de Seu Raimundo. Sobre isso, o professor Frederico de Castro Neves, sob a influência de James Scott, também fez questão de ressaltar sobre a figura de seu entrevistado Seu Muriçoca:

Dentre as características desse contrateatro, destacam-se os rumores, o eufemismo, a dissimulação e o ressentimento, que podem ser entendidos como formas possíveis de resistência em situações de dominação e de controle cultural. A oralidade, assim, aparece como um espaço de resistência aos avanços da cultura escrita, identificada com a dominação social e o poder do Estado. O domínio sobre as técnicas da narração “vocal”, portanto, possibilita a permanência de uma tradição cujas origens se perdem no longo tempo da memória popular, sendo cada vez mais idealizada como uma “idade do ouro” da cultura sertaneja (2002, p. 58).

O que ela chama de contrateatro aqui é justamente esse domínio que o entrevistado possui ao criar as cenas que ele deseja priorizar em seus arranjos narrativos. O exemplo dado pelo professor Frederico foi a narrativa que Seu Muriçoca fez sobre o seu nascimento, criando expectativa na audiência e se utilizando de um “verdadeiro glossário do vocabulário popular” com o intuito de “sempre marcar suas diferenças com relação aos pesquisadores” (2002, p. 59). Do mesmo modo, foi do quando Seu Raimundo falou-me sobre a sua infância: “eu nasci e me criei lá era capoeira”. E rapidamente avaliou minhas feições, completando: “Oi, lá vai outro nome que ela num vai, ela talvez não entenda o que é essa história de capoeira”, seguindo com muitos risos. Agnaldo Fernandes, presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Apodi, que me levou à casa de seu Raimundo e acompanhava a entrevista, ainda disse: “capoeira, para ela, é um esporte”. Ao que seu Mundinho completou:

Capoeira! Deram esse nome. Eu num sei se é certo mesmo, porque a gente só chamava capoeira. Ai minha capoeira de algodão. Aquele algodão mocó, algodão que tem muita vida. Plantava ali, passava anos pra poder arrancar, tirar, ia replantando, ajeitando, ai a gente chamava capoeira (R.M)

Outro tema recorrente na entrevista de Seu Raimundo era a comparação entre os tempos, passado e presente. Ora o passado aparece como lugar saudoso e melhor de viver, ora como o tempo das dificuldades exacerbadas. Do mesmo modo, o presente, em alguns momentos é tido como pior, lugar de problemas ou de facilidade, dependendo do assunto abordado. A tecnologia, a modernidade, o progresso, podem ser benéficos ou maléficos dependendo de suas utilizações. Sobre a energia a água encanada, ele responde:

Mudou. Vamos dizer que melhorou agora qualquer coisa. Não melhorou como a gente merece, mas melhorou mais, né? **Antigamente era mais difícil** as coisas pra gente (Raimundo Melo, Janeiro de 2018).

Sem energia, era só a base da lamparina, né, da lamparina. Pra ver, a gente era acostumado, quando falta energia **hoje** pra ascender à lamparina, uma coisa, há **dificuldade medonha** (Raimundo Melo, Janeiro de 2018).

Mas sobre a qualidade e o acesso à água, há uma contradição:

Antigamente era uma água **boa, limpa**, mas hoje tá...

Me levantava quebrava a barra com uma roladeira, sete latas d'água e vinha puxando de acolá do rio pra cá. Que do rio pra cá num dá menos de 1 km, só tem perigo de dar mais (Raimundo Melo, janeiro de 2018).

Sobre a segurança, não apenas a fala de Seu Raimundo, mas as narrativas são unânimes em afirmar que no passado era melhor:

Mas é porque **naquela época**, eu sou cansado de dizer, que é porque naquela época a gente podia, a gente ia, ia tranquilo e voltava, sabe. Com a certeza que ia e voltava em paz. Mas **hoje** a gente vai e num sabe se volta mais não, do jeito que tá (Raimundo Melo, Janeiro de 2018).

Durante toda a entrevista, pudemos perceber a complexidade da percepção sobre passado e presente. Desse modo, a entrevista de Seu Mundinho ia fluindo, correndo livre, como o discurso-rio. Sobre o trabalho da memória, a professora Eclea Bosi afirma:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupado o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (2015, p. 47).

Foi a chegada de Dona Francina que encerrou nossa entrevista. Ao avistar a esposa se aproximando, Seu Raimundo, talvez já bastante cansado, depois de mais de uma hora de conversa, anunciou: “Pronto, Francina, fala aqui um pouquinho com ela”. Eu agradei e ele, sorrindo, disse: “Uma entrevistazinha... De nada!”.

A conversa com Dona Francina foi bem diferente. Ela entrou, bebeu uma água, reclamou do calor e trouxe consigo uma pasta com seus poemas escritos. Foi assim

desde a sua apresentação. No início da entrevista, peço para que a pessoa entrevistada se apresente, diga o nome, a idade, a comunidade, e tudo que achar relevante na sua apresentação. A partir do meu pedido, Francina leu um poema que já havia escrito sobre sua história. Nele, ela escreve sobre seus pais, seus estudos, o casamento, os filhos, a agricultura e a associação de moradores da qual ela faz parte. A narrativa sobre o sonho de estudar é sempre muito presente em toda sua escrita.

Em uma escola isolada, em Santa Cruz estudei / Conclui a quarta série, algo que sempre sonhei./A vida de tudo pinta,/ e para fazer a quinta/ em Apodi eu cheguei. / No ano 58, tomei essa decisão/ Fui morar com uma tia, estudar com atenção /Não houve mão protetora, / pois a seca esmagadora/ fez eu voltar pra o sertão. / Meu pai não tinha recursos para a família sustentar/ para as frentes de trabalho teve que se deslocar. / A vítima fui eu em tudo,/ deixei de sonhar de estudo / pra minha mãe ajudar. (Francina, janeiro de 2018).

Mais adiante, ela destaca com muito orgulho que, depois de aposentada, aos 65 anos, conseguiu fazer seu curso superior e ganhar o reconhecimento acadêmico de professora, profissão que já exercia. Terminando a apresentação, Francina agradece aos leitores de seu texto.

Francina, essa que vos fala, a Deus quero agradecer/ pela vida, pelas lutas, como consegui vencer./Transmito um pouco de tudo./ Se leres o conteúdo,/ Eu agradeço a você. (Francina, janeiro de 2018)

Em seus escritos, a Barragem Santa Cruz também tem muito destaque. Durante a entrevista, ela leu outros dois poemas relacionados à obra: *Sonho, Trajetória e Conquista*, sobre a construção, e *Pequenas coisas fazem a diferença*, sobre a inauguração. Dona Francina também escreve sobre essa proibição da entrada dos moradores da região e a decepção das pessoas que trabalharam na obra.

Está aí o processo e deste sonho a conclusão/ da barragem de Santa Cruz, feita com aptidão./ Valeu a pena sonhar-se,/ mas ver algo modificar-se/ logo na sua inauguração./ Para participar do evento posição deveria ter/ Um convite especial teria que receber/ E foi essa a realidade/ ninguém da comunidade/ teve o direito de ver./ O pensamento de muitos não mudava de querer/ Receber as autoridades, homenagens lhes render/ mas do poder era o processo./ E o convite pra o acesso/ ainda esta por receber. (risos) Um fenômeno inesquecível Santa Cruz atravessou /com tantos credenciados que na área se alojou./ Fato local que não brilha, /das 75 famílias/ nenhuma pessoa entrou. (Dona Francina, janeiro de 2018)

É interessante destacar que, mesmo lendo seus textos, Francina trazia em sua fala ainda uma enorme relação com as contações orais. Ao explicar o seu conceito de performance, Paul Zumthor ressalta que há muito de oralidade na escrita e que a performance está diretamente relacionada à “ação memorial” (ZUMTHOR, 1997, p. 236). Indo ao encontro dessa análise a professora Kenia Rios, destacou que: “aquela

memória colocava-se não apenas nos versos, mas também na postura do corpo, desenhando um tempo e um espaço da oralidade” (KENIA, P. 66).

Ao terminar toda essa história da Barragem, Dona Francina me olhou e disse: “Eu quero falar de Lula, viu?! Pode?”. Isso por que, em 2005, o presidente Lula foi para a inauguração de um projeto no assentamento Milagres, na região da chapada. A comparação foi inevitável. Fernando Henrique chegou de helicóptero na Barragem e, finalizado o evento, foi embora. Lula esteve presente no assentamento, tirou foto com os moradores, conversou com as pessoas. Como ela mesma destaca: “Receber um presidente não é a primeira vez./Mas os critérios pra vê-lo grande diferença fez./ Não é excluir o mais pobre,/mas uni-lo ao povo nobre/ é modelo pra vocês”. É importante ressaltar que a continuidade do projeto de irrigação Santa Cruz Apodi foi dada a cabo pelos governos Lula/Dilma. Com características semelhantes, excludentes e destinando o acesso à terra e à água às grandes empresas. O que difere aqui não são apenas os governos ou os projetos, mas, principalmente, a atitude dos presidentes com relação aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Até hoje as famílias das comunidades que estão às margens do Rio Apodi-Mossoró são abastecidas por carros pipas do Exército. Por isso, para essas famílias, fica apenas o cheiro da água.

Ao escrever sobre si e sua história pessoal, Dona Francina “precisa organizar sua relação com o tempo de maneira específica”. O suporte da escrita fortalece a ideia do “eu”, que, além da sua própria história, também está inserido no “continuum mais ou menos organizado das temporalidades às quais está preso” (HÉBRANDT, 2000a, p. 30). Desse modo, a escrita pessoal fica sempre se esgueirando entre a continuidade do suporte e a descontinuidade do pensamento.

Além de Dona Francina, outros entrevistados também têm cordéis escritos. Seu Neto tem um sobre a história da Agrovila Palmares, e Golinha (Antônio Rosário) têm alguns sobre sementes e agroecologia. O interessante é que Golinha não sabe escrever; para publicitar seus cordéis, ele pede que uma vizinha escreva e depois manda outra pessoa digitar:

Porque devido eu trabalhar com essa coisa orgânica, esses projetos de manejo da caatinga e foi quem fez a gente escrever muitas coisas. Que eu num escrevo, eu mando a minha vizinha aqui escrever. Ela escreve e depois eu mando digitar, entendeu? Eu só assino o meu nome mesmo (Antônio Rosário, janeiro de 2018).

Golinha mora na região da Chapada, na comunidade Sítio do Góes. Em sua entrevista, ele me contou sobre o plano de fazer um livro, para salvaguardar a história da comunidade:

Mas rapaz, no tempo de criança eu via isso aqui e num existe mais nada – não existia mais nada, eu disse – eu vou me escrever, uma coisa eu vou deixar escrita aqui. Por isso que eu tô pensando em escrever aqui, aquilo foi demolido, acabou-se, não tem mais aqui. [...]

Rapaz, a gente devia deixar alguma coisa escrita aqui como lembrança, né?! Outra, porque eu tô tentando escrever essa história? Porque, nós temos umas pessoas no Sítio, que nasceu e se criou, formada e você chega e pergunta a ela, porque de Sítio do Góes e ele não sabe, entendeu? Num sabe, mas eu num me admiro não, porque o aluno só aprende o que o professor ensina. E o professor só repassa o que ele sabe. Os professor que ensinaram no Sítio, nenhum sabia a história do Góes (Antônio do Rosário, janeiro de 2018).

Mesmo não sabendo escrever, Golinha entende a contribuição que é capaz de dar para a construção da história da comunidade, bem como compreende que o escrito é uma forma de guardar, de manter, e há uma dimensão de autoridade para aquilo que está escrito. Dessa forma, ele consegue ser interlocutor da escrita da história, sem perder a relação com a aventura da oralidade⁸⁶.

Vale ressaltar que Dona Francina, mesmo dominando o mundo das letras, também tem uma pessoa que digita seus escritos. Inclusive, em muitos momentos da entrevista, ela se irrita com páginas trocadas e poemas misturados:

Valha, por isso que eu tava trocando, pelo amor de Deus Agnaldo. Deixa eu ver aqui. [...] Isso aqui foi quando foram encadernar.

Ah aqui houve um equívoco também, copiaram, oh Jesus. Às vezes a gente faz e o povo passa. É quem digitam. Aqui tem uma palavra trocada (Francina Melo, janeiro de 2018).

Enquanto Golinha possui dois intermediários para a sua produção escrita, Francina possui apenas um. Cada um desses processos demanda representações e operações na passagem do oral para o escrito. Entretanto, como são narradores, muito ainda se preserva da oralidade nos textos escritos por ambos. A proeza do narrador não é para qualquer um (RIOS, 2017, p. 71). Ainda sobre os narradores, que dominam o terreno da oralidade, a professora conclui que:

Esse é o instrumento que o torna diferente dos outros. Soleta o mundo com o olhar de quem enxerga não só as letras, mas também o movimento dos bichos, as plantas, dos rios, das pessoas e da voz (RIOS, 2017, p. 75).

⁸⁶ Termo usado pela professora Kenia Rios no livro **Os usos da narrativa: escrita e oralidade**. Fortaleza: imprensa universitária, 2017. P. 75.

Comparando as entrevistas de Dona Francina e Seu Raimundo, valho-me do debate desenvolvido por Jean Hébrard sobre a escritura pessoal e seus suportes. Enquanto o oral é o espaço da descontinuidade, a escrita se define como domínio da ordem, da continuidade, ela precisa domesticar o pensamento. O tempo da escrita é o da sequência, ela precisa estar organizada para construir sentido. É por isso que a desordem na encadernação de seus escritos causou tamanho desconforto em Dona Francina. Sobre a ordem no tempo da escrita:

No plano do suporte, como vimos, é preciso assegurar-se de que as folhas não sairão de ordem, seja antes de começar a escrever, na compra do suporte (caderneta, caderno, registro etc), seja depois do ato de escrever, confiando-se as folhas redigidas a arte de um encadernador [...] (HÉBRARD, 2000a, p. 33-34).

A razão gráfica é a da ordem que busca domesticar a desordem do pensamento. Sobre o suporte da escrita, Hébrard destaca que “a continuidade do suporte gráfico de uma página para a outra toma, nesse objeto, uma importância muito particular” (2000a, p. 37). Nessas querelas entre a valorização do oral, bem como do reconhecimento do escrito, Seu Raimundo também contou uma história que merece destaque. Como ele faz aniversário no mês de fevereiro, a entrada na sua aposentadoria aconteceu bem na véspera do carnaval. Ele contou que foi até o INSS, em Apodi, a pé, são 18 km de Santa Cruz. Lá chegando, demorou o dia inteiro para ser atendido. Sua vez foi já no final do expediente, com um funcionário chamado Duda, a quem aparentemente ninguém queria ir. De acordo com seu Mundinho: “Aí eu fui pra esse Duda, no escuro ele muito enfadado, se espreguiçava e dizia que tava enfadado”.

Como eram muitos documentos para assinar e o funcionário Duda já estava querendo ir embora, pediu que, ao invés de assinar, Seu Raimundo carimbasse o dedo e isso gerou um conflito entre eles, que Seu Raimundo contou:

Ai ele disse: “Bota o dedo aqui!” Ai eu foi uma luta entre eu e ele. Eu digo: “Eu botar o dedo? Meus documentos, minhas coisas aí tudo assinado com o meu nome. Num prejudica não?”—“Bota, bota, rapaz eu numtô mandando?!” Eu disse: “Rapaz....”—“Dá certo, bota eu numtô mandando?!” Eu disse: “Já sei que eles aposentam quem quer”. Ai já foi botado, foi botado o dedo (risos). Ora, o papel com assinatura minha e tudo e ele mandou botar o dedo. E eu digo: “Eu vou ver o que vai dar”. Mas o que, quando foi com uns pouquinhos dias venho a carta já que eu tinha sido aprovado (Raimundo Melo, janeiro de 2018).

Segundo o relato, o problema de “botar o dedo” não era propriamente pela negação da sua alfabetização, mas sim pelo medo de que houvesse uma incompatibilidade entre os documentos, alguns assinados por extenso e outros carimbados. Porém, até o fato de Seu Raimundo sempre deixar claro que seus

documentos eram todos assinados é uma forma de explicitar que sabia escrever. Nesse embate, a burocracia impaciente e enfadada acabou vencendo, pois ambos tinham pressa de finalizar o processo.

Todos esses trâmites, toda essa papelada, é mais um elemento do progresso e da modernidade, que separa cada vez mais sujeito, objeto e técnica. Ela deslegitima e desconsidera quaisquer avaliações que venham da experiência e não da mecanização. Assim também a burocracia e esse tipo de linguagem escrita, que não guarda mais nenhuma relação com a oralidade, e estanca a comunicação. Ela compartimenta, separa e exclui todos aqueles que não se adaptam a ela.

Para o homem e a mulher do campo, o acesso à água e à terra são fundamentais para a manutenção do seu modo de vida. Mesmo que a terra não seja própria, como no caso de Leomar, ou que água seja escassa, como no caso de Dona Francina e Seu Raimundo, a combinação terra e água é o que garante a dignidade da prática agrícola. Porém, um projeto de irrigação que atenda aos pequenos é impraticável em um sistema que entende a agricultura como apenas a produção de mercadorias agrícolas. Com o acesso à água, os camponeses são capazes de se manter em suas terras e aplacar o fogo fáustico do progresso. Como disse Dona Francina: “O sertão sendo irrigado, terra pouca terá nome./ Quem vive do que semeia, não medirá o que come./ O filho estudará mais,/ terá mais saúde os pais,/ e Apodi tem menos fome” (Dona Francia, Janeiro de 2018).

O curso de um rio, seu discurso-rio,/chega raramente a se reatar de vez:/um rio precisa de muito fio de água /para refazer o fio antigo que o fez./ Salvo a grandiloquência de uma cheia/ lhe impondo interina outra linguagem,/ um rio precisa de muita água em fios/ para que todos os poços se enfrasem:/ se reatando, de um para outro poço,/ em frases curtas, então frase e frase,/ até a sentença-rio do discurso único/ em que se tem voz a seca ele combate (MELO NETO,1997. p. 21).

Frase a frase, os pequenos produtores tentam salvaguardar seus modos de vida, através, também, do discurso e da enunciação. É preciso resistência e fluidez para semear a terra.

3.3. O saber da Terra

Antônio Rodrigo do Rosário, ou melhor, Golinha, como é conhecido, se apresentou na entrevista como um agricultor experimentador. Guardiã de sementes, autor de cordéis, avô e defensor da agroecologia. De todos os entrevistados foi ele quem demonstrou maior preocupação em sua fala, sua comunidade: Projeto de Assentamento

Tabuleiro Grande, na região da chapada, está cercada por empresas da fruticultura irrigada. O medo de Golinha é que, em futuro próximo, não tenha mais como preservar suas sementes crioulas sem veneno. Milho, feijão, gergelim, jerimum, melancia, melão, são produzidos de forma agroecológica com sementes herdadas de seu avô.

A história de Golinha com a agricultura, segundo ele, começou em 1967, quando decidiu largar a escola e ajudar o pai trabalhando no quintal de casa. Sua relação com as sementes crioulas é uma tradição de família que já dura três gerações. Como produtor de mel⁸⁷, Golinha também tem muito receio que a pulverização feita nas propriedades vizinhas também afete as abelhas.

Ah, essas empresas chegando aí, pronto eu já ia chegar lá. Uma coisa que vai complicar é o nosso criar de abelha, porque eles pulverizam, né. A abelha pousou lá já foi, acabou-se. Não tem mais com o escapar. E nosso mel que a gente produz, nós não produz mais aquele nosso mel orgânico que produzia. Porque nós tinha o feijãozinho aqui que na época. Nós tem três floradas aqui. Primeira do Marmeleiro e do Velão. Depois do Velão, aí vem Retirana, que nós temos uns quatro tipos de Retirana aqui, né, o Cabeça de Vei, tem o Alecrim também, né. Tudo isso tem aquelas floradas. E a última florada é da flor da arueira, é o mel escuro, mas é o melhor que tem. E, e num é bom pra negócio, mas em gosto é o melhor, tá entendendo? Tudo isso, a gente fica imaginando quando chegar esses projetos por aqui, como é que vai ficar, tá entende?(Antônio Rodrigo do Rosário, janeiro de 2018)

Os usos das técnicas específicas utilizadas na produção das grandes empresas monoculturas são incompatíveis com as técnicas aplicadas no manejo dos pequenos produtores. A semente crioula é uma variedade de semente salvaguardada e produzida pelos agricultores familiares. Ela é reconhecida como um produto do trabalho e da tradição e apresenta características de cores, tamanhos e formas que são identificadas como de uma determinada comunidade ou região. Entretanto, preservar essas sementes está cada vez mais difícil, porque os modelos de sementes modificadas ou melhoradas geneticamente tendem a se proliferar muito rapidamente em detrimento dos modelos orgânicos. Como disse Macaé, agricultor do assentamento Milagres, no fórum da agricultura familiar, “o feijão é muito namorador, igual ao milho, num instante mistura tudo”. Vandana Shiva, ao caracterizar as monoculturas, tanto agrícolas como da mente, reitera que elas “além de substituir as alternativas, destroem até mesmo sua base. Não toleram outros sistemas e não são capazes de se reproduzir de maneira sustentável” (p. 68). Ou como bem observou Golinha durante a entrevista:

87 De acordo com a pesquisa do IBGE sobre o Produto Interno Bruto do País, o município de Apodi é o segundo maior produtor de mel do Brasil e o maior produtor de caprinocultura do Estado do Rio Grande do Norte.

Eu acho que depois desses projetos aí, a nossa luta aqui que querer produzir orgânico vai se complicar. Você sabe que vai porque com a distância de mil metros eles têm capacidade de contaminar uma planta da gente. Eu tô querendo todos os anos fazer aquele teste de transgenia (Antônio do Rosário, janeiro de 2018).

Por esse motivo, as sementes crioulas persistem como símbolo da resistência da agricultura familiar, que teima a cada momento em mostrar que é viável e é o que alimenta a população⁸⁸. Elas são um elo entre o passado e o presente dos modos de fazer e da produção. Como destaca Ecléa Bosi, ao falar sobre a memória dos velhos, “à resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo” (2015, p. 452). Sobre a origem de suas sementes, Golinha conta que:

Papai viveu por volta de uns 8 pra completar um século. E o pai dele viveu 98 e o avô dele viveu 104. E essas sementes ele já trazia do avô dele, né, que é o meu bisavô. E assim eu continuei dando continuidade nesse trabalho dele (Antônio Rodrigo do Rosário, janeiro de 2018).

Dessa forma, para os pequenos produtores rurais, os saberes locais historicamente construídos são fundamentais para a manutenção e reprodução de seus modos de vida. É por esse motivo que, em muitos estados do Brasil, os sindicatos rurais investem na realização de encontros para debater sobre a preservação das sementes. Nos dias 26 e 27 de outubro de 2017, aconteceu, em Apodi, o encontro Estadual da rede de sementes e tradição do Rio Grande do Norte – Segurança alimentar e patrimônio genético dos povos Potiguares. O debate reuniu agricultores de todo o Estado para narrarem suas experiências na preservação das sementes nativas/crioulas⁸⁹

88 Do ponto de vista empírico, vale lembrar que a maior parte dos habitantes do mundo rural ainda é formada por camponeses e pequenos produtores. Segundo estudo da FAO (2014), dos 570 milhões de estabelecimentos agropecuários que existem o mundo, 500 milhões (90%) são dirigidos ou dependem da mão de obra de uma família. Ainda que, destes, 475 milhões detenham menos de 2 hectares de terra, essas unidades produzem em torno de 80% dos alimentos consumidos no mundo (Prefácio à edição brasileira. PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano . São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

89 “Ao longo de 12 mil anos da agricultura, mais de 7 mil espécies de alimentos foram cultivadas. Hoje, apenas 12 espécies formam a base da nossa alimentação”. <https://www.brasilefato.com.br/2017/08/01/sementes-crioulas-a-heranca-da-sabedoria-ancestral-na-agricultura/>. Acessado em 29 de outubro de 2017. Em cada um dos estados os encontros ganham nomes baseados na afetividade: Na Paraíba, são as sementes da paixão. No Ceará, sementes da vida. No Piauí, sementes da fartura. Em Alagoas são as sementes da resistência. Em Sergipe, sementes da liberdade. No Rio Grande do Norte sementes da tradição, que teve a primeira edição de seu encontro em 2017.

. A salvaguarda das sementes germina a preocupação com a própria vida. Elas, além de serem o óvulo maduro e fecundado das plantas, são a herança da sabedoria ancestral da produção agrícola. Como bem destaca Vandana Shiva, “as diversas sementes que agora estão fadadas à extinção carregam dentro de si sementes de outras formas de pensar sobre a natureza e de outras formas de produzir para satisfazer nossas necessidades” (SHIVA, p.17). As sementes transgênicas representam a aceleração do tempo, enquanto que as sementes crioulas estão inseridas no tempo da natureza, da tradição.

Ao falarem sobre as sementes, os camponeses falam sobre seus modos de vida, seus costumes, suas formas de manejo. Elas relacionam o passado e o futuro naquilo que se quer perpetuar para não faltar. Ou na desconfiança, como na fala de Dona Josélia Inácio: “Semente do governo é pra matar nós mesmo⁹⁰”. Como destaca Paula Godinho, ao analisar o processo de Reforma Agrária no sul de Portugal: “[...] uma parte do que foi produzido tem de ficar arredada do consumo para servir de semente, para que o ciclo não seja interrompido o ano seguinte. Uma parte do que se produz destina-se ao futuro” (GODINHO, 2017. p. 337). Um futuro que, nesse caso, não representa uma ruptura completa ou superação do passado, mas que guarda elementos de continuidade e repetição.

Ser um guardião de sementes é um processo de tomada de consciência na resistência ao agronegócio que vem pela perpetuação de saberes tradicionais. É uma ruptura com o tempo amarrado e fáustico do progresso. É uma aliança entre “o passado que nos segreda e o futuro que nos impele” (GODINHO, 2017. p. 26). O tempo de uma semente que é guardada é outro. A guarda das sementes é uma das etapas do ciclo da produção, ela está ligada ao processo inteiro de manejo do solo. Por isso, também a salvaguarda das sementes vai de encontro à exigência produtivista do mercado.

É fundamental romper com o tempo vazio e homogêneo⁹¹, que coloca a história em marcha, sem se preocupar com todos aqueles que ficam pelo caminho. A prática de guardar as sementes é uma forma de resistência contra a visão única e acelerada do tempo. Sobre as sementes nativas:

A semente nativa torna-se um sistema de resistência contra as monoculturas e os direitos de monopólio. Passar a uniformidade para a diversidade é

90 Josélia Inácio da Silva Câmara, 49 anos, presidente da associação de moradores da comunidade Riacho Fechado I, região de Mato Grande, Rio Grande do Norte. Fala proferida no encontro estadual de sementes dia 26 de outubro de 2017.

91 BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

essencial tanto ecológica quanto politicamente. É um imperativo ecológico porque apenas um sistema baseado na diversidade respeita os direitos de todas as espécies e é sustentável. Também é um imperativo político porque a uniformidade anda de mãos dadas com a centralização enquanto a diversidade requer um controle descentralizado (SHIVA, p. 19).

O pensamento liberal despreza o camponês por não querer atingir níveis exorbitantes de produção. E é justamente nessa liberdade e autonomia produtivas que reside o grande espaço da luta camponesa. Ao resistir em negociar com o agronegócio, ao preferir manter sua produção (mesmo que esta não seja rentável), ao preservar suas sementes e negar as distribuídas pelo Governo, o camponês não abre mão do controle de seu tempo e de sua autonomia.

Entre os entrevistados, é construída de forma solidificada a narrativa do projeto agroexportador como projeto da morte. Quando perguntei para Ivone Brilhante, moradora do Sítio do Góes, o porquê de ela definir o agrotóxico como veneno, ela me respondeu:

Porque é veneno, é uma coisa que mata que acaba que destrói. E o agronegócio é isso. A palavra certa para o agronegócio é o veneno, porque ele mata, ele acaba, ele destrói com tudo. Ele não destrói só o solo, mas como as famílias, tudo que existe no nosso planeta o veneno acaba, o agronegócio acaba, tudo que você construiu. Porque é como eu digo a você, lá no meu lote eu tenho umas abelhas lá dentro, uma área de manejo da caatinga lá dentro, crio meus bodes lá dentro, mas você acha que eu daqui, quando esse projeto for implantado, eu posso dizer que meu mel é orgânico? Num posso, porque num é uma cerca de arame que vai evitar isso. Então eu num posso mais ter o meu mel certificado. Eu num posso mais chegar num evento como esse que está acontecendo no Sindicato e trazer um mel, um queijo, por exemplo, e dizer que aquilo ali é orgânico, eu num posso mais né. Num vou poder fazer isso, porque eu sei que num é. Daqui um tempo não vai ser. Hoje eu tenho certeza que é, se eu chegar numa colmeia daquelas e tirar o mel eu sei que é, mas daqui um ano, dois anos, se o projeto for implantado como estão dizendo num é né. Por isso que o veneno, a gente quando usa a questão do agrotóxico, por exemplo, veneno, porque veneno é a palavra-chave do agronegócio, é a que destrói, ela vem pra acabar com tudo (Ivone Brilhante, outubro de 2017).

Essa mesma resposta foi dada de forma muito semelhante por vários dos entrevistados, principalmente, aqueles mais próximos às atividades do sindicato. É interessante destacar que, na tentativa de aliviar o sentido negativo da palavra agrotóxico, muitas empresas procuram utilizar a nomenclatura “defensivos agrícolas”. Hoje, há quase um consenso negativo do termo e por esse motivo, para muitas empresas, é necessário positivar a ideia⁹².

92 Outros termos também bastante encontrados, principalmente na imprensa hegemônica, são pesticidas, inseticidas, herbicidas. Durante o ano de 2019, a pauta dos agrotóxicos continua em voga, pois o governo Bolsonaro, até setembro deste ano, já liberou a utilização de mais de 290 tipos. É o mais alto ritmo de liberação já registrado e hoje em números absolutos o Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do

Não foram apenas as sementes passadas através das gerações. Os conhecimentos envolvidos no processo produtivo também guardam relações históricas e familiares. Observar, identificar as plantas e suas propriedades, escolher as melhores formas de manejo da terra, são métodos de saber que envolve a cultura camponesa. Golinha, mesmo não possuindo o saber formal, evidencia em sua fala a importância do saber apreendido a partir da convivência com o pai:

Não estudei, mas na outra parte também eu aprendi muito com ele (o pai). Ele era um profundo conhecedor das plantas medicinais, das nativas, das herbáceas, das florestais, todas as plantas ele conhecia, né. E eu sempre, "Papai que planta é essa?" E ele sempre passava pra mim. E eu fui gravando. Depois, papai tinha umas sementes crioula: milho, feijão, gergelim, melancia, jerimum, melão. Todas essas sementes papai tinha e ele sempre ia plantando. Ele nunca usou nenhum tipo de químico. Sempre tudo plantado pelo papai era orgânico. E eu segui trabalhando mais ele (Antônio Rodrigo do Rosário, janeiro de 2018).

Sobre os conhecimentos orientados por habilidades e passados historicamente, o estudioso holandês Jan Douwe van der Ploeg explica que:

Balas de canhão eram disparadas antes de os engenheiros militares compreenderem as leis da balística. Navios navegavam os oceanos muitos séculos antes de Arquimedes explicar a lei da pressão do empuxo em um corpo imerso em líquido. Diversas práticas se baseiam nas habilidades dos envolvidos e, muitas vezes, essas práticas são altamente dinâmicas porque as habilidades estão continuamente sendo desenvolvidas por meio da relação dialéticas com as práticas que inspiram. O conhecimento científico *strictu sensu* nem sempre é necessário para gerar novas práticas e/ou aprimorar as já existentes. Em geral, é o oposto: o conhecimento científico pode ser construído porque práticas ricas, heterogêneas e dinâmicas (de qualquer natureza) já foram desenvolvidas. A ciência se estrutura em tais práticas a fim de extrair e compreender as leis nela implícitas. A partir disso, observa-se que a ciência não é a única fonte de conhecimento (embora seja uma fonte bastante poderosa). As habilidades são outra fonte, e o conhecimento local (*art de La localit e*) pode ser uma importante parte desse processo. A intui o também exerce um papel importante aqui (PLOEG, p. 119).

Dessa forma, repertórios culturais são princípios de organiza o importantes na organiza o de suas produ es. Se o objetivo da propriedade camponesa fosse apenas o lucro, as pessoas certamente venderiam as terras. Armando Bartra Verg s destaca que “a forma de origem e a base imediata de toda luta camponesa   o combate a proletarianiza o” (2011, p. 11). Manter o cultivo da terra   uma forma de resistir ao

mundo. As classifica es dessas substâncias podem variar entre não tóxicos, pouco tóxicos, medianamente tóxicos, altamente tóxicos ou extremamente tóxicos. Talvez o fato de em todas as classifica es contermos a palavra tóxico, seja um indício de que Ivone está correta em sua análise. E mesmo a imprensa hegemônica que faz propaganda do agronegócio como sendo POP, traz em suas reportagens avalia o não tão positivas sobre a utiliza o em larga escala dos agrotóxicos. Sobre isso ver: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/07/governo-bolsonaro-libera-51-agrotoxicos-e-totaliza-290-no-ano.html> acessado em 12 de outubro de 2019; <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/22/governo-libera-mais-51-agrotoxicos-um-deles-ameaca-variedade-de-abelhas/> acessado em 12 de outubro de 2019;

processo de pauperização com certa autonomia. Esse é o problema de nos basearmos em um discurso único. A chegada das empresas traz a promessa de emprego e renda, que pode ser tida como vantajosa. Porém, para o pequeno produtor que luta contra a proletarização, o emprego de carteira assinada pode não ser desejável. O emprego representa a submissão ao patrão e a renda a submissão ao mercado. Quando perguntei se Seu Raimundo já tinha trabalhado em outros lugares, ele surpreendentemente me respondeu: “Eu nunca assinei minha carteira. Eu toda vida fui da agricultura. Graças a Deus!”.

Aqui, cabe fazer um link com o debate iniciado no capítulo 2. Ao analisarmos a tabela 7 (Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi), vimos que, desde a chegada mais intensa das empresas do agronegócio à região, há um aumento significativo no número de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária.

Por isso, ainda segundo Bartra, não há como entendermos o campesinato de modo estanque, isolado. “A condição camponesa não é uma repetição, mas uma mudança; um modo específico de mudança” (p. 75). Em seu livro, *Os novos camponeses*, no qual analisa como os camponeses mexicanos reagem à modernização capitalista do campo, no final do século XX, define o camponês como um projeto. O camponês pode possuir ou não terra, pode morar no campo ou na cidade, pode contratar ou vender força de trabalho, vender ou consumir sua produção. É por isso que, mesmo sendo sujeitos muito estudados nas ciências sociais, à direita e à esquerda, ainda há uma grande dificuldade no entendimento da figura do camponês/agricultor. Ainda de acordo com Bartra:

Sujeito de todos os paradoxos, na luta que liberta diversos tipos de demandantes de terra – que apesar de serem camponeses não cultivam para si e, em certas ocasiões vivem na cidade – o camponês surge como vontade de ser, como projeto, como carência e aspiração (VERGÉS, 2011. p. 68).

Por esse motivo é tão problemático cristalizar uma imagem do que seria o camponês ideal. Leomar, jovem agrônomo que não produz na própria terra, Dona Francina, professora, escritora e agricultora, Seu Raimundo, que se orgulha de sempre ter trabalhado no cultivo da terra, Golinha, guardião de sementes e cordelista, ou Antonieta, que critica as tarefas domésticas e prefere a lida do campo. “Camponeses são todos, mas nenhum é camponês por antonomásia”, ou seja, “O camponês não é relíquia, mas projeto”. (VERGÉS, 2011, p. 72 e 80). Conciliando os pensamentos de BartraVergés e VandanaShiva, podemos afirmar que o campo é um espaço propício à

heterogeneidade de saberes e culturas e o campesinato “possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes” (VERGÉS, 2011).

Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde os anos de 1980, Antonieta enfatizou a decepção que viveu com o governo da presidenta Dilma Rousseff. Durante o início do projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi, as mulheres das comunidades, que de alguma forma poderiam ser impactadas pelas obras, fizeram uma atividade no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da qual resultou uma série de cartas endereçadas à presidenta. Nelas, as mulheres pediam que as obras fossem paralisadas para que o governo federal escutasse as reivindicações das associações de moradores. Essas cartas nunca foram respondidas. Sobre esse evento, ela falou pouco, mas ressaltou:

Assim, a gente sentiu-se um pouco assim, sem muito esse empoderamento né, porque Dilma enquanto mulher era pra ter ouvido essas mulheres né, porque a gente fez com tanto carinho, acreditando tanto, a gente enquanto do Partido né. Que eu mesma eu sou filiada (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

Mesmo falando sobre esse desapontamento com a presidenta Dilma e com o Partido dos Trabalhadores, Antonieta se mantém militante do partido. Ela ressaltou, bem como dona Francina, o carinho que tem pelo presidente Lula. A visita de Lula à região, também narrada por Dona Francina, foi justamente em sua comunidade, Milagres. O presidente lá esteve para a inauguração do projeto PRONAF Mulher, um projeto de fomento voltado para as mulheres. Sobre a presença de Lula no assentamento, ela contou:

Aqui nesse assentamento. Nesse dia, olha aonde era aquela área coletiva foi, ali foi passada a maquina, foi só estacionamento de ônibus, tinha ônibus de todo canto. E aqui tinha uma roleta que nesse dia passou 14 mil pessoas nesse assentamento, 14 mil pra vim ver Lula, olha ai como ele era querido. Era não, como ele é querido (risos) (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

Sobre a chegada das empresas agroexportadoras à região, Antonieta chamou atenção para a mudança nas rotinas das pessoas, provocada pela passagem dos caminhões em frente às casas. Muitos caminhões passavam em velocidade pelas estradas de terra, levantavam poeira e sujavam os alpendres e roupas no varal. Os horários também eram inconvenientes, importunando o sono das pessoas, tanto que quase houve uma ameaça de manifestação por parte da comunidade e, após isso, os caminhões da empresa Agrícola Famosa começaram a utilizar outros caminhos. Segundo ela,

[...] mas teve ai um período que a gente se incomodava muito, reclamava, ai o pessoal via que a gente podia fazer movimento, ai as carretas [...] eles não passam por aqui, é por aqui, é na outra estrada, mas eu sei que as vezes eles tiram ai com medo que a gente já vá fazer movimento, porque quiseram fazer um movimento (Antônia Oliveira, outubro de 2017).

O tempo da produção em larga escala renega os períodos de descanso, não para. Sobre essa temática, o professor Antônio Cândido, durante a inauguração de uma biblioteca do MST, em 2006, disse:

Acho que uma das coisas mais sinistras da história da civilização ocidental é o famoso dito atribuído a Benjamim Franklin, ‘tempo é dinheiro’. Isso é uma monstruosidade. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida, é esse minuto que está passando. Daqui a 10 minutos eu estou mais velho, daqui a 20 minutos eu estou mais próximo da morte. Portanto, eu tenho direito a esse tempo; esse tempo pertence a meus afetos, é para amar a mulher que escolhi, para ser amado por ela. Para conviver com meus amigos, para ler Machado de Assis: isso é o tempo. E justamente a luta pela instrução do trabalhador é a luta pela conquista do tempo como universo de realização própria. A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo: ‘eu quero aproveitar o meu tempo de forma que eu me humanize’ (Antônio Cândido, São Paulo, Agosto de 2006)⁹³

Na lógica de produção agroexportadora, o tempo é dinheiro e por isso não há espaço para o descanso, para a secagem da roupa no varal, para a limpeza dos alpendres. O tempo é mercadoria, o solo e a água também, todos chamados de “recursos naturais”, ou seja, algo que deve ser consumido, que está à disposição da produção. Por isso, a grande preocupação de Golinha com relação à chegada das empresas na região da chapada de Apodi. Para ele:

Porque, esses projetos, quando eles entram ali acabou o solo, acabou a água, contamina tudo. O índice de doença fica lá e acabou-se. Então, é o que vai acontecer aqui na nossa região. Eles vêm e vão acabar com água, com o solo, depois vão embora. E quem fica na solidão somos nós mesmos (Antônio do Rosário, janeiro de 2018).

A lavoura agroexportadora impõe para o campo um tipo de produção fabril, homogênea, que não garante a renovação dos bens naturais e não possui um convívio harmônico com a caatinga. Desse modo, quando a exploração da região deixa de ser

93 A biblioteca inaugurada deveria levar o nome Antônio Cândido e à época não foi batizada assim a pedido do próprio professor e crítico literário. Informações retiradas do site: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Antonio-Candido-inaugura-biblioteca-do-MST-e-fala-da-forca-da-instrucao/2/11075> acessado em agosto de 2019. Discurso completo disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbbh/palestra-na-inauguracao-da-biblioteca-por-antonio-candido/> acessado em agosto de 2019.

rentável, com a dificuldade de acesso a água ou de cultivo do solo, as empresas se retiram⁹⁴ e deixam os agricultores e moradores na miséria. Como destaca Alf Schwarz:

O progresso deve estritamente ignorar a poluição, os resíduos e detritos, as terras sem culturas, o aumento das distâncias, o deslocamento da população rural, a expulsão dos Agricultores tradicionais da terra, o empobrecimento da estrutura social. Se todos esses efeitos fossem contabilizados, agricultura moderna seria ruínosa e estaria arruinada (1990, p.101).

Por isso mesmo, “os camponeses são indispensáveis, não tanto porque produzem alimentos baratos, mas porque produzem a diversidade social e natural, que é um valor de uso e não um valor de troca” (VERGÉS, 2011, p. 106).

Aramando Bartra também destaca o “polimorfismo” do campesinato, que reside nas diferentes formas que assume ao longo da história. O autor afirma que, se antes “lutavam por terras para escapar da proletarização, no novo milênio rebelam-se contra a exclusão” (VERGÉS, 2011, p.98). Ele expõe uma leitura da realidade a partir do México, contudo, também consegue abranger a conjuntura sociopolítica global, apresentando uma análise multifacetada desde uma perspectiva geopolítica, que nos conduz a perceber a importância da diversidade camponesa e o enfrentamento com a lógica de homogeneização do capital⁹⁵. Atualizando o debate sobre a definição do campesinato e da luta camponesa, Bartra apresenta uma análise da conjuntura do campo durante o final do século XX e início do XXI, com a privatização de superfícies férteis, saque da diversidade da flora, fauna e microrganismos. Dessa forma, Bartra também comunga da mesma visão de Vandana Shiva sobre a produção de uma monocultura não apenas do ponto de vista agrícola, bem como do ponto de vista dos saberes. Segundo ele:

Assim, no terceiro milênio, além do emparelhamento de homens, máquinas, terras e águas, sofremos a ameaça da intenção de uniformizar a biosfera. Por essa pretensão estamos arriscando nossa pele, pois a reprodução da natureza depende da emaranhada diversidade biológica de ecossistemas complexos sempre em relação com as pluralidades sociais (VERGÉS, 2011, p. 97).

É nessa lógica excludente e homogênea que os empreendimentos agrícolas buscam expandir seus territórios e silenciar as formas de produção e culturas dissonantes. Seu Neto, agricultor e trabalhador terceirizado do Instituto Federal do Rio

94 Sobre os impactos de chegada e saída das empresas agroexportadoras em comunidades rurais ver: História, memória e conflitos territoriais no Ceará: Comunidades do Tabuleiro de Russas (ALMEIRA, VIANA JR, CHAVES, GOIS, 2019)

95 Então, para que os camponeses se construam como sujeitos unitários, inventem-se como classe, é necessário tecer um barroquíssimo tapete com incontáveis fios e múltiplos teares; em rigor trata-se de costurar a unidade na diversidade (VERGÉS, 2011, p. 321).

Grande do Norte, em seu cordel sobre a fundação da Agrovila Palmares, escrevia, em junho de 2014: O que fazem com a terra/ Sem ter nenhum remorso/ Escavam, desmatam tudo/ Para oferecer aos seus sócios/ Parece coisa de louco/ Tirar do que tem tão pouco/ Pra dar pro agronegócio (Francisco Ademar Neto, Junho de 2014).

A Agrovila Palmares seria uma das comunidades desapropriadas para a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz – Apodi. Em entrevista, ele explicou que o DNOCS já havia estado em sua comunidade para cadastrar os moradores, mas, ainda assim, a Agrovila Palmares não aparecia nos mapas oficiais do Departamento⁹⁶. Calmamente, explicou que, em sua terra, ele tinha “criação de caprinos, aves, e plantava hortaliças”; além do trabalho no IFRN, era de lá que ele tirava o sustento da sua família. Mas, na visita feita pelo DNOCS, os técnicos haviam dito que suas terras eram improdutivas e a vila era lugar de miséria.

Dessa forma, estar ou não nos mapas do DNOCS representa a disputa legítima pela narrativa oficial. Aparecer nos mapas quer dizer ser reconhecido pelo Estado, não estar neles é uma forma material de ser invisibilizado. Apesar disso, não passa despercebido o entendimento de que a relação que os moradores estabelecem com o lugar de suas comunidades vai além da representação dos mapas. Como destaca a geógrafa inglesa, Doreen Massey:

Este é um entendimento de lugar – como aberto (‘um sentido global de lugar’), como um tecer de histórias, em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada... (2008. p. 191).

Os lugares não são vistos apenas como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaço-temporais. Negar a existência da comunidade e a viabilidade da produção agrícola de seus moradores marca, para Shiva, o primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber:

A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber

⁹⁶ No capítulo 5 os mapas serão abordados de forma mais detalhada, mas vale ressaltar que não apenas Neta, mas outros agricultores e pesquisadores denunciam que em um mapa de 2009 que contém o polígono que envolve o Projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi, não havia a localização de nenhuma comunidade, ou seja, não havia o registro das comunidades que, direta e/ou indiretamente, serão afetadas com esse projeto de irrigação. Esse mapa sem a localização das comunidades aparece no trabalho de Magda Pereira (PEREIRA, 2013, p. 45), mas eu não consegui localizar o original em nenhuma publicação do DNOCS. Isso por que no trabalho de Pereira (2013) o mapa está recortado e sem as legendas. No EIA-RIMA sobre a obra do PISCA de 2009 temos um mapa muito semelhante, mas nele consta a localização de grande maioria das comunidades.

dominante do Ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de primitivo e anticientífico (SHIVA, 2003, p. 22-23).

Essa tentativa de invisibilidade pode acontecer de diversas formas. Ela pode ser violenta e abrupta ou silenciosa e levada pelo vento. Em janeiro de 2018, durante toda a nossa entrevista, Golinha deixava claro seu enorme receio com relação à contaminação de suas sementes. Como guardião, ele sabia que a manutenção dessas sementes era também um elo com seu pai e seu avô; como vimos, muitas sementes estão em sua família há três gerações. Golinha, inclusive, destaca a vontade de realizar o exame de transgenia nas sementes: “Eu tô querendo todos os anos fazer aquele teste de transgenia” (Antônio do Rosário, janeiro de 2018). Alguns meses depois dessa nossa entrevista, o Professor Alexandre de Oliveira Lima, do Departamento de Gestão Ambiental da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, iniciou uma série de testes com as sementes de milho dos guardiões de sementes de Apodi, dentre eles, Golinha. Esse estudo identificou que 70% das sementes crioulas estão com as famílias por mais de 30 anos e 55% por mais de 50 anos. Elas representam de fato uma relação entre passado, presente e futuro. De acordo com a metodologia do estudo,

Para caracterização da transgenia foi utilizada metodologia da imunocromatografia ou tirasimocromatográficas (teste qualitativo), utilizando o KIT AgraStrip Triple Trait Strip Test BulkGrain que identifica 7 eventos de transgenia, a partir de proteínas indicadoras, capazes de reagir a proporção igual ou superior a 1% de material de transgênicos existentes na amostra. Como procedimento metodológico inicial, uma amostra de 500g de milho foi triturado em um liquidificador industrial por 60 segundos. A amostra triturada foi pesada e colocado em um Becker, onde foi adicionado água destilada (ml), correspondente a 4 vezes o seu peso em gramas. Após 15 minutos, uma amostra de 5 ml do sobrenadante foi retirada e colocada em um recipiente plástico, onde as tiras imunocromatográficas foram inseridas (LIMA Et al, p.3, 2018).

Os resultados dos testes iniciais já mostram a contaminação de 30% das sementes de milho analisadas. Duas das modalidades de milho contaminadas estão no Assentamento Tabuleiro Grande e pertencem à Golinha. De acordo com o estudo, a contaminação pode ser explicada pelo alcance “da ação do vento na mobilidade do pólen de milho, que pode chegar a 9km” (2018, p. 4).

Esses resultados genéticos ratificam aquilo que Golinha destacou durante toda a nossa conversa:

Porque, esses projetos, quando eles entram ali acabou o solo, acabou a água, contamina tudo [...] Eu acho que depois desses projetos aí, a nossa luta aqui que querer produzir orgânico vai se complicar. Você sabe que vai porque

com a distância de mil metros eles têm capacidade de contaminar uma planta da gente (Antônio do Rosário, janeiro de 2018).

Lamentavelmente, o que se imagina (ainda serão realizados novos testes) é que muitas outras sementes também estejam contaminadas. Aqui retomamos a fala de Macaé, agricultor do assentamento Milagres, citada no início deste tópico: “O feijão é muito namorador, igual ao milho, num instante mistura tudo”. No documentário *O Mundo segundo a Monsanto*, Marie-Monique Robin destaca que todos os agricultores que comprarem sementes transgênicas na América do Norte devem assinar um contrato de tecnologia, no qual se comprometem a respeitar a patente da empresa sobre o gene modificado. Dessa forma, os cultivos transgênicos são protegidos pela Lei de Patente dos Estados Unidos e as sementes não podem ser guardadas para serem replantadas.

Essa Lei também é uma forma de blindar a empresa das contaminações “não intencionais” das variedades transgênicas em campos de agricultores que utilizem sementes crioulas. Em sua pesquisa, Marie-Monique Robin identificou pelo menos 100 processos da Monsanto contra agricultores por não respeitarem a patente. Além de uma polícia genética, representantes da empresa iam às comunidades agrícolas fomentar desentendimento entre agricultores e informar um número de telefone gratuito para denúncias. Ou seja, além da possibilidade de contaminação de suas sementes, os agricultores ainda poderiam ser processados pela empresa pelo uso ilegal de suas sementes transgênicas.

Essas medidas servem para deixar os agricultores completamente dependentes da empresa e eliminar outros tipos de sementes⁹⁷. Além de comprar as sementes, os

97 Na Índia, a Monsanto controla 95% das sementes de Algodão e desde 2011 os casos de suicídio entre os agricultores que utilizam as sementes de Algodão Bt (da Monsanto) cresceram vertiginosamente. Segundo o dossiê do Instituto Tricontinental divulgado em 2019, os casos de suicídio desde 1995, na Índia, chegaram a 300 mil. Vandana Shiva, que é indiana, chama as sementes da Monsanto de Sementes do Suicídio. Segundo um artigo dela no Brasil de Fato: “Os suicídios aumentaram depois da introdução do algodão Bt: a arrecadação de royalties por parte da Monsanto e o elevado custo das sementes e dos produtos químicos afogaram os camponeses em dívidas. Segundo dados do governo da Índia, quase 75% da dívida rural provém da compra de insumos. À medida que crescem os lucros da Monsanto, cresce também a dívida dos agricultores. É nesse sentido que as sementes da Monsanto são sementes do suicídio. O ponto crucial das sementes do suicídio é constituído pela tecnologia que a Monsanto patenteou para criar sementes estéreis (chamada de “Tecnologia Terminator” pelos meios de comunicação, a tecnologia das sementes estéreis é um tipo de Tecnologia de Uso Restritivo de Genes [Gene Use Restriction Technology – GRUT], em virtude da qual a semente produzida em um cultivo não pode reproduzir-se: as colheitas não produzem sementes viáveis, ou produzem sementes viáveis com genes específicos apagados]”. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/04/15/sementes-transgenicas-da-monsanto-na-india-provocam-suicidio-de-agricultores/> acessado em Novembro de 2020. Sobre os dados do Dossiê do Instituto Tricontinental ver: <https://mst.org.br/2019/10/10/india-chega-a-mais-de-300-mil-suicidios-de-agricultores-aponta-dossie/> acessado em novembro de 2020.

agricultores também se tornam reféns dos herbicidas compatíveis com essas culturas. No mesmo documentário, Vandana Shiva se refere a esse monopólio de sementes Transgênicas como a Segunda Revolução Verde. A primeira, que teve início no setor público, comandada pelas entidades governamentais, tinha como objetivo a superprodução de alimentos a partir do uso de agrotóxicos. Já a segunda foi deflagrada pela Monsanto e não tem mais nenhum foco na produção de alimentos: seu único foco é o lucro.

Por si só, essa questão já representa um descolamento no uso desse tipo de semente da realidade dos agricultores. As sementes sempre devem representar a possibilidade de guarda, em boas safras. O replantio é uma segurança e as trocas e armazenamento de sementes uma tradição. As sementes representam gerações de seleções feitas pelos próprios camponeses que são asseguradas pelas suas variedades. Esse tipo de contrato de tecnologia e patente de sementes ainda não é aplicado dessa forma no Brasil, mas esses casos abrem precedentes que desencorajam inclusive que Golinha processe a empresa dona do gene presente em suas sementes contaminadas (caso ele seja identificado).

Nesse sentido, a chegada das grandes empresas monocultoras ameaça fortemente toda uma tradição de salvaguarda de sementes e da produção de orgânicos. Os bancos de sementes, que já eram formas de resistência dos pequenos agricultores, têm sua existência prejudicada. E a *physiscapitalista* de produção segue tentando negar a existência da resistência.

Desse modo, é urgente a construção de outra modernidade. Como destaca Bartra, é necessário:

[...] reconhecer que existem valores sociais ambientais superiores aos ditados pela economia do lucro, defender os bens e saberes coletivos, reivindicar a preeminência dos valores de uso sobre os de troca e dos acordos sociais sobre os automatismos mercantis são conceitos e práticas extremamente promissoras, pois nelas encontram-se premissas de uma modernidade outra (VERGÉS, 2011, p. 105).

A preservação dos saberes e da produção dos pequenos agricultores é também uma forma de se contrapor à contaminação das sementes. As comunidades do Bamburral, da Agrovila Palmares, Sítio do Góes, Sítio Córrego, Paulo Canapum, Santa Cruz I e II, Assentamento Tabuleiro Grande, são os melhores lugares do mundo porque são espaços de autonomia camponesa. Nelas, os camponeses dominam suas produções, resistem como *fogo de monturo* para não serem tragados pelo fogo do progresso. São

nas comunidades que os moradores mantêm o elo com suas memórias, onde os discursos-rio são conectados para que possa fluir nas narrativas a esperança ainda guardada nas sementes.

Como ressaltou o professor Frederico de Castro Neves, no texto *O que podemos aprender com os camponeses?*, o pensamento liberal desconsidera “o modo de vida camponês por não atingir os níveis de produtividade alcançados pela fábrica e pelo ritmo de produção exigido para a reprodução ampliada do capital”(2017, p. 56). E mesmo com toda a construção dessa imagem de atrasados e ignorantes é a produção camponesa e familiar quem até hoje abastece as mesas dos moradores das cidades. A agricultura familiar representa o setor com maior ocupação de mão de obra no campo (74% das pessoas ocupadas), é responsável pela produção de cerca de 70% dos produtos agrícolas que abastecem o mercado interno de alimentos, mesmo possuindo a menor parcela de terras agricultáveis do território (24,3%) como revelam dados do censo agropecuário de 2006 (MDA, 2009).

Mesmo com todos os obstáculos do mercado o modo de produção camponesa ainda lhes permite certo controle e independência de suas vidas. Segundo Neves:

O mercado os submete com os preços aviltados de seus produtos, com os preços avultados dos produtos de que precisa, com controle privado sobre os equipamentos rurais e de beneficiamento, com as políticas estatais de favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio. No entanto, o processo produtivo permanece parcialmente nas mãos dos próprios camponeses, dos produtores diretos. O controle sobre o tempo, sobre os instrumentos de trabalho, sobre a transmissão dos saberes, sobre a inserção dos novos trabalhadores através da família, sobre a conexão entre trabalho e vida social, sobre o trabalho doméstico o trabalho para o mercado, a independência diante das políticas do “emprego e renda”, a resistência a novas técnicas agrícolas ditadas pelas empresas públicas e privadas de renovação agrícola, a renitente e obstinada fixação pela autonomia. Talvez seja este o caminho de raciocínio que podemos aprender com os Camponeses (Ibid., p. 60)

Como já debatemos a partir da fala de Seu Raimundo, essa ideia tão propagada do “emprego e renda” como necessidades essenciais aos trabalhadores é na verdade uma materialização do discurso que se coloca como hegemônico do neoliberalismo no campo. O emprego é a submissão do agricultor ao patrão e a renda (salário) sua sujeição ao mercado. Manter suas produções mesmo com pouco acesso à água e, por vezes, sem acesso patrimonial a terra faz parte desta “renitente e obstinada fixação pela autonomia”, optando por governar sua pobreza a embarcar em projetos de maximização da produtividade agrícola. E a produção do arroz vermelho, tão tradicional na região, nos dá um sinal dessa busca por manter a autonomia e independência nos processos produtivos.

4. O Empecilho do Vermelho

Figura 17: Colheita do Arroz Vermelho



FONTE: Foto Sarah Campelo – Comunidade Santa Rosa (Apodi)

4.1. O branco e o vermelho

O município de Apodi é atualmente um dos maiores produtores agrícolas do Rio Grande do Norte. Responsável por quase a totalidade da produção de arroz do estado, Apodi produziu 3.300 toneladas em 2014, de um total de 3.910 no estado, ou seja, 84,4%. É na região do Vale que se concentra a maior produção do arroz vermelho. Sua forma de cultivo é por inundação. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), “avaliando a produção obtida durante o período de 2006 a 2015”, 90% da produção de arroz do estado é do tipo vermelho (CONAB, 2015). Toda essa produção está concentrada, principalmente, nas cidades de Apodi e Felipe Guerra.

Tanto o arroz vermelho quanto o branco, cultivados no Brasil, pertencem à mesma espécie (*Oryza sativa L.*). O nome vermelho é associado à coloração do pericarpo, camada que fica abaixo da casca do grão e que pode variar entre os tons de vermelhos mais claros ou mais escuros (PEREIRA 2014, p. 12). O agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, José Almeida Pereira, que trabalha diretamente com o melhoramento das culturas de arroz da

região Nordeste, publicou algumas pesquisas sobre a história e a produção de arroz no Brasil. Segundo ele, desde a introdução do grão no Brasil, no início da colonização, o tipo vermelho estava associado à subsistência enquanto o tipo branco estava relacionado ao mercado. Pereira cita que o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua expedição pela Amazônia no período de 1783 a 1793, observou a produção e o consumo do arroz vermelho pelas populações mais pobres. Segundo ele,

[...] assinala esse autor no seu “Diário de Viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente” que, no Para, antes da introdução do arroz branco, só havia o arroz vermelho do qual se alimentavam aqueles que não podiam comprar o arroz branco, que vinha de Portugal. Daí haver, inclusive, recomendação do Marques de Pombal ao então governador e capitão-geral João Pereira Caldas para que “ainda que fosse vermelho, o fizesse cultivar em grande, para o sustento da gente pobre” (PEREIRA, 2002, p. 41).

Nesse sentido, o autor marca uma efetiva diferença entre o consumo e a produção de arroz desde a Colônia: o tipo vermelho (relacionado à subsistência) e o tipo branco (voltado para o mercado). Para o agrônomo, pesquisador do arroz, essa diferenciação, inclusive, se reflete na produção de fontes para o estudo da história do arroz vermelho no Brasil. Ele destaca que:

Se, por um lado, pouco ainda se conhece e chegam até mesmo a ser bastante controvertidas as informações acerca da produção do “arroz vermelho” e do “arroz de Veneza” no Brasil, de um modo geral, já que o seu cultivo ficou caracterizado como uma atividade típica de subsistência, por outro lado, é relevantemente bem conhecida a história do “arroz branco”, por representar a fase a partir da qual a orizicultura brasileira passou a ser praticada efetivamente com base em princípios econômicos (PEREIRA, 2002, p. 157).⁹⁸

Mesmo que o arroz vermelho tenha sido o primeiro introduzido no Brasil durante a colonização, os estudos sobre essa variedade, sua produção e seu consumo ainda são bastante escassos. Em sua pesquisa, Pereira destaca a importância de

98 Aqui vale uma pequena discussão feita por José Almeida Pereira. Ele critica alguns estudos históricos por não diferenciarem os tipos de arroz em suas abordagens. Segundo (PEREIRA, 2002, p. 74): “De uma maneira geral, os historiadores brasileiros e em particular alguns maranhenses têm feito grande confusão ao se reportarem às designações “arroz vermelho”, “arroz da terra” e “arroz de Veneza”, taxando essa antiga variedade como nativa”. A questão levantada por Pereira se refere ao fato de que nativo seria um tipo de grão local. Mas que essa informação sobre se haveria um tipo de grão nativo de arroz cultivado pelas comunidades indígenas, antes da chegada dos Portugueses não pode comprovada. No livro: As variedades de arroz vermelho brasileiras, ele ressalta que: “O arroz vermelho, pertencente à mesma espécie do arroz branco (*Oryza sativa* L.), muito embora sendo o arroz mais antigo em cultivo no mundo e o primeiro introduzido no Brasil, somente nos últimos anos começou a ser estudado no País. Devido a esse fato, além de outras lacunas, são ainda bastante escassas as informações sobre as variedades ora em uso pelos agricultores” (PEREIRA, 2014, P.7). Também vale a pena destacar que o nome Arroz de Veneza se deve ao fato de que muito provavelmente esse arroz tenha chegado à Portugal através das relações comerciais com Veneza, posteriormente essa variedade teria chegado à Açores e mais tarde trazida de lá para o Brasil.

Theodozio Constantino de Chermont, um dos introdutores da produção do arroz branco no Pará. Seu protagonismo estaria relacionado diretamente ao investimento em novas tecnologias para branquear e descascar o arroz. José Pereira elenca uma série de maquinários, como uma máquina de oito pilões para descascar o arroz, moinhos de mós de pedra, moinhos movidos por cavalos, cortiças para branquear o arroz. Ele ressalta a construção de um moinho, em 1775, por intermédio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, na Praça de Macapá, para o qual Theodozio Constantino de Chermont teria:

[...] mandando vir do estrangeiro um ventilador para separar o arroz com casca do arroz descascado. Mais uma vez, sua máquina foi utilizada como modelo para a construção de muitas outras. Por fim, no ano de 1776, construiu a pedido dos religiosos mercedários um engenho de pilões para descascar e “branquear” o arroz no sítio do Val-de-Cans, por sinal, na localidade em que se encontra atualmente o aeroporto internacional de Belém, que mantém o mesmo nome (PEREIRA, 2002, p. 169).

Nesse sentido é possível perceber a relação traçada historicamente entre o cultivo do arroz branco, o investimento técnico e o mercado. Em seu outro livro dedicado aos tipos de arroz vermelhos cultivados no Brasil ele acrescenta que esse tipo de grão chegou a ser proibido na Província do Grão-Pará e Maranhão, pois a coroa Portuguesa passou a priorizar a produção do tipo branco da Colônia. Assim,

O arroz vermelho foi se transformando em uma **cultura marginal**, ao ponto de ter oficialmente proibido o seu cultivo no ano de 1772 e, inclusive, chegando a culminar com castigos severos para quem insistisse em desobedecer àquela determinação governamental. Com tal proibição, que perduraria por mais de um século, o arroz vermelho acabou praticamente desaparecendo do território maranhense e do restante do Norte do Brasil e migrando para outras regiões da Colônia (PEREIRA, 2014, p. 22).

Ele conclui essa reflexão dizendo que, pelo menos em parte, a produção de arroz vermelho no Brasil acabou centralizada na região Semiárida do Nordeste, como consequência da dispersão provocada por essa proibição. Isso explicaria os motivos pelos quais até hoje os maiores produtores de arroz vermelho do Brasil são os Estados da Paraíba (Vales do Rio Piancó e do Rio do Peixe) e Rio Grande do Norte (Vale do Rio Apodi).

Como já dissemos, a concentração da produção de arroz vermelho em Apodi é na Região do Vale. O manejo da água é de fundamental importância para o sucesso na produção de arroz irrigado por inundação. Durante todo ciclo produtivo deve-se manter uma lâmina de água que irá garantir a qualidade e os nutrientes do arroz produzido. Por

isso, para esse tipo de cultura é importante solos baixos, planos e com boa penetração de água. Toda essa explicação sobre o cultivo do arroz vermelho me foi dada por Edilson, durante o segundo momento de nossa conversa. Como era cada vez mais difícil nos encontrarmos com calma na sede da cidade, fui ao seu encontro na comunidade Santa Rosa, no Vale.

Edilson havia me orientado a chegar até sua residência e me disse que talvez estivesse trabalhando na terra. Cheguei em sua casa no final da tarde e qual não foi a minha surpresa ao descobrir que a terra na qual ele planta o arroz não ficava em seu quintal. Edilson arrenda uma terra, do outro lado da BR. Lá ele cultiva o arroz, hortaliças, frutas e tem algumas cabeças de gado. Enquanto conversávamos, ele ia me mostrando todo o processo de produção.

Essa entrevista aconteceu no início do mês de outubro e, por isso, pude presenciar o início da colheita da segunda safra do ano. A produção do arroz vermelho tem duas safras. De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), o primeiro plantio ocorre no período de janeiro a março e o segundo, de junho a agosto. A colheita das safras é feita nos meses de maio a agosto e outubro a janeiro do ano seguinte.

Ao ver o sistema de cultivo de irrigação por inundação e todo aquele solo encharcado eu perguntei: “A produção de arroz vermelho leva muita água?” Ao que Edilson logo me respondeu:

Leva e não leva né, porque na verdade o IGARN diz que o problema é porque que a gente planta inundado. Aí a gente perguntou ao IGARN, como era que plantava arroz sem ser inundado. Porque lá faz os baldes, aí você enche com o motor né. Só que é diferente da água que a fruticultura faz, porque a fruticultura exporta, a água vai lá pra Europa e ela desce no solo, e volta de novo para o pessoal irrigar. É um solo argiloso, é bem é muito barro né e ele é lodo e desce e depois volta, vai lá pra o subsolo (Edilson, outubro de 2017).

É interessante analisar que há, no início da resposta de Edilson, uma afirmação e uma negação. De fato, a cultura do arroz vermelho inundado consome muita água. Entretanto, essa água retorna ao solo, ela retorna para o ambiente, diferentemente do que ocorre com as culturas irrigadas das empresas produtoras que exportam essa água dentro das frutas. Melão e melancia, por exemplo, também consomem muita água em sua produção. Sobre a relação entre o respeito aos ciclos da água e sua conservação, a pesquisadora indiana Vanadana Shiva destaca que:

A água está disponível apenas se as fontes de água são renovadas e usadas dentro dos limites da sua capacidade de renovação. Quando a filosofia do desenvolvimento corrói o controle comunitário e, em vez disso, promove tecnologias que violam o ciclo da água, a escassez é inevitável (2006, p. 29).

Nesse sentido, para além do consumo total de água de uma cultura, é importante observar as etapas do ciclo que essa água irá percorrer. Olhando a produção anual de arroz e a área plantada em Apodi (inferindo que 90% dessa são de arroz vermelho), é possível concluir que, mesmo com a chegada das empresas, mesmo com o controle de utilização de água, mesmo com as cobranças de outorgas e proibições de utilização da água do Rio, há uma manutenção e certa estabilidade no cultivo e produção desta cultura:

Tabela 8: Produção de arroz em Apodi

Área plantada e quantidade produzida com arroz em Apodi (RN), de 2010 a 2018								
Área plantada (hectares)								
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
800	400	600	1.200	1.320	780	650	650	680
Quantidade produzida (toneladas)								
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4.800	2.400	1.500	3.000	3.300	2.110	3.000	3.000	2.576

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - Levantamento realizado por Leandro Cavalcante dia 01/04/2020

Vale aqui pontuar que, desde quando começou a série histórica de nota das secas, no século XIX, não há registros de um período tão longo de estiagem no semiárido quanto nos últimos anos. Foram seis anos consecutivos com chuvas abaixo das médias, entre 2012 e 2018. Por isso, também é possível perceber oscilações na produção de arroz. Aqui é importante retomar o debate que fizemos no segundo capítulo deste trabalho, com os dados da tabela 6: área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação. Mesmo que os anos de 2016 e 2017 sejam de grande estiagem, eles também marcam o estabelecimento das empresas agroexportadoras de fruticultura irrigada. Vemos a produção de mamão, melão e melancia, culturas que necessitam de bastante água, crescer vertiginosamente em um período longo de seca.

Segundo a publicação da CONAB, o ano de 2010 é um marco na produção do cereal, pois foi entre 2009 e 2010,

Quando os agricultores receberam estímulos para aumentar as áreas de plantio, já que as condições climáticas foram favoráveis, e o mercado permaneceu em alta. Além disso, houve maior número de operações do PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] com os estoques excedentes (CONAB, 2015, p. 68).

Na tabela, é notável que, justamente durante o ano de 2010, haja a maior quantidade produzida de arroz, mesmo que não seja a maior área plantada deste recorte temporal. Também é importante destacar que, mesmo no longo período de seca, há uma regularidade na produção. Talvez por isso, o ano de 2012 tenha uma grande queda na quantidade produzida, pois foi o início desse longo processo de estiagem. Mas os anos posteriores mostram uma rápida recuperação produtiva.

A partir de 2015, o Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte – IGARN iniciou uma verdadeira perseguição aos cultivos tradicionais de arroz vermelho. Para o Instituto, esse tipo de cultivo deveria ser proibido no município, pois “Apodi não teria condições hídricas para suportar a quantidade de água demandada para aquele tipo de cultura” (MAIA, 2006, p. 218). Foi essa querela que gerou todo o debate em torno da questão das outorgas de água sobre a qual nos deteremos mais à frente.

Entretanto, ainda antes de 2015, a produção do arroz vermelho já gerava debates na região. Em 2006, a empresa RiceTec Sementes⁹⁹ visitou Apodi com a intenção de estudar a instalação de uma unidade da empresa no município.

A empresa pretendia arrendar a terra dos pequenos produtores para cultivar arroz tipo branco para exportação. Sobre esse evento, Edilson destacou:

A nossa luta começou [quando]chegou uma empresa Ricetec, uma empresa do Rio Grande do Sul, querendo exterminar o arroz vermelho. A gente tava no sindicato já nessa época. E querendo comprar todas as terras do vale né pra produzir arroz branco e disse que o nosso arroz vermelho era uma praga, que era a nossa primeira luta. Ai começamos a dizer que o arroz vermelho não era uma praga em nossa vida e ai foi o primeiro embate (Edilson, outubro de 2017).

Quando perguntei sobre a data desses acontecimentos, Edilson não soube dizer a data exata. Mas me falou sobre um recorte de jornal que continha mais informações:

Esse, eu acho que já foi em 2000, 2000 e pouco por aqui, e se você pegar o recorte de jornal aqui você ver direitinho, acho que foi 2010 já por ai, 2011 por ai, que chegou a primeira empresa que chegava no Vale, e ia tirar todos

99 De acordo com seu site, a RiceTec surgiu em 1990 no Sul do Texas, Estados Unidos. Nesta época, além de produzir arroz em sua fazenda, a empresa desenvolvia tecnologia para melhorar geneticamente suas diferentes especialidades de arroz. Os primeiros cruzamentos que levaram à criação de arroz híbrido ocorreram entre 1985 e 1993, depois de contrato assinado com o HHRRC (Centro de Pesquisa de Arroz Híbrido de Hunan), na China, para o desenvolvimento de arroz híbrido. Mostrando pioneirismo, em 1999 a RiceTec lançou o primeiro híbrido comercial nos Estados Unidos. Hoje os híbridos RiceTec Inc. cobrem uma área de 370 mil hectares no país. Em 2000, a empresa investiu na abertura de novos mercados e iniciou as operações na América Latina, na Argentina, no Brasil e no Uruguai, onde atua há quase 11 anos. Na Argentina, além do trabalho de pesquisa e desenvolvimento de híbridos, a empresa possui campos de produção e uma moderna planta de beneficiamento de sementes. Além desses países, a RiceTec já se faz presente em mercados da Europa, da Ásia, da Região Andina e da América Central. No Mercosul, desde que iniciou suas vendas comerciais em 2004, apresenta média de crescimento de 52% ao ano. In: <http://ricetec-sa.com/quem-somos/ricetec-no-mundo> acessado em fevereiro de 2020.

os pequenos produtor, mas graças a Deus, o Vale não consegue né?(Edilson, Outubro de 2017)

Foi assim que tive acesso ao recorte do jornal O Mossoroense, com a reportagem abaixo:

Figura 18: O Empecilho do Arroz



Fonte: (TEIXEIRA, 2016, P. 15) e Acervo STTRA¹⁰⁰

100 A reportagem é do ano de 2006. Infelizmente não consegui achar o jornal completo. Em virtude da pandemia também não consegui acesso a mídia original presente do acervo do Sindicato e por isso para este trabalho, utilizei a imagem disponível no trabalho da advogada Maiana Teixeira. Muitas mídias feitas por mim ficaram em minha sala no IFRN. Há também uma citação desse recorte na dissertação da advogada e pesquisadora Renata Catarina Maia, mas o link presente na bibliografia estava corrompido. Para uma melhor leitura do texto transcrevo toda a reportagem na íntegra:

Apodi - A falta de assistência técnica especializada e a falta de logística, decorrência da falta de atuação dos poderes públicos constituídos, pode fazer os agricultores do Vale do Apodi perder um grande contrato (sic) de produção que poderia ser o primeiro passo para a reordenação produtora daquela área. A inviabilidade técnica da área ocorre devido à produção do arroz vermelho, conhecido também como arroz da terra, cultura comum nas áreas de produção do baixo Apodi e que está constantemente presente na mesa dos cidadãos da região Oeste. O que para muitos é mais uma diversidade culinária, para a Empresa RiceTec Sementes é uma praga que inviabiliza qualquer probabilidade de produção visto que as áreas onde são cultivados esses tipos de grão não servem para produção de sementes selecionadas, sendo necessário um espaço de pelo menos vinte anos para isso. A convite do Fórum das Entidades, através da Fundação para o Desenvolvimento do Vale do Apodi (FUNDEVAP), representantes da empresa RiceTec Sementes, estiveram visitando o município na última sexta-feira, com interesse de conhecer a região objetivando a instalação de uma unidade da empresa no município. O interesse pelo Vale do Apodi, parte do princípio das condições climáticas, solo de aluvião, água e maior facilidade para escoar a produção. No momento a empresa está produzindo sementes híbridas no Estado de Roraima e no Estado do Rio Grande do Sul. Uma comitiva do Fórum acompanhou os representantes da empresa, coordenador de produção Dácio Menezes e o argentino, diretor para a América latina Jorge Krapovisca, ao Vale do Apodi, para mostrar as potencialidades existentes. Durante a visita foi realizada uma reunião na quadra de Batista da Castanhola, na localidade de Trapiá I, onde contou com a presença de vários agricultores e produtores locais interessados em ouvir as propostas da multinacional. Na ocasião Dácio Menezes apresentou a empresa e mostrou as possíveis parcerias que podem ser viabilizadas com os agricultores produtores de arroz. Segundo ele, a empresa tem uma política de parceria com os produtores, dependendo da situação de cada um, que possibilita a geração de emprego e renda sem percas (sic) para ambas as partes. Ele citou exemplos dos sistemas utilizados pela empresa no Estado de Roraima que caminha com sucesso. O coordenador apresentou ainda a política de preservação do meio ambiente seguida pela RiceTec, que trabalha dentro dos limites exigidos pelo Ministério da Agricultura e órgãos governamentais ligados a essa questão. Depois da visita, os representantes da RiceTec elogiam a potencialidade da região enfocando os requisitos procurados pela empresa como água, solo de aluvião, energia e estradas para escoar a produção, que atendem perfeitamente os termos técnicos. Para os agricultores a discussão pode desencadear em uma larga parceria com possibilidade de melhorar a situação dos pequenos produtores de arroz, visto a falta de políticas públicas para esse segmento da economia que deixa os agricultores praticamente abandonados e sem assistência técnica adequada. Com o relato de Dácio, percebeu-se a decepção dos agricultores presente a reunião. Muitos estavam com a esperança de melhores condições de produção, já que a grande maioria dos produtores de arroz do vale está mudando de empresa, não conseguindo competir com o produto devido à maneira arcaica como é produzido. A empresa RiceTec Sementes, produtora de sementes híbridas de arroz para o mercado internacional, especialmente para o Brasil, Argentina e Uruguai. Sendo a única no mundo a produzir esse tipo de sementes.

A matéria começa chamando o arroz vermelho de empecilho, em letras garrafais. Reproduz o discurso dos executivos da empresa que afirmaram não ser possível o plantio das duas culturas simultaneamente. Antes de descrever a visita, a matéria inicia afirmando que “a falta de assistência técnica especializada e a falta de logística, decorrência da falta de atuação dos poderes públicos constituídos, pode fazer os agricultores do Vale do Apodi” (Figura 10) perderem essa grande oportunidade. Encerra afirmando que as técnicas de produção do arroz vermelho são arcaicas e, por isso, pouco competitivas para o mercado.

Durante a visita, ocorreu uma reunião com os agricultores na comunidade Trapiá I. Lá, os agricultores foram orientados que, para que a empresa pudesse introduzir sua variedade (transgênica) de grão, o arroz vermelho precisaria ser exterminado. Segundo a reportagem, as áreas em que são cultivados os grãos do arroz vermelho não servem para o cultivo das sementes selecionadas. Na perspectiva da empresa, o arroz vermelho funcionava como uma “praga” que impedia que qualquer outro vingasse durante pelo menos 20 anos.

Retomando aqui o livro sobre o arroz vermelho de José de Almeida Pereira, é interessante destacar que, de fato, existe um tipo de arroz vermelho que, do ponto de vista da agronomia, é classificado como “praga”. Segundo o autor, o “arroz vermelho pode ser classificado em arroz-silvestre, arroz vermelho daninho ou espontâneo e arroz vermelho cultivado, dependendo do seu grau de domesticação” (2014, p. 13). O silvestre pertence ao gênero *Oryza L.*, e possui origens e características diversas. O tipo daninho aparece de forma espontânea e é considerado uma planta invasora “nas

parte (sic). Ele citou exemplos dos sistemas utilizados no Estado de Roraima que caminha para o sucesso. O coordenador apresentou ainda a política de preservação do meio ambiente seguida pela Rice Tec, que trabalha dentro dos limites exigidos pelo Ministério da Agricultura e órgãos governamentais ligados a essa questão. Depois da visita, os representantes da RiceTec elogiaram a potencialidade da região Enfocando requisitos procurados pela empresa como água, solo de aluvião, energia e estradas para escoar a produção, que atendem perfeitamente os termos técnicos. Para os agricultores a discussão pode desencadear em uma larga parceria com possibilidade de melhorar a situação dos pequenos produtores de arroz, visto a falta de políticas públicas para esse seguimento da economia que deixa os agricultores praticamente abandonados e sem assistência técnica adequada. Com o relato de Dácio, percebeu-se a decepção dos agricultores presente (sic) a reunião. Muitos estavam com a esperança de melhores condições de produção já que a grade maioria dos produtores de arroz do vale está mudando de cultura por não conseguir competitividade com o produto devido à maneira arcaica como é produzido. A empresa RiceTec Sementes, produz sementes híbridas de arroz para o mercado internacional, especialmente para o Brasil, Argentina e Uruguai tendo a única no mundo a produzir esse tipo de sementes.

lavouras de arroz branco, sobretudo, por contrastar em termos de aparência dos grãos com o produto prevalecente no mercado atual” (2014, p. 13). Entretanto, em Apodi, a modalidade de arroz vermelho é a cultivada. Mesmo que visualmente os tipos espontâneo e cultivado pertençam à mesma espécie (*Oryza sativa L.*) e sejam muitos semelhantes, uma planta é espontânea e a outra é plantada (como os próprios nomes indicam). Sobre as diferenças entre as duas, Pereira destaca que:

As poucas diferenças perceptíveis entre as duas formas decorrem do fato de as plantas do arroz vermelho cultivado resultarem de um longo processo de seleção feita pelo homem, procurando fixar nelas características de seu interesse, visando à sua própria subsistência, enquanto, no sentido inverso, as plantas da forma espontânea experimentam um processo contínuo de eliminação e, conseqüentemente, jamais conseguindo fixar características agrônômicas superiores (2014, p. 13).

Nesse aspecto, não seria possível que o coordenador de uma empresa especializada na produção de arroz estivesse apenas confundindo os tipos de arroz vermelho ao classificá-lo como “praga”. A cultura do arroz vermelho é tradicional entre os agricultores de Apodi e praticada ao longo de gerações. A categorização da cultura do arroz vermelho é aqui indesejada por estar relacionada à pequena produção. Nesse sentido vale a pena retornar ao debate feito anteriormente, a partir do pesquisador Alf Schwarz, sobre a lógica de desenvolvimento do Estado, ao priorizar o agronegócio e a lógica da produção camponesa. Segundo ele:

O número de programas e de projetos de modernização agrícola, construídos a partir de previsões científicas que se apresentam cada uma mais precisa que a outra, existe em grande quantidade e frustra as mais belas ambições. Os relatórios que tentam dissecar as causas do fracasso se dizem também científicos e proporcionam trabalho e bons salários de especialistas que empilham relatório sobre relatórios, estudo técnico sobre estudo técnico, preenchendo, com certeza, os arquivos das burocracias nacionais e internacionais do desenvolvimento agrícola sem, no entanto, garantir o sucesso dos agricultores tradicionais (1990, p. 79).

O fracasso destes projetos para os agricultores tradicionais, geralmente, está associado ao sucesso para as grandes empresas do agronegócio, justamente porque eles estão, em sua maioria, voltados para a grande produção. A pequena produção tem como prioridade a segurança alimentar e isso entra em desacordo com essa “visão futurista de mundo [...] através de uma arrecadação máxima de excedente na agricultura” (1990, p. 106).

Ao final da reunião entre agricultores e empresários, o texto da reportagem destaca que, após a fala de Dácio Menezes, coordenador de produção, houve um sentimento de decepção entre os produtores:

Com o relato de Dácio, percebeu-se a decepção dos agricultores presente (sic) a reunião. Muitos estavam com a esperança de melhores condições de

produção já que a grande maioria dos produtores de arroz do vale está mudando de cultura por não conseguir competitividade com o produto devido à maneira arcaica como é produzido (Figura 10).

Entretanto não fica claro o motivo da decepção. Em todo o texto da matéria é ressaltada a grande oportunidade que seria a instalação da empresa. Se os problemas na competitividade e produção do arroz seriam provocados por falta de assistência técnica e modos de produção arcaicos, a fala do coordenador de produção da empresa deveria gerar esperança e não decepção. De acordo com o relato de Edilson, a revolta (e não apenas decepção) entre os agricultores foi provocada pelo fato de ele ter se referido ao arroz vermelho como “praga”. Desapontados com a forma como o representante da empresa se referiu ao arroz vermelho, que é uma cultura tradicional da região, os agricultores não aceitaram os contratos de arrendamento e por isso a matéria o identifica como empecilho.

A empresa de fato nunca chegou a se instalar na região. O plano da empresa era arrendar as terras e centralizar a produção das pequenas propriedades. A organização fundiária do Vale, formada por pequenas propriedades, dificulta que uma empresa de grande porte consiga se estabelecer de forma mais ampla na região. Por esse motivo, o não fechamento do acordo com a empresa foi visto como uma vitória para Edilson:

Porque nós temos até recuantes (sic) do Vale né, que são pequenos proprietários, que são herdeiros, eles não conseguiram, lá não tem grandes terras. As terras do Vale hoje, os maiores proprietários não chega a 50 hectares, e a gente não tem 3 propriedades que chegam a 50 hectares, as outras é 3, 4. É um modelo que fica de pai pra filho, e eles não conseguiram, aí derrotamos essa empresa. (Edilson, outubro de 2017).

O que é abordado como uma grande lástima pelo texto do jornal, o atraso das técnicas e a cultura desenvolvida, é vista por Edilson como conquista e resistência. Sobre esse episódio, Agnaldo Fernandes faz uma comparação com a resistência à chegada das obras do Perímetro Irrigado:

Assim que começou a resistência ao perímetro irrigado, o pessoal, a mesma forma foi com a Ricotec que queria acabar com o arroz vermelho aqui. Toda vida que o agricultor familiar faz essa resistência a megaprojetos, seja de irrigação ou essa questão da apropriação do arroz que queria acabar com o nosso arroz vermelho. Toda vida que o agricultor se posiciona resistente existe um público que diz que, os taxam, que é favorável a esses projetos, nos taxam como analfabetos, como atrasados, que a gente num sabe de nada. (Agnaldo Fernandes, outubro de 2017)

O arroz vermelho e o agricultor, na reportagem, representam empecilhos para a modernização e o progresso do campo. Não é à toa que, nas duas reportagens abordadas nas figuras 6 e 7, agricultor/camponês e suas formas de produção são tidos como arcaicos e atrasados. E se os agricultores são atrasados é porque se opõem ao moderno.

Como destaca PEREIRA e HERSCHMANN, ao debaterem o imaginário moderno no Brasil:

afirmar-se ‘moderno’, por exemplo, é, antes de mais nada, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico – não importando tanto o ato de se atingir ou não o reconhecimento pelo - , expressando também uma sintonia de certa forma obrigatória com determinado conjunto de questões nem sempre claras para os sujeitos sociais envolvidos (1994, p. 15).

O arroz vermelho tem um alto valor no mercado, mas, mesmo assim, tudo em seu processo produtivo é considerado arcaico, pelo fato de não ser produzido com as características da grande empresa rural e do latifúndio. É comum a representação da agricultura no Brasil associada às grandes propriedades monocultoras com imponente maquinário tecnológico. Como destacam Motta e Zarth (2008), essa visão de produção é fruto de uma “amnésia social” e tenta negar a importância dos pequenos agricultores. Nesse sentido constroem-se os binômios que associam latifúndio a modernização e riqueza *versus* minifúndio a atraso e pobreza, com análises que levam em conta apenas elementos econômicos. Como destaca Alfredo Wagner Berno de Almeida, na coleção História Social do Campesinato:

As análises econômicas, ao se omitirem na interpretação das modalidades de uso comum da terra, fundam-se, no mais das vezes, em noções deterministas para expor o que classificam como sua absoluta irrelevância. Consideram que se trata de formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os (ALMEIDA, 2009, p. 41).

A pesquisa de José de Almeida Pereira, para a EMBRAPA, aponta a existência de duas variedades locais selecionadas pelos agricultores familiares no Vale do Apodi (MNA RN 0802 e MNA RN 0803). Uma cultura tradicional e com características específicas, que segundo a Empresa, são originárias ainda das primeiras introduções do cultivo:

As variedades de arroz vermelho plantadas atualmente no Brasil são derivadas das primeiras introduções feitas ainda no início da colonização e foram selecionadas ao longo do tempo pelos próprios agricultores. Constituem, portanto, o resultado de transformações ocorridas na natureza, devido a cruzamentos naturais e a mutações, e dessa forma são variedades que adquiriram características únicas em cada microrregião geográfica onde passaram a ser cultivadas. Devem, assim, ser provenientes de poucas introduções feitas no passado distante e ter originado formas interessantes que se perderam em função do processo erosivo. (PEREIRA, 2014, p. 24)

O arroz vermelho foi o primeiro a ser introduzido no Brasil e, do ponto de vista da qualidade do alimento, ele está longe de ser uma praga. Segundo o mesmo documento da EMBRAPA, o arroz vermelho cultivado tem ações antioxidantes e chega a conter o dobro dos teores de ferro e de zinco normalmente encontrados no arroz

branco (2014, p.12). Além disso, seus grãos em casca têm ação repelente e são mais resistentes aos insetos-praga dos grãos armazenados do que os do arroz branco (2014, p.16). No Ocidente, o Brasil é o país no qual essa cultura possui a maior relevância agrícola. Ainda assim, o arroz vermelho enfrenta uma queda drástica de produção em todo o território nacional, pelo menos nos últimos 50 anos¹⁰¹, e seu cultivo está bastante relacionado a elementos culturais locais:

Em todas essas áreas, a preferência pelo arroz vermelho está relacionada ao hábito alimentar das populações, mas o referido arroz, a exemplo do que se verificou nas outras partes do mundo, vem experimentando um declínio acentuado na sua área plantada e, certamente, um acelerado processo de erosão genética. Tais fatos podem ser atribuídos à migração das populações rurais para os centros urbanos, à mudança de hábitos dos consumidores e à forte concorrência com o arroz branco. (EMBRAPA, 2014, p. 23)

Atualmente, o arroz branco é mais o consumido no Brasil. Para Pereira, esse fato se deve a duas causas principais: a alta produtividade do arroz branco (principalmente a partir dos anos 1960), e questões de ordem sanitária, pois “o pericarpo vermelho permitiria mascarar eventuais impurezas nos grãos do arroz depois de descascados” (2014, p. 15 – 16). Desdobrando essas duas causas, podemos ainda acrescentar que essa produtividade está diretamente relacionada ao mercado. As regiões de produção do arroz vermelho são espaços de resistência à chegada do cultivo do arroz branco.

Sobre as questões de ordem sanitária debatidas por José Pereira, é importante destacar, como ele mesmo faz em todo o seu livro, que não há nenhum motivo nutricional para o não consumo do grão de variedade vermelha. Pelo contrário, sua produção e seu consumo guardam diversas vantagens quando comparados ao arroz branco. O imaginário do artesanal como arcaico, sujo, pouco confiável é construído em contraste com o do tecnológico como limpo, moderno, avançado.

A professora e Antropóloga Ellen FensterseiferWoortmann, ao debater elementos que associam alimentação e trabalho, destaca que a categoria “comida” se

101 Segundo Pereira: “No que se refere à superfície atualmente plantada, inclusive nas regiões mais tradicionais de cultivo do País, os dados indicam uma drástica redução durante os últimos 50 anos, tendo caído de 33.149 hectares, no ano de 1964, para apenas 2.552 hectares, em 2010, em se tratando do Estado da Paraíba (ANUÁRIO...,1963, 1966; LEVANTAMENTO..., 2011). No caso do Rio Grande do Norte, tomando Se por base a microrregião geográfica do Seridó, no mesmo período, a queda foi de um total de cerca de 1.000 hectares para inexpressivos 100 hectares (FARIA, 1980), ocorrendo, portanto, uma redução para somente cerca de 10% do total da área cultivada em relação à primeira metade da década de 1960, quando a cultura do arroz vermelho alcançou o seu apogeu naqueles dois estados nordestinos” (PEREIRA, 2014, p. 17).

relaciona diretamente às categorias “trabalho” e “terra”. Os hábitos alimentares são culturalmente construídos. Para ela:

A comida pode ser pensada como servindo de conexão, operando em categorias amplas como natureza e cultura. A comida, ao mesmo tempo que está alicerçada em razões práticas – é necessária para atender ao estomago -, também constrói seu universo simbólico – é necessária para atender à mente (2007, 177-178).

Nesse sentido, a escolha sobre o que se consome está rodeada de elementos sociais e simbólicos. O professor Carlos Rodrigues Brandão, em sua pesquisa sobre lavradores¹⁰² urbanizados da cidade de Mossamêdes, no Mato Grosso Goiano, analisa elementos que ele denomina de “crenças de consumo”. Elementos que ele define como ideológicos do universo alimentar. Para ele:

Crenças de consumo são consideradas aqui como as unidades explícitas de um sistema de representação social em sua fração relativa à prática alimentar, acreditadas como especialmente verdadeiras mesmo quando não acompanhadas de explicações complementares. Através de um complexo sistema de crenças, o lavrador define: a sua classificação de categorias comestíveis; as modalidades de manipulação e uso da comida; os princípios e motivos de restrições de tipos de comida por tipos de sujeito (BRANDÃO, 1981, p. 12).

Nesse estudo, Brandão elenca aqueles alimentos que são considerados fortes e fracos pelos lavradores. Isso acontece porque, quando um agricultor fala de sua vida, ele fala sobre o seu trabalho e, quando fala de seu trabalho, “está falando sobre como e onde produz, adquire e consome alimentos” (2011, p. 8). A comida forte é aquela que “pesa”, mas também pode ser a “dos antigos”, a que tem “sustança”, por exemplo, o feijão e as carnes vermelhas (2015, p. 109-110). Ela ocupa a menor parte do prato que deve ser completado com as outras comidas menos fortes e fracas. Entre os lavradores de Mossamêdes, o arroz é considerado uma comida fraca e, por isso, nunca deve vir sozinho no prato. Ele deve vir sempre acompanhando o feijão e as misturas.

Mesmo não sendo considerado o alimento mais forte, em Apodi, o arroz vermelho é avaliado como muito mais forte do que o branco, principalmente se ele for feito com leite. Um arroz vermelho de leite em um prato tem muito mais “sustança” do que o arroz branco simples. Não é exagero dizer que nunca presenciei nenhum agricultor de Apodi almoçando com arroz branco.

O branco e o vermelho do arroz aqui possuem uma oposição que, como vimos, relaciona o branco ao limpo, moderno, vendável e o vermelho ao arcaico, sujo, atrasado. Inspirada pela obra do historiador Michel Pastoureau, sobre a história das cores e seus

102 Lavrador nessa obra define o produtor rural não proprietário de terras (meeiro, diarista, peão)

usos sociais, simbólicos e culturais, proponho uma pequena digressão sobre a ideia da cor matéria e da cor conceito. De toda forma, ambos, branco e vermelho, estão dentro da gama de cores que geralmente se relacionam ao consumo de alimentos.

Em seu livro *Dicionário das cores*, no verbete sobre alimentação, Pastoureau destaca que:

A natureza e o hábito fazem-nos comer uma série de produtos que se inscrevem na gama dos amarelos, dos verdes, dos brancos e dos vermelhos; mais raros são os que se inscrevem na dos pretos; mas não existe praticamente nenhum alimento que tenha lugar na gama dos azuis (1997, p. 18 – 19).

Nesse sentido, não nos causa tanto estranhamento o consumo do arroz vermelho em si, pela sua cor. Em seu livro: *Vermelho, a história de uma cor*, ele inclusive destaca que o vermelho é a cor por excelência e está presente na vida e nos hábitos de homens e mulheres há milênios. O empecilho do vermelho está justamente na sua comparação direta com o branco. Sobre a análise da construção de sentido das cores, Pastoureau, ressalta que:

Uma cor nunca aparece sozinha; ela não assume o seu sentido, não “funciona” plenamente, do ponto de vista social, artístico e simbólico a não ser na medida em que está associada ou oposta a uma ou várias outras cores. Por essa razão é impossível considerá-la isoladamente.

Aqui, vermelho e branco representam a oposição entre os projetos de vida e de morte, como abordamos no segundo capítulo. Desde o início do processo de colonização, o arroz branco foi elencado como produto destinado ao mercado e o vermelho à subsistência. Há uma oposição construída e estimulada entre as duas variedades. No dicionário das cores, Pastoureau destaca que não há nada de físico, químico ou fisiológico na primazia higiênica do branco sobre as outras cores. Trata-se de uma “primazia totalmente simbólica, ideológica, arquetípica” (1997, p. 40). O “branco é, simultaneamente, o saber e a pureza” (1997, p. 40). Por esse motivo, as caixas de medicamentos são majoritariamente dominadas pela cor branca com as letras de avisos e advertências em preto ou vermelho.

Se muitas vezes o vermelho está associado à punição e à proibição (2019, p, 219), em Apodi é o branco quem representa, para os agricultores, o perigo. O conflito ente a pequena e a grande produção é um alerta de que o agricultor não pode confiar no mercado. A escolha incondicional pelo agronegócio e pela monocultura e a redução consequente da agricultura familiar provocam alta nos preços dos produtos da cesta básica. O exemplo que vivenciamos agora, com o crescimento vertiginoso no preço do

arroz, é resultado direto disso. Com a alta do dólar, os grandes produtores priorizam o mercado externo e isso encarece os produtos.

Mas essa querela do arroz guarda em si a semente para uma luta fundamental na região: a luta pela água. Em 2015, mais de trinta camponeses de Apodi – todos moradores das regiões da Pedra e do Vale – foram autuados pela equipe de fiscalização do IGARN. Sobre essa questão das outorgas de água, será importante nos determos mais um pouco.

4.2. O vermelho é um oceano!¹⁰³

A frase que inicia esse tópico foi retirada do livro *Vermelho: A história de uma cor*, de Michel Pastoureau. O historiador francês utiliza essa frase para enfatizar a imensidão que é falar sobre a história da cor vermelha. Desde o início de sua obra sobre as cores, Pastoureau ressalta a importância de seus recortes, espacial e temporal, além de suas escolhas metodológicas. O vermelho é a cor por excelência, está presente na vida e na cultura desde as mais longínquas sociedades e por isso as possibilidades de se falar sobre ele são vastas como um oceano. Por esse motivo, essa frase consegue costurar diversos elementos que estão presentes nessa pesquisa. O vermelho está diretamente relacionado à produção do arroz e ao uso da água em Apodi.

O vermelho é um oceano porque traz em si a cultura tradicional e resistente do arroz da região do Vale de Apodi. Um oceano que encharca nossos pés quando pisamos no território e por alguns instantes é como se tivesse um espelho cobrindo todo o chão do Vale. Olhando o horizonte de uma produção de arroz vemos o céu inteiro no chão. Como Edilson explicou em toda a entrevista, a água utilizada é abundante, mas nada é desperdiçado. Entretanto, toda essa produção pode estar ameaçada com as políticas de controle e uso da água. Como ressalta a pesquisadora ecofeminista Vandana Shiva, “a cultura da mercantilização está em guerra com diversas culturas de compartilhamento, de receber e dar água gratuitamente” (2006, p. 10).

Em outubro de 2015, de acordo com a dissertação da advogada Renata Catarina Maia, os representantes da Secretaria Municipal de Agricultura informaram que o IGARN estava discutindo a proibição de outorgas para o cultivo de arroz vermelho. À época, havia um discurso muito incisivo de que a irrigação por inundação (utilizada para

103PASTOUREAU, 2019. p. 8.

o plantio de arroz vermelho) seria a responsável pela crise hídrica em Apodi e, por isso mesmo, precisaria ser proibida.

Nós estamos discutindo. Não ganhamos a discussão. Eles vieram aqui [refere-se ao IGARN] (...). A primeira conversa é não...de nenhuma forma. [...] Nem cadastrasse, certo, que não ia permitir. Nós argumentamos, passamos quase uma tarde aqui dialogando, conversando, apresentando uma proposta: “até que a gente consiga inventar outra forma de produzir arroz a gente tem que produzir dessa forma”. Aí [o IGARN] disse: “não, mas o arroz ele não é uma cultura pra ser produzida aqui porque aqui não tem água pra produzir”. Então, aí, diante da realidade, lá vai a discussão... (...) [O] que o IGARN passa pra gente é que esse tipo de irrigação é proibido. Não sei quais os critérios que eles usam. *Secretaria Municipal de Agricultura*, 16 de outubro de 2015 (MAIA, 2016, p. 218).

Ainda segundo Maia (2016), a outorga é um instrumento através do qual o Poder Público, através da Associação Nacional das Águas ou de órgãos estaduais (como o IGARN, no caso do Rio Grande do Norte), “especifica como e de que forma jurídica o direito de uso da água pode ser concedido” (BARROS, 2005 apud MAIA, 2016 p. 150). De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que ficou conhecida como Lei das Águas:

Art. 11. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Também é importante destacar que, de acordo com a lei, certos usos, apresentados a partir das características a seguir, independem de outorga:

§ 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:

I - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

III - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

Mesmo na escrita da Lei, alguns critérios relativos aos direitos do uso de água são subjetivos, como a definição dos conteúdos insignificantes, por exemplo. É a PNRH

que regulamenta as formas de consumo de água, que a partir da Constituição de 1988 é tratada pela legislação como um “recurso natural limitado, dotado de valor econômico” e não mais somente como um bem natural¹⁰⁴. Segundo o professor de direito ambiental Christian Guy Caubet, essa modificação está inserida em um contexto internacional de políticas liberais, que “tenderam a introduzir, para a gestão dos recursos hídricos, os mesmos parâmetros utilizados em outros setores da economia” (CAUBET, 2011, p. 33). Ainda de acordo com o estudioso:

Antes da lei, pagava-se pela amortização dos investimentos realizados para captar, tratar e distribuir a água, bem como manter as condições de funcionamento da rede. Depois da lei, continuam as mesmas operações [...] e, além disso, se paga pelo volume de água consumida ou usada para outra finalidade (CAUBET, 2011, p. 146).

Assim, “essa redação instrumentaliza a água como um novo elemento econômico” (2011, p. 169) e seu uso será normatizado pela outorga e pela cobrança pelo uso de recursos hídricos (previstos no artigo 5º, III e IV, da PNRH). Caubet (2011) descreve que, nos últimos 25 anos, iniciou-se uma grande mobilização mundial de interesses econômicos objetivando dispor o Poder Público/Estado da incumbência de zelar pela captação, tratamento e distribuição da água potável e pelo saneamento básico.

Por esse motivo, as conjunturas de antes e depois da Lei 9.433 são distintas. Antes desse marco legislativo, pagava-se pela amortização dos investimentos realizados para captar, tratar e distribuir a água, assim como manter as condições de funcionamento na rede. Após a lei, continuam-se as mesmas operações, porém paga-se pelo volume de água consumida ou usada para outra finalidade. Assim, a água se tornou uma mercadoria, com um regime jurídico específico. Dessa forma, mesmo o uso doméstico da água não tratada está sujeito ao cadastramento pelos órgãos de regulamentação, todos os outros usos estão sujeitos à outorga.

Como ressalta Vandana Shiva:

O paradigma do mercado enxerga a escassez de água como uma crise que resulta da ausência de comércio de água. Se a água pudesse ser transportada e distribuída livremente por meio de mercados livres, é o que sustenta esse paradigma, ela seria transferida para regiões de escassez e preços mais elevados levariam à conservação desse recurso (2006, p. 31 e 32).

104 No trabalho: MAIA, Renata Catarina Costa. “Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias”: A Dimensão Camponesa do Direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 2016. 287p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, Renata Maia faz uma contextualização jurídica sobre o direito à água. Nela a advogada dialoga com uma série de autores. Foi através desse trabalho que conheci e tive acesso ao estudo do professor de direito ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, Christian Guy Caubet.

Por isso mesmo, nas últimas décadas, há um investimento massivo de grandes empresas nos processos de privatização das águas: “a água tornou-se um grande negócio para as corporações globais, pois estas enxergam no aumento da escassez de água e dasua demanda mercados sem limites” (2006, p. 118).

Entretanto, a fiscalização com relação às outorgas e cobranças pelo uso de água não são uma tarefa fácil e, por esse motivo, geralmente, vemos esses dispositivos serem acionados apenas em virtude de provocações feitas por grandes empreendimentos consumidores de água. Em Apodi, 50% da disponibilidade hídrica da Barragem de Santa Cruz foram outorgadas ao Projeto do Perímetro Irrigado. Muitas empresas que estavam chegando à região já se instalam com as outorgas de direito de uso da água feitas pela Associação Nacional das Águas (ANA) e pelos órgãos federais e não pelos Estaduais ou Municipais. Negociações que as comunidades camponesas não tinham acesso e que, mesmo com a possibilidade de dispensa, exigiam alto custo e caminhos burocráticos.

Se observarmos as culturas produzidas pelos agricultores notificados pelo IGARN em 2015, perceberemos que o arroz aparece em vários casos, assim como as pequenas hortaliças. Então, por mais que não tenha havido, por exemplo, uma Resolução ou outro instrumento disciplinando, proibindo ou restringindo o plantio de arroz de vermelho, houve atos administrativos do Instituto que impactaram diretamente essa prática tradicional (como demonstram os autos de infração).

Entre os dias 21 de outubro e 05 de novembro de 2015, mais de trinta camponeses de Apodi, moradores das regiões da Pedra e do Vale, foram autuados pela equipe de fiscalização do IGARN. De acordo com o documento produzido por diversas entidades e enviado ao diretor do IGARN¹⁰⁵:

As autuações ocorreram porque elas(es) estariam, em tese, utilizando a água do Rio Apodi - ou de cacimbões e poços localizados às suas margens – sem a apresentação de outorgas, enquadrando-os no artigo 15, parágrafo único, da Lei 6.908, de 01/07/19964, e no artigo 36, I e III, do Decreto nº. 13.283, de

105 O documento, uma defesa coletiva de todos os agricultores autuados, foi produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA) para apresentar um conjunto de reivindicações relacionadas aos autos de infração. Também assinam o documento: Centro Feminista 8 de Março (CF-8); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (Labocart-UFC); Maiana Maia Teixeira, membro no Núcleo Tramas-UFC e assessora da FASE; Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará (Tramas-UFC); Renata Catarina Costa Maia, membro do Núcleo Tramas-UFC e advogada do STTRA (OAB-CE nº. 29.730).

22/03/19975. Registraram, também, que teriam o prazo de quinze dias para apresentar Defesa Administrativa ao Diretor Presidente do IGARN (Defesa coletiva enviada ao diretor do IGARN, 2015,p. 5).

As autuações começaram a ocorrer um dia após a Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia do Rio Apodi-Mossoró, realizada na Câmara de Vereadores do Município de Felipe Guerra. De acordo com o jornal on-line Mossoró Hoje¹⁰⁶, na reunião foram discutidos “aspectos do uso da água, como fiscalização, outorgas, barramentos, exploração de água subterrânea, gestão da Barragem Santa Cruz do Apodi, [...] entre outros temas”. Na mesma ocasião, segundo o site, o diretor do IGARN, Josivan Cardoso, anunciou que, “em breve, será publicado decreto do Governo do Estado estabelecendo novas regras de outorga do uso da água para o período de estiagem”

Após as autuações, o STTRA encaminhou três ofícios ao IGARN. Nos dois primeiros:

solicitou informações sobre as outorgas e as licenças de obra hidráulica concedidas ao longo da Bacia do Rio Apodi-Mossoró; requisitou dados quantitativos e qualitativos acerca do Aquífero Jandaíra e formalizou o requerimento de uma reunião com o Diretor-Presidente do Instituto sugerindo, para isso, a data de 09 de novembro de 2015 (Defesa coletiva enviada ao diretor do IGARN, 2015, p.7)

No último, enviado no dia 4 de novembro de 2015, como os dois primeiros não haviam sido respondidos, solicitou a “prorrogação do prazo de defesa para trinta dias contados da data de seu recebimento” (2015, p. 7). No dia 6 de novembro, o IGARN respondeu ao Sindicato, por meio do Ofício 664-2015-GDP. Nele, o IGARN aceitou a prorrogação dos prazos e confirmou a participação em uma reunião no STTRA.

O Instituto juntamente com a Secretaria de Agricultura de Apodi realizou um mutirão de cadastramento dos agricultores no intuito de: “conferir documentações (no caso de quem já tivesse requisitado autorização do direito de uso da água); solicitar outorgas (no caso de quem ainda não tivesse requerido as autorizações) e entregar defesas administrativas (no caso de quem havia sido autuado)” (Defesa coletiva enviada ao diretor do IGARN, 2015, p. 7). Na convocação:

O IGARN em parceria com a Secretaria da Agricultura de Apodi, vem CONVOCAR todos os produtores e cidadãos em geral que utilizam-se de poços ou mananciais superficiais para captação de água, à comparecer ao MUTIRÃO de regularização de outorgas de água que será realizado nos dias 09, 10 e 11 de Novembro (Segunda a quarta) tendo como local o auditório do

106 Disponível em: <https://mossorohoje.com.br/noticias/3759-comite-do-rio-apodi-mossoro-aprova-fechamento-de-comportas> acessado em 20 de abril de 2020.

Centro Flor da Idade (Centro do Idoso). [...] O não comparecimento pode acarretar sérios problemas futuros¹⁰⁷.

O comunicado termina com uma ameaça: o não comparecimento pode acarretar sérios problemas futuros. Palavra, honra e honestidade são valores extremamente caros aos mais pobres. Seu Raimundo de Melo, agricultor da região das pedras foi o primeiro a ser notificado pelo IGARN. Na entrega da notificação, Seu Raimundo também destacou o tom ameaçador do fiscal e a falta de informações: “Olha, daqui o prazo é 20 dias pra ir a Natal. Senão for... Aí foi explicar, aí já daí, isso e tudo dá infrator, num sei o que, mas é possível e tudo” (Seu Raimundo, Janeiro de 2018).

Logo no início do auto de infração, o agricultor é identificado como INFRATOR.

Figura 19: Auto de Infração IGARN

O formulário é do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN). No topo, há o brasão do Rio Grande do Norte e o logo do IGARN. O título do documento é 'AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1 000180'. Abaixo, há uma seção 'INFORMAÇÕES SOBRE O USUÁRIO INFRATOR' com os seguintes campos preenchidos:

1. NOME OU RAZÃO SOCIAL DO USUÁRIO INFRATOR			
2. ENDEREÇO	3. NÚMERO	4. BAIRRO	
5. CEP	6. MUNICÍPIO	7. TEL/FAX	
8. CNPJ/ME/CPF	9. INSCRIÇÃO ESTADUAL		
10. ATIVIDADE			
11. TELEFONE/CONTATO		12. CORREIO ELETRÔNICO	
12. AUTORGALICENÇA	13. DATA DE EMISSÃO	14. PRAZO DE VALIDADE	
15. Bacia Hidrográfica	16. Latitude	17. Longitude	

Os dados preenchidos são: endereço 'SÍTIO SANTA ROSA II', município 'APODI', atividade 'Agricultor', bacia hidrográfica 'APODI', latitude '0637398' e longitude '9367655'. Abaixo do formulário, há um texto explicando que a fiscalização constatou irregularidades e, portanto, lavrou o auto de infração.

Fonte: Imagem cedida pela advogada Renata Catarina Maia

Por esse motivo, houve muito pânico entre os agricultores durante a realização do mutirão de cadastramento. No início da atividade, duas representantes do IGARN explicaram:

que ninguém seria penalizado se colaborasse com a finalização de tal cadastramento; que todas(os) – autuadas(os) ou não – deveriam se “regularizar”; que o Estado não arcaria com os custos da documentação exigida para o cadastramento daquelas(es) que tivessem poços tubulares; que quem irrigava por inundação poderia se “regularizar” apenas se praticasse

107 Texto de convocação disponível em: <http://joseniasfreitas.blogspot.com.br/2015/11/convocacao-da-secretaria-de-agricultura.html> acessado em 20 de abril de 2020.

esse sistema até a próxima colheita e que, a partir de então, seria necessário mudar de sistema de irrigação (Defesa coletiva enviada ao diretor do IGARN, 2015, p. 8).

Não há na fala uma referência direta ao cultivo de arroz, mas ao sistema de produção por irrigação, técnica utilizada na cultura do arroz vermelho. O arroz continuava a ser tratado como empecilho e os praticantes desse cultivo eram infratores. Seu João de Deus, morador da região do Vale, também reportou que “houve uma reunião na Secretaria de Agricultura, onde eles disseram que a gente não podia trabalhar assim livre, assim de alagação. Assim né, alagando fonte” (João de Deus, setembro de 2017).

A maioria dos agricultores que plantam o arroz vermelho está na região do Vale. Seu Raimundo, morador da região das Pedras, há muitos anos não plantava arroz vermelho – “faz anos que eu num planto, depois que apareceu esse arroz ligeiro” – mas mora nas comunidades no entorno da Barragem Santa Cruz e, por esse motivo, também estava sendo autuado. Dessa forma, o IGARN, notificou moradores principalmente das regiões do Vale e das Pedras, em processos que ocorreram de forma abrupta, com ameaças e desinformação.

A transformação do território como alicerce da memória acarreta a fragmentação dos modos de vida dos sujeitos, separam o território das suas “raízes” sociais e culturais (RAFFESTIN, 1993). Como destaca o professor HarufSalmenEspíndola, no artigo “Por uma abordagem territorial da história ambiental: uma leitura de Claude Raffestin”¹⁰⁸:

A relação com a natureza, que a modifica para recursos, é mediatizada pelo território por meio de diversos mediadores combinados: técnica (capacidade de manipular as propriedades identificadas); sociocultural (demanda por essas propriedades), econômica (capacidade de transportar, produzir e fazer circular para o consumo); e político-jurídica (norma jurídica estabilizadora da posse da coisa, domínio/propriedade absoluta e controle do acesso às fontes, bem como poder político monopolizando a força capaz de assegurar esse direito) (ESPINDOLA, 2015, p. 11)

Nenhum recurso é natural, é uma construção histórica que dota de valor econômico aquilo que se quer gerenciar ou mercantilizar. A natureza, ainda segundo Espíndola: “é igual matéria, que é igual espaço, ou seja, não tem significado em si

108 ESPINDOLA, HarufSalmen. Por uma abordagem territorial da história ambiental: uma leitura de Claude Raffestin. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434422978_ARQUIVO_Porumaabordagemterritorialdahistoriaambiental-TextoEnviado.pdf> Acesso em novembro de 2019.

mesmo, exceto ser o que é. A distinção entre matéria e recurso é crucial, sendo a primeira um dado natural e a segunda uma realidade histórica” (2015, p. 9). Em coro com essa reflexão, Vandana Shiva também evidencia que “a proposta de dar valores de mercado a todos os recursos como solução para a crise ecológica é como oferecer a doença como cura” (2006, p. 159).

Terra e água são elementos fundamentais na vida de qualquer camponês, marcos de lutas e resistências. A água vendida pelo carro pipa talvez possa ser compreendida como uma mercadoria. Mas a retirada do poço, puxada pela bomba? São gerações de camponeses que iam até os açudes e rios para trazerem água em roladeiras ou no lombo dos jumentos.

A gente ia pegar o jumento né? Às vezes não consigo num conseguia encontrar na mata ali para pegar água na roladeira (Leomar setembro de 2017) [O poço] É de 10 a 12 metros porque fica próximo do rio [Apodi] (João de Deus Setembro de 2017)

Uma vez anos de bonança, que volta tudo a chover, a encher açude, a encher tudo, o lençol freático fica lá em cima. Os poços deles se você cavar, tudo dá muita água (Pedro Batista Setembro de 2015)

O abastecimento de água era feito, em 97 eu lembro, que a gente pegava roladeiras, galão num poço comunitário que tinha, que num era nem comunitário, era do poder público, mas que servia a comunidade. Todo mundo ia lá pegar essa água em roladeiras e em latas d'água. Era muito difícil e às vezes essa água era boa pra beber né, mas lá em casa tinha a fazenda tinha um poço que o proprietário conseguiu perfurar que também tinha uma aguinha pra o rebanho (Agnaldo Fernandes, outubro de 2017)

Como destaca Caubet, o direito justo à água passou a ser ilegal para quem não pode pagar.

A reivindicação de garantia de acesso à água como direito, na base de 40 litros de água potável gratuita/dia/pessoa, passou a afrontar a lei. Mas a lei afronta a dignidade das pessoas: não se pode prescindir do uso da água para sobrevivência diária, mesmo que o interessado não tenha condição de pagar por ela (CAUBET, 2011, p. 147).

E mesmo que a outorga de água ou a sua dispensa não queiram dizer necessariamente que o agricultor irá pagar pelo seu uso, esse tipo de cadastramento abre o precedente para isso. Também é importante destacar que as outorgas e cobranças de uso de água ignoram as relações coletivas e cíclicas do uso da água. Como Edilson fez questão de destacar em sua entrevista:

Só que é diferente da água que a fruticultura faz, porque a fruticultura exporta, a água vai lá pra Europa e ela desce no solo, e volta de novo para o pessoal irrigar. É um solo argiloso, é bem é muito barro né e ele é lodo e desce e depois volta, vai lá pra o subsolo (Edilson, 2017).

A água, que, em muitas culturas, é considerada sagrada, que é a origem de toda a vida, perde o seu valor de bem comum quando está submetida à lógica do mercado. Por

muitos anos, as comunidades administraram os usos das águas de forma coletiva. É extremamente cruel que grandes corporações queiram lucrar com sua escassez. Como enfatiza Vandana Shiva, ao analisar as políticas de privatização e controle de água, “a proteção de recursos naturais vitais não pode ser assegurada apenas pela lógica de mercado. Ela exige uma recuperação do sagrado e uma recuperação dos bens comuns” (2006, p. 160).

Os paradigmas desenvolvimentistas seguem tentando dar soluções para problemas que eles mesmos criaram. A recente lei 14.026/20 (novo marco regulatório do saneamento) e o PL 495/2017 (mercado de águas) libera outorgas permanentes para empresas e cria um verdadeiro mercado de águas nas bacias hidrográficas. Na prática, isso representará um agravamento de toda a crise hídrica e terá consequências graves para as populações mais pobres.

Em conformidade com as análises de Vandana Shiva, sobre a crise da água contemporânea:

A crise da água é uma crise ecológica com causas comerciais, mas sem soluções de mercado. As soluções de mercado destroem a terra e agravam a desigualdade. A solução para uma crise ecológica é ecológica, e a solução para a injustiça é democracia. Acabar com a crise da água exige o rejuvenescimento da democracia ecológica (2006, p. 32).

Com a justificativa de combater a crise hídrica e de saneamento, o Projeto de Lei cria a possibilidade de uso de águas subterrâneas de forma permanente pelas grandes empresas, que poderão vender o excedente. Esse projeto, inclusive, pressupõe prioridade para, em períodos de escassez, utilizações mais rentáveis de água nos processos produtivos¹⁰⁹.

Retomamos aqui a resposta dada por Edilson quando perguntado sobre a utilização de muita água na produção do arroz vermelho irrigado. O que seria muita água? Um solo encharcado da produção ou a exportação massiva de água, seja na fruticultura irrigada, seja em um mercado internacional de água? Talvez a pergunta principal aqui seja quem pode fazer o uso massivo da água?

Em 2014 ocorreu o Global Agribusiness Forum 14 (GAF14), realizado nos dias 24 e 25 de março, na cidade de São Paulo. O Evento contou com diversos palestrantes, entre eles Abílio Diniz, presidente da BR Foods Brasil, e Joeslei Batista, presidente da JBS. Além dos presidentes dos bancos Bradesco e BNDES. A convenção contou ainda com a participação de uma série de representantes de empresas e organizações nacionais

¹⁰⁹<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/03/artigo-brasil-a-privatizacao-da-agua-faz-mal-ao-pais>
Acessado em: Novembro de 2020.

e internacionais, governos e universidades¹¹⁰. A curadoria do GAF14 produziu o Consenso de Agronegócio 2014¹¹¹, documento elaborado como resultado das discussões realizadas. O texto publicado em inglês e português é a culminância de vários planos centrais para o agronegócio no Brasil e no mundo. Entre os valores fundamentais do Consenso do Agronegócio, estão:

- o valor da tecnologia, nos processos de produção e transformação de alimentos, como por exemplo na proteção de cultivo, na adaptação de novos processos e implementos, inclusive agroecológicos, e no desenvolvimento da biotecnologia de sementes, e processos biológicos de aproveitamento integral da energia gerada por produtos agrícolas e agroindustriais,
- a importância do uso racional e sustentável de recursos naturais finitos, em particular pelo uso racional da água, com o uso de tecnologias eficientes de irrigação que otimizem o seu aproveitamento, e por meio de ações e atividades que preservem e aumentem a fertilidade dos solos sem os riscos de contaminação (2014, p. 39)

Esse binômio (água e tecnologia) domina grande parte do documento, que também ressalta uma série de preocupações com as mudanças climáticas e a crise ambiental. Em outro tópico dos valores há, inclusive, a valorização da agricultura de baixo carbono, ou seja, uma agricultura que gere menos emissão de gás carbônico na atmosfera, e a menção a práticas agroecológicas. Entretanto, o texto não toca em questões essenciais no combate aos efeitos da crise climática e ambiental: a redução no consumo de produtos de origem animal, a criação de gado em larga escala e a utilização

110 Entre as organizações internacionais temos: FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations ICCO – International Cocoa Organization ICO – International Coffee Organization IFIF – International Feed Industry Federation IGC – International Grains Council ISO – International Sugar Organization, além das participações da NEW HOLLAND (Itália) e da SWISS RE (Suíça). Contando também com a participação das Universidades AGRO – UFG / AGROFEA – USP / CENTEV – UFV / ESALQ – USP / FAAP / FEARP – USP / FMB – UNESP / TECNOPARQ / UFLA / UFPR / UFRGS / UFSCAR / UFSM / UNB / UNESP.

111 De acordo com o documento: “Nos dias 24 e 25 de março de 2014, na cidade de São Paulo, Brasil, reuniram-se mais de 1.200 produtores rurais, autoridades e representantes de governos, pesquisadores e representantes da iniciativa privada de cada um dos elos da cadeia de insumos, produção, transformação agroindustrial, comercialização, infraestrutura, logística, financiamento e demais serviços de apoio, para discutir os principais desafios e oportunidades do agronegócio, a nível mundial. Das discussões realizadas no evento emanou um conjunto de recomendações que constitui o CONSENSO DO AGRONEGÓCIO DE 2014. O planejamento da agricultura e pecuária do futuro passa, entre outros fatores, pela ampliação dos volumes de alimentos produzidos atualmente. A demanda por alimentos deve expandir 70% até 2030, devido principalmente ao crescimento da população e à incorporação de 3 bilhões de pessoas à classe média. Todos os dias, 180 mil pessoas trocam a zona rural pelas cidades, e 200 mil bocas adicionais precisam ser alimentadas. A agricultura e o agronegócio precisam estar preparados e organizados para atender a grande expansão prevista da demanda, em quantidade e qualidade. Deve-se estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e o aproveitamento das já existentes para se produzir mais, com menor uso de recursos. A agricultura e o agronegócio devem estar cada vez mais preparados para lidar com questões relacionadas a segurança alimentar, identificação, rastreabilidade e sustentabilidade social e ambiental.” (2014, p. 30).

em massa de agrotóxicos. Como se não existissem conflitos inconciliáveis nas lógicas de produção da agroecologia e da grande empresa agroexportadora.

Mesmo trazendo várias preocupações com o uso consciente da água, a questão principal do texto ainda é maximizar a produção, como podemos perceber no trecho: “O grande desafio de aumentar a produtividade utilizando menos água, terra e insumos no intuito de permitir o ingresso de milhões de pessoas à faixa de consumo” (2014, p. 100). É aqui que também entra a tecnologia, um meio para que se possa alcançar o percentual máximo de produtividade, através da modificação genética das sementes: “Essas supersementes serão desenvolvidas para sobreviver em meios hostis e alcançar 100% de sucesso, permitindo expandir o potencial de produção agrícola para áreas que hoje apresentam limitações de fertilidade e disponibilidade de água” (2014, p. 121). Ou seja, a preocupação não é a de conviver em ambientes com baixa incidência de chuvas e dificuldades de acesso à água, garantindo a segurança alimentar das populações. Mas de assegurar que, mesmo nestes ambientes, a produção consiga se potencializar.

Outro ponto chave no texto é sobre a necessidade de se construir uma nova imagem mais moderna do agronegócio. Por isso seria indispensável que seja feito um investimento no setor de comunicações:

A antiga percepção da agricultura como conservadora e retrógrada, precisa ser superada com o reconhecimento do sucesso econômico e das transformações sociais que o setor propicia. Ações de comunicação de setores relacionados ao agronegócio devem aproveitar os pontos de percepção positiva da população sobre a atividade naquelas regiões onde isso ocorre, e superar visões críticas quando existirem. Existe um grande espaço para melhorar a compreensão da população sobre os desafios e as conquistas da agricultura e do agronegócio. O conceito de agricultura familiar não se contrapõe ao da agricultura comercial e do agronegócio. Ao contrário, o desenvolvimento de um incentiva o do outro. Novas formas de comunicação devem aumentar a conexão entre produtores e consumidores, fazendo com que a agricultura e o agronegócio deixem de vender commodities, e cada vez mais vendam marcas, serviços e valores embutidos nos produtos, inclusive através de denominações de origem (CONSENSO, 2014, p. 32).

Aqui fica clara a ideia de construção de uma imagem positiva e sem conflitos no âmbito da produção rural. A pesquisadora e jornalista Ana Manuela de Jesus Chã, que realizou uma pesquisa sobre a relação entre o agronegócio e a indústria cultural, destacou que há uma efetiva investida na construção de um imaginário coletivo positivo do latifúndio e da empresa agroexportadora. Sobre isso ela ressaltou que:

O agronegócio busca cada vez mais ganhar a cara da modernidade e não mais da “bota suja dos velhos latifundiários”, lançando mão de múltiplas táticas no campo da comunicação e da cultura, investindo cada vez mais em milionárias campanhas midiáticas e diversas ações de marketing com abrangência desde o plano nacional até ao nível da comunidades/consumidores (2016, p. 52).

Ainda de acordo com Ana Chã:

Não são raros os casos de publicidade e marketing do agronegócio onde o que está em jogo não é a promoção direta de uma marca ou produto, mas de um conceito ou imagem, a ser lembrada e incorporada pelas pessoas da maneira mais “natural” possível, ou mesmo um projeto de país (2016, p. 63).

No que pode parecer o resultado destas recomendações, temos, em junho de 2016, na Rede Globo, a campanha publicitária “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, com a intenção de valorizar o Agronegócio, segundo matéria do portal da emissora¹¹². Ainda de acordo com a reportagem a campanha “foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo” e a cada quinze dias um novo tema seria apresentado ao público. A priori a campanha havia sido planejada para ficar no ar até 2018, mas ainda hoje (2021) está sendo exibida nos intervalos da programação.

Entre os anos de 2004 e 2014, as principais empresas do agronegócio movimentaram mais de 130 milhões de reais em projetos de patrocínio cultural financiados via Lei Rouanet (2016, p. 73). Nesse sentido, a campanha *O Agro é Tech, O Agro é Pop, O Agro é tudo*, produzida pelas organizações Globo se encaixa diretamente nessa construção¹¹³. As peças duram em média entre 50 segundos e 1 minuto e seguem uma mesma lógica de apresentação de produtos. Eles escolhem um produto, destacam sua importância para o mercado, ressaltam os seus diversos usos, enfatizam a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimenta na economia. Há uma nítida centralização dos avanços tecnológicos e da modernização das produções. Criação de gado, frango, leite, café, cana-de-açúcar, milho, laranja, flores, melão, algodão e, claro, arroz já foram temas das peças publicitárias. A propaganda sobre a produção do arroz segue o mesmo roteiro:

Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil

Arroz é Agro

Branco, negro, **vermelho**, japonês. O arroz é opção pro dia todo, ta nos cereais da manhã, no almoço, no jantar, na bebida e sobremesa. E o arroz é muito mais, do farelo é extraído um óleo rico em vitamina E, a casca é usada na queima das caldeiras que geram energia, das cinzas é retirada uma substancia muito valiosa, a sílica, ela entra na produção de vidros,

112 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html> acessado em março de 2021.

113 Em 2017 a campanha foi homenageada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) com o Prêmio Destaque SNA. A Rede Globo foi representada por seu diretor-geral, Carlos Henrique Schroder, e pelo diretor de Negócios, Willy Haas. A entrega do prêmio contou ainda com a participação da ex-ministra da Agricultura e senadora Kátia Abreu, e do presidente da Academia Nacional de Agricultura da SNA e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa de Carvalho (Caio Carvalho).

“Nos 120 anos da Sociedade Nacional de Agricultura, nunca houve uma campanha de valorização do agronegócio tão bem elaborada e eficiente quanto essa, que está sendo veiculada pela Globo”, comentou Antonio Alvarenga, presidente da SNA. Reportagem disponível em: <https://www.sna.agr.br/sna-homenageia-globo-por-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo/>. Acessada em: março de 2021.

porcelanas, pneus, e até na pasta de dente. **Arroz tem inovação no campo, variedades mais resistentes utilizam menos água na irrigação.** Arroz é versátil, arroz é agro.

Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo (transcrição da peça publicitária da campanha Agro é Tec, Agro é Pop da Rede Globo de telecomunicações, sobre o arroz)

A parte em destaque na transcrição do texto do comercial é justamente sobre a utilização de água na produção do arroz. Nesse momento, dedicado à exaltação da *inovação* e da tecnologia podem ser vistas as imagens de cientistas, vestidos de branco, balançando tubos de ensaio. Aqui não são usadas as palavras transgênicos ou geneticamente modificados, mas “variedades mais resistentes”. A relação de causa e consequência é simples, a inovação produz variedades melhores (mais modernas) que por sua vez economizam água na produção, logo precisam ser adotadas por todos. Não que esta propaganda seja direcionada diretamente ao público de Apodi, mas como destacou Ana Chã, essas campanhas “apostam na padronização e organização de uma visão de mundo” (2016, p. 60). No documento Consenso para o Agronegócio logo no Sumário Executivo também há uma menção a ideia de que:

Para que o desenvolvimento da agricultura ocorra de forma harmônica e eficiente, deve-se fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e culturas adaptadas às realidades locais, em sintonia com as incertezas climáticas (CONSENSO, 2014, p.31).

Assim, as novas tecnologias devem desenvolver novas culturas adaptadas às realidades, sem nenhuma referência ao aproveitamento de culturas que os agricultores já desenvolvem em suas produções. A campanha publicitária *O Agro é Tech, O Agro é Pop, O Agro é tudo* também gera certa confusão, pois os 10 segundos finais ou iniciais são dedicados aos patrocinadores: Seara, marca do Grupo JBS, e Ford, que prioriza o veículo Ford Ranger (em alusão aos espaços rurais). Entretanto, a propaganda em si não se refere a nenhuma marca específica¹¹⁴. Como já foi dito ela procura criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que oculta as desigualdades presentes no Brasil rural e, conseqüentemente, valoriza a concentração fundiária.

114 Aqui vale a pena destacar o caso da propaganda da Monsanto veiculada nos anos 2000. Segundo Ana Chã: “O comercial foi alvo de grande polêmica e acabou sendo suspenso depois da apresentação de uma medida cautelar por parte do Ministério Público Federal (MPF) e do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) junto à Justiça Federal Cível de São Paulo. Na medida cautelar, as procuradoras e o IDEC ressaltam que a propaganda não se refere a nenhum produto específico da Monsanto, mas que com uma ‘poderosa e bem elaborada conjugação de imagens, som e texto, sugere um mundo ideal, em cuja construção a Monsanto participa, o que demonstra o caráter institucional da campanha’.[...] Ainda argumentaram que, sendo a Monsanto uma empresa produtora de agrotóxicos, deveria seguir a legislação que determina a publicidade de agrotóxicos, fumo e medicamentos: só poderia ser veiculada em meios direcionados aos produtores rurais (2016, p.61).

A campanha publicitária também confunde ao usar os números da agricultura familiar combinados às imagens do agronegócio. Na realidade todos seriam *Agro*, como no trecho já citado do documento Consenso para o Agronegócio: “O conceito de agricultura familiar não se contrapõe ao da agricultura comercial e do agronegócio. Ao contrário, o desenvolvimento de um incentiva o do outro”. E na peça publicitária da campanha da Rede Globo, específica sobre a agricultura familiar:

A agricultura familiar é Agro.

Ela é responsável pela metade das criações de frangos e suínos do Brasil. As pequenas propriedades produzem por dia 55 milhões de litros de leite, 58 % do total. Delas também saem quase todo o feijão do país 2,1 milhões de toneladas. São 4 milhões de sítios de fazendas garantindo a renda de 11 milhões de trabalhadores. Legumes, verduras, frutas, ovos, temperos, tudo isso vem da agricultura familiar, nela **pequenos produtores são um grande negócio** para cidades do interior e **para preservação das tradições do campo. Agricultura familiar é renda, é família, é agro**(transcrição da peça publicitária da campanha Agro é Tec, Agro é Pop da Rede Globo de telecomunicações, sobre a agricultura familiar)

A agricultura familiar é *Agro* e os pequenos produtores *são um grande negócio*. Sobre esse discurso de coexistência pacífica entre agricultura familiar e agronegócio Ana Chã pontuou que ele tenta “ressaltar a integração dos dois modelos perante a sociedade, sendo que na prática o que existe é uma subordinação da agricultura familiar ao agronegócio” (2016, p. 57). O texto também traz a vantagem da preservação das tradições do campo, novamente como se todos esses elementos existissem sem conflitos, de forma harmônica. Como vimos, em Apodi, a chegada das empresas do agronegócio impactaram diretamente as pequenas produções e no caso específico do arroz investiram na tentativa de apagamento de sua forma de produção tradicional.

Dessa forma, a agricultura familiar só poderá também ser *Agro* se aceitar todas as exigências das formas de produção do agronegócio. Ainda assim, nada garante que o pequeno produtor não seja atropelado pela grande propriedade, pela privatização da água, pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela dispersão de sementes transgênicas e pela perseguição de suas formas de produção, de seus saberes e suas culturas tradicionais. Nesse sentido fica fácil entender o porquê de o *Agro* ser colocado como *tudo*.

Em Apodi, a preocupação sobre o uso da água recai sobre os pequenos produtores, através da cobrança das outorgas e nas recomendações do não plantio do arroz vermelho. Entretanto, as empresas de fruticultura irrigada continuam se instalando e plantando Melão, Melancia e uma séria de culturas que também consomem muita água. Para continuarem plantando o arroz, o ideal, de acordo com a RiceTec e com a GAF14 seria a adesão às sementes geneticamente modificadas. O arroz branco tem

maior valor de mercado e suas sementes “melhoradas” levam menos água em seu processo produtivo. Porém o arroz vermelho, chamado de praga, na verdade guarda a teimosia, a resistência dos agricultores de Apodi, que experimentaram o processo de avanço e inovação do capitalismo no campo “como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiro, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer (2017, p. 19).

5. “O Rio da Memória”

Ailton Krenak, escritor e liderança indígena do povo Krenak, deu uma entrevista intitulada “O Rio da Memória”, publicada originalmente no site do Museu da Pessoa, em 2008, e, posteriormente, compilada na Coleção Encontros: a arte da entrevista¹¹⁵. Nela, ele destaca elementos de sua trajetória de vida, ao passo em que ressalta, também, a importância da memória como uma conexão entre ele e os seus antepassados. Essa conexão é descrita na forma de um rio, que através da fluidez das águas vai conectando os mais antigos aos mais jovens. Ele explica que:

E eu vou viajando e entrando nos mananciais de visões e presentes que são essas histórias antigas, que são as visões que os nossos avôs, os nossos bisavôs, os nossos antepassados deixaram para gente. Aí é muito legal. O Igarapé que aquele menino bate peneira está ligado com o rio de memória muito grande, que é o rio memória que os mais velhos foram contando para gente, compartilhando com a gente, ensinando (2015, p. 195).

Essa água que corre pelo rio é o elo que une as memórias e experiências dos que vieram antes dele. Em outra entrevista, de 1989, na qual ele explica a importância dos sonhos na sua vida, novamente ele relaciona água, sagrado, rio e memória. Ele diz:

É como a água do rio: Você olha de um determinado ponto a água correndo; Quando voltar na manhã seguinte, não verá a mesma água, mas o Rio é o mesmo. Ele está ali. Você não distingue. E você só sabe que não é a mesma água porque vê que ela corre, mas é o mesmo rio (2015, p.94).

A água como elemento do sagrado, como geradora da vida e agente da transformação está presente em uma série de narrativas e culturas. A Terra indígena dos Krenak está localizada no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, onde em 2015, rompeu-se uma barragem de rejeitos de mineração denominada Fundão, controlada pela Samarco Mineração. O crime deixou o rio Doce “anulado”, segundo Ailton¹¹⁶. E agora o Rio Doce, mesmo perene, está “em coma”.

Para nomear esse capítulo utilizei essa ideia presente na cosmovisão descrita por Krenak da memória como água e da água como um elemento do sagrado, justamente pelo fato de esses dois componentes (água e memória) serem tão importantes também

115 O livro conta com uma série de entrevistas dadas por Ailton Krenak para vários jornalistas ao longo dos anos e foi organizado por Sérgio Cohn. Como utilizei passagens de entrevistas diferentes coloquei na bibliografia a referência geral do livro: COHN, Sergio (Org). Coleção Encontros: A arte da Entrevista Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

116 <https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/> acessada em abril de 2021.

na vida dos agricultores. A tradição e a memória que fluem como as águas de um rio pela vida dos camponeses e lhes garantem o uso e a reinvenção de técnicas passadas de geração em geração. E a água que por si já representa uma intrínseca relação com a vida e a segurança da sobrevivência.

Na região do semiárido nordestino, com muitos rios com regimes intermitentes, cujos leitos secam em determinados períodos do ano, a água é, também, um elemento do sagrado por ser fonte de esperança. Numa relação forte mesmo com a fé, de olhar um rio seco e esperar que ele irá voltar a correr. No sertão o rio seca e a esperança fica. Ela se enche e transborda, justamente com e como a água. Essa reflexão vela não apenas para os rios, mas também para açudes, poços, cisternas e todo tipo de reservatório de água.

Neste capítulo procuraremos discutir os usos feitos do Rio Apodi-Mossoró, em sua porção pertencente ao território de Apodi e seus desdobramentos nas lutas por água da região. Como ressaltou Donald Worster “escrever a história sem colocar qualquer água nela é deixar de fora grande parte da história. A experiência humana não foi tão seca assim” (WORSTER apud OLIVEIRA, 2015, p. 19). A água pode aparecer de forma bruta, incontrolável que flui naturalmente sem uso de técnicas de controle, ela também pode estar controlada, irrigante, de poço, com serventia para algum fim.

5.1. O Rio Apodi – Mossoró e os discursos sobre o espaço.

O Rio Apodi – Mossoró nasce na serra de São José, na cidade de Luis Gomes e desemboca entre os municípios de Grossos e Areia Branca. Está todo situado na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte. É o maior rio totalmente estadual e sua bacia hidrográfica abrange 52 municípios (CARVALHO, 2021). De acordo com Câmara Cascudo, o rio foi fundamental para o estabelecimento dos núcleos povoados que deram origem às cidades de Apodi e Mossoró. Segundo ele:

O Rio orientava a fixação demográfica. A Câmara Municipal do Apodi, certificando a 10 de julho de 1838, sobre os pretendidos limites pleiteados pelos mossoroenses para sua futura Freguesia, informava não haver habitação fora das margens do Rio Mossoró que é o mesmo Rio Apodi (CASCUDO, 1996, p. 282).

Atualmente o Rio Apodi – Mossoró é cada vez mais utilizado em uma série de atividades econômicas. De acordo com o Professor e presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Apodi – Mossoró, Rodrigo Guimarães de Carvalho:

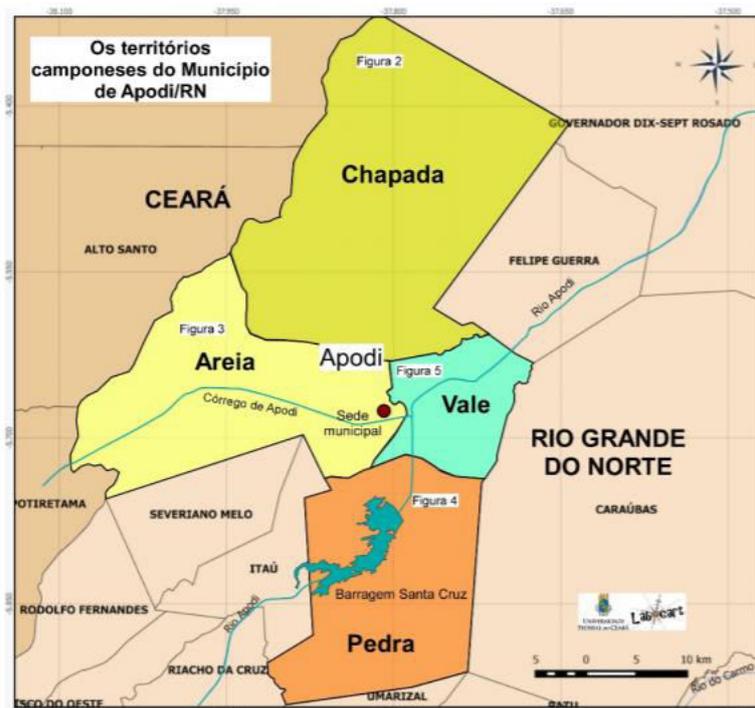
No século XXI, a bacia apresenta uma diversidade de usos econômicos com a exploração de petróleo, a produção de cimento, a produção de sal marinho, a agricultura e fruticultura irrigadas e a agricultura familiar. Os grandes, médios e pequenos barramentos na porção do embasamento cristalino e os poços na porção sedimentar permitiram a ampliação da produção. Contudo, mesmo com os avanços implementados com estruturas de barragens e adutoras, a gestão da água ainda apresenta limitações importantes, especialmente em períodos de secas prolongadas como ocorreu entre os anos de 2010 e 2019, onde houve o desabastecimento de, pelo menos, 25 municípios no Alto Oeste (CARVALHO, 2021, p. 8).

É interessante ressaltar que o Rio, em condições naturais, é classificado como intermitente, ou seja, a maior parte do ano hidrológico tem uma vazão nula em seu leito (Idem, p. 49). Entretanto, justamente por causa da construção de diversos reservatórios ao longo de seu curso, sendo o de Santa Cruz, no município de Apodi, o principal deles, a jusante da barragem, o curso fluvial pode ser considerado um rio perenizado. Como já discutimos no capítulo 3, a barragem Santa Cruz é o maior reservatório do Rio Apodi – Mossoró, com uma capacidade volumétrica de “599.712.000,00 m³. Ele acumula a drenagem de uma bacia hidrográfica com área de 4.264,00 km² e possui uma bacia hidráulica (espelho d’água) de 3.413,36 hectares” (*Ibidem*).

O outro barramento do Rio que também falamos ao longo desta pesquisa é o que foi realizado pelas obras do PISCA, que visava instalar um sistema de bombeamento, com altura manométrica¹¹⁷ de 77 metros, de água do Rio Apodi, que corre nas regiões do Vale e das Pedras, para a região da Chapada. A partir do mapa da figura 18, podemos analisar a distância entre o curso das águas do Rio e a região da Chapada.

117 Manométrica é uma medida que se refere à pressão, a altura manométrica envolve um cálculo que relaciona o ganho de energia de pressão do líquido entre a entrada e a saída da bomba. Pressão manométrica é a pressão exercida por uma coluna de fluido em equilíbrio e a altura manométrica é o comprimento dessa coluna que gera essa pressão. Aqui a altura manométrica se refere ao fato de a bomba fazer o transporte da água utilizando uma determinada força e energia, visto que ela precisa puxar o líquido e levá-lo contra a força da gravidade do Rio para o Canal do perímetro.

Figura 20: Localização das Regiões do município de Apodi - RN



Fonte: Modificada de Rocha et al., 2016.

FORTE: (CARVALHO, 2021, p. 234¹¹⁸)

Se lembrarmos da Figura 16, também presente no capítulo 3, o impacto desse barramento salta aos olhos, pois percebemos um lado da paisagem repleto de mata nativa e vegetação e o outro completamente seco. A intenção dessa iniciativa governamental de construção do perímetro é justamente uma forma de facilitar ainda mais o acesso à água para as empresas do agronegócio, instaladas, majoritariamente na região da Chapada.

A região do Vale é uma planície fluvial de topografia plana, com boa disponibilidade de água superficial e períodos de inundação de seus solos ao longo do ano. Tais condições proporcionam a predominância do cultivo do arroz vermelho nessa

118 O mapa organizado pelo Labocart está publicado no livro “Rio Apodi - Mossoró: meio ambiente e planejamento”. Uma produção coordenada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Apodi - Mossoró (CBHAM), com a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal Rural do Semiárido, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidad de La Habana e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

região. Por sua estrutura fundiária ser dominada por minifúndios familiares¹¹⁹ há, ainda, muita dificuldade para o estabelecimento do latifúndio monocultor nessa região.

A região das Pedras é também formada por pequenas e médias propriedades, entretanto, mesmo com a presença do Rio e da Barragem Santa Cruz, o acesso à água é mais complexo por estar situada no embasamento cristalino¹²⁰.

A região da Chapada, por sua vez, é caracterizada pela presença de rochas da formação Jandaíra, localizada na Bacia Potiguar e possui uma grande oferta de águas subterrâneas (disponíveis para quem possuir recursos para a perfuração de poços mais profundos) do Aquífero Jandaíra.

As regiões onde há calcário são uma evidência da fase transgressiva do Oceano Atlântico na porção continental, do “mar que virou sertão”. Representa um indício da junção da deposição de carbonato de cálcio, carapaças de animais marinhos mortos e que há milhões de anos atrás deram origem a essa área de calcário, chamada de Formação Jandaíra. Por isso, nessa região, há uma grande quantidade de fósseis, pois, na Chapada do Apodi, fica localizado o sítio arqueológico Lagedo da Soledade e outros afloramentos de fósseis da Bacia Potiguar.

A região da Chapada também possui solos e temperaturas ideais para culturas de fruticultura irrigada (como melão, banana e melancia). Além do fato de ser uma região ainda repleta de latifúndios, herança histórica da cultura algodoeira que ali era praticada. E mesmo que, a partir dos anos 1980, muitas comunidades e assentamentos tenham também se instalados naquele território a penetração das empresas ainda ocorre com muito mais facilidade e intencionalidade (se comparada às outras regiões). Por esse motivo que, muitas vezes, a região é chamada pelos moradores de o “filé da chapada”.

O projeto do PISCA seria mais um elemento para facilitar a fixação dessas empresas no território. Pois além de todo que já foi aqui exposto, também haveria a oferta abundante de águas superficiais bombeadas diretamente do Rio Apodi – Mossoró. A promessa da obra por si já foi responsável pela vinda de muitas empresas e

119 No capítulo 1 fizemos a análise dessa estrutura fundiária, dominada por minifúndios familiares, presente na região do Vale que dificulta a instauração de latifúndios. É importante ressaltar que essa dificuldade não quer dizer impossibilidade, visto que já existem algumas empresas conseguindo avançar por este território.

120 Esse debate sobre os solos e as estruturas fundiárias das regiões foi feito no capítulo 1 deste trabalho.

o desejo por um pedaço do “filé da chapada” fez com que estas se mantivessem mesmo com a paralisação do projeto.

Para um pequeno agricultor da região da Chapada, mesmo que assentado ou morador de alguma comunidade e proprietário de sua terra, a produção está, ainda, profundamente relacionada a um balanço hídrico favorável, ou seja, a um bom “inverno”. Isso porque, muitas vezes, para alcançar uma boa disponibilidade de águas subterrâneas ele precisará de um poço profundo e de um sistema de bombeamento elétrico. Por esse motivo, em épocas de secas prolongadas, vemos o avanço de uma série de empresas por regiões mais secas de semiárido através da negociação de terras, como foi o caso da chegada de empresas à região da Chapada do Apodi, principalmente, a partir de 2016.

Essa expansão das empresas fica clara tanto pela observação do aumento das produções em área e toneladas das culturas da fruticultura irrigada, como apresentamos na tabela 6 do capítulo 2 desse trabalho quanto pela análise dos dados de outorga de água da bacia do Rio Apodi – Mossoró. No Ceará estes dados são públicos e facilmente acessados através do site da Companhia de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH – CE). Infelizmente para os dados do Rio Grande do Norte o caminho foi um pouco mais complexo. Outros pesquisadores da região já haviam tentando acesso aos dados de outorga sem sucesso.

Depois de alguns meses de trocas de e-mails e solicitações consegui acesso aos dados de outorgas¹²¹. Entretanto, neles não havia nenhum dado sobre as dispensas de outorga e nem a identificação dos outorgantes. Para conseguir montar um quadro mais claro com a localização e vazão dos poços e com a identificação de qual empresa ou pessoa jurídica era responsável por aquela outorga foi necessário o cruzamento de uma série de informações. Nossa ideia foi construir um banco de dados com as informações de outorga, localização dos poços e vazão de água outorgada, fazendo relação com as comunidades que também disputam o território. Nesse intuito o Núcleo de estudos em

121 Acredito que essa dificuldade de comunicação também tenha sido intensificada pelo início da pandemia da covid 19. Os primeiros e-mails e a obtenção final dos dados ocorreram justamente entre os meses abril e julho de 2020. Nos quais a maioria das Instituições ainda estava descobrindo a melhor forma de operar e manter seus trabalhos remotamente. Nossa ideia inicial também abrangia perceber a migração da fronteira agrícola de todo o Estado do Rio Grande do Norte para a região de Apodi. Fariamos isso observando os dados de outorga de todas as bacias do Estado. Infelizmente o IGARN respondeu às solicitações informando que em virtude da pandemia não poderia enviar os dados que haviam sido solicitados.

Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) analisou, filtrou e organizou os dados cedidos pelo IGARN.

A feitura e a análise destes dados foram grandes desafios. Para ajudar nessa leitura tomamos como uma das chaves de compreensão o destaque feito pelo historiador Donald Worster sobre os novos enfoques da história ambiental. Para ele,

o historiador ambiental, além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais (1991, p. 202).

Compreender mais sobre a formação dos solos, sobre os ciclos de determinadas culturas agrícolas, sobre os balanços hídricos foram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Do ponto de vista da história ambiental, Worster ainda destaca três pontos fundamentais na construção das análises: o entendimento da natureza propriamente dita, incluindo aspectos orgânicos e inorgânicos; o domínio socioeconômico e sua iteração com o ambiente; e a percepção e os valores que são atribuídos ao mundo físico e natural (*Ibidem*, p. 202).

Nesse sentido, conseguimos perceber a importância do uso da água da bacia do Rio Apodi – Mossoró historicamente pelos moradores das regiões do Vale (com o cultivo do arroz), das Pedras (principalmente através dos poços, mas também da barragem Santa Cruz), da Areia (através de córrego Apodi que sai do Rio principal) e da Chapada (a partir das águas subterrâneas do aquífero Jandaíra), suas tecnologias sociais constituídas e as transformações que, em pequena ou grande escala, foram provocadas pela chegada mais intensa das empresas do agronegócio.

A partir da análise tanto da produção e exportação de determinadas frutas, quanto pela concessão de outorgas conseguimos identificar os anos de 2015 e 2016 como o início vertiginoso das outorgas para o uso na irrigação. Como é possível perceber a partir da análise do gráfico 6:

Gráfico 6: Outorgas concedidas por ano/ usos

FONTE: Gráfico produzido pelo COMTER com os dados disponibilizados pelo IGARN

Esse crescimento da curva é provocado justamente pela chegada massiva das empresas do agronegócio na região. Segundo publicação da Agência Nacional das Águas (ANA):

A agricultura irrigada demandou 1.083,6 m³/s em 2017 no Brasil, respondendo por 52% de toda a vazão retirada e 68,4% da vazão consumida - desconsiderando a evaporação líquida de reservatórios artificiais (ANA, p. 56).

A seguir as tabelas 9 e 10, demonstram a sistematização dos dados obtidos. A primeira exibindo com a quantidade de outorgas por município e a outra com o volume de água outorgado em cada um deles, durante o ano de 2018 na BHRAM.

Tabela 9: Quantidade de outorgas concedidas por município em 2018

TIPO DE OUTORGA X QUANTIDADE DE OUTORGAS CONCEDIDAS	
MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE OUTORGAS CONCEDIDAS
AÇU	1
ALEXANDRIA	2
ALMIRO AFONSO	3
ANTÔNIO MARTINS	1
APODI	126
AREIA BRANCA	2
BARAÚNA	26
CAMPO GRANDE	2
CARAÚBAS	21
DOUTOR SEVERINO	2
ENCANTO	6
FELIPE GUERRA	8
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	24
GROSSOS	1
JANDUÍ	2
JOSÉ DA PENHA	2
MAJOR SALES	1
MOSSORÓ	109
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES	2
PATU	1
PAU DOS FERROS	1
PORTA ALEGRE	2
RAFAEL FERNANDES	3
RAFAEL GODEIRO	1
RIACHO DE SANTANA	1
RODOLFO FERNANDES	1
SÃO FRANCISCO OESTE	1
SEVERIANO MELO	1
TABULEIRO GRANDE	1
TENENTE ANANIAS	3
TIBAU	1
UMARIZAL	3
UPANEMA	127
TOTAL	488

FONTE: Tabela produzida pelo COMTER com os dados disponibilizados pelo IGARN

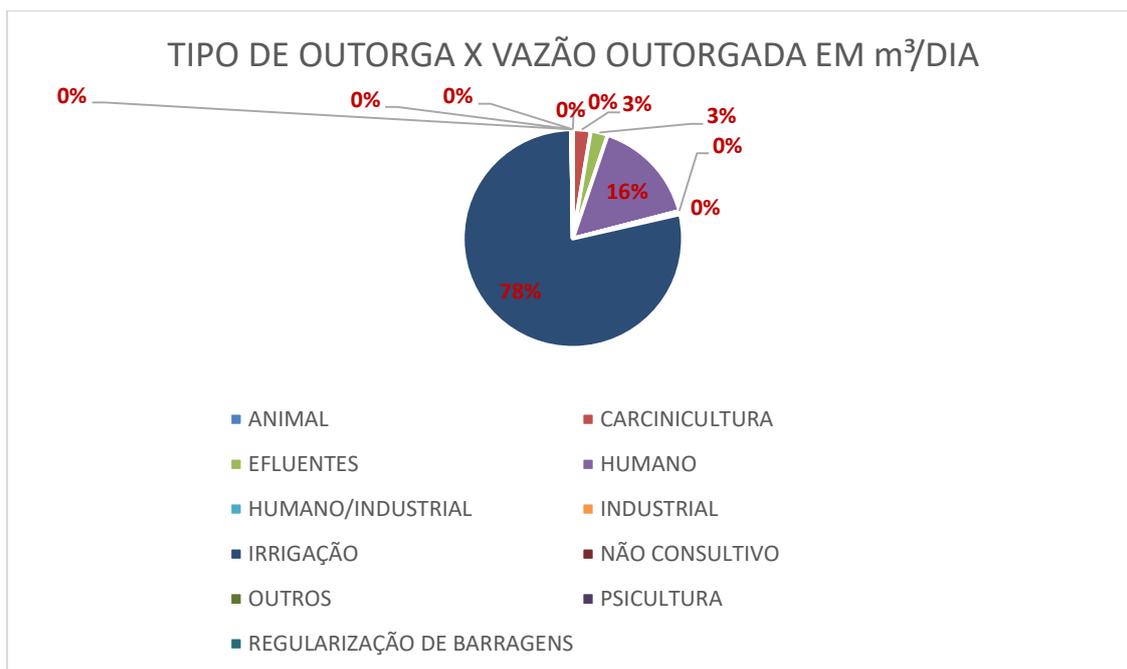
Tabela 10: Vazão outorgada por município em 2018

TIPO DE OUTORGA X VAZÃO OUTORGADA EM m ³ /DIA	
MUNICÍPIO	VAZÃO OUTORGADA EM m ³ /DIA
AÇU	154,80
ALEXANDRIA	60,00
ALMIRO AFONSO	240,00
ANTÔNIO MARTINS	62,00
APODI	488.704,28
AREIA BRANCA	11.040,00
BARAÚNA	40.520,07
CAMPO GRANDE	662,36
CARAÚBAS	14.036,37
DOUTOR SEVERINO	193,00
ENCANTO	1.578,00
FELIPE GUERRA	8.251,81
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	50.033,33
GROSSOS	144,00
JANDUÍS	234,00
JOSÉ DA PENHA	37,20
MAJOR SALES	661,00
MOSSORÓ	218.781,70
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES	95,38
PATU	0,00
PAU DOS FERROS	70,00
PORTA ALEGRE	197,52
RAFAEL FERNANDES	249,60
RAFAEL GODEIRO	47,10
RIACHO DE SANTANA	61,00
RODOLFO FERNANDES	0,00
SÃO FRANCISCO OESTE	0,00
SEVERIANO MELO	7.224,00
TABULEIRO GRANDE	38,40
TENENTE ANANIAS	278,00
TIBAU	373,97
UMARIZAL	124,00
UPANEMA	96.816,87
TOTAL	940.969,76

FONTE: Tabela produzida pelo COMTER com os dados disponibilizados pelo IGARN

É importante notar que mesmo sendo Upanema a cidade com a maior quantidade em números de outorga, Apodi tem de longe o maior volume de água outorgado por dia em metros cúbicos, o que supera em mais do que o dobro o valor da segunda cidade colocada na tabela, Mossoró. Apodi tem uma vazão de água outorgada por dia de quase 490 metros cúbicos, destes, cerca de 390 metros cúbicos estavam destinados ao uso de irrigação, ou seja, 78% da vazão total, como podemos considerar a partir do gráfico 7:

Gráfico 7: Tipo de outorga por vazão outorgada em Apodi em 2018



FONTE: Gráfico produzido pelo COMTER com os dados disponibilizados pelo IGARN

É claro que todos esses gráficos e tabelas não deixam de ser uma tentativa de captura de determinada interpretação da realidade, na medida em que buscamos apresentar de forma contínua e linear elementos que muitas vezes estão permeados por discontinuidades. Nesse sentido é fundamental levar em consideração as simultaneidades dos não simultâneos (KOSELLECK, 2006).

Aqui buscamos seguir o caminho dessas águas outorgadas e problematizar a transformação da paisagem e as consequências disso para as famílias camponesas que habitam a região. A transformação do território como alicerce da memória acarreta a fragmentação dos modos de vida dos sujeitos, separam o território das suas “raízes” sociais e culturais (RAFFESTIN, 1993).

Como destaca o professor HarufSalmenEspídola, no artigo “Por uma abordagem territorial da história ambiental: uma leitura de Claude Raffestin”, é importante superar o compromisso descritivo do espaço. Ao analisar os conceitos do geógrafo Claude Raffestin, o professor Espídola (2015) propõe para os historiadores uma leitura aberta

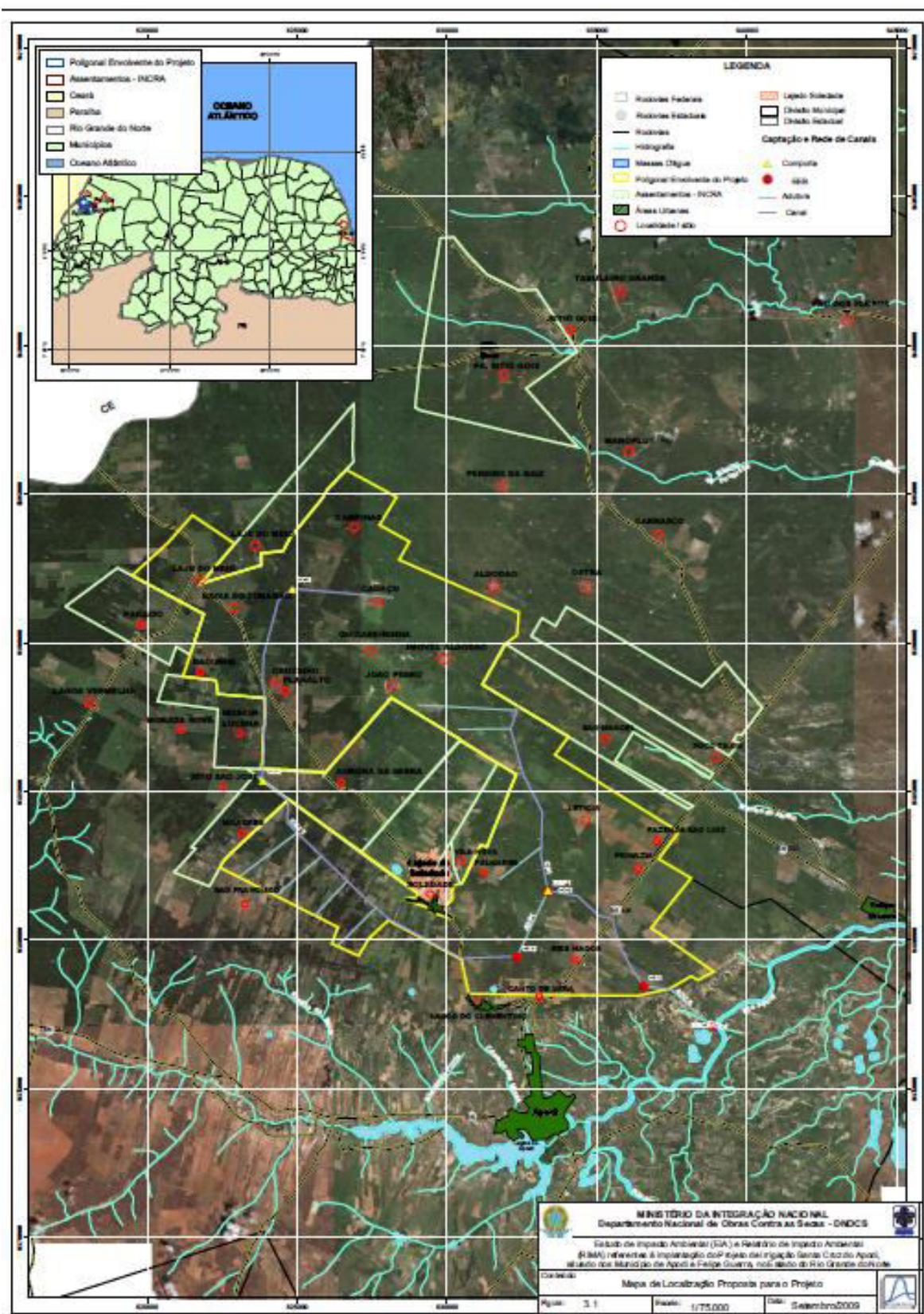
do espaço. Assim como é possível pensar os estratos do tempo¹²²(KOSELLECK, 2014), também o espaço deve ser concebido como “coetâneo, simultaneidade de diferentes, heterogêneos, acasos, surpresas, incertezas [...], possibilidades que se abrem ou se fecham, trajetórias múltiplas” (2015, p. 1).

Nesse sentido, assim como os gráficos os mapas também não podem ser interpretados como um dado fechado de representação da realidade. Eles carregam uma série de subjetividades que, muitas vezes, ficam encobertas em escalas e legendas. E as representações de um mesmo território podem variar completamente mesmo se propondo a analisar as mesmas classes de usos do solo.

O historiador Antonio José Alves de Oliveira, em sua tese sobre as leituras do mundo natural dos Sertões, engendradas pelos projetos colonizadores coloniais na Capitania do Ceará Grande durante o século XVIII, analisou detalhadamente os sentidos empregados nas construções cartográficas. Para ele um mapa deve ser entendido “enquanto uma representação do espaço, daquilo que é visto, lido e que passa por uma operação de fabricação que entrelaça valores” (2018, p. 57). Por isso as elaborações cartográficas também podem evidenciar uma gama de conflitos. Se compararmos o mapa da Chapada que foi elaborado e apresentado pelo DNOCS no projeto do PISCA em 2009 (Figura 19) e o mapa feito a partir da metodologia da cartografia social com a participação dos moradores das comunidades (Figura 20) as diferenças são violentas:

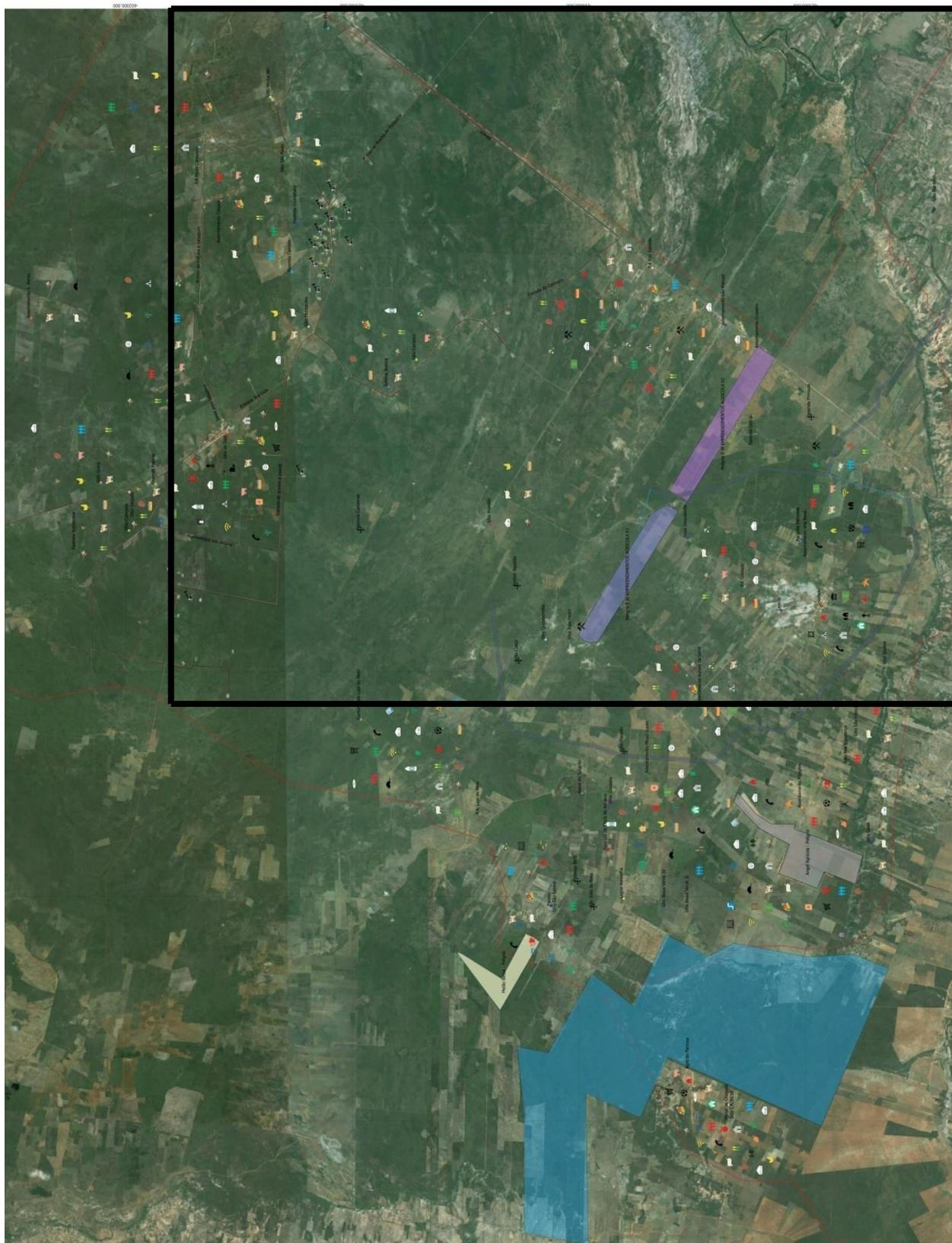
122 Ao definir essa ideia de estratos do tempo Koselleck fez uma relação direta com a geologia, ele afirma que: Situo-me no campo das metáforas: a expressão estratos do tempo remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferente, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica. [...] Sua transposição para a história humana, política ou social, permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados (KOSELLECK, 2014, p. 19).

Figura 21: Mapa de localização proposta para o Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi.



FONTE: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referentes à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte—DNOCS, 2009.

Figura 22: Mapa da Região da Chapada elaborado pela metodologia da cartografia social



FONTE: LABOCART – UFC, 2016 (Imagem recortada e editada para destacar a área superior direita com um retângulo. A imagem original está disponível em anexo)

O Mapa da Figura 19, elaborado pelo DNOCS, busca apresentar a região da localização do PISCA, na região da Chapada. Ele compreende uma área menor do que o mapa da Figura 20, a área do primeiro mapa está contida na área do segundo (destacada em um retângulo feito abaixo e a direita da imagem), que foi confeccionado pelo projeto da cartografia Social. Ambos são feitos a partir de imagens de satélites e têm escalas numéricas semelhantes.

Na Figura 19 a linha amarela representa o polígono do projeto e a linha azul clara o canal de irrigação por onde a água iria passar. Algumas comunidades também são apresentadas no mapa, mas muitas outras, impactadas mesmo que indiretamente, são deixadas de fora da imagem. Nesse aspecto, vale a pena abordar as pluralidades que coabitam um mesmo território através do estudo comparativo da representação dessa paisagem, da escolha das legendas e da intencionalidade de elaboração, a partir destes dois mapas¹²³.

No mapa de localização do PISCA (Figura 19) o DNOCS fez a opção de não desvelar os usos e ocupações do solo das comunidades, não apontar a sóciobiodiversidade manejada na área, nem apresentar as estruturas hidráulicas que já existiam na região. A cartografia aqui pode contribuir ao nos ajudar a compreender que o mapa da Figura 19 é um mapa de situação e localização. Ele apresenta uma grande obra hidráulica que irá impactar drasticamente a vida dos moradores de pelo menos 55 comunidades sem, ao menos, revelar quais as estruturas de uso de água já existiam na região.

O mapa da Figura 20, feito pelo processo da cartografia social, pode aqui ser entendido como uma resposta aos mapas elaborados pelo DNOCS. Isso porque, antes mesmo deste mapa que estamos aqui analisando (presente no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA de 2009), alguns agricultores e pesquisadores do território afirmaram que houve outro mapa apresentado pelo DNOCS que não continha a localização de nenhuma das comunidades, apenas os assentamentos eram mostrados.

Seu Francisco Ademar Neto fez essa denúncia em algumas entrevistas (como vimos no capítulo 3 deste trabalho). As pesquisadoras Andrezza Pontes (2012), Renata

123 As legendas deste mapa da região da Chapada feito pelo processo de cartografia social foram mais bem analisadas no tópico do capítulo 2 deste estudo. E todos esses mapas de todas as regiões estão disponibilizados em mais detalhes em anexo ao final da tese.

Catarina Maia (2016) e Maiana Teixeira (2016) também relatam esse evento, porém trazem em seus trabalhos um recorte deste mapa aqui analisado (Figura 19). Um mapa exatamente igual a esse, mas sem a localização das comunidades (nos círculos vermelhos) aparece no trabalho de Magda Pereira (2013, p. 45), mas eu não consegui localizar o original em nenhuma publicação do DNOCS. Isso por que no trabalho de Pereira (2013) o mapa está recortado, sem as informações sobre a elaboração e sem a escala numérica. É possível que a aparição deste primeiro mapa tenha acontecido nas apresentações em slides feitas pelos técnicos do DNOCS ainda nas fases iniciais de divulgação do projeto. A própria Magda Pereira (2013) analisa as informações destas apresentações entre os anos 2008 e 2013. As reclamações dos moradores das comunidades feitas justamente após a visualização deste primeiro mapa devem ter provocado a modificação e a produção do mapa final presente no Relatório de Impactos Ambientais de 2009.

Dito isto, os mapas elaborados pelo processo da cartografia social, em 2016, se propõem a fazer uma espacialização das práticas territoriais e das práticas de convivência com o semiárido. Em todos eles há o destaque para as atividades de produção, fontes e formas de acesso e abastecimento de água, infraestruturas coletivas, tecnologias sociais. E problematiza estes dois mapas (Figuras 19 e 20) é também uma forma de perceber os caminhos e as opções de diferentes sujeitos históricos. Ao analisar a elaboração de mapas pelos conquistadores europeus e a forma como eles enxergavam os chamados “espaços de conquista” o historiador Antonio José ressalta que:

Assim, tais sujeitos históricos lidaram com os espaços organizando-os em relação a um porvir, pautado em diferentes leituras do mundo natural ou em relação a uma leitura do passado, que organiza essa mesma visão do mundo natural (2018, p.29).

A elaboração desses mapas também é capaz de costurar elementos do passado, do presente e do futuro. Eles buscam definir uma ideia prévia do território em nome de intencionalidades específicas.

No mapa do DNOCS (Figura 19) o território é tratado como o lugar que irá receber a obra, mesmo com a localização geográfica das comunidades feita em círculos, elas são também apenas uma parte daquela paisagem destinada ao PISCA, o porvir é justamente o perímetro. Enquanto no mapa da cartografia social (Figura 20) são ressaltados os usos e as relações construídas com o território. Relações que, para os agricultores que participaram do processo, precisam ser preservadas. No mapa do

DNOCS o passado não é importante, na realidade ele carrega na sua produção a ideologia do progresso e a ruptura com o passado. O importante é a promessa de futuro resguardada pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi. Nesse sentido, a “retórica do mapa oferece indícios sobre as formas como as relações sociais espacializaram-se nos territórios representados” (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

A produção cartográfica também associa representações do tempo e de espaço. Sobre essa concatenação, Antonio José também destaca que:

Do mesmo modo, as representações imagéticas e cartográficas evidenciam narrativas e anseios sobre os territórios, que se por um lado trazem consigo uma multiplicidade de tempos e narrativas de variados sujeitos históricos que ajudaram a compô-las, em face dos relatos e das narrativas que a compõe, por outro possui um significado que mescla e engendra tempos e espaços em um determinado sentido, cronotópico, utilizando aqui a conceituação de Mikhail Bakhtin (OLIVEIRA, 2018, p. 47).

Cronotopo é um conceito desenvolvido pelo linguista russo Bakhtin. Inspirado por elementos da teoria da relatividade de Einstein, Bakhtin, descreveu o cronotopo como “interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura” (BAKHTIN, 2014, p. 211). Ao caracterizar o conceito artístico-literário, ele define que:

[...] ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. (BAKHTIN, 2014, p. 211).

É nesse sentido que também nos apropriamos do conceito bakhtiniano trazendo-o dos estudos literários, da teoria bakhtiniana, para ajudar na compreensão dos estudos da construção cartográfica e dos mapas como fontes. Dessa forma, um mapa pode ser entendido como resultado concreto dessa fusão dos vestígios espaciais e temporais de sua composição. Ambos os mapas são representações da região da Chapada. Ambos apontam para uma visão do futuro. O mapa do DNOCS aponta para um futuro progressivo que rompe com os elementos do passado os ignora na representação da paisagem, ele é um mapa feito para “vender o amanhã”¹²⁴. O mapa da cartografia social aponta para um futuro que bebe da tradição, das práticas coletivas e dos usos históricos

124 Essa expressão é usada por Ailton Krenak no livro: *A Vida não é Útil* para fazer uma crítica sobre como as pessoas estão lidando com a Pandemia da Covid 19. O trecho completo diz: “Há muito tempo não programo atividades para “depois”. Temos que parar de ser convencidos, não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã (2020, p. 88).

do território. Dessa forma, é importante localizar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso.

Entretanto, o Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi não era a promessa de futuro em si, ele era o meio pelo qual se alcançaria o desenvolvimento da região, pautado na chegada das empresas do agronegócio. No fim a obra não foi entregue até o momento (meados de 2021), mas o amanhã continua sendo vendido, pois, como vimos, as empresas não param de chegar ao território. E, também por esse motivo, a cidade de Apodi foi a que teve o maior aumento no número de outorgas concedidas nos últimos anos.

5.2. O território de Apodi em Movimento

O pesquisador Tiago Kramer de Oliveira (2012) apresenta, em sua tese, um estudo sobre a espacialização da economia colonial nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII. Para tanto, ele lança mão de um aprofundado debate sobre os posicionamentos teóricos e metodológicos em relação à fabricação e o uso de fontes cartográficas pelos historiadores. Tiago de Oliveira analisou como as novas tecnologias cartoriais também impactaram o processo da produção de conhecimento histórico.

Nesse sentido, não poderíamos nos furtar em fazer este debate, visto que nós também produzimos uma série de imagens e mapas a partir da organização e análise de dados sobre o território. Primeiro é preciso ter em mente que o mapa homogeneiza a paisagem. Ele é feito geralmente para destacar determinados elementos em detrimento de outros. E assim como outras produções representativas é fruto de uma série de escolhas. Entretanto, não há que se negar de que existe uma relação entre os mapas e os territórios por eles representados. Como destaca Tiago de Oliveira:

A cartografia, por mais que por um lado não possa ser vista como discurso neutro e objetivo, por outro não é uma obra de ficção sobre o espaço imaginado que se torna real por meio de um discurso retórico convincente (2012, p. 82).

É claro que ao produzirmos mapas nós também nos colocamos nesse lugar sujeito às críticas e aos questionamentos sobre as nossas intencionalidades. As fontes cartoriais também carregam nossas percepções sobre as espacialidades. Afinal de contas os mapas não podem ser tomados como a realidade em si, nem como o ápice da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido nosso pensamento vai ao encontro do que pontuou Oliveira (2012) em seu trabalho:

[...] produzir imagens, não é produzir conhecimento histórico, mas produzir sistematização de informações históricas por meio de imagens. Imagens que serão objeto de questões e que a partir dessas questões podem revelar relações históricas, e colocar em cheque interpretação cristalizadas. As imagens, mesmo que usem todo o aparato tecnológico e de uma metodologia de coleta e espacialização dos dados afinados com questões históricas, não produzem conhecimento histórico. A problematização histórica, a crítica documental e a elaboração da narrativa, ainda compõem o cerne do ofício do historiador (*Ibidem*, p. 65 – 66).

É dessa forma que enxergamos a nossa produção de gráficos e mapas, como uma sistematização de informações através de um olhar sobre o espaço. Um conjunto de imagens criadas com intencionalidades e objetivos e que carregam desde a sua ideia um discurso. É preciso se ter em mente que, semelhante à produção de uma fonte oral, que a cada nova mídia vai se distanciando do momento inicial da entrevista e perdendo elementos que não podem ser nunca recuperados, um mapa também possui uma gama de camadas. Ele pode ser gerado a partir de uma composição de uma imagem de satélite que, além de também já ser uma ótica sobre aquela paisagem, precisa ser escolhida de acordo com a escala entre várias imagens geradas por vários satélites. A escolha das categorias e unidades geoambientais a serem retratadas também é mais um processo de transformação nessa construção, bem como a seleção das legendas, cores, tamanhos e tantos outros procedimentos. Sem deixar de fora as várias pessoas de várias áreas do conhecimento que passam por essa confecção, historiadores, geógrafos, cartógrafos.

Foi por esse motivo também que deixamos os mapas produzidos para o final deste trabalho, não como sua conclusão ou apogeu, mas como um instrumento que também comunica nossa percepção deste espaço e que está disponível para que outros pesquisadores possam argui-los e problematizá-los.

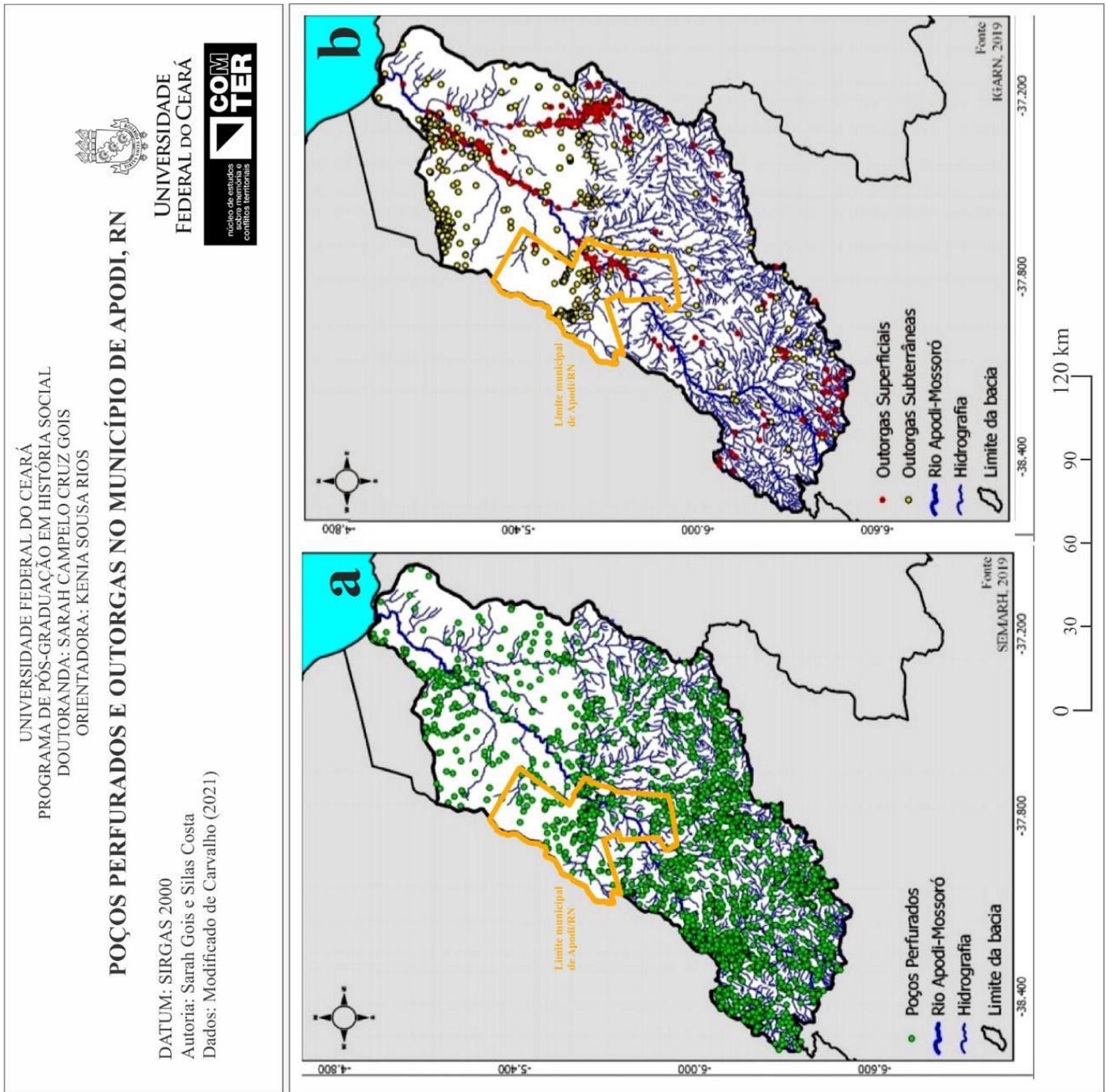
Segundo Oliveira (2012):

Pensamos em mapas como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que especializa as relações sociais (*Ibidem*, p. 82).

O nome deste último tópico também foi escolhido a partir da leitura do trabalho de Tiago Kremer de Oliveira. Em uma passagem de sua tese ele escreve: “as imagens não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele” (2012, p. 69). Foi nesse sentido que também os apropriamos, analisando, transformamos e imaginamos esses mapas.

A partir da reunião e do cruzamento dos dados concedidos pelo IGARN com as coordenadas geográficas, entrevistas e idas ao território, nós tentamos localizar estas outorgas espacializadas por Apodi, justamente para tentar compreender a utilização das águas da bacia do Rio Apodi – Mossoró. É importante ressaltar que esses dados de outorga não contemplam os poços menores que recém dispensa do processo. A quantidade de poços em Apodi é muito maior do que os que possuem águas outorgadas. Para se ter uma noção, nós utilizamos um mapa disponibilizado no livro sobre a bacia do Rio Apodi – Mossoró organizado pelo comitê de bacias com a representação tanto de poços perfurados, como de poços outorgados e localizamos o município de Apodi na região da bacia, de acordo com a Figura 21.

Figura 23: Poços perfurados e Poços outorgados



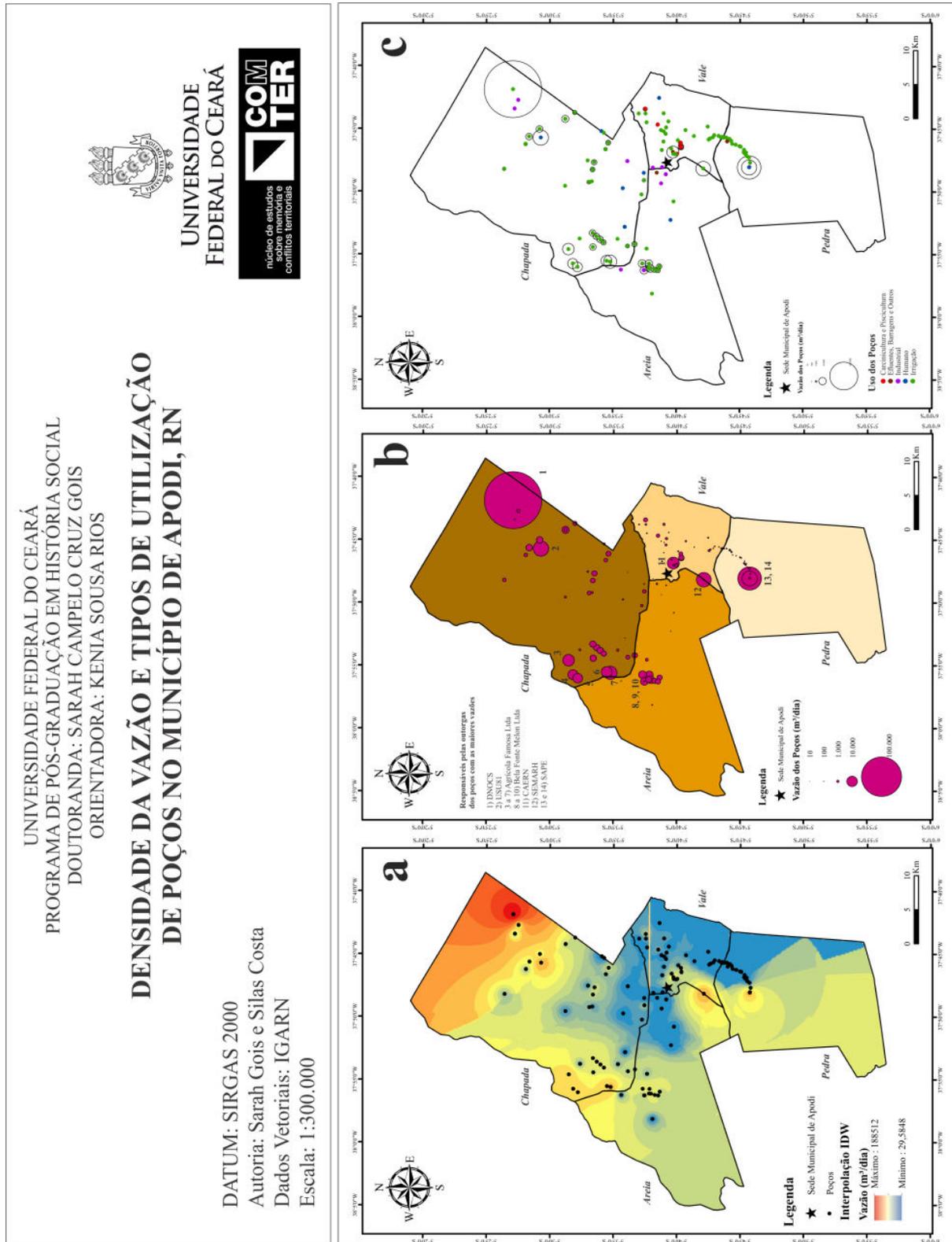
FONTE: Modificação da imagem presente em: (CARVALHO, 2021, p. 55)

Na Figura (21a) estão localizados em verde todos os poços perfurados de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH – RN¹²⁵) e na Figura (21b) em vermelho e amarelo os poços outorgados a partir dos dados fornecidos pelo IGARN. Vale a pena destacar que do ponto de vista do consumo de água o mais importante não é a quantidade de poços, mas sim a vazão deles. A região do Vale possui uma quantidade enorme de poços, justamente por causa da produção do arroz vermelho encharcado. O Vale é uma região com muita disponibilidade de água superficial por ser toda recortada pelo Rio Apodi – Mossoró e por seus afluentes. Uma série de canais d'água provenientes do Rio principal que irrigam o território. Como debatemos no capítulo 4 deste trabalho esse tipo de cultura do arroz demanda a utilização de bastante água e por isso conseguimos perceber várias formas de captação de águas.

Nesse sentido, produzimos conjuntos de mapas foram organizados de acordo com a localização, vazão, tipo de captação de água e finalidade. As regiões do Vale e da Chapada também são as que possuem as maiores quantidades de poços com água outorgada. Como podemos analisar nos mapas das Figuras 22 (a, b e c):

125 Nós optamos por fazer essa modificação no mapa do Comitê de Bacia justamente pela dificuldade no acesso de alguns dados por parte dos órgãos públicos do Estado do Rio Grande do Norte. Neste mesmo capítulo já relatamos sobre todo o processo de obtenção dos dados de outorga junto ao IGARN. Infelizmente esses dados que são públicos, em sua grade maioria, não estão disponíveis nas plataformas, nem sites das instituições. Existem, inclusive, dados solicitados a alguns órgãos que até a conclusão deste trabalho não foram enviados.

Figura 24: Densidade da vazão e tipos de utilização de poços no município de Apodi - RN



FONTE: (COMTER, 2021)

Os três mapas da Figura 22 indicam a localização os poços de água outorgada de acordo com a sua densidade (22a), vazão (22b) e finalidade de utilização (22c). O primeiro mapa (22a) de densidade localiza os poços e apresenta uma variação de cores de acordo com a vazão de água outorgada. Quanto mais próximas dos tons azuis têm-se vazões menores e quanto mais avermelhadas vazões maiores de água. Nesse sentido é possível perceber que mesmo que a região do Vale também possua muitos poços suas vazões são bem menores dos que os poços da região da Chapada.

É importante destacar que a vazão é um cálculo baseado no volume de água liberada durante um determinado tempo. Por isso que sua unidade de medida é m^3 por tempo. Nos dados do IGARN não conseguimos ter acesso aos valores específicos de volume. Essa informação seria bastante necessária para o entendimento real dos usos de água. Isso porque em culturas de ciclos mais curtos como, melão e melancia, a utilização da água fica concentrada em alguns meses específicos. Porém, os dados de vazão são anuais (é feita uma média dividida em 12 meses) e isso pode mascarar um pouco o volume real de água utilizada, já que toda essa água, no caso da fruticultura, é mais consumida em 4 ou 5 meses.

No mapa da Figura 22b elencamos as 14 maiores vazões identificadas. A outorga de maior vazão é a do DNOCS destinada para a irrigação, a princípio acreditamos que ela poderia representar já o valor de água outorgado no barramento do Rio Apodi – Mossoró para as obras do PISCA, visto que sua forma de captação é justamente pelo Rio. Entretanto, consultando outros mapas descartamos essa hipótese já que as obras do Perímetro ficam na Chapada, mas mais próximas da região do Vale e esta outorga já fica quase na fronteira com a cidade de Governador Dix-Sept Rosado. Também não conseguimos identificar o proprietário definido no mapa como: Usuário 81, ele também possui uma vazão outorgada muito alta, direcionada ao consumo humano e por isso talvez se trate de algum poço da Prefeitura de Apodi. Como explicamos no início deste tópico os dados fornecidos pelo IGARN não continham a definição dos outorgantes. Na maioria dos casos, a partir do cruzamento de informações, das coordenadas geográficas, de algumas visitas ao território e entrevistas nós conseguimos identificar os outorgantes, mas em outros não.

Outras vazões bem altas estão outorgadas para a Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), através de uma adutora, para o abastecimento da cidade. Para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

(SEMARH), com seu uso destinado a irrigação. E para a Secretária de Agricultura e da Pesca (SAPE), com dois pontos outorgados bem ao lado da Barragem.

Grandes vazões de outorga também estão destinadas às empresas Agrícola Famosa LTDA¹²⁶, com 5 poços tubulares de extração de águas do aquífero Jandaíra e para a Bela Fonte Melon LTDA¹²⁷, com 3 poços tubulares também de extração de águas do aquífero. É importante evidenciar que estas outorgas representadas no mapa são apenas as maiores¹²⁸. Estas duas empresas, inclusive, possuem mais pontos outorgados além destes aqui destacados, no total a Agrícola Famosa tem 11 pontos e a Bela Fonte Melon 8 pontos outorgados, todos com águas retiradas do aquífero Jandaíra. Outra empresa que também aparece nos dados de outorga é a Mata Fresca LTDA, também chamada de Melão Mossoró, ela é a segunda maior exportadora de melão do Rio Grande do Norte, depois da Agrícola Famosa.

Para o estudo também produzimos um mapa com a localização dos pontos de outorga, suas formas de captação de água e as unidades geoambientais das regiões. Essa análise é interessante como uma forma de costurarmos alguns elementos que foram discutidos ao longo de todo este trabalho. As formas de captação que aparecem nos dados de outorga do IGARN são: os poços tubulares, os poços amazonas, captação de

126 Segundo a tese de Leandro Cavalcante, a Agrícola Famosa é uma “Empresa de capital nacional, em atuação desde 1995, com expressivo crescimento nos últimos anos. É atualmente a maior empresa do agronegócio do Ceará e do Rio Grande do Norte, sendo a principal exportadora de produtos agrícolas desses estados, além de ser uma das maiores firmas de fruticultura do Brasil e uma das principais produtoras e exportadoras de melão do mundo. [...] e encontra-se em ampla expansão no Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Alagoas” (2019, p. 160). Sua produção está majoritariamente destinada ao mercado externo (Europa, Ásia e Américas). Em 2014, a empresa centralizou aproximadamente 85% das exportações de melão do Brasil (AGRÍCOLA, 2014). Leandro também realizou um estudo detalhado com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). De acordo com esse estudo ele concluiu que em 2016 a Agrícola Famosa foi a 4ª maior empresa exportadora do Ceará, atrás apenas da CSP Siderúrgica, Grendene e JBS, e a 3ª maior empresa exportadora do Rio Grande do Norte, atrás de Usibras e Vicunha (CAVALCANTE, 2019, p. 162)

127 Em 2018 a Empresa Bela Fonte Melon travou uma parceria com empresa BrazilMelon e recebeu o apoio do prefeito de Apodi Alan Siveira (MDB). Segundo a reportagem: Fruticultura precisa de estrada para escoar a produção, o prefeito de Apodi está investindo na construção de uma nova estrada entre a comunidade de Soledade e a divisa com o Ceará para garantir a instalação da BrazilMelon que traçou parceria com a BelaFonteMelon para expandir a área irrigada. Disponível em: <http://blogcarlossantos.com.br/fruticultura-precisa-de-estrada-para-escoar-producao/> acessado em junho de 2021. Junto com a Agrícola Famosa a BrazilMelon também está na lista dos maiores exportadores de frutas do Brasil.

128 Muitas outras empresas aparecem como outorgantes das águas da Bacia do Rio Apodi – Mossoró. Entre elas estão: EW Empreendimentos Agrícolas LTDA, Bela Fonte Indústria e Comércio LTDA, LIMESTONE MÁRMORE D BRASIL LTDA, ANGEL AGRICOLA LTDA, FAZENDA IMPÉRIO DO CAMARÃO LTDA – ME, MINERAÇÃO PENIEL LTDA – EPP, ANGELO SHIGUEYUKI MORITA, ASF PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE ÁGUAS ENVASADAS LTDA – ME, MATA FRESCA LTDA, NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS LTDA, BRAZIL MELON PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA,

açudes ou lagos e captação do rio ou de seus afluentes. Os poços tubulares alcançam regiões mais profundas, são usados para acessar o Aquífero Jandaíra e os amazonas são mais artesanais e geralmente utilizados pelos pequenos agricultores. De acordo com os mapas da Figura 23:

FONTE: (COMTER, 2021)

Avaliando as unidades geoambientais podemos perceber que a concentração dos poços é alta nos terrenos sedimentares e em áreas de baixio, enquanto a região das Pedras (embasamento cristalino) é a que possui menos poços justamente porque a natureza das regiões cristalinas não é favorável para esse tipo de captação. Entretanto, a barragem foi construída exatamente entre o embasamento cristalino e a zona sedimentar. Esse tipo de escolha de região para a construção de barragens e açudes é comum pelo fato de se optar por acumular grandes quantidades de águas superficiais justamente onde as rochas não permitem uma boa infiltração.

Outra informação que salta aos olhos é o fato de a região do Vale ser dominada por uma captação de água do Rio e de seus afluentes. Já as outras são dominadas pelos poços tubulares. É necessário também ressaltar que existem muitos mais poços amazonas dos que os 2 que estão representados na imagem, isso porque a maioria deste tipo de poço é dispensado de outorga.

Em uma reportagem de 2016 a revista Dinheiro Rural, se propõe a analisar os impactos provocados pelo fenômeno El Niño na produção de fruticultura irrigada na região Nordeste. Nela Luiz Roberto Barcelos, diretor geral e sócio da Agrícola Famosa ressaltou o investimento da empresa na expansão para o Rio Grande do Norte e na exploração de águas mais profundas, feita justamente através dos poços tubulares, segundo ele:

Vamos plantar no Rio Grande do Norte, na região do aquífero Açú, na Chapada do Apodi, que tem um custo maior para a extração da água, mas é mais seguro porque esse aquífero está em uma profundidade maior que o usado no Ceará (Revista Dinheiro Rural, 28/09/16)¹³⁰

No Ceará a expressão espacial do arenito Açú é muito pequena e no Rio Grande do Norte essa formação é muito mais profunda e espessa. No município de Apodi, do ponto de vista geológico¹³¹, há tanto a formação Açú, na qual corre o Aquífero Açú como a formação Jandaíra, do Aquífero Jandaíra. Mas a região da Chapada do Apodi (tanto do lado do Ceará como do Rio Grande do Norte) é essencialmente marcada pela formação do calcário Jandaíra. Entretanto, se avaliarmos a localização dos poços da

130 Disponível em: <https://www.dinheirorural.com.br/la-nina-cade-voce/>. Acessado em junho de 2021.

131 Sobre as definições geológicas e hidrológicas de Apodi ver: Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrã o, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005

empresa Agrícola Famosa (Figura 22b) é possível perceber que eles estão justamente entre as regiões da Chapada e da Areia e a fonte de captação de água é o Aquífero Açu. Como também os poços da empresa Bela Fonte Melon, todos na região da Areia, captando água do Aquífero Açu. Por esse motivo que o diretor da Agrícola Famosa fala sobre o alto custo da extração desta água por causa da profundidade dos poços, da tecnologia investida, da energia gasta para a retirada de água. Processos todos inacessíveis para pequenos produtores. A reportagem mencionada acima também afirma que o faturamento da Agrícola Famosa é de R\$ 590 milhões por ano e que ela produz 200 mil toneladas de frutas.

A partir de agora vamos propor o exercício de analisarmos os dados de outorga levando em consideração apenas aqueles que são destinados à irrigação e ao consumo humano. Nossa ideia é ter um comparativo numérico de quanta água é destinada para as pessoas e para o agronegócio. Das 128 outorgas ativas, em 2018, 96 são destinadas para irrigação e 11 para o consumo humano e das 21 restantes 7 estão destinadas à carcinicultura¹³² e 14 para a produção industrial. Deixando apenas as outorgas destinadas à irrigação e ao consumo humano, temos:

Tabela 11: Tipos de outorgas por quantidade em Apodi, 2018

TIPO DE OUTORGA X QUANTIDADE		
TIPO DE OUTORGA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
HUMANO	11	10,28%
IRRIGAÇÃO	96	89,72%
TOTAL	107	100,00%

132 Optamos por não considerar os dados da carcinicultura, mesmo esta sendo um tipo de produção que também se relaciona aos marcos da modernização agrícola, à expansão do capitalismo sobre campo, à re-estruturação da produção na agricultura, na pecuária e na aquíicultura (RIGOTTO et al, 2009). O fato de esse tipo de atividade produtiva também estar chegando a Apodi, como no caso da empresa Fazenda Império do Camarão, também representa o avanço da exploração da terra e da água como elementos indissociáveis do capital. Entretanto, não temos tantos dados, nem tanto domínio sobre esta temática. Para uma melhor compreensão da carcinicultura como uma prática relacionada ao agronegócio sugiro o artigo: Nogueira, Francisca Neuma Almeida, Rigotto, Raquel Maria e Teixeira, Ana Cláudia de Araújo O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]. 2009, v. 34, n. 119 [Acessado 5 Junho 2021] , pp. 40-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000100005>>. Epub 15 Ago 2012. ISSN 2317-6369. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000100005>.

Tabela 12: Tipos de Outorgas por vazão em Apodi, 2018

TIPO DE OUTORGA X VAZÃO OUTORGADA EM m³/DIA		
TIPO DE OUTORGA	VAZÃO OUTORGADA EM m³/DIA	PORCENTAGEM (%)
HUMANO	78.536,15	16,78%
IRRIGAÇÃO	389.474,02	83,22%
TOTAL	468.010,17	100,00%

Fonte: Tabelas elaboradas a partir dos dados fornecidos pelo IGARN

Tanto em quantidade quanto em vazão a quantidade de água que escorre para a irrigação é muito superior à que é destinada para o consumo humano. Em ambos os casos, mais de 80 por cento de água outorgada é direcionada para o agronegócio. É válido aqui destacar que muitas pessoas ainda precisam fazer o uso de carros pipas para o abastecimento de água em suas casas. Na região das Pedras esse recurso é bastante utilizado, justamente por ser uma região com dificuldades até no acesso das águas subterrâneas. Nesse aspecto, as dificuldades de acesso à água não podem ser depositadas apenas no déficit hídrico das chuvas ou na pouca permeabilidade dos solos.

De acordo com o RIMA (2009) do PISCA, a demanda hídrica estipulada do empreendimento corresponderia a uma vazão de 1,5 m³/s para a 1ª etapa e 3,12 m³/s para a 2ª etapa. Em 2018, ano ao qual se referem os dados de outorgas cedidos pelo IGARN, a vazão outorgada para a irrigação já chega a 4,5 m³/s, mesmo sem a conclusão das obras do perímetro, enquanto a vazão para o consumo humano é de 0,9 m³/s. A fala do diretor geral e sócio da Agrícola Famosa foi feita no ano de 2016, ele estava justamente se referindo a um dos maiores períodos de seca do Nordeste, entre 2012 e 2018. O título da reportagem faz uma referência aos fenômenos El Niño e La Niña. Logo abaixo da manchete a chamada da reportagem traz os dizeres:

A seca provocada pelo fenômeno El Niño, que não tem deixado as chuvas chegarem na região nordeste, está levando os produtores de frutas a procurar por outras áreas de cultivo. Nos últimos dois anos, as perdas superam R\$ 430 milhões (Revista Dinheiro Rural, 2016).

Na reportagem Luiz Roberto Barcelos ainda afirma que: "nos últimos cinco anos, a chuva no sertão cearense ficou 50% abaixo da média". A matéria também traz o diretor comercial da empresa Itaueira Agropecuária, José Roberto Prado, também destacando a migração para o Estado do Rio Grande do Norte. Hoje a empresa tem uma filial na cidade de Ipanguaçu, que também compõe a formação do arenito Açu.

É necessário compreender que o teor da reportagem falando sobre contenção de danos, sobre abandono de milhares de hectares pelas empresas e sobre perdas e

arrecadações nas cifras dos milhões se relaciona diretamente com o fato de ser uma revista voltada para o público dos grandes produtores rurais. A Dinheiro Rural¹³³ é uma revista especializada com notícias, comentários e espaços de opinião, voltados para o mundo do agronegócio. Ela é ligada ao grupo da Istoé e uma ramificação da vertente Istoé Dinheiro.

Depois da manchete e da chamada, o jornalista¹³⁴ começa a descrever o que ele chamou de cena “desoladora”: “Plantações de banana, melão, melancia e mamão, mesmo em áreas irrigadas, estão sofrendo com a falta de água nas principais regiões produtoras de frutas do Nordeste”. São as plantações e os empresários os que sofrem com a falta de água. E mesmo quando o texto é sobre o desemprego, é a partir do ponto de vista das perdas financeiras: “custou a perda de 1 mil empregos”. A reportagem inteira é reveladora no sentido de escancarar como as empresas do agronegócio veem o território no qual elas se instalam.

Por causa do período de seca prolongada e das dificuldades no acesso às águas subterrâneas, a Agrícola Famosa, por exemplo, abandona 2,5 mil hectares de terra na região do Tabuleiro de Russas. Isso após uma série de impactos na vida dos moradores daquela região, o desaparecimento de comunidades inteiras, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a poluição das águas, e uma cadeia de outras transformações sociais¹³⁵. Aqui nem a ilusão das vantagens de emprego e renda são trazidas à tona já que a empresa modifica a paisagem, as relações sociais e de trabalho e depois vai embora do território sem deixar nenhuma contrapartida social. A partir daí ela migra para outro território a fim de iniciar todo o processo novamente.

133 Sobre essa e outras revistas especializadas em conteúdos voltados para o agronegócio, ver: CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016. 159p.

134 O jornalista que assina a matéria é Leonardo Fuhrmann, ele trabalhou na Revista Dinheiro Rural por menos de 1 ano. E desde 2018 ele é repórter do Observatório de Olho nos Ruralistas. De acordo como site: “**De Olho nos Ruralistas** é um observatório do agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais. Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas”. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/quem-somos/>. Acessado em junho de 2021. O que mostra que na realidade ele estava seguindo a linha editorial da revista durante toda a matéria.

135 Sobre os impactos do agronegócio nas comunidades da região do Tabuleiro de Russas ver: ALMEIDA [Et Al] (Org). História, memória e conflitos territoriais no Ceará: Comunidades do Tabuleiro de Russas. Fortaleza: EdUECE, 2019.

Ailton Krenak ao descrever o impacto desse avanço do progresso desenfreado pelos territórios, afirmou que:

Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao Progresso tecnológico: que estamos devorando alguma coisa por onde passamos. Aquela orientação de pisar suavemente na terra de forma que, pouco depois da nossa passagem, não seja possível rastrear nossas pegadas está se tornando impossível, as nossas estão ficando cada vez mais profundas. E cada movimento que um de nós faz, todos fazemos. Foi-se a ideia de que cada um deixa sua pegada individual no mundo; quando eu piso no chão, não é o meu rastro que fica, é o nosso. E é o rastro de uma humanidade desorientada, pisando fundo (2020, p. 95).

A pisada profunda de uma humanidade desenfreada orientada pelo ideal de um progresso devorador. Uma forma de produção que não permite que os ciclos da natureza se cumpram, que interfere diretamente nos processos naturais ao ponto de destruir e esgotar. Para elucidar essa questão sobre o tempo da natureza, Krenak, em muitas de suas falas e entrevistas, utiliza a música Refazenda, do Gilberto Gil, sua letra diz:

Abacateiro, acataremos teu ato/ Nós também somos do mato como o pato e o leão / Aguardaremos, brincaremos no regato / Até que nos tragam frutos teu amor, teu coração / Abacateiro, teu recolhimento é justamente / O significado da palavra temporão / Enquanto o tempo não trouxer teu abacate / Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão.

A natureza possui ciclos, ritmos, entretanto, o tempo do Progresso não admite nenhum outro. Ele se descola completamente do mundo natural, não se considera “do mato”, nem espera pelos “frutos”. Essa é a mesma lógica do combate à seca, sempre uma guerra contra a natureza e nunca uma tentativa de se conviver com ela. Ainda segundo Krenak essa é a postura do velho homem, que não está disposta a aprender a lição da água. Para ele:

A lição da água é você acompanhar o movimento dela. Agora, acompanhar o movimento da água como uma tábua é uma coisa, e acompanhar o movimento como um peixe vivo é outra. [...] A lição da água não é nadar contra corrente, é mergulhar fundo. Quem quer nadar contra a corrente é o velho homem (2015, p. 232).

Acompanhar o curso da água como um peixe vivo e não como uma tábua quer dizer que nós interagimos com a natureza, nos alimentamos, usufruímos, mas seguindo seu fluxo, respeitando seu tempo. Não é a defesa da ideia de uma natureza intocável, nossa própria existência já a transforma, mas deveríamos nos perceber como parte integrante dela. Ou como Krenak mesmo afirma: “Para além da ideia de ‘eu sou a natureza’, a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fossemos capazes de sentir o rio, a floresta, o vento, as nuvens são o nosso espelho da vida”

(2020, p. 99). A partir disso é possível perceber que tudo tem uma temporalidade, não apenas a do progresso, mas a própria natureza tem o seu tempo. Compreender as múltiplas temporalidades que podem coexistir em um mesmo território é também mensurar como queremos deixar nossas pegadas no chão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em junho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) esteve na cidade de Pau dos Ferros (Rio Grande do Norte) e assinou a ordem de serviço para a construção do Ramal do Apodi. Este ramal é o trecho final do Eixo Norte do projeto de Transposição do Rio São Francisco. De acordo com o projeto a água deverá ser transportada do Reservatório Caiçara, na Paraíba e entrará no Rio Grande do Norte por Angicos chegando até o Rio Apodi- Mossoró. A chegada das águas do rio São Francisco no rio Apodi – Mossoró integrará as barragens de Pau dos Ferros e Santa Cruz, que são os dois maiores reservatórios da Bacia hidrográfica do Rio Apodi – Mossoró.

O projeto de levar para outros estados da região Nordeste as águas do Rio São Francisco não é novo. O professor de história do Instituto Federal de Pau dos Ferros, Gabriel Pereira de Oliveira, em sua dissertação de mestrado, analisa como desde o século XIX, as ideias sobre as obras da transposição do Rio São Francisco já circulavam em vários espaços intelectuais e políticos e como desde lá foram alvos de uma série de disputas. Já naquela época esta “transposição¹³⁶” era apresentada como símbolo da modernidade técnica e caminho para a solução de dois problemas importantes, o transporte e a seca. Gabriel afirmou que, embora as obras da transposição do São Francisco tenham se iniciado em 2007, “o anseio de criar ligações hidráulicas entre aquele rio e outros vales fluviais têm uma longa história” (2015, p. 172).

É claro que o projeto se transformou completamente ao longo do tempo, mas ainda existem algumas continuidades, principalmente na visão hegemônica do progresso técnico e do descolamento completo do homem e da natureza. Uma interpretação de mundo que negligencia os saberes locais de comunidades que já convivem há gerações com a região de semiárido, em nome de grandes obras hidráulicas que são impostas em determinados lugares.

136 Segundo Gabriel de Oliveira, durante o século XIX, não é utilizada a expressão transposição. Os vocábulos que se referem a esta idéia são geralmente “abertura de canal ou braço do rio”, “canal de divisão de águas”, “canalização”, “encanamento” (2015, p. 14).

Sobre a promessa do início das obras do ramal, em 2021, a prefeita da cidade de Pau dos Ferros, Marianna Almeida, do PSD, contou em uma reportagem disponível no site da prefeitura:

A obra do trecho do Ramal Apodi é de extrema importância não só para o município, mas para a região do Alto Oeste. Com ela, teremos garantida novas condições de segurança hídrica, ampliando a oferta de água para o desenvolvimento de atividades agrícolas e do uso dela pela população em geral. É uma tranquilidade para o povo que sofre por falta d'água. (Site da prefeitura de Pau dos Ferros, junho de 2021¹³⁷)

Dessa forma, a obra faraônica, com um investimento inicial de 938,5 milhões¹³⁸, seria a nova responsável pela garantia da segurança hídrica na região, como anteriormente já haviam sido as obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi. Ou como já foram as obras do Perímetro Irrigado do Baixo-Açu, ou como foram tantas outras. A cada nova obra a promessa de que a técnica e a intervenção abrupta na natureza serão a garantia da chegada do futuro. Um futuro que na linearidade do tempo progressivo está sempre sendo lançado em um ponto mais a frente da linha e que nunca se realiza.

Em sua fala a prefeita de Pau dos Ferros se refere ao fato de que a obra irá proporcionar “tranquilidade para o povo que sofre por falta d'água”, mas a mesma reportagem também promove um especial interesse pela ampliação da oferta hídrica destinada à exportação. O texto destaca que o Ramal do Apodi será fundamental “para o desenvolvimento de atividades agrícolas no perímetro da Bacia do Apodi, que tem alto potencial de solo e localização privilegiada para a exportação de alimentos para o exterior”.

Quase 10 anos antes, em 2012, Emerson Fernandes, o diretor do DNOCS a época, destacava que o Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi seria um “marco no desenvolvimento da região” e que a Chapada do Apodi era “uma região com amplo potencial e condições para a produção e faltava apenas a irrigação”¹³⁹. O PISCA era a sua primeira grande obra a frente do departamento e desde sua primeira fala ainda no auditório do IFRN, em Apodi, ele apontava a necessidade da chegada do

137 Disponível em: <https://www.paudosferros.rn.gov.br/informa.php?id=647> acessado em junho de 2021.

138 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-06/presidente-assina-ordem-de-servico-para-construcao-do-ramal-do-apodi> acessado em junho de 2021.

139 Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-2721> acessado em junho de 2021

desenvolvimento em Apodi. E isto seria possível a partir da instalação de uma obra capaz de facilitar ainda mais o estabelecimento das empresas.

A atual presença do presidente na região suscitou, inclusive, entre alguns parlamentares, deputados Federais mais alinhados à base governista, General Girão, do PSL, Fabio Faria¹⁴⁰, do PSD e Alberto Rosado¹⁴¹, do PP, um fôlego para a retomada dos debates sobre as obras do PISCA. A compreensão do desenvolvimento é semelhante nas falas de Marianna Almeida e Emerson Fernandes. Ambas se referem a grandes obras hídricas e atribuem a estas obras o poder de transformação da região em um entendimento completamente seccionado entre homem e natureza.

O final do século XX foi um período de referência nos processos de divisão de terras e estabelecimentos de assentamentos para famílias das regiões rurais de Apodi. E no início do século XXI o que se observa é uma espécie de reforma agrária às avessas. A instalação massiva de grades empresas do agronegócio na região, a partir de 2016, provocou o aumento nas dificuldades de acesso à água e à terra para os pequenos produtores e o desaparecimento de algumas comunidades rurais.

Em seu livro, *A vida não é útil*, escrito durante a pandemia, Krenak anuncia que “somos piores que a covid”, “somos a praga do planeta” e estamos “viciados em modernidade”, buscando a ilusão de uma existência eterna. Nesse sentido, “os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas” (2020, p. 95). Estamos devorando o planeta e nesses tempos pandêmicos essas violências ficaram ainda mais visíveis. Krenak ainda ressalta que é incrível que esse vírus da covid 19 esteja atingindo só as pessoas, isso é uma forma de a Terra “tirar a teta da nossa boca e dizer: Respirem agora, quero ver” (p. 10).

Krenak parte da fala de um indígena norte-americano do conselho de anciões do povo Lakota, Wakya Um Manee, que repetindo a fala de um ancestral, afirma: “Não se come dinheiro”. Ou seja, não há nenhum sentido em uma lógica de desenvolvimento

140 Fabio Faria está em seu quarto mandato de deputado federal do Rio Grande do Norte e é atualmente ministro das comunicações do Governo Federal.

141 Carlos Alberto de Sousa Rosado Segundo esteve presente durante a assinatura da ordem de serviço pelo presidente da república, em Pau dos Ferros, na ocasião ele entregou à Jair Bolsonaro um exemplar de seu livro: *O Velho Chico é potiguar*, lançado em 2015. Disponível em : <https://defato.com/politica/96310/deputado-beto-entrega-a-bolsonaro-livro-da-luta-pela-transposio-do-rio-so-francisco> cessado em junho de 2021.

que retira a terra, a água e a dignidade de quem produz os alimentos que chegam todos os dias às nossas mesas em nome do lucro exacerbado de grandes empresas. Não pode ser tolerável que uma empresa agroexportadora depois de destruir uma região inteira, poluir as águas dos rios, empobrecer as terras e adoecer as pessoas simplesmente se desloque para fazer exatamente a mesma coisa em outro lugar.

Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak também constrói uma crítica efetiva a esse ideal de desenvolvimento devorador. O livro é resultado da transcrição de três palestras suas ministradas entre os anos de 2017 e 2019. Todas elas têm em comum o fato de serem proferidas em Lisboa e confluírem para uma mesma crítica e um mesmo sonho, ou visão: a crítica ao “antropoceno” e o sonho da “terra”.

A crítica ao antropocentrismo se confunde com a crítica ao capitalismo e à modernidade, pois a cisão entre o “homem” e a “natureza”; a transformação de tudo em mercadoria e; a marcação temporal, subjetiva, mental e ideológica que a modernidade imprime no mundo são faces de um mesmo poliedro que se impõe pela violência, mas também por uma pretensa ideia de “verdade”, “técnica”, “ciência” e “humanidade”.

Em consequência do avanço colonizador do “homem branco” em direção à natureza e aos outros homens “sub-humanos”, um conjunto de dualidades foram se construindo e criando muros, barreiras, entre todos: a primeira delas e original foi o fosso entre seres humanos e a natureza, como se toda a vida não fosse natural; posteriormente, a diferença entre técnica e atraso; depois as cisões entre civilizados e bárbaros.

Mas se o abismo criado a partir das cisões coloniais e modernas é grande, e nos faz cair, a nossa força criativa deveria nos impelir a cair de “paraquedas coloridos” em vez de ter medo de enfrentar o fosso entre “homem e natureza”, “técnica e atraso”, “civilização e barbárie”. O “sonho da terra” é o sonho com uma humanidade diversa, “colorida”, plural, reconhecida, redimida e fraterna, por fim. Uma cosmovisão que reintegra o ser humano ao panteão da vida natural, que se contrapõe definitivamente à padronização dos espaços e dos modos de ser no mundo. Quem pratica a diversidade como partilha do “comum” entre todos é a tradição de resistência anticapitalista e anticolonial das comunidades que insistem em não se desligar da terra.

A idealização do “sonho da terra” extrapola a concepção de propriedade da terra. É toda uma forma de enxergar a natureza a partir do reconhecimento, da partilha. E, é nesse sentido, que busquei trazer um pouco dessa concepção de Krenak sobre a superação de uma ideologia do antropoceno a partir da reconciliação das relações entre as pessoas e a natureza para este trabalho. A luta pela terra, em Apodi, não é apenas uma luta pela propriedade, mas uma luta por dignidade e autonomia. A luta pela água é também a luta pela manutenção de suas culturas de produção, como no caso do arroz vermelho. Foi por isso que ao longo deste trabalho podemos ver os embates entre os projetos de morte e vida. Entre as reconciliações com o passado e às promessas de futuro.

Nas regiões do Vale e da Areia há o acesso facilitado à água, pela presença do rio Apodi-Mossoró e seus afluentes, e a predominância de pequenas propriedades familiares, que também facilitam o acesso à terra. Entretanto, no Vale o Estado tenta limitar a produção do arroz vermelho e na Areia as fiscalizações pouco adequadas da vigilância sanitária dificultam o crescimento das pequenas indústrias e cooperativas. Na região da Chapada mesmo em assentamentos e comunidades rurais estabelecidos a posse da terra é ameaçada a cada nova empresa que se instala e o acesso à água fica muitas vezes condicionado a poços cada vez mais profundos. E na região das Pedras o abastecimento de água é feito comumente a partir dos carros pipa, mesmo sendo a região na qual está um dos maiores reservatórios de água do Estado, a Barragem Santa Cruz.

Terra, água, dignidade e autonomia em Apodi também representam, em certa medida, esse “sonho da terra” descrito por Krenak. Um sonho de conviver com o semiárido evocando e atualizando uma série de saberes passados de geração em geração a partir da utilização das tecnologias sociais e do cruzamento de experiências. Para Krenak, o compartilhamento do mundo entre os diversos ocorre a partir da reintegração com a “terra”. Nesse sentido, o autor evoca as cosmovisões dos povos originários da América como uma resistência e uma insistência em habitar o mundo de forma não colonial.

Aqui novamente gostaria de trazer à tona a parábola do *Angelus Novus*, de Walter Benjamin. O Anjo da História que observa com os olhos arregalados a destruição enquanto o vendaval do progresso lhe impele inevitavelmente para o futuro

(BENJAMIN, 2013). Nesse aspecto, Krenak se aproxima das reflexões de Benjamin a partir da defesa da necessidade de pararmos de “vender o amanhã” (2020, p. 88) e rompermos com o “*continuum* da história” (BENJAMIN, 2013). A pandemia da Covid 19 é também resultado dessa destruição desenfreada da vida e da dignidade das pessoas em nome do lucro e os últimos tempos só deixaram as desigualdades e violências ainda mais intensas.

Em uma entrevista de 2013, compilada no livro *Encontros*, Krenak fala do futuro a partir das circunstâncias. O passado de guerra e violência é também o legado que os ancestrais deixaram para as gerações presentes. O futuro é um compromisso com uma possibilidade de realizar essa cosmovisão ancestral de integração e compartilhamento do mundo. Para ele:

Estou experimentando com muita frequência essa visão: tudo o que eu tenho é daqui para frente. E a partir disso, vejo que o que passou é muito pouco. É como se daqui para frente você tivesse a eternidade, daqui para trás só há o que você já viu. E daqui para frente tem tudo o que pode vir a acontecer. [...] Que esse embrulho que rolou aqui, esse meio milênio de confusão vai ser outra coisa lá na frente. [...] ‘Eu e minhas circunstâncias’ não é só uma aposta no vazio, é uma confiança no porvir, em alguma coisa. Porque senão vira uma arrogância, um ‘eu sou eu’, e não tem nada a ver.” (2015, p. 258-259).

Dessa forma, ao invés de imaginar o futuro a partir do tempo progressivo que corre como uma linha de pólvora acesa e ilumina por milésimos de segundos enquanto consome tudo ao seu redor, Krenak propõe pensarmos em um futuro aberto, de reconciliação com a natureza. Nele, a terra e os homens não são recursos a serem explorados, mas vida que pulsa e se realiza na busca pelo prazer. A dança, o canto, a arte e os sonhos são as formas de expressar essa vida em comunhão com as montanhas, os rios, o céu, as nuvens e os outros seres vivos.

Escrever este trabalho em meio a toda essa conjuntura pandêmica foi um grande desafio, não apenas pelas limitações que foram impostas a pesquisa de campo e coleta de fontes. Nosso intuito era conseguir percorrer novamente o território avaliando a situação de algumas comunidades. Além disso, queríamos conhecer os acampamentos Santa Cecília, com 35 famílias, Edivan Pinto, com 50 famílias e Primazia, com 31 famílias, todos eles instaurados nas regiões que foram desapropriadas para a construção do PISCA.

Mesmo com as desapropriações, a chegada das empresas do agronegócio, os obstáculos para o acesso à água, os empecilhos para a produção do arroz vermelho, com

a falta de investimentos na agricultura familiar, os camponeses resistem. O projeto do PISCA tentou retirar de todas as formas possíveis os pequenos produtores de sua região, invisibilizando-os nos mapas ou desapropriando as comunidades. Mas hoje essa região continua ocupada por famílias. Por que ali também habita a resistência, o *fogo de monturo* que mesmo escondido não se apaga, mesmo oculto ainda queima.

A principal característica desse trabalho e dessa pesquisa é que ela não nasceu pra ficar apenas na universidade. Ela nasceu pra germinar, para ser semente e funcionar como mais uma ponte entre a universidade e as comunidades. Esse é o cerne, o ponto central desse trabalho que aqui não se encerra, mas se inicia. Em nossa entrevista Edilson me disse:

E essa pesquisa com certeza vai ajudar muito, deixar nossa vida registrada, dizer que quando os nossos, a gente não existir mais, os nossos netos pegar essas teses de pesquisa dizer que pelo menos tinha gente que pensava diferente (Edilson, outubro de 2017).

Que possamos unir os que pensam diferente...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, D. G. de; CHAVES, R. L. S. C.; GOIS, S. C. C.; VIANA JUNIOR, M. M. (Orgs). **História, memória e conflitos territoriais no Ceará: Comunidades do Tabuleiro de Russas**. Fortaleza: EdUECE, 2019.
- ARAÚJO, Hermeres Reis de. (org.) **Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: A Teoria do Romance**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Ecléa. BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 18a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova – Ce**. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETE NE, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão; cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão**. São Paulo: Editorial Cone Sul; Uberaba: Editora da Universidade de Uberaba, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL – **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CARVALHO, Otamar. **A economia política do Nordeste: Secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CARVALHO, Otamar. **A seca e seus impactos**. (p. 45 – 100) In: Agência Nacional das Águas (ANA). A Questão da Água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **NOMES DA TERRA**, Fundação José Augusto, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 1ª Edição, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**, Coleção Mossoroense Mossoró: ETFRN/Uned Mossoró / Petrobrás AS, 1996.

CASTRO, Josué de. Josué de Castro. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano(palestra), ONU. Estocolmo (Suécia), Junho de 1972.

CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... e o meio ambiente?**. 1ª edição (2004). 3ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2011.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós Graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016. 159p.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **A cultura do arroz** / organizador Aroldo Antonio de Oliveira Neto. – Brasília: Conab, 2015.

COHN, Sergio (Org). **Coleção Encontros: A arte da Entrevista Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

CONSENSO do Agronegócio. In: **GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, 14.**, 2014. São Paulo. Global Agribusiness Forum – GAF Academy. São Paulo: DATAGRO Publicações LTDA, 2014. Disponível em: <http://pt.globalagribusinessforum.com/gaf14/wp->

content/themes/globalagribusinessforum/downloads/GAF-ACADEMY-FINAL.pdf.

Acesso em: Abril de 2021.

DAS GRAÇAS, Maria Adriana Vieira. **Letramentos de Resistência: Mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2019.

DEAN, Warren. **A ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. História do DNOCS. [S.l.], 200?. Disponível em: www.dnocs.gov.br.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referentes à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. [Fortaleza]: DNOCS, 2009, 189p.

DUPAS, Gilberto. **O mito do Progresso ou o Progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2012.

EMBRAPA **As variedades de arroz vermelho brasileiras** / José Almeida Pereira e Orlando Peixoto de Moraes. - Teresina : Embrapa Meio-Norte, 2014. 39 p. ; 21 cm. - (Documentos / Embrapa Meio-Norte, ISSN 0104-866X ; 229)

EMBRAPA. **SEMI-ÁRIDO brasileiro: convivência do homem com a seca. Implantação de sistemas de exploração de propriedades agrícolas: uma proposta de ação**. Brasília, DF: EMBRAPA: EMBRATER, 1982. Não paginado.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Por uma abordagem territorial da história ambiental: uma leitura de Claude Raffestin**. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível

em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434422978_ARQUIVO_Porumaa_bordagemterritorialdahistoriaambiental-TextoEnviado.pdf

FERREIRA, Jerusa Pires. Posfácio. In: ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 301-308

GODINHO, Paula. **O Futuro é Para Sempre: Experiência, expectativa e práticas possíveis**. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através, 2017.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da Migração: Estado e Família nos deslocamentos para a Amazônia (1942 – 1944)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 198p. 2013.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. Narrativas de Água e Fogo: Atraso e Progresso na Chapada do Apodi. IN: RIOS, Kênia Sousa. (Org.) **História Oral e Natureza: Resistência e Cultura**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HÉBRARD, Jean. **Por uma bibliografia das escrituras ordinárias: A escritura pessoal e seus suportes**. IN: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina. (Orgs.) **Refúgios do Eu. Educação, História, Escrita Autobiográfica**. Editora Mulheres: Florianópolis, 2000a.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IDEMA **Perfil do Seu Município Apodi** V.10 p.1-23 Natal, RN 2008

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a uma semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Extratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LIMA, Alexandre de Oliveira Et al. **Seeds contamination evaluation of creole corn by transgenic events in the “Sertão” territory of Apodi: A case study of Apodi, RN(Brazil)**. In: Third International Conference on Agriculture and Food in an Urbanizing Society Healthy food, socio-biodiversity, and sustainable agrifood systems: innovations from consumption to production, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://agriurb.com/images/III_AgURb_PROCEEDINGS.pdf

LOWY, Michel. **Utopias**. Portugal: Ler Devagar, 2016.

MAIA, Renata Catarina Costa. **“COMO SE FOSSE O NOSSO SANGUE CORRENDO NAS VEIAS”**: A DIMENSÃO CAMPONESA DO DIREITO À ÁGUA A PARTIR DO CONFLITO AMBIENTAL ENTRE AGRONEGÓCIO E

AGRICULTURA CAMPONESA EM APODI (RN). Orientador: Raquel Maria Rigotto. 2016. 287 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MELO NETO, João Cabral. **A educação pela pedra e depois**: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo. (Orgs) **História Social do Campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **As mil voltas de "Seu" Muriçoca: migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar**. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 55-69, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres?** Trajetos - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. ECONOMIA MORAL VERSUS MORAL ECONÔMICA (OU: O QUE É ECONOMICAMENTE CORRETO PARA OS POBRES?). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 16, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11186>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. **O que podemos aprender com os camponeses?** In: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A.; BASTOS, Romário. (Orgs). **À sombra das Castanheiras: Luta camponesa, cultura, memória e história**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

NOGUEIRA, Francisca Neuma Almeida, Rigotto, Raquel Maria e Teixeira, Ana Cláudia de Araújo. **O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]. 2009, v. 34, n. 119 [Acessado 5 Junho 2021], pp. 40-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000100005>>.

- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul(primeira metade do século XVIII)**. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 313 p.
- OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **“Para vir a ser a mais florente de toda a América Portuguesa”: leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões - Capitania do Ceará Grande (1760-1799)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC: Florianópolis, 2018. 480 p.
- OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o caminho natural: Propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846 – 1886)**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. 198 p.
- PASTOUREAU, Michel. **Dicionário das cores do nosso tempo: Simbólica e Sociedade**. Lisboa: Editorial Espanha, 1997.
- PASTOUREAU, Michel. **Preto: História de uma Cor**. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- PASTOUREAU, Michel. **Vermelho: História de uma Cor**. Lisboa: Editora Orfeu Negro, 2019.
- PEREIRA, M. F. A. **Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN na perspectiva dos atingidos**. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2013.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, 1989.
- PONTES. Andrezza Graziella Veríssimo. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: Articulando Universidade, SUS e Movimentos Sociais em Território Rural**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2012.
- PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al .**Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 11, p. 3213-3222, Nov. 2013 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001100012&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Apr. 2021.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001100012>.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **A República dos sciuscìa: A Roma do pós-guerra na memória dos meninos do Dom Bosco**. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José Rogério Franco. **“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)”**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

RIOS, Kênia Sousa. **Os usos da narrativa: escrita e oralidade**. Fortaleza: imprensa universitária, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da Memória: Narrativa da seca no Ceará**. Fortaleza: ADUFC, 2012. 317 p.

ROBIN. Marie-Monique. **O Mundo segundo a Monsanto: Da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: Nascimento do consumo séc. XVII – XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Emanuelle Rocha dos. **Agricultura Familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN – Caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2016.

SCHWARZ, Alf. **LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E LÓGICA CAMPONESA**. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 75-114, June 1990.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701990000100075&lng=en&nrm=iso>. access on 02 February. 2021. <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84788>.

SCOTT, James C. Scott. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa**. Revista Raízes, Campina Grande, Vol 21, nº 21, p. 10-31, jan./jun. 2002.

Serviço Geológico do Brasil (CPRM), **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte** / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Donaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16238/1/rel_apodi.pdf

SEVCENKO, Nicolau. **O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura**. *Revista USP*, São Paulo, n.30, p.108-119. Dossiê Brasil dos Viajantes.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e convivência com o semi-árido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de doutorado – entro de desenvolvimento sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 298 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo).

SHIVA, Vandana. **Guerras por Água: Privatização, Poluição e Lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006.

TEIXEIRA, Maiana Maia. **DA RECUSA AO CATIVEIRO ÀS (R)EXISTÊNCIAS DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS NO CHÃO E NOSTEMPOS DO APODI/RN**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA JUNIOR, M. M.; ALMEIDA, D. G. DE. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.***Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p 198-215.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: Hucitec, 1997

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

BRILHANTE, Ivone. Ivone Brilhante. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 2 arquivos. MP3 (23 minutos).

ENCONTRO ESTADUAL SEMENTES DA TRADIÇÃO. Filmagem das falas no encontro. [Outubro de 2017]. Apodi: Encontro Estadual Sementes da Tradição, 2017. 6 arquivos. MP3 (63 minutos)

FERNANDES, Leomar. Leomar Fernandes. Entrevista [Setembro de 2017]. Apodi: Vivências da disciplina do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC), 2017. 3 arquivos. MP3 (50 minutos).

FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes. Entrevista [Setembro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 3 arquivos. MP3 (30 minutos).

MELO, Francisca Francina Mota de. Francisca Francina Mota de Melo. Entrevista [Janeiro de 2018]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 4 arquivos. MP3 (27 minutos).

MELO, Raimundo Pinheiro de. Raimundo Pinheiro de Melo. Entrevista [Janeiro de 2018]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2018. 7 arquivos. MP3 (58 minutos e 46 segundos).

MORAES, Maria Vilma. Maria Vilma de Moraes. Entrevista [Julho de 2018]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2018. 3 arquivos. MP3 (29 minutos e 57 segundos).

NETO, Francisco Edilson. Francisco Edilson Neto. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 3 arquivos. MP3 (27 minutos).

OLIVEIRA, Antônia Maria de Souza. Antônia Maria de Souza Oliveira. Entrevista [Outubro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista

concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 5 arquivos. MP3 (49 minutos).

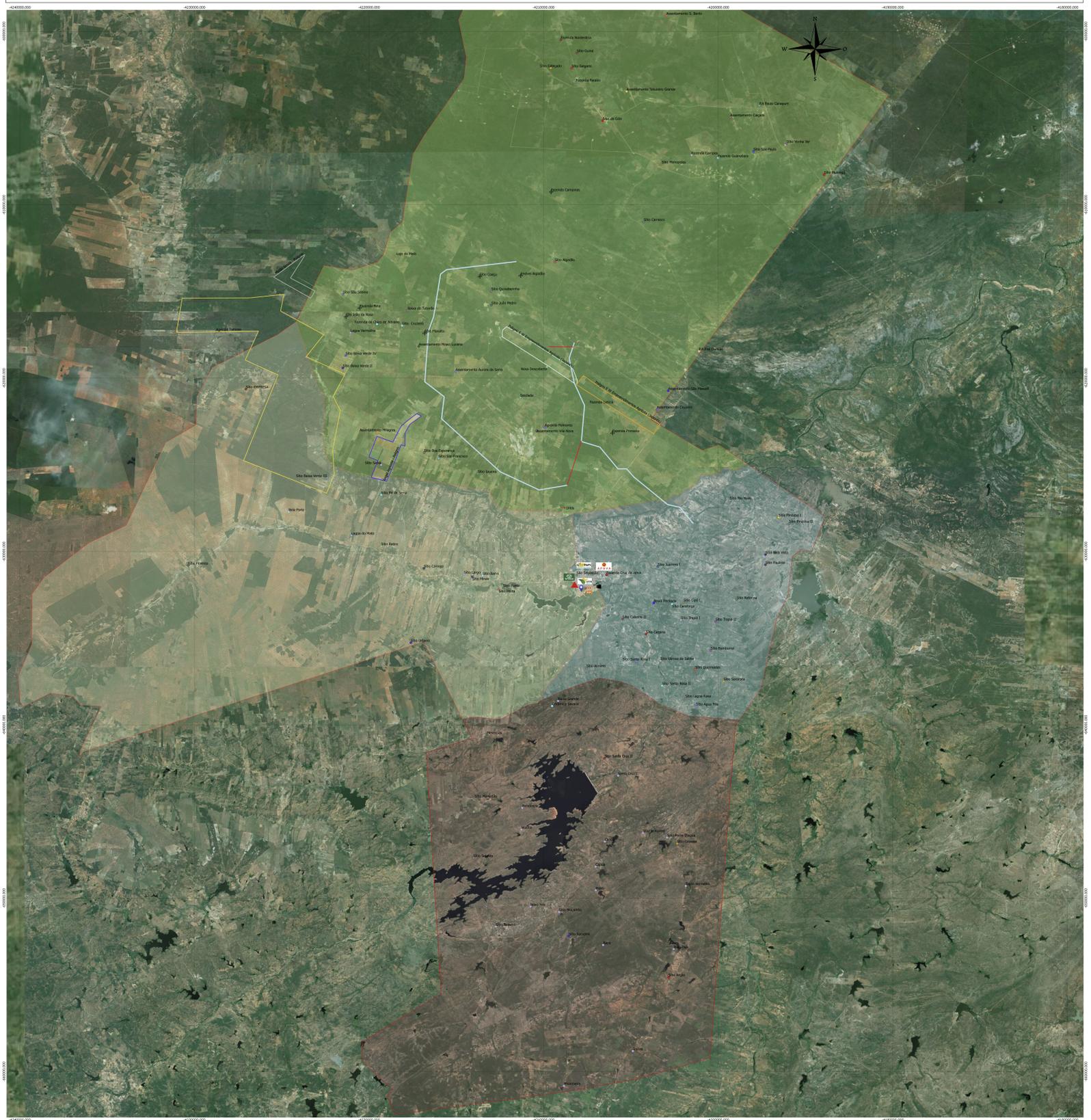
REINALDO, Francisca Neide de Oliveira. Francisca Neide de Oliveira Reinaldo. Entrevista [Abril de 2019]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2019. 2 arquivos. MP3 (11 minutos e 53 segundos).

ROSÁRIO, Antônio Rodrigo do. Antônio Rodrigo do Rosário. Entrevista [Janeiro de 2018]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 7 arquivos. MP3 (1 hora e 2 minutos).

SOUZA NETO, Sebastião de. Sebastião de Souza Neto. Entrevista [Agosto de 2015]. Apodi: Projeto História e Memória de Apodi/ IFRN (metodologia história de vida). 2 arquivos. MP3. Duração não disponível.

8. ANEXOS

MAPA PROPOSITIVO DAS COMUNIDADES RURAIS DE APODI - RIO GRANDE DO NORTE



Legenda

- AREIA
- FEDRA
- VALE
- CHAPADA

Proposta da Região da Pedra

- Abastecimento de água para consumo e para produção através de adutora vinda da Barragem Santa Cruz.
- Mais carros-pipa (Medida emergencial).
- Perfuração de poços nas comunidades.
- Continuação da construção da Unidade Básica de Saúde.
- Reforma e construção de novas casas.
- Regularização do sítio SPM.
- Políticas públicas de acesso ao crédito (PAA, PMAE, compra de milho via COMAG).
- Posse regularizada nas estâncias de acesso às comunidades.
- Construção de passagens molhadas.
- Abate e evisceração do projeto RH sustentável.
- Liberação e execução do projeto RH sustentável.
- Acompanhamento e capacitação técnica aos produtores da Agricultura Familiar.
- Reconhecimento da agricultura familiar, da auto-organização das mulheres e da resistência ao agronegócio.

Proposta da Região do Vale

- Perenização do sítio Umani
- Unidade de beneficiamento de frutas em Baixa Fechada I e II
- Ponte metálica em Baixa Fechada I e II
- Acesso ao DAP para a juventude
- Assistência Técnica e extensão rural em todas as comunidades
- Reformar o Centro Social de Água Fria e reativá-lo
- Políticas para artesanato (destaque para escamoteio de produção)
- Educação contextualizada ao campo
- Adaptação dos cursos do IF para a realidade das comunidades rurais
- Projeto de construção e reformas de moradas (destaque para a construção de banheiros)
- Construção de mais poços em Baixa Fechada I e II
- Segurança nas comunidades rurais - Coleta seletiva de lixo
- Iluminação pública
- Construção Escola em Baixa Fechada I, Quilmeas e Capina
- Políticas públicas para a juventude do campo
- Projeto de comercialização dos produtos da agricultura familiar em todas as comunidades
- Trator e escola técnica agrícola Jundiá para Água Fria
- Realizar o projeto Dom Hélder - Projeto de perenização do Rio Umani
- Execução da FPMC em Carapuzá
- Desburocratização do acesso à outorga da água para a agricultura familiar
- Melhoria da infraestrutura dos quadras de esporte das comunidades
- Melhoramento das praças comunitárias - Zonamento do arroz vermelho
- Volta do telecentro - Equipamentos de lazer para juventude

Proposta da Região da Chapada

- Acesso a empréstimos bancários para produção e geração de renda em Cruzeiro e Caçarea
- Escola de Ensino Médio: Soledade e Sítio dos Goês
- Levar a adutora municipal para Cruzeiro
- Reativação dos poços de Cruzeiro e Soledade
- Instalação de placas solares para os poços para a produção da agricultura familiar em Soledade e Sítio dos Goês
- Construção de mais um poço em Moacir Lucena e Caçarea
- Construção de uma usina de leite para a região da Chapada
- Construção de um poço de produção em Asona, Milagres, Paulo Carapuz, Caçarea
- Acesso de água aos loteamentos para produção e consumo animal
- Escola de ensino fundamental e médio com estrutura no Sítio do Góis
- Estúdio adequado para a rádio comunitária no Sítio do Góis
- Estrada de boa qualidade e calçamento nas comunidades
- Divulgação dos dados da agricultura familiar em todos os Assentamentos
- Apoio para a realização do torneio leiteiro no sítio do Góis
- Ações sociais para crianças, jovens e idosos em todos os Assentamentos
- Fortalecer o manejo da caatinga em todos os Assentamentos
- Coleta seletiva de lixo no sítio do Góis em todos os Assentamentos

- Incentivo técnico e financeiro ao resgate do grupo de Arterina (Teatro) Assentamentos
- Normas específicas de vigilância sanitária para a agricultura familiar para todos os Assentamentos
- Normas específicas de autorização de água para a agricultura familiar
- Colocar Sistemas PIMC em todas as Casas
- Colocar Sistemas PI+2 em todas as Casas
- Furar poços profundos dentro dos lotes para todos os Assentamentos
- Terminar a construção da adutora e construção da caixa elevada para todos os Assentamentos
- Biblioteca com funcionamento do município disponível para a Biblioteca e Telecentro
- Unidade Básica de Saúde
- Quadras de Esportes e melhoria da estrutura das Escolas para todos os Assentamentos
- Construção de uma Unidade de Beneficiamento de Frutas/Pelotas de Frutas em Moacir Lucena e Portal da Chapada
- Instalação de Torre de Internet Gratuita
- Reforma do poço de Agrovila
- Galpão para armazenamento de Lixo em todos os Assentamentos
- Construção do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
- Construção do posto de Saúde em São Francisco

Proposta da Região da Areia

- Produção de ração animal a base de cajá.
- Trabalhar a cultura da Palma Forrageira.
- Respeitamento das Frutas de época (bife de cajá).
- Quadra de Esportes.
- Praça da Juventude.
- Biologia
- Biogestor
- Coleta Seletiva
- Apoio do Estado e do Município no controle as pragas
- Políticas voltadas para agricultura familiar relacionadas a acidentes de trabalho
- Apoio da Igreja aos grupos de Jovens Rurais e comunitários
- Apoio da Secretaria com assistência técnica
- Volta do CAUSOL
- Readequação das normas de vigilância Sanitária
- Proteção da Mata nativa evitando plantas invasoras
- Apresentação do Estudo de diagnóstico da Lagoa
- Apoio ao agricultor para irrigação do quintal produtivo
- Hias cursos voltados para o campo
- Errodo Medo
- Banco de Sementes
- Pré-Sertão (apoio indústria têxtil)
- Turismo Rural

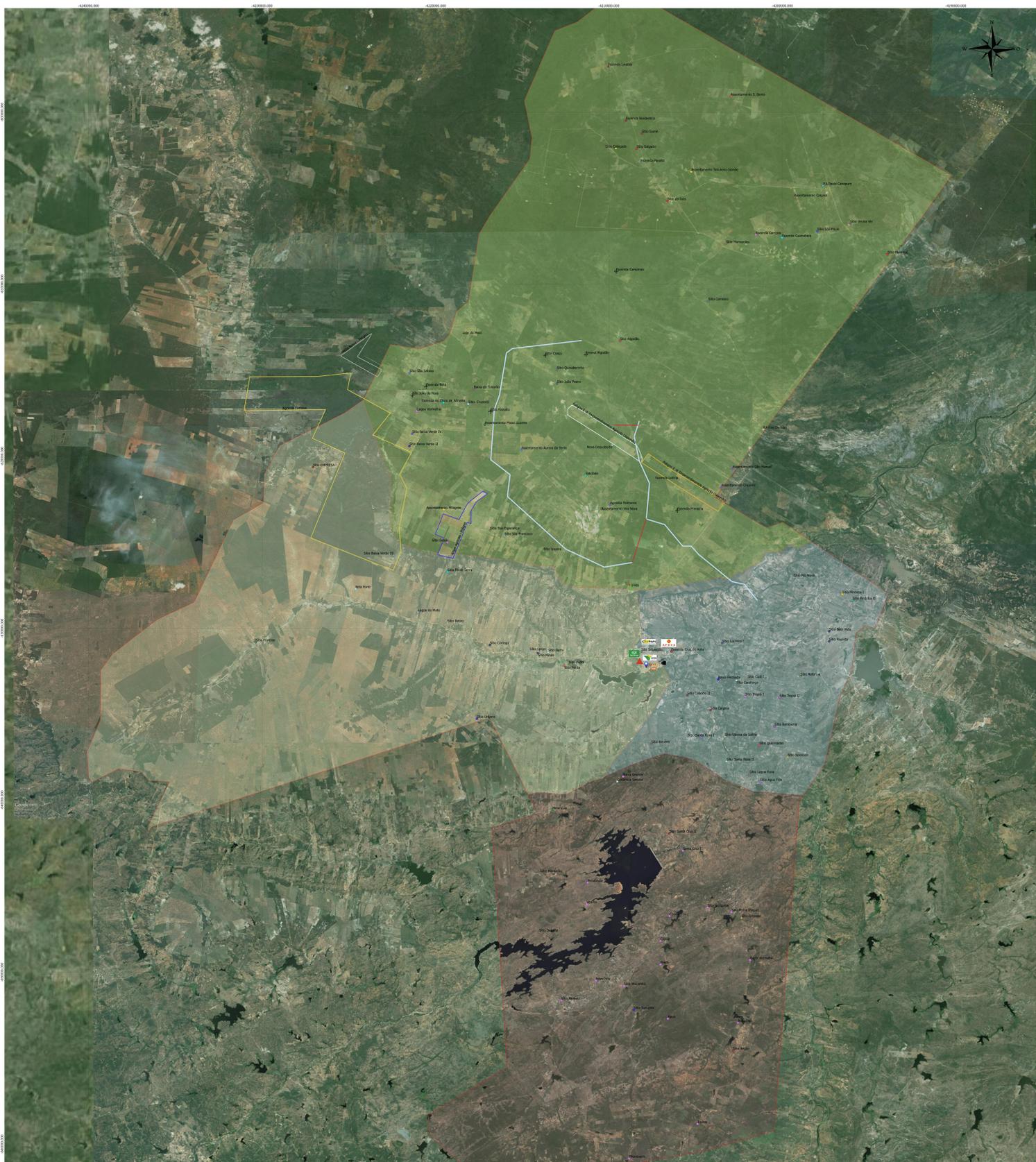
1:88700

1 0 1 2 km

Sistema de Coordenadas UTM (Métrica)
 Projecção Universal Transversa de Mercator
 Datum WGS 84 - Zona 24 Sul
 Fonte de Imagem: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Banco de dados do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - RN

Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Geoprocessamento - LABOCART - UFC
 Coordenação Científica: Prof. Jocelyn Nereides e Prof. Adryane Goraieb
 Data: Set/2015

MAPA DAS COMUNIDADES RURAIS DE APODI - RN



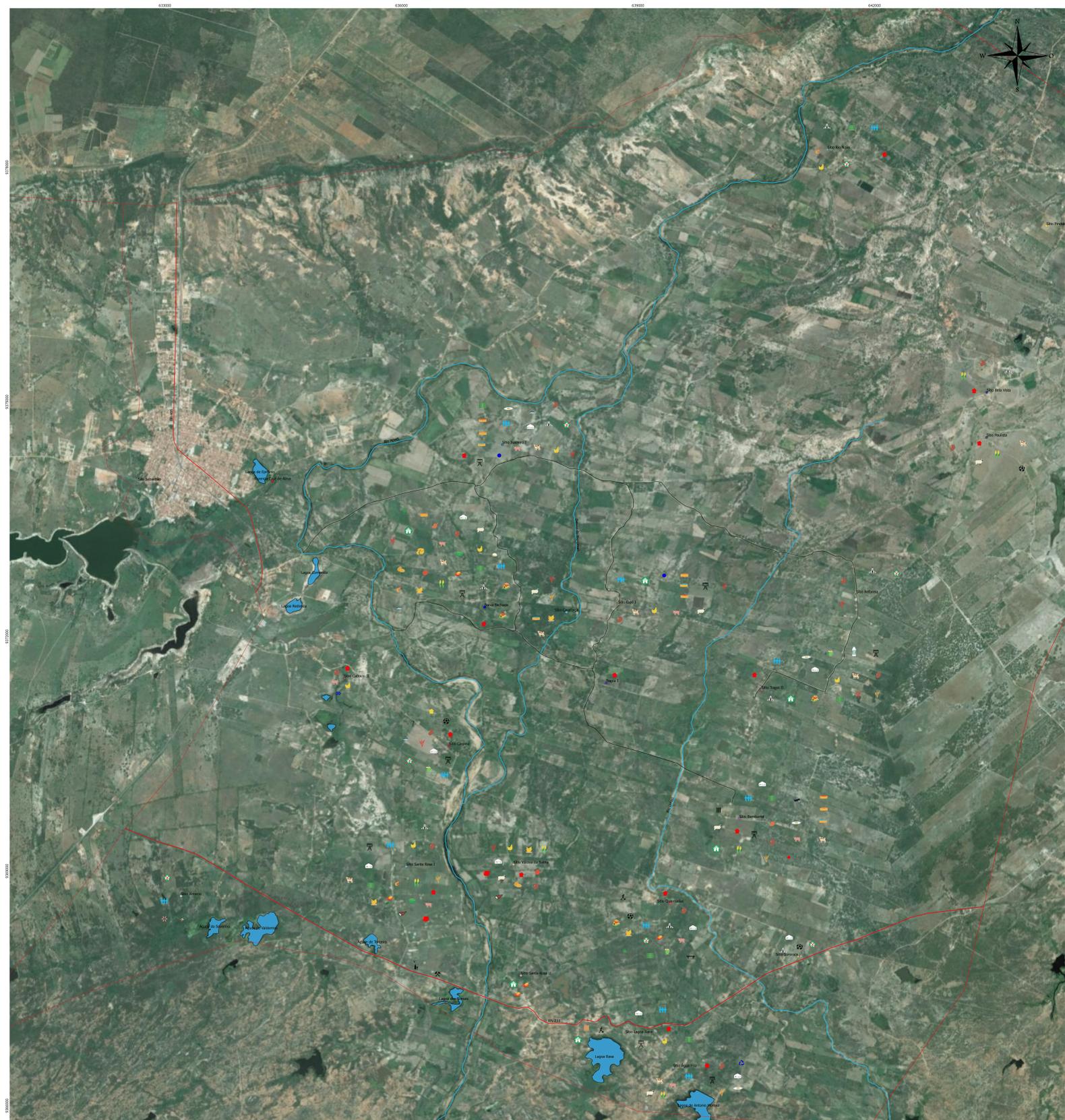
Elementos técnicos		Legenda	
[Red Line]	Limite Municipal	1- Bela Forte	20- Fazenda Nordesteira
[Blue Line]	Limite de regiões	2- Lagoa do Mato	21- Fazenda Lindóia
[Green Line]	Região do Vale	3- Sítio Pé de Serra	22- Sítio Cruzeiro
[Yellow Line]	Região da Chapada	4- Sítio Retiro	23- Sítio Quarenberha
[Orange Line]	Região da Pedra	5- Sítio Urbano	24- Baixa do Tubarão
[Purple Line]	Região de Areia	6- Lagoa Vermelha	25- Baixa Fechada
		7- Sítio Colgado	26- Melancia
		8- Sítio Carrasco	27- Sítio Anjo
		9- Lagoa do Mato	28- Sítio Córrego
		10- Sítio Baixa Verde III	29- Sítio do Gás
		11- Sítio Serra	30- Agrícola Palmareis
		12- Sítio Córrego	31- Assentamento Caicara
		13- Sítio Pé de Serra	32- Assentamento Milagres
		14- Sítio Ponta	33- Assentamento Aurora da Serra
		15- Sítio Retiro	34- Assentamento Cruzeiro
		16- Sítio Urbano	35- Assentamento Raio Luzera
		17- Sítio Guará	36- Assentamento S. Bento
		18- Sítio Monopólos	37- Assentamento São Manoel
		19- Fazenda Paraíso	38- Assentamento Tibaréno Grande
			39- Assentamento Vila Nova
		40- Fazenda Cruz de Alma	41- Fazenda Leticia
		42- FA Frei Benedito	43- FA Paula Campum
		44- Solidade	45- Lago do Novo
		46- Sítio Sebastião	47- Sítio Água Fria
		48- Sítio Algodão	49- Sítio Baixa Verde II
		50- Sítio Baixa Verde III	51- Sítio Baixa Verde IV
		52- Sítio Bamburral	53- Sítio Serra
		54- Sítio Bela Vista	55- Sítio Boa Esperança
		56- Sítio Caladão II	57- Sítio Carpiça
		58- Sítio Cópil I	59- Sítio Cópil II
		60- Sítio Floresta	61- Sítio Grossos
		62- Sítio Loure	63- Sítio João Pedro
		64- Sítio Juazeiro I	65- Sítio Lagoa Rasa
		66- Sítio Mansidão	67- Sítio Paulista
		68- Sítio Fritada I	69- Sítio Fritada II
		70- Sítio Ponta	71- Sítio Queimadas
		72- Sítio Refarmã	73- Sítio Rio Novo
		74- Sítio Santa Cruz	75- Sítio Santa Rosa I
		76- Sítio São Francisco	77- Sítio São Sabino
		78- Sítio Pulanji	79- Sítio Salgado
		80- Sítio São Paulo	81- Sítio Verilha Ver
		82- Sítio Sorococa	83- Sítio Surunga
		84- Sítio Trapal II	85- Sítio Vitória da Salina
		86- Baixa Grande	87- Sítio Serrita
		88- Sítio Hércules	89- Sítio Largo
		90- Sítio Carandá	91- Sítio Alameda
		92- Sítio Santa Rosa II	93- Sítio Trapal I
		94- Sítio Sabal	95- Fazenda Campos
		96- Fazenda Guanabara	97- Fazenda do Chico de Adriano
		98- Nova Descoberta	

Legenda	
[Green Triangle]	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi
[Red Triangle]	APAWA - Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi
[Blue Triangle]	COOPARI - Cooperativa Pecuária de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
[Yellow Triangle]	Colônia de Pescadores
[Green Triangle]	Terra Viva
[Blue Triangle]	IFRRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
[Blue Triangle]	Comunidades Desapropriadas
[Blue Triangle]	Atividades de Conflito
[Blue Triangle]	Empresas de Fruticultura

1: 67.000

Sistema de Coordenadas UTM (Pseudo)
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum WGS 84 - Zona 21 Sd
 Fonte de Imagem: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Banco de dados do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - RTI

Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Responsabilidade Técnica: Laboratório de Geoprocessamento - LABGEO - UFC
 Coordenação Científica: Prof. Juarez Herculano e Prof. Adriano Gonçalves
 Data: 04/2023



Convenções Cartográficas	
	Limite Municipal
	Limite das Regiões de Apodi
	BR-405
	Estradas
	Drenagem
	Corpos d'água
	RN-233

Fontes e atividades de produção	
	Acerola
	Arroz
	Banana
	Banco de Sementes
	Batata Doce
	Criatório de Peixe
	Feijão
	Galinha
	Leite
	Milho
	Ovelha
	Ovos
	Porco
	Queijo
	Sorgo
	Vaca
	Plantas Medicinais
	Caju
	Mel
	Cerâmica
	Capineira
	Tomate
	Melancia
	Macaxeira
	Manga
	Doce

Fontes e formas de abastecimento de água	
	Barreiro
	Cisterna
	Poço Comunitário
	Poço Seco
	Poço sem Outorga
	Poço Usado
	Caixa D'água
	Sistema de Abastecimento Comunitário
	Barragem Subterânea

Infraestrutura	
	Escola
	Escola Fechada
	Igreja
	Quadra Esportiva
	Academia
	Campo de Futebol
	Bar do gato
	Zoológico de pedra
	Ponte Metálica
	Unidade Básica de Saúde
	Bioágua

Organização Comunitária	
	Grupos
	Casa do Artesanato
	Casa do Mel
	Centro Comunitário
	Casa de Poxpa
	Casa de Farinha

Parceiros	
	RN Sustentável

Propostas	
-	Perenização do rio Umari
-	Escola em Baixa Fechada I
-	Unidade de beneficiamento de frutas em Baixa Fechada I e II
-	Ponte metálica em Baixa Fechada I e II
-	Acesso ao DAP para a Juventude
-	Assistência Técnica e extensão rural em todas as comunidades
-	Reformar o Centro Social de Água Fria e reativá-lo
-	Trazer a escola técnica agrícola Jundial para Água Fria
-	Reativar o projeto Domi Helder
-	Políticas para artesanato (destaque para escoamento de produção)
-	Educação contextualizada ao campo
-	Adaptação dos cursos do IF para a realidade das comunidades rurais
-	Políticas públicas para a juventude do campo
-	Projeto de comercialização dos produtos da agricultura familiar para todas as famílias
-	Projeto de construção e reformas de moradias (destaque para a construção de banheiros)
-	Construção de mais poços em Baixa Fechada I e II
-	Segurança nas comunidades rurais
-	Iluminação pública
-	Coleta seletiva de lixo
-	Execução do PIMC em Caraforga
-	Desburocratização do acesso à outorga da água para o uso da agricultura familiar
-	Melhoria da infraestrutura das quadras de esportes da comunidade
-	Melhoramento das praças comunitárias
-	Zonamento do Arroz Vermelho

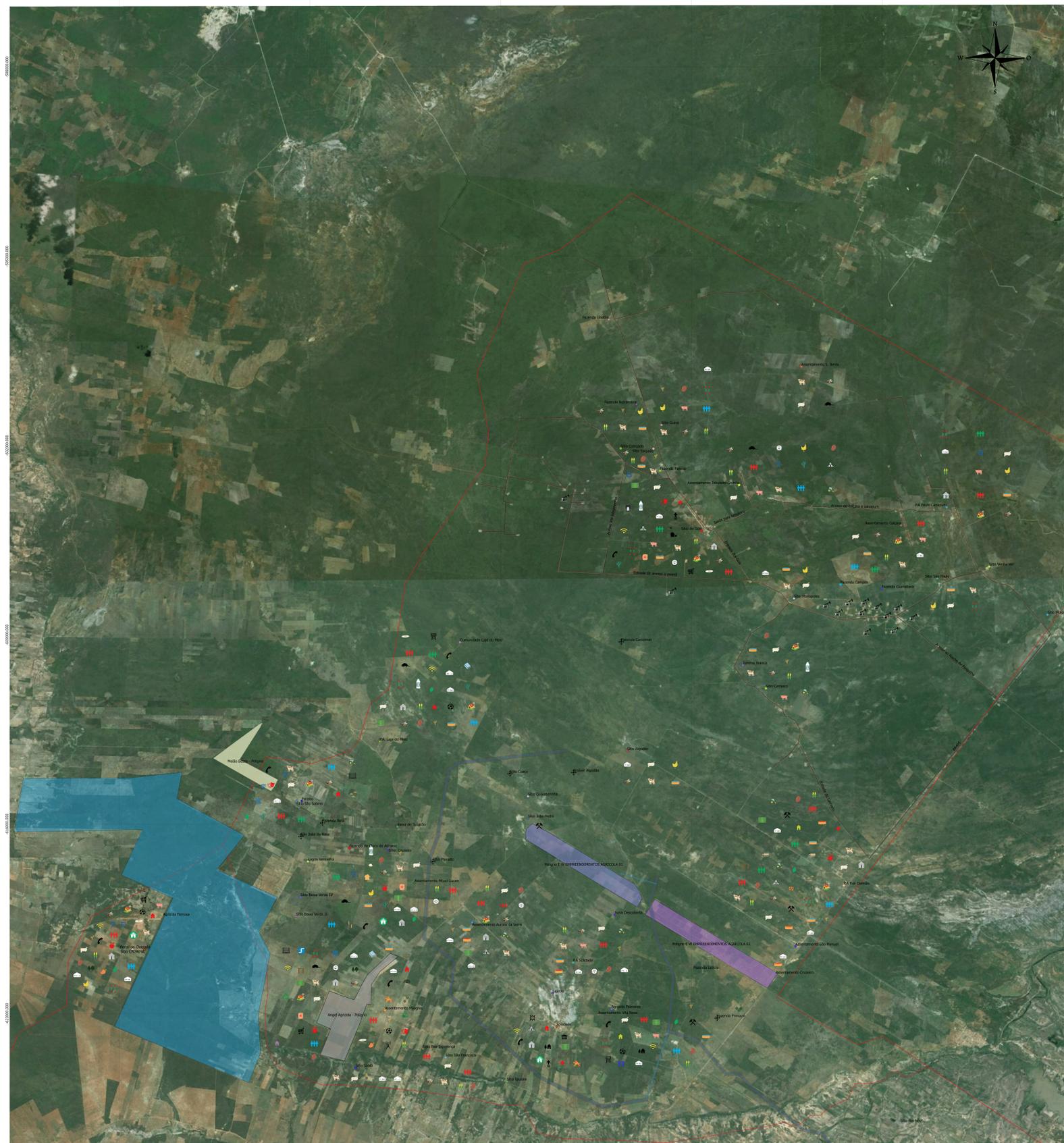


1:19000

0 0.5 1 km

Sistema de Coordenadas UTM
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: WGS 84 - Zona 24 Sul
 Fonte de Imagens: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 e Banco de dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi

Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Responsabilidade Técnica: Laboratório de Geoprocessamento - LABOCART - UFC
 Coordenação Científica: Prof. Jóviah Mendes e Profa. Adryane Gorayeb
 Data: Set/2015



Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Limite das Regiões de Apodi
- Estradas

Fontes e Atividades de Produção

- Agricultura
- Manejo da Caatinga
- Algodão agroecológico
- Agropecuária
- Bovino
- Capras
- Fruticultura
- Caprinos
- Casa do Mel
- Sergo
- Comercialização de ovos
- Estufa
- Suínos
- Milho
- Fajão
- Comercialização de Leite
- Mina de mármore e paralelepípedo
- Plantas Medicinais
- Plantas nativas
- Pocilga
- Produção de paralelepípedos para calçamento
- Produção de polpa de frutas
- Quintais produtivos
- Secador de legumes
- Silvicultura
- Campesina
- Manga
- Caju
- Banco de Sementes
- Vivero de Mudas

Fontes e Formas de abastecimento de água

- Abastecimento por energia solar
- Cisterna de Calçamento
- Cisternas P1, P2
- Cisternas P1 + 2
- Poços artesianos
- Poços Inativos
- Cisterna com Calção
- Pozo comunitário
- Sumidouro
- Caixa Subterrânea
- Caixa Elevada

Organização Comunitária

- Associação
- Grupo Juvenil
- Grupo de mulheres
- Estábulo Comunitário
- Trator comunitário
- Centro Social
- Aviário Comunitário

Infraestrutura

- Igreja Católica
- Igreja Evangélica
- Posto de Saúde
- Cemitério
- Coleta seletiva de lixo
- Saneamento Básico
- Escolas
- Internet
- Ondulão
- Pracinha
- Entrada de Petróleo (PETROBRAS)
- Casa do Briqueado
- Mercado
- Casa do Lixo
- Casa Digital

Atividades Culturais

- Atletas
- Cultura
- Torneio letreiro
- Panque de vaquejada
- Campo de Futebol
- Quadro de esportes

Projetos

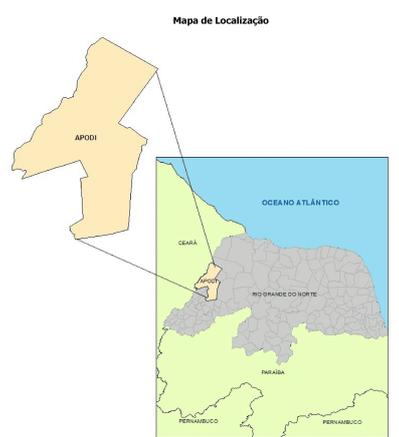
- Biologia
- Telecentro
- Arca das Letras

Atividades de Conflito

- Angel Agrícola
- E W EMPREENDIMENTOS AGRICOLA 02
- E W EMPREENDIMENTOS AGRICOLA
- Melão Bessa
- Agropecuária
- Perímetro Irrigado
- Casa das Merinias
- Caieiras

Comunidades Desapropriadas

- Inóvel Agódió
- Sítio Coacú
- Sítio Planalto
- Fazenda Rita
- Fazenda Primazia
- Fazenda Campiães
- Sítio João da Rosa

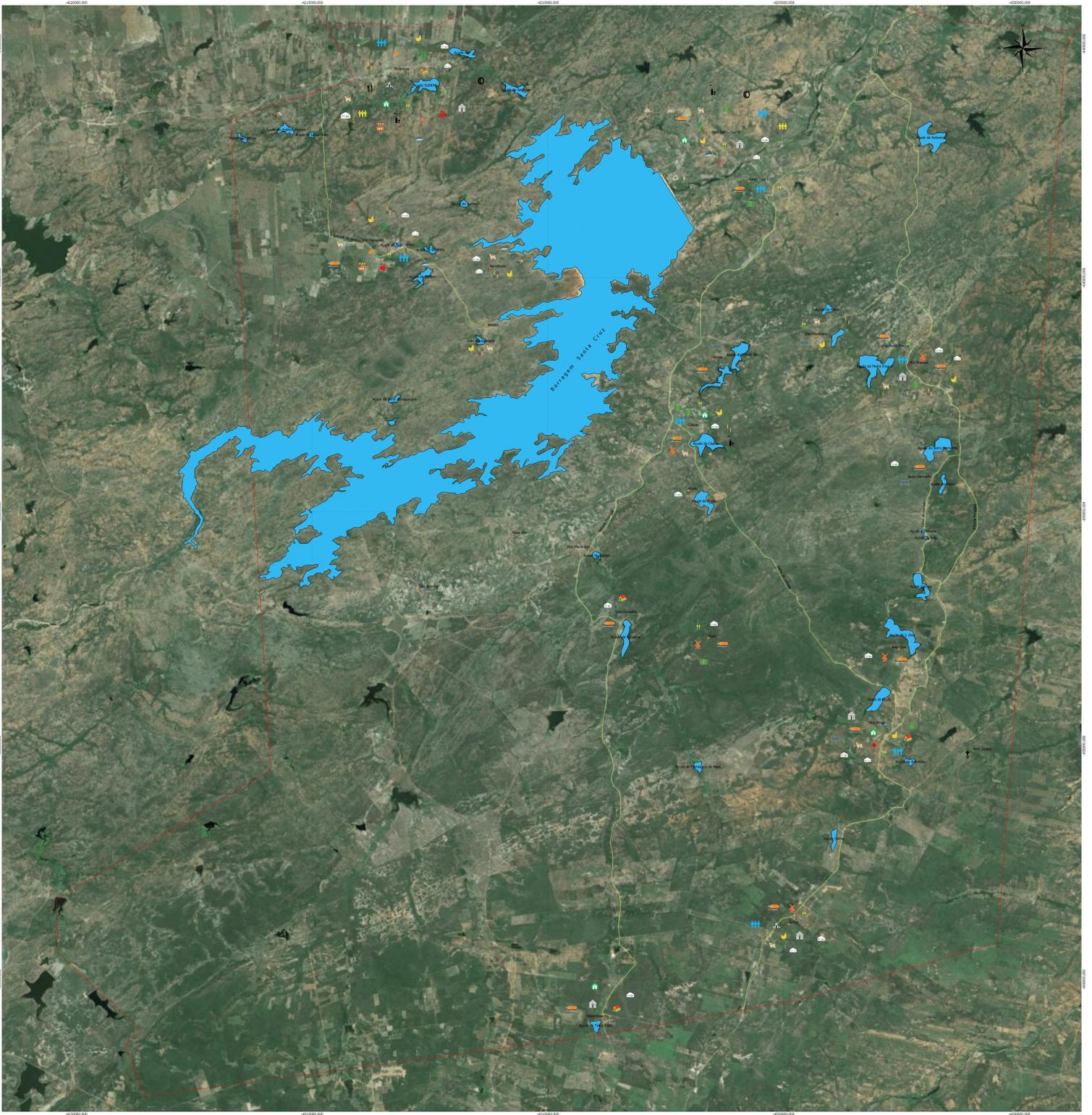


Escala 1:46000

Sistema de Coordenadas UTM (métrica)
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: WGS 84 - Zona 24 Sd
 Fonte de Imagem: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto de Geografia e Estatística - IBGE e Banco de Dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - RN

Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Responsabilidade Técnica: Laboratório de Geoprocessamento - LABGEOCAR - UFRN
 Coordenação Científica: Profa. Jonivali Meireles e Profa. Adryane Goraieb
 Data: Set/2015

MAPA SOCIAL DA REGIÃO DA PEDRA - APODI - RIO GRANDE DO NORTE



Convenções Cartográficas

- Limite Municipal
- Limite das regiões de Apodi
- Estradas de Terra
- Rio Apodi
- Corpos d'água

Infraestrutura

- 🏫 Escola
- 🏠 Posto de saúde
- 🏠 Farmácia
- 🏪 Mercadinho
- 🍽️ Restaurante
- 🎓 Academia
- 💇 Salão de beleza
- 💇 Manicure
- 🛍️ Loja de variedades
- 🏊 Quadra de esporte
- 🏠 Praça
- 🍷 Bar
- 🏢 Oficina
- 🏠 Borracharia
- 🌾 Granja
- 🏛️ Igrejas Católicas
- 🏛️ Igrejas Evangélicas
- 🏠 Cemitério de Crianças
- 🏠 Famílias (Trairas:16, Rapé:12, Pitombeira:9, Sucupira:1, Arjão:36)

Fontes e Formas de Abastecimento de Água

- 🚛 Abastecimento de água por Camião Pipa
- ☀️ Placa solar
- 🚰 Cisterna P1 - Abastecimento para consumo (Cisterna de placa)
- 🚰 Cisterna P1+2 - Abastecimento para produção (Cisterna de calçada, barrero trincheiro e barragem subterâneas)

Organização Comunitária

- 👥 Associação de Agricultores
- 👥 Feira da Agricultura Familiar
- 👥 Grupo de mulheres (Produção de polpa, costura e artesanato)
- 👥 Grupo de Jovens
- 🏠 Casa do Mel

Atividades e Fontes de Produção

- 🐄 Criação (Bovinos, Caprinos e Suínos)
- 🐔 Avicultura
- 🌾 Agricultura
- 🌾 Milho, feijão, sorgo e batata
- 🍎 Fruticultura
- 🐝 Carnaúba
- 🐝 Apicultura
- 🐄 Piscicultura
- 🍌 Caju

Mapa de Localização

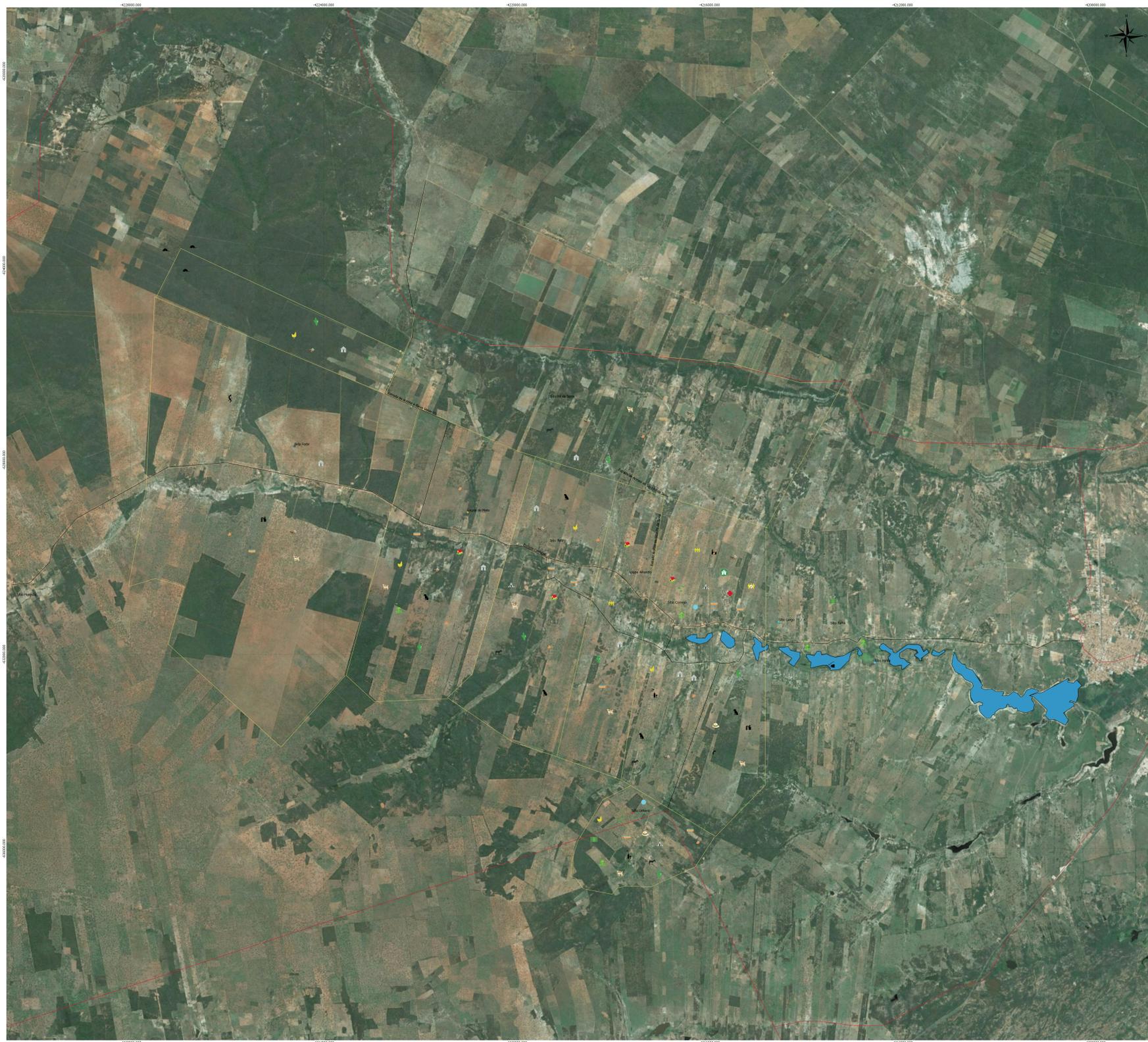


Escala: 1:133000



Sistema de Coordenadas: UTM (métrica)
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: WGS 84 - Zona 24 Sul
 Fonte de Imagem: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto de Geografia e Estatística - IBGE
 e Banco de Dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - RRN
 Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Responsabilidade Técnica: Laboratório de Geoprocessamento - LABOCART - UFC
 Coordenação Científica: Prof. Jeovah Meireles e Profa. Adryane Goryteb
 Data: Set/2015





MAPA SOCIAL DA REGIÃO DA AREIA DE APODI - RIO GRANDE DO NORTE

Convenções Cartográficas

- Limite Municipal Apodi
- Limite das Regiões de Apodi
- Limite dos Sítios
- Recursos Hídricos
- Estradas

Infraestrutura

- Escola
- Unidade Básica de Saúde
- Igreja Evangélica
- Igreja Católica
- Telecentro
- Bar
- Domicílios (540 famílias)
- Campo de Futebol
- Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra

Fontes e Atividades de Produção

- Hortaliças
- Viveiro de Mude
- Pesca artesanal
- Bovino
- Galinha
- Tatu
- Mel
- Carneleiro
- Vassoura de palha da Terra
- Chapéu de palha
- Caçu
- Casa de Fainha
- Fábrica de Doce
- Bio gás

Fontes e Formas de abastecimento de água

- Poços
- Olho d'água
- Carro-pipa
- Cisternas P1+1C
- Cisternas P1+2

Outros

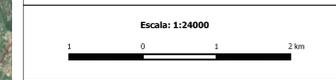
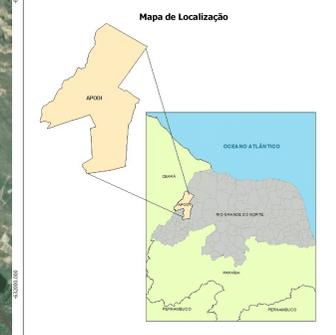
- Castelinho
- Jogal
- Calangço

Organização Comunitária

- Associação de Agricultores
- Associação de Herançadistas do Córrego e Sítios Reunidos (AHPC)
- Associação Apodiense de Apicultores
- Núcleo de produtores Orgânicos (Certificação participativa - ACPASA)
- Grupo de Mulheres Mãos Talentosas
- Grupo de Jovens
- Mini Fábrica de Beneficiamento de Caçu e Castanha
- Unidade de extração de suco a vapor

Parceiros

- RN Sustentável Cajucultura
- RN Sustentável Apicultura
- Terra Viva
- Fundação Banco do Brasil
- COPAP (Acesso ao PMAE e PAA)



Sistema de Coordenadas UTM (métrica)
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: WGS 84 - Zona 24 Sul
 Fonte de Imagem: Google Earth Pro
 Bases Cartográficas: Instituto de Geografia e Estatística - IBGE
 e Banco de Dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - RN

Elaboração: Comunidades Rurais de Apodi
 Responsabilidade Técnica: Laboratório de Geoprocessamento
 LABOGART - UFC
 Coordenação Científica: Prof. Jeovani Meireles e Profa. Adriane
 Gontyrel
 Data: Set/2015

